

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA**

**EDNA DOS SANTOS OLIVEIRA**

**DA TRADIÇÃO ORAL À ESCRITURA: A HISTÓRIA CONTADA  
NO QUILOMBO DE CURIAÚ**

**CAMPINAS - SP**

**2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA**

**Edna dos Santos Oliveira**

**DA TRADIÇÃO ORAL À ESCRITURA: A HISTÓRIA CONTADA  
NO QUILOMBO DE CURIAÚ**

**Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do  
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Lingüística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim (Presidente)**

---

**Prof. Dr. Sírio Possenti (Membro)**

---

**Profa. Dra. Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson  
(Membro)**

**CAMPINAS - SP**

**2006**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp**  
CRB 8/6934

OL4d

Oliveira, Edna dos Santos.

Da tradição oral à escritura: a história contada no Quilombo de Curiaú / Edna dos Santos Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Tânia Maria Alkmim.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Quilombos Curiaú. 2. Quilombos - Macapá (AP). 3. Tradição. 4. Oralidade. 5. Escrita. I. Alkmim, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: From oral tradition to writing: a history talk in Curiaú Quilombo.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Quilombos Curiaú; Quilombos - Macapá (AP); Tradition; Orality; Writing.

Área de concentração: Sociolinguística.

Titulação: Mestrado.

Banca examinadora: Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim, Prof. Dr. Sírio Possenti, Profa. Dra. Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson.

Data da defesa: 22/02/2006.

## **RESUMO**

O objeto de estudo desta dissertação é a comunidade afro-descendente de Curiaú, especificamente os aspectos lingüísticos em correlação com os aspectos sociais, uma vez que se trata de pesquisa sociolingüística. A partir da leitura cuidadosa da escritura curiauíense e da observação das atividades cotidianas e festivas de Curiaú, identificamos uma mudança no seu comportamento lingüístico que se traduz na escrita pelas mãos da comunidade da sua própria história, sobretudo uma nova história. Isso nos permitiu postular que a introdução de uma outra forma de comunicação tem motivação social, mais especificamente, está associada ao reconhecimento da sua remanescência quilombola, evidenciada através da temática abordada nos livros, no jornal, assim como nos poemas. Identificamos que a escritura está para além da fixação da história que, naturalmente, a escrita promove. Há um outro aspecto embutido nessa escritura, isto é, ela tem uma evidente função social que é a sustentação da vida quilombola. Somente através da observação de aspectos relativos às mudanças de natureza social e política e a associação com o fenômeno lingüístico é que pudemos identificar essa relação. Estamos tratando ainda esse processo de escrita como a inserção de uma nova tradição, uma vez que as práticas dessa comunidade giravam em torno da oralidade. Assim, o advento da escrita representa uma nova tradição, sobretudo em atividades que só se realizavam oralmente.

Palavras-chave: Curiaú, Quilombo, Tradição, Oralidade, Escrita.

## **ABSTRACT**

The object of study of this dissertation is the afro-descending community of Curiaú, specifically the linguistic aspects in correlation with the social aspects, once it is a research on sociolinguistics. Starting from the careful reading of the writing curiauíense and of the observation of the daily and festival activities of Curiaú, we identified a change in its linguistic behavior that translates itself in the writing by the hands of community's own history, especially a new history. This allowed us to postulate that the introduction of another way of communication has social motivation, more specifically, it is associated with the recognition of its remanescência quilombola, evidenced through the theme approached in the books, in the newspaper, as well as in the poems. We identified that the writing is beyond the fixation of the history that, naturally, the writing promotes. There is another aspect embedded in that writing, that is, it has an evident social function that it is the sustentation of the life quilombola. Only through the observation of aspects related to the changes of social and political nature and the association with the linguistic phenomenon we could identify that relationship. We are still treating that writing process as the insert of a new tradition, once that community's practices rotated around the orality. This way, the coming of the writing represents a new tradition, above all in activities that only took place orally.

Keywords: Curiaú, Quilombo, Tradiction, Orality, Writing.

**Ao povo de Curiaú,  
especialmente a Sebastião Menezes da Silva  
e à Esmeraldina dos Santos.**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Raimundo e minha mãe Maria José pelo carinho e pela compreensão da minha necessidade de ir e vir em busca de formação, que mesmo sofrendo pela ausência estão sempre de braços calorosamente abertos aguardando o retorno após qualquer uma de minhas experiências.

À minha alegre, festiva e solidária família pela fervorosa torcida e inúmeras contribuições. Minhas irmãs Jesus, Socorro e Fátima; meus irmãos Emano, Edson e José; meus cunhados Evandro, Ricardo e Wagner; minhas cunhadas Regiane, Nilda e Karina e meus sobrinhos: Luanda, Lenine, Ian (meu querido afilhado), Maíra, Taemã, Arthur, Júlio e Luiza (minha querida afilhada).

Aos casais Professores Ricardo e Socorro pelo incentivo e amizade; Edson e Nilda por muitas coisas, mas especialmente pelo carinho e amizade; José e Karina pela amizade e por terem me presenteado, mesmo distante, com a afilhada.

Ao querido esposo Ricardo Vilhena por toda a dedicação, apoio e carinho; pela vida compartilhada, pela parceria, pelos momentos de alegria e pelas dificuldades que nos fazem elevar nossos espíritos e valores.

A minha sogra Sebastiana e cunhados Dayane, Luís e família: Selma, Sâmia, Samile (minha querida afilhada), Bruno, Luana e Gabriel, pelo apoio e carinho.

Aos meus colegas e parceiros dessa tarefa que tornaram mais amena a vida em Campinas: Ilda, Valéria, Namblá, Renato, Lima, Marco Antonio, Daniel, Mateus; à Mônica pelas contribuições, e muito especialmente à Raynice, Luiza e Marinalva, por muitas coisas, mas em especial pela companhia e identidade regional; ao Joel Minatel pela amizade.

Às companheiras de “outros carnavais” sempre presentes na minha vida: Ivone, Joelma e Wanda. Um obrigado especial à Ivone pelo carinho e pelas grandiosas contribuições.

À Joelma pelas valiosas contribuições ao texto e formatação final do trabalho.

À Patrícia Prata pelos ensinamentos de Latim, pelos amigos, pela amizade e pelas contribuições que foram decisivas para meu ingresso no Programa de pós-graduação do IEL.

Ao amigo Luís Banha pelo apoio ao meu afastamento e por ter a mim aberto as portas de Curiaú, povo por ele muito estimado.

À Professora Dalva Figueiredo, à época governadora, pela autorização de meu afastamento.

Ao Sabá pela sua belíssima obra sobre Curiaú, pelas informações e pelo fornecimento do Jornal do Quilombo.

À Esmeralda pelas informações e pelo seu instigante trabalho.

Agradecimento especial à Professora Tânia Alkmim não apenas pela sua habilidosa orientação, mas, sobretudo por ter acreditado na possibilidade de construção de um trabalho interessante; pelo incentivo e interesse pelo tema que me propus a estudar; por ter permitido alguns vãos meus, mas ter pontualmente orientado o pouso, enfim, por ter me permitido aprender muito com a sua experiência, talento e sabedoria.

À Tessia e Ruti que cuidaram de nós (Edna, Ricardo e Tiago), na reta final.

Ao Eduardo Tostes pelo trabalho com as imagens.

Aos amigos de todas as horas: Evandro Milhomem e José Oliveira pelo apoio para deslocamento para a defesa desta dissertação.

Aos professores da Banca Examinadora, Dr. Sírio Possenti e Dra. Maria Laura, pelas cuidadosas leituras e valiosíssimas contribuições, assim como pelo incentivo.

Por fim e muito especialmente, agradeço ao meu filhote Tiago pelos ensinamentos de vida, pela cumplicidade com este trabalho, esperando para vir ao mundo, pois sua vinda foi adiada em razão do mestrado e, em contrapartida, a finalização do mestrado (defesa desta dissertação) foi adiada em função dele.

## QUILOMBO DO CURIAÚ

Ai, ahaí, meu Ararú  
Quero ver as Quilombolas  
Dançando no Curiaú.

Curiaú é um Quilombo  
Um pedacinho do Amapá  
Venha ver nossa cultura  
E a beleza desse lugar.

As negras do Curiaú  
São bonitas e faceiras  
Quando dançam o batuque  
No salão fazem zoeira.

No gingado dessa negra  
Vem você, venha dançar  
Ponha a mão na sua cabeça  
Pro juízo não faltar.

Açaí fruta nativa  
Tem aqui para beber  
Nas cabeças dessas negras  
Têm trancinhas e tererê.

Nos campos do Curiaú  
Passa boi, passa boiada  
Passa negros Quilombolas  
Bem atrás da vaquejada.

Ao chegar no Curiaú  
Se quiser dançar escute  
Os sons dos instrumentos  
E dançar nosso batuque.

Tudo isso tem aqui  
Só falta você chegar  
Esperamos sua visita  
Fica perto de Macapá.

Me chamo Creuza Miranda  
Filha de Zefa e João  
Prima do nosso escritor  
Que se chama Sebastião.

(Jornal do Quilombo, 47ª Edição, agosto/2005)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>iii</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>xiii</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TEMA.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
<b>2. INFORMAÇÕES ETNOGRÁFICAS SOBRE O POVO DE CURIAÚ E SUA TRADIÇÃO ORAL</b> .....	<b>21</b>
2.1 INFORMAÇÕES ETNOGRÁFICAS.....	21
2.1.1 A Comunidade Tradicional.....	28
2.1.2 A Criação da Área de Proteção Ambiental.....	29
2.1.3 O Quilombo.....	31
2.1.3.1 <i>A Acomodação Conceitual</i> .....	31
2.1.3.2 <i>O Processo de Titulação</i> .....	32
2.2 A TRADIÇÃO ORAL.....	33
2.2.1 Os Saberes Tradicionais.....	37
2.2.2 Os Narradores da História de Curiaú.....	41
2.2.3 Os Ladrões.....	43
2.2.3.1 <i>O Batuque e o Marabaixo</i> .....	44
2.2.3.2 <i>A Composição e Forma dos Ladrões</i> .....	50
<b>3. OS ESCRITORES CURIAUENSES</b> .....	<b>61</b>
3.1 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E DE ESCOLARIZAÇÃO... ..	62
3.2 O SURGIMENTO DOS ESCRITORES.....	64
3.3 O REVISOR.....	72
3.4 UMA BREVE BIOGRAFIA DOS ESCRITORES.....	75
<b>4. A ESCRITURA DE CURIAÚ</b> .....	<b>81</b>
4.1 CURIAÚ: SUA VIDA, SUA HISTÓRIA (2000).....	84
4.2 CURIAÚ: A RESISTÊNCIA DE UM POVO (2004).....	113
4.3 JORNAL DO QUILOMBO.....	131
4.4 HISTÓRIAS DO MEU POVO (2002).....	142
4.4.1 Escritos Curiauenses: Encontros e Desencontros.....	161

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>165</b>
<b>LEITURAS PRÉVIAS.....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>175</b>

## APRESENTAÇÃO

A Amazônia Brasileira viveu o processo de escravidão negra tardiamente em relação ao restante do país, tendo ocorrido entre fins do século XVII e início do século XVIII, de acordo com Bezerra Neto: “Durante quase trinta anos (1692-1721), portanto, as cifras de cativos traficados entre a África e a Amazônia Portuguesa foram bastante modestas, constituindo-se o próprio tráfico em atividade irregular e pouco constante até a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)” (2001, 23).

Embora a presença de negros cativos tenha sido tardia em toda a Amazônia, nas capitais do norte, sobretudo, Belém, Macapá e Manaus, conforme a apresentação do livro de Bezerra Neto (2001), escrita por Magda Ricci: “a cultura negra e a força de sua tradição está bem viva no próprio uso da língua ou em festas, devoções, crenças e tantas outras manifestações cotidianas”.

No Amapá, existem diversas comunidades afro-descendentes, mas, infelizmente, não tivemos acesso, até então, a nenhum registro formal que informe ou indique um número exato ou aproximado dessas comunidades. No entanto, obtivemos a informação de que estão sendo realizados levantamento e catalogação das comunidades existentes em todo o território amapaense, trabalho este que está sendo feito pelo Conselho das Comunidades Afro-Descendentes, entidade civil organizada, cuja criação ocorreu em fevereiro/2003, assim como está sendo realizado, através do INCRA em parceria com a Universidade Federal do Amapá, laudo antropológico de várias comunidades negras para efeito de titulação.

Todas essas comunidades exercem representativa participação nas tradições culturais do Estado, onde se encontram principalmente as manifestações religiosas do Batuque e do Marabaixo, como, reconhecidamente, marcas da remanescência africana, além da culinária e de outros hábitos cotidianos.

Ainda são escassos estudos científicos sobre as comunidades afro-descendentes do Estado do Amapá. Nos últimos anos, a política de inclusão social do governo federal, através da concessão do título das terras que habitam, concedido pela Fundação Palmares, motivou a elaboração de laudo antropológico, no caso de Curiaú, onde estão reunidas as informações mais detalhadas, organizadas e talvez confiáveis sobre a comunidade.

Sendo a comunidade de Curiaú objeto de muitas especulações sobre a sua constituição, origem e seu modo de vida, este trabalho dedica-se a apresentar uma abordagem sociolinguística inédita sobre o processo linguístico que se traduz, entre outros aspectos, na introdução da escrita como uma nova forma de comunicação. Esse fenômeno linguístico é, por sua vez, derivado de um processo social pelo qual vem passando essa comunidade nos últimos anos.

Pretendemos, ainda, oferecer uma contribuição ao acervo científico amapaense sobre a comunidade de Curiaú, especialmente sobre os aspectos linguísticos. Dessa forma, apresenta, ainda que de forma preliminar, uma descrição do processo de escrita curiaúense, demonstrando sua associação às mudanças de ordem sócio-política.

Está dividido em quatro partes, possuindo também as referências bibliográficas e os anexos.

O primeiro capítulo, que, na verdade, é a introdução, consiste em reunir os aspectos de ordem teórico-metodológica tais como: caracterização geral do tema, objetivos, procedimentos metodológicos e, por fim, referencial teórico.

O segundo capítulo consta de duas partes: informações etnográficas, apresentando ainda as intervenções do setor público naquela comunidade e uma breve descrição da tradição oral, expondo as principais práticas realizadas oralmente, que ainda são predominantes.

O terceiro capítulo contém exposição sobre o surgimento dos escritores, demonstrando que se trata da introdução de uma nova função social, e, ainda, fazemos menção ao revisor sem, no entanto, abordarmos com afinco esse tema que é tributário da escrita: a revisão. Contém, também, uma biografia não exaustiva dos dois escritores.

O quarto capítulo é dedicado à descrição relativamente detalhada da escritura curiaúense, com o objetivo de demonstrar a função da escrita na comunidade, através da temática apresentada nos livros, assim como um balanço dos escritos que estamos denominando de Encontros e Desencontros. Não nos dedicaremos à análise das escrituras, assim como à questão que é tributária da escrita que está associada à propriedade do que é dito, assim como à responsabilidade do que está sendo dito, ou seja, a autoria. Embora rendesse análise interessante e apesar de encontrarmos indícios de que há autoria não nos debruçaremos sobre essa questão, em

virtude do foco do nosso olhar direcionar-se para a motivação da escrita que faz interface com aspectos sócio-culturais.

A Bibliografia, última parte do trabalho, divide-se em Leituras Prévias, que representam as leituras feitas em busca de um norte para o trabalho e as Referências Bibliográficas que constam dos livros lidos para subsidiar a produção do trabalho.

Constam ainda três anexos, o mapa da APA do Curiaú, a cópia do título de remanescente de quilombo e do histórico da escola.

Dada a riqueza do material coletado para nosso estudo, são muitas as possibilidades de análise de outros aspectos, assim como sob a ótica de outros campos teóricos que, certamente, não são objeto desta análise, como também não é intenção esgotar os temas que podem ser abordados ainda com a base teórica da sociolingüística. Nosso foco, como já apresentado, restringe-se a investigar o uso particular que a comunidade de Curiaú faz da escrita, isto é, a forma de apropriação da escrita por Curiaú em observância com as circunstâncias sócio-históricas dessa apropriação, desvelando as regras sociais que permeiam o processo de escrita na comunidade.

Dessa forma, embora reconheçamos que muitas questões relacionadas ao corpus deste trabalho constituem-se tópicos da maior relevância para debate, como a autoria, a revisão, a própria questão da identidade que está inserida nesse conjunto de mudanças, entre outros temas, esses não serão aqui explorados pelas razões já expostas.

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TEMA**

O objeto de estudo desta dissertação é a Comunidade de Curiaú, nos seus aspectos lingüísticos e suas correlações com a cultura, sobretudo na introdução de outra forma de comunicação. No entanto, para a compreensão e elucidação do processo lingüístico foi imprescindível lançarmos mão de outros aspectos subjacentes, mormente da organização social da comunidade. A utilização das informações de natureza social permitiu evidenciar as razões e motivações do processo lingüístico. É por essa razão que o estudo concentra-se na área da sociolingüística, em virtude da interface necessária entre os aspectos lingüísticos e sociais.

## **1.2 OBJETIVOS**

O objetivo é investigar a necessidade de mudança na forma de comunicação social interna ocorrida recentemente em Curiaú. Essa mudança caracteriza-se principalmente pela introdução da escrita, observada através da publicação de livros produzidos por moradores da comunidade. Dessa forma, este estudo visa, ainda, identificar as razões e os reflexos desse processo de mudança nas práticas lingüísticas, buscando compreender as funções sociais dessas obras no contexto social restrito à comunidade e externo a ela, assim como as circunstâncias que levaram a comunidade a inaugurar o registro gráfico da história da vida curiauíense, fixando na escrita o que se restringia à oralidade. Não é nosso propósito a dedicação com afinco à análise das escrituras, mas apenas à apresentação para efeito de demonstração da função social que elas representam.

## **1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os trabalhos no campo da sociolingüística envolvem dois momentos essenciais: o levantamento de informações de cunho etnográfico e a coleta de dados de natureza lingüística.

Quanto às informações etnográficas, em trabalho de campo, realizamos entrevistas com moradores mais idosos; uma espécie de pesquisa bibliográfica com consulta a trabalhos já

realizados sobre a comunidade; levantamentos feitos pela própria comunidade; observações a partir da participação em eventos e festividades desde o ano 2000; visitas constantes à comunidade com a realização de conversas informais com moradores, assim como a fonte principal de nossa análise: dados dos próprios livros dos autores nativos.

Ao longo do trabalho, especialmente no segundo capítulo e na última parte do terceiro capítulo, são usados alguns trechos transcritos da entrevista com os escritores e se diferenciam da citação das informações retiradas dos livros, por não constarem a referência ao ano e à página.

Para a coleta de dados lingüísticos, realizamos entrevistas gravadas com os escritores, para o levantamento de informações sobre a produção de seus trabalhos, assim como constituem nosso foco principal os próprios livros: Curiaú: sua vida, sua história; Histórias do Meu Povo; Curiaú: a resistência de um povo, e o Jornal do Quilombo.

Os escritores são tratados ao longo do trabalho tanto como informantes com os quais fizemos entrevistas, quanto como escritores. Nesse sentido, quando nos reportamos a eles pelo nome: Sebastião e Esmeralda, estamos tratando-os como informantes e quando nos reportamos por Silva e Santos, estamos tratando-os como escritores, isto é, as informações que comentamos são retiradas de suas escrituras.

#### 1.4 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sociolingüístico da comunidade de Curiaú visa a investigar o processo lingüístico que se apresenta com a introdução de nova forma de comunicação. Sendo a área de concentração a sociolingüística, é indispensável à correlação do fenômeno lingüístico com os aspectos sociais.

No capítulo II, procedemos, inicialmente, levantamento de caráter etnográfico para conhecimento da dinâmica social curiauíense. O conceito de comunidade tradicional elaborado por Diegues (1994) é elucidativo, uma vez que essa é uma das primeiras intervenções do poder público que engendrou as acomodações na história recente. Desse movimento se desencadeiam outros, como a criação da APA.

No capítulo II, para a descrição, embora superficial, das práticas relativas à tradição oral, utilizamos as formulações de Hobsbawm (1983), de Geertz (1997) e de Le Goff (2003), para compreendermos de forma mais clara essas práticas. De Le Goff, utilizamos o conceito de memória, como a única forma de armazenamento de informações, da forma como se apresenta em sociedades sem escrita, e sua relação com o documento e o monumento, sendo, portanto, a memória tributária da tradição oral. Seguimos a abordagem teórica sugerida por Geertz (1997) de saber local, que se manifesta como um dos pilares da tradição oral.

Estamos considerando a introdução da escrita como uma nova tradição, uma vez que irrompe outra prática social, tomando por base a perspectiva de Hobsbawm (1983) de tradição inventada.

No capítulo III, abordamos o processo de introdução de outra prática linguística: a escrita, apresenta múltiplas relações que são melhor entendidas através da formulação de Cook-Gumperz (1991) que aponta para uma motivação social da escrita a partir de cenários sociais particulares; também são de grande contribuição as de Havelock (1996), (...) da equação oralidade-escrita, que apresenta proposições sobre o processo de transição da cultura oral para a cultura letrada, embora o foco seja a antigüidade.

Por fim, no capítulo IV, consideramos, a partir dos estudos de Zumthor (1987) sobre a literatura medieval que a escritura ainda mantém muitos traços da oralidade, por isso adotamos também a elaboração de Lord (1978) sobre a forma de composição da poesia épica oral que se estende à escritura, sobretudo a noção de fórmulas. Outros autores contribuem com suas formulações teóricas para nossa abordagem, porém de forma menos direta e até periférica, como Barton (1994); Olson (1991) e Street (1993).

## 2. INFORMAÇÕES ETNOGRÁFICAS SOBRE O POVO DE CURIAÚ E SUA TRADIÇÃO ORAL

Curiaú terra boa de Criar Ú  
Curiaú terra de Batuque e do Marabaixo  
Curiaú de cima, Curiaú de Baixo  
Curiaú terra de belas negras  
Que tem o Batuque na veia  
Quando toma gengibirra o corpo se incendeia  
Curiaú terra de fartura  
De negros possantes  
De músculos fortes  
De raça pura (...)  
(Silva, Creuza. *Jornal do Quilombo*, 2ª edição, 08/01/2000)

### 2.1 INFORMAÇÕES ETNOGRÁFICAS

Dentre as muitas comunidades afro-descendentes existentes no Estado do Amapá está Curiaú, a única, até então, titulada remanescente de quilombo. Esse lugar apresenta particular riqueza histórico-cultural, que se mostra com maior visibilidade a partir do reconhecimento de sua remanescência quilombola que, por sua vez, engendrou um processo de transformação político, social e lingüístico-discursiva vivido nos últimos anos por Curiaú. No conjunto dessas modificações, observamos uma movimentação na forma de contar a história da existência da comunidade.

Curiaú foi considerado por muito tempo uma comunidade rural, em virtude da sua distância do centro urbano, pois está localizada na área periurbana da zona norte da cidade de Macapá, a aproximadamente 13 quilômetros do centro da capital amapaense.

Com o crescimento da cidade, sobretudo para a área norte, hoje Curiaú faz fronteira com bairros periféricos, como Novo Horizonte e Brasil Novo, o que tem causado problemas à comunidade, não apenas de ordem fundiária, com as recorrentes invasões, mas também pelas interferências de ordem cultural, que se traduzem nas palavras de Silva:

Hoje a comunidade está tão evoluída que foi preciso ser preservada por vários motivos. Um deles era a chegada da cidade dentro do lugar. Mesmo nós, querendo preservar, há necessidade de mudar certas coisas pelo desenvolvimento da sociedade.

Por causas modernas, estamos perdendo dia a pós dia a nossos hábitos, costumes e nossa maneira de ser (Silva, 2000, p. 33).

Quanto à área física, Campos (2002) afirma que:

A área principal do Curiaú, com entrada no sentido de Macapá, comporta o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro, espaço privilegiado, pois é onde se localiza o lago, que dá ao lugar paisagem de rara beleza. Nessas áreas, existem 96 casas residenciais, 3 Igrejas: 2 católicas, e uma evangélica, esta, fechada por falta de fiéis, e, segundo declaração da responsável, devido o descrédito dos moradores em relação a Igreja, pois os mesmos não atendem às mensagens do pastor; 8 bares, 1 Posto de Saúde, 1 Posto Policial a pedido da comunidade para conter brigas e confusões trazidas pelos visitantes externos; 2 escolas, sendo que uma está desativada; 1 Posto Telefônico e 2 telefones públicos; 3 casas de farinha; 2 amassadeiras de açaí (1 no Curiaú de Fora e outra no Curiaú de Dentro); 1 depósito; 2 casas de festejo; 1 salão paroquial; 1 Associação Desportiva e 2 campos de futebol (localizados no Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro respectivamente); e 1 cemitério muito afastado da área habitada (29/30).

Embora apresente uma considerável extensão territorial, a Vila de Curiaú, isto é, a sua área habitada organiza-se ao longo de três ruas: São Joaquim, Santo Antonio e Januário Clarindo, além da rodovia estadual Alceu Paulo Ramos, que dá acesso à comunidade, estendendo-se desde a BR 156 até a entrada do Curiaú de Fora.

Curiaú mantém, apesar das interferências urbanas, a vida bucólica e interiorana, possuindo uma ampla rede de relações com outras comunidades da circunvizinhança, tais como São Francisco da Casa Grande e Curralinho, que também compõem a Área de Preservação Ambiental (APA) do Curiaú - Campina Grande, Maruanum, Igarapé do Lago, Mazagão, Pedreira, entre outras, assim como o Laguinho, considerado o bairro negro de Macapá.

É uma comunidade negra, para usar o termo politicamente correto, afro-descendente, onde vivem cento e sessenta e cinco famílias, segundo dados da própria comunidade, em levantamento feito recentemente, denominado Resultado do Censo da Comunidade do Curiaú, em que constam informações sobre o número de famílias, de pessoas residentes na comunidade, divididas por sexo e faixa etária, de famílias beneficiadas por programas sociais dos governos federal e estadual, assim como o número de domicílios da comunidade, ficando evidente, nessa última informação, que o levantamento restringe-se às comunidades de Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro - que o pesquisador<sup>1</sup> chama de Curiaú de Baixo, excetuando, portanto, as outras três

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada, em 2004 - 2005, por Bráulio das Chagas Silva, morador de Curiaú e filho do escritor Sebastião Menezes da Silva.

comunidades que formam a APA do Curiaú: Casa Grande, Curralinho e Mocambo, conforme vejamos:

**Resultado do Censo da Comunidade do Curiaú**

HISTÓRICO	NÚMERO
Nº FAMÍLIAS QUE MORAM NA COMUNIDADE	165
Nº PESSOAS QUE MORAM NA COMUNIDADE	820
Nº HOMENS	380
Nº MULHERES	430
Nº PESSOAS APOSENTADAS	53

Nº DE CRIANÇAS COM IDADE DE 0 ATÉ 13 ANOS	
Nº MENINOS	156
Nº MENINAS	152

Nº DE ADOLESCENTES COM IDADE DE 14 ATÉ 17 ANOS	
Nº HOMENS	33
Nº MULHERES	42

Nº BOLSAS GANHAS NA COMUNIDADE	
BOLSA FAMÍLIA CIDADÃ	34
BOLSA ESCOLA	18
BOLSA ALIMENTAÇÃO	01
BOLSA PARTEIRA	02
BOLSA TRABALHO	02
BOUSA UNIVERSITÁRIA	00

Nº DE CASAS ATINGIDAS PELOS PROGRAMAS DO G. FEDERAL.	
PROGRAMA VALE GÁS	06
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	44

<i>no de Domicilio</i>	<i>numeros</i>
Fronteira - - -	78 Casas
Curiaú de Fora - - -	38 Casas
Curiaú de baixo - - -	67 Casas.
Total - - -	183 Casas

  
 Bráulio das Chagas Silva  
 E-mail = braulio.tuiuu@ig.com.br

A referida comunidade afro-descendente apresenta como atividade econômica predominante a agricultura, que ocorre em caráter cooperativo e de subsistência. Nas roças, que ainda são coletivas, observa-se a predominância do cultivo da mandioca, bem como de alguns legumes e verduras, e também do açaí, que ainda exerce papel importante na alimentação local e regional. A pecuária é outra fonte de produção, embora seja menos expressiva, praticada por poucos moradores. A criação de búfalo faz parte da paisagem curiauíense, pois o rebanho, juntamente com garças e japins, adornam a imagem silvestre do Rio Curiaú, sobretudo na sua época seca, que se estende dos meses de agosto a dezembro.

Outra atividade econômica é o Ecoturismo, implantado recentemente pelo Governo do Estado, na década de 1990, em virtude, sobretudo, da beleza natural da região que se apresenta em considerável proporção de preservação ambiental, e por sua proximidade com o centro urbano de Macapá. Em razão da inclusão dessa atividade econômica, fomentou-se o crescimento de outra atividade que são as ocupações com o comércio, notadamente para atendimento aos freqüentes visitantes.

Outros dados interessantes apresentados no censo dizem respeito às profissões das quais se ocupam os curiauíenses, conforme definição da própria comunidade:

## PROFISSÕES

PROFISSÕES	NÚMEROS
AGRICULTORES	134
AGENTES DE SAÚDE	03
AGENTE SANITÁRIO	01
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
AUXÍLIAR DE SELIGRAFIA	01
AUXÍLIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09
ARTESÃO	02
AJUDANTE DE PEDREIROS	04
BOMBEIROS	02
BORRACHEIRO	01
CABELEREIRAS	03
CARPINTEIROS	05
CARVOEIROS	02
CASEIROS	02
COSTUREIRAS	02
COZINHEIRAS	03
COMERCIANTES	18
DIARISTAS	02
DJS	06
ESTUDANTES	301
EMPREGADA DOMESTICA	23
ELETRICISTA	01
ESCRITOR	01
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	42
FORNEIRO	01
GARÇONS	12
GARÍ	01
JARDINEIRO	01
MERENDEIRAS	03
MICRO - EMPRESÁRIO	01
MOTORISTAS	11
OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	01
PEDREIROS	22
PECUARISTA	12
PRESTADOR DE SERVIÇOS PARA CAESA	02

  
Bráulio das Chagas Silva  
E-mail = braulio.tuiuiu@ig.com.br

<b>POLICIAIS</b>	<b>08</b>
<b>POETA</b>	<b>01</b>
<b>PROFESSORES</b>	<b>33</b>
<b>PORTEIRO</b>	<b>01</b>
<b>SELIGRAFISTA</b>	<b>01</b>
<b>SECRETARIA</b>	<b>02</b>
<b>SERVENTES</b>	<b>05</b>
<b>SEGURANÇA</b>	<b>01</b>
<b>TÉCNO AGROPECUÁRIA</b>	<b>01</b>
<b>TÉCNOS AGRÍCULAS COM HABILITAÇÃO EM AGROPECUÁRIA</b>	<b>04</b>
<b>VAQUEIROS</b>	<b>02</b>
<b>VENDEDORES AMBULANTES</b>	<b>03</b>
<b>VIGILANTES</b>	<b>24</b>

**OBSERVAÇÕES:**

1. Os funcionários públicos estão divididos nas seguintes profissões; professores (23), serventes (5), bombeiros (2), motorista (2), agente administrativo (1), agente sanitário (1) e policial (8).
2. Dos 33 professores só 24 trabalham, sendo que um (1) é professor de capoeira, os outros nove (9) estão desempregados.
3. Quanto aos vigilantes, nem todos vinte quatro (24), estão trabalhando.
4. O censo não está 100%, porque algumas casas da fronteira estavam vazias, no total eram 17 casas. Esses dados poderiam aumentar se não fosse esse imprevisto.
5. Essa pesquisa foi realizada por Bráulio das Chagas Silva, nos dias 30/12/04, 03/01/05 e no dia 08/01/05.

*Bráulio das Chagas Silva*  
**BRÁULIO DAS CHAGAS SILVA**

Bráulio das Chagas Silva  
E-mail = braulio.tuiuiu@ig.com.br

A origem histórica da comunidade é sempre motivo de especulações, com o agravante da escassez documental sobre essa comunidade e sobre o Amapá de uma forma geral. Uma das poucas fontes de caráter científico é o Relatório de Identificação, produzido pela Profa. Dra. Rosa Acevedo, da Universidade Federal do Pará para apresentação junto à Fundação Palmares, com o intuito de munir esse órgão de informações precisas e seguras sobre a comunidade, constituindo-se, portanto, esse documento, em instrumento essencial para a definitiva titulação quilombola.

Recentemente, foi proposta no Plano Diretor da Cidade de Macapá/2004, a transformação de Curiaú em Distrito, o que está aguardando regulamentação do governo municipal para essa efetivação.

Curiaú mantém suas tradições culturais, sobretudo no que concerne às atividades religiosas, com a realização anual de várias festividades, tais como: São Sebastião do Colo<sup>2</sup> (20/01), Santa Maria (31/05), Santo Antonio (13/06), São João (24/06), São Joaquim (09 a 20/08), Santa Luzia (13/12), São Tomé (21/12), entre outros.

Nesse cenário, tem particular destaque a festa de São Joaquim, que é a maior, em virtude de se tratar do padroeiro da Comunidade, tendo, portanto, maior duração e sendo a única em que acontece a Folia, ritual religioso que ocorre na igreja, quando os foliões, como são chamados os homens que participam do ritual, posicionados próximos e de frente para o altar, tocam seus instrumentos: tambores, caixas, pandeiros, viola, cavaquinho, banjo, sempre comandados pelo mestre-sala. A folia ocorre geralmente após a missa e a reza da ladainha, até hoje puxada em uma variedade latim pelo Senhor João da Cruz, seguida de coro responsivo dos foliões e de todos que estejam presentes na capela.

Outros destaques nas atividades culturais curiaúenses são o Batuque e o Marabaixo, sendo o primeiro mais tradicional e representativo dessa comunidade. Trata-se de uma dança, supostamente de origem africana, trazida pelos escravos que chegaram ao Amapá no século XVIII. É acompanhada por uma música denominada “ladrao”, cujo ritmo é dado pelos tambores e pandeiros, no caso do Batuque, e pelas caixas, no caso do Marabaixo, que apresenta um ritmo

---

<sup>2</sup> O santo é assim chamado em virtude de um promesseiro ter adquirido uma outra imagem, um pouco maior que a existente na comunidade, e quando da sua bênção pelo padre, que em Curiaú se chama batismo, ele ficou no colo da filha do promesseiro, a quem se dirigia à promessa, o que motivou sua denominação de São Sebastião do Colo, diferenciando-o, assim, do primeiro.

um pouco mais lento em relação ao Batuque. As dançadeiras dão o brilho e incrementam a festa com seus movimentos e coreografias, cujo efeito é notado pelas floridas e rodadas saias. Ambas acontecem como parte das festividades religiosas.

Observamos também a presença de outras práticas peculiares, como é tradicional em localidades rurais da Amazônia, como as parteiras tradicionais, as benzedeiras e curandeiras que, em geral, trabalham juntas, quando não se reúnem na mesma pessoa as três habilidades: para a reza e cura, assim como para o trabalho de “aparar” crianças, que tem como ferramenta principal a fé e as rezas, bem como a inquestionável experiência adquirida ao longo de muitos anos de prática na comunidade.

### 2.1.1 A Comunidade Tradicional

Antes do reconhecimento pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, Curiaú já era considerada como população tradicional, também chamada de comunidade tradicional, classificação que está estritamente ligada à área sócio-ambiental. De acordo com a definição do Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT: “todas as comunidades que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis (...)”<sup>3</sup>.

Colchester (2000)<sup>4</sup> afirma que não há consenso em torno do conceito de comunidades tradicionais, por isso, ele apresenta considerações com que trabalham respeitadas instituições:

(...) O Banco Mundial define como tradicionais os grupos sociais cuja identidade social e cultural é distinta da sociedade dominante que os torna vulneráveis por serem desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento (Banco Mundial, 1990). A Organização Internacional do Trabalho, cujas convenções tratam de povos tradicionais e tribais, põe mais ênfase na noção de residência prévia na área, antes da conquista, colonização ou estabelecimento das fronteiras atuais dos países (230/231).

Ainda sobre a definição de comunidades tradicionais, Diegues<sup>5</sup> (1994) apresenta vários critérios que podem caracterizar “culturas e sociedades tradicionais”:

---

<sup>3</sup> in: Biodiversidade na Amazônia Brasileira, 2001, 292.

<sup>4</sup> COLCHESTER, 2000, pp. 225-256.

<sup>5</sup> Diegues, Antonio Carlos, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1994, p. 89.

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade* (...) (89).

Assim, verifica-se que a denominação de comunidade tradicional, embora envolva critérios de ordem cultural é, sobretudo, vinculada ao potencial ambiental da comunidade, isto é, todos os costumes e práticas que envolvem o manejo dos recursos naturais, que no caso de Curiaú são abundantes.

## 2.1.2 A Criação da Área de Proteção Ambiental

Sendo Curiaú considerado uma espécie de paraíso ecológico, são frequentes as intervenções do setor público, inclusive com a criação de leis que possam garantir a preservação da biodiversidade local. É nesse contexto que é criada a APA do Rio Curiaú.

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações

humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais ([www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)).

A criação da APA, como reflexo da ação do estado, é sempre criada através de leis, que podem sofrer alterações, em que são determinados os limites fronteirços, portanto a área física, assim como é regulamentada a forma de exploração dos recursos naturais existentes na área delimitada. Assim:

A Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú tem como principal objetivo a proteção e conservação dos recursos naturais e ambientais da região. Para isso, investe na idéia de uma convivência pacífica e inteligente entre a comunidade local e as belezas naturais que a cercam. Criada através de Decreto Estadual, em 1992, a APA tem uma área geográfica de 23 mil hectares, abrangendo importantes ecossistemas da região como: Floresta Amazônica, várzeas e Cerrado (site: [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)).

Dentro de uma perspectiva sócio-ambiental, anteriormente à titulação quilombola, Curiaú foi alvo de mais uma ação governamental: a criação da Área de Preservação Ambiental - APA do Rio Curiaú, através da Lei Estadual nº 0431, de 15 de setembro de 1998. O foco de uma ação como essa são os recursos naturais e a utilização sustentável, “com o objetivo de proteger e conservar os recursos naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes no local”, conforme preceituado no art. 1º da referida Lei.

A APA abrange outras comunidades além de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora, que são: Casa Grande, Mocambo e Currallinho (ver Anexo 1), onde vivem cerca de um mil e quinhentas pessoas.

Antes da criação da APA, Curiaú já havia sido objeto de outra intervenção através da instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural - ARIEC, através do Decreto nº 0024/1990, que previa “não só a preservação do ecossistema local, mas, sobretudo para proteger a cultura Afro-Brasileira dos descendentes do antigo Quilombo ali existente no século XIX”.

Além das intervenções de ordem ambiental, outra medida é referente à constituição social da comunidade que atinge diretamente a identificação interna e externa: como a comunidade se identifica e como é identificada. Trata-se do seu reconhecimento como remanescente de quilombo.

### 2.1.3 O Quilombo

Curiaú é a primeira comunidade afro-descendente do Amapá a receber a titulação referente ao reconhecimento de sua remanescência quilombola. Para a consolidação da titulação, muitas acomodações são efetuadas para dar lugar ao quilombo amapaense. Dentro de todo o processo de titulação, observamos dois aspectos que consideramos valer a pena apresentar mais detalhadamente: a acomodação conceitual e a efervescência sócio-política derivada do processo de titulação.

Em trabalho anterior identificamos que a titulação quilombola gera discordâncias dentro da comunidade, por não constar na memória dos que guardavam a história do lugar: os mais velhos, assim como cientistas sociais locais que estudam a comunidade contrapõem-se a esse título em razão da referência cristalizada pela historiografia. No entanto, o conceito de quilombo sofre um deslocamento para esse processo de reconhecimento patrocinado pela Fundação Palmares.

#### 2.1.3.1 A Acomodação Conceitual

Diante da necessidade de caracterizar a parcela da população que seria beneficiada pelo dispositivo legal, segundo Eliane O'Dwyer:

(...) o quilombo adquire uma **significação atualizada**, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos “remanescentes de quilombos” que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O'Dwyer, 2002: 13). (grifo nosso)

Entende-se, portanto, a necessidade de adaptação do conceito à situação atual de identificação, uma vez que não é suficiente a “(...) identidade histórica, (...) é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito será em seu nome titulada” (O'Dwyer, 2002:14).

A atualização conceitual operada pelos antropólogos envolvidos nessa tarefa deve-se à necessidade de orientar “(...) a elaboração dos relatórios de identificação ou laudos antropológicos, no contexto da aplicação dos direitos constitucionais às comunidades negras rurais consideradas remanescentes de quilombos, de acordo com o preceito legal” (O'Dwyer, 2002:15).

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'Dwyer, 2002: 18).

Havia a preocupação dos antropólogos de dar conta dos fatos de forma que contemplassem e envolvessem as aspirações dos grupos sociais diretamente envolvidos, resguardando o direito à diferença cultural através de suas práticas sociais, inclusive seus saberes tradicionais, assim como o direito da manutenção de suas atividades econômicas.

Sobre a atualização do conceito, Almeida (2002) afirma que:

É necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica *stricto sensu* e das outras definições que estão frigorificadas e funcionam como uma camisa-de-força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha encerrado o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. A relativização dessa força do inconsciente coletivo nos conduz ao repertório de práticas e às autodefinições dos agentes sociais que viveram e construíram essas situações hoje designadas como quilombo (ALMEIDA, 2002: 63).

A partir dessa acomodação conceitual, como estamos denominando, fica evidente a pertinência do título a Curiaú, embora não tenha ainda convencido muitos cientistas sociais locais.

### 2.1.3.2 O Processo de Titulação

Em 03 de novembro de 1999, Curiaú recebeu oficialmente o título de “comunidade remanescente de quilombo”, (ver Anexo 2) conferido pela Fundação Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura. Essa titulação é a garantia de direitos constitucionais e políticos, sobretudo no que se refere à demarcação de suas terras. As dificuldades enfrentadas pela comunidade eram muitas, segundo os próprios moradores, desde a manutenção da atividade agrícola, que é de subsistência, até a realização das tradições festivas e, sobretudo, a segurança das pessoas e da propriedade, que ainda é, esta última, um bem comum.

A regularização das terras é uma questão inadiável para a preservação e continuidade de Curiaú, pois à terra está ligada toda a vida das comunidades tradicionais, haja vista que o

trabalho ocorre de forma familiar, conjugada e coletiva com o uso comum das áreas, configurando-se o que Benatti chama de posse agroecológica. Para ele: “As áreas ocupadas pelas populações tradicionais são os espaços onde se localizam as casas, roças e vegetal. Logo, a noção de área ocupada corresponde às terras usadas pelos moradores para garantir sua reprodução de modo de vida” (Benatti: 2001, 292).

A titulação quilombola está, portanto, diretamente associada à questão econômica e social, considerando que, a partir do reconhecimento de sua remanescente quilombola, o direito à territorialidade torna-se um fato, pois se trata de um dos fins dessa ação institucional, em cumprimento ao preceito constitucional<sup>6</sup>.

Uma das peculiaridades curiaenses é a oralidade como centro do conjunto de práticas sociais, religiosas, culturais e econômicas. Nesse sentido, achamos interessante focalizar um pouco as práticas orais de Curiaú, descrevendo algumas atividades em que estão presentes.

## 2.2 A TRADIÇÃO ORAL

Como ocorre em grande parte das comunidades rurais amazônicas, Curiaú tem a narrativa oral como prática social e lingüística mais corrente. Nessa atividade lingüística, que consiste em produção, circulação e recepção, identificamos funções sociais distintas, sendo as de maior destaque: i) transmissão de saberes referentes às atividades ordinárias como a culinária, agricultura e rituais religiosos; ii) manutenção de atividades culturais e, ainda; iii) memória social e histórica da comunidade, que incluem as tradicionais estórias e histórias, quase sempre narradas por moradores mais velhos, representantes da memória coletiva<sup>7</sup> da comunidade.

Em relação à memória coletiva, Le Goff (2003) utiliza restritamente essa designação para fazer referência aos povos sem escrita, isto é, uma ligação direta com as funções sociais que a memória exerce nas culturas orais. De acordo com o autor, nas “sociedades sem escrita, há

---

<sup>6</sup> O art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 afirma que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

<sup>7</sup> Concebemos ‘memória coletiva’ como categoria histórica, a partir do trabalho de Montenegro (1994: 18) que considera que: “A memória coletiva representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações.”. E corroborando essa concepção, Hobsbawn afirma que: “A memória não é um mecanismo de gravação, mas de seleção, que constantemente sofre alterações” (*apud* Montenegro, 1994: 24).

especialistas da memória, homens-memória” (p. 425). Por outro lado, Campos (2002) designa de “porta-vozes da história” (p. 69), referindo-se às pessoas autorizadas a narrar a história da comunidade, uma vez que em sociedades sem escrita a forma de armazenagem de informações é a memória e a forma de transmissão é oral. Le Goff sugere, ainda, que “duas das principais razões da vitalidade da memória coletiva nas sociedades sem escrita” seriam a “transmissão de conhecimentos considerados secretos e a vontade de manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva” (2003, 426).

A esse respeito, podemos considerar que em Curiaú a transmissão de saberes tradicionais, de conhecimentos culturais e a reprodução de narrativas sobre a origem e a vida da comunidade, assim como as narrativas do campo do fantástico ou do que se poderia chamar de literatura popular, podem ser consideradas os pilares centrais da manutenção da memória coletiva.

Valemo-nos do conceito de tradição discutido por Hobsbawm, que põe em questão a tradição como algo fechado e imutável:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez (1983, 9).

O conceito de “tradição inventada” pode parecer, à primeira vista, um tanto paradoxal, ao menos em relação às situações cristalizadas que envolvem as práticas sociais, tidas como tradições de comunidades historicamente classificadas como vultos da história, do folclore, enfim, da cultura de um determinado grupo social. No entanto, lidar com a possibilidade da própria comunidade criar e recriar suas tradições ajuda-nos a entender o processo vivido e produzido por Curiaú, especialmente no que concerne à instauração de novas formas de comunicação, assim como de novo marco histórico para a gênese da comunidade. Nesse sentido, recorreremos à definição de Hobsbawm (1983) que considera a “tradição inventada” como:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante

artificial. Elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. (...).

Hobsbawm enfatiza ser a tradição um objeto de manipulação não apenas da história enquanto tempo percorrido e experiência vivida e acumulada ao longo do tempo, mas um elemento suscetível à manipulação e interferência da própria comunidade que é depositária legítima da sua memória, e que constitui e, ao mesmo tempo, é constituída por essa memória.

Assim, é possível a aproximação das discussões de Hobsbawm com a situação de Curiaú no que se refere à instituição de uma nova gênese, o que poderia significar a constituição de uma nova tradição. Essa possibilidade é corroborada pelo papel da memória, que está irremediavelmente ligado à vida social que, segundo Le Goff (2003, 419), é “um certo modo de apropriação do tempo”. Estamos postulando que a memória da comunidade garante a legitimidade de suas tradições, o que significa dizer que a tradição ancora-se na memória coletiva. Nesse sentido, poderíamos afirmar que uma mudança em alguma tradição necessitaria da correspondente adaptação da memória.

Coincidentemente ou não, o movimento de introdução da prática escrita ocorre ao mesmo tempo em que se dá a acomodação da gênese curiaúense em virtude do reconhecimento da remanescência quilombola. Isso, então, poderia caracterizar a atualização da memória da qual estamos falando? É certo que se trata de dois processos, em princípio, distintos, que ocorrem paralelamente, mas que, na verdade, guardam alguma relação mais estreita.

É lícito considerarmos a invenção de duas tradições: a introdução da cultura escrita e o estabelecimento da memória da remanescência quilombola. Evidenciamos, assim, a relação binária tradição e memória. Dessa forma, a instauração da nova tradição, no que se refere à adoção de outra forma de comunicação social, no caso a incorporação da cultura escrita, não é o único deslocamento, ou melhor, acomodação ocorrida em Curiaú.

Para além da inauguração da escrita como uma outra forma de comunicação, observamos a criação de uma outra tradição que se funda na memória coletiva da gênese da comunidade, que recupera um passado comum a comunidades similares, e considerando que esse passado não se localiza na memória dos que historicamente ocupam-se do papel de arquivo vivo da história da comunidade, estamos supondo que aí se pode considerar a criação de outra tradição.

Tal acomodação não incidiu, no entanto, exatamente sob a narrativa fundante da vida curiaúense, que permanece a mesma, cuja temática refere-se à herança das terras por escravos, cujo senhor, por não ter herdeiros, deixou-as para seus escravos que, coincidentemente, eram irmãos. Mas a mudança identificada localiza-se sobre a memória da sua organização social e política, isto é, estabelece-se uma nova memória sobre sua organização social. Por todo esse processo de influências externas e acomodações internas apostamos na construção de uma nova tradição em Curiaú, na perspectiva discutida por Hobsbawm, que se alicerça justamente na memória que se ancora num passado histórico possível.

Cada tradição - vista como um conjunto de práticas - cumpre sua função social. No caso da tradição dessa nova gênese, sua função seria a instalação da memória quilombola, enquanto que a inauguração da escrita funcionaria como a fixação da história fundante da comunidade, que seria uma espécie de transcrição da história oral narrada pelos “porta-vozes” de Curiaú, já que não contempla a remanescência quilombola. Por isso, postulamos a criação de duas tradições.

Nesse sentido, a tradição oral funciona como suporte da memória coletiva, uma prática social vigente, até então, na comunidade de Curiaú, que passa a não mais ocupar o papel principal.

É válido ressaltar essa divisão de papéis entre a oralidade e a escrita. A escrita ocorre ainda de forma restrita às narrativas sobre a vida curiaúense, mantendo-se a oralidade predominante em outras práticas e papéis sociais.

Não se trata, porém, ao menos por agora, da transposição, mas de co-ocorrência: da convivência das duas formas de comunicação. É indubitável que a relação não é assim tão simples e direta.

Todos esses matizes evidenciam que o processo vivido pela comunidade de Curiaú foi atravessado por aspectos distintos e, ao mesmo tempo, complementares, isto é, estão relacionados à economia, à organização social e à cultura local. É natural que as mudanças operadas no campo histórico-social tenham interferido inevitavelmente em algumas práticas sociais internas e que estão intrinsecamente associadas, dentre outras questões, à inauguração da nova forma e fonte de comunicação social. Por outro lado, esse mesmo processo produz uma movimentação interna que engendra a revalorização da sua cultura pela própria comunidade,

despertando o interesse de muitos pelos seus costumes, o que gera um fortalecimento interno da cultura local.

Mesmo com toda essa efervescência cultural e as mudanças e acomodações operadas conjuntamente nos vários setores da vida dessa comunidade negra, algumas práticas inevitavelmente sucumbem e outras se mantêm e quiçá outras se fortalecem nesse processo, como é o caso de algumas festividades e costumes que estão sendo retomados e valorizados pela própria comunidade, como a festa de Santa Maria que há alguns anos não era realizada e foi retomada em 2004.

Tendo em vista todos esses matizes de ordem econômica, social e cultural mutuamente imbricados na constituição de um determinado grupo social, como o quilombo de Curiaú, identificamos três atividades que podem ser consideradas como constitutivas e, ao mesmo tempo, definidoras de uma comunidade que se poderia caracterizar como tendo uma representativa tradição oral: os saberes tradicionais, os narradores da história e a prática de composição oral, que em Curiaú se traduz nos “ladrões”<sup>8</sup> do Batuque/Marabaixo, práticas culturais das quais nos ocuparemos neste capítulo.

### 2.2.1 Os Saberes Tradicionais

Na realidade sócio-cultural de Curiaú, a oralidade é ao mesmo tempo instrumento e objeto cultural, uma vez que, simultaneamente, ela é a ferramenta de transmissão de conhecimentos e práticas sociais, culturais e profissionais, e é a própria prática social, com funções e papéis muito bem definidos.

Nesse sentido, os saberes tradicionais, ou, na perspectiva de Geertz (1997), os saberes locais, são aqueles transmitidos de geração em geração, conhecimentos esses notadamente empíricos, que se estendem desde a forma de construção das casas, antigamente palafitas, o que hoje se encontra visivelmente adaptado ao padrão urbano, até a construção dos instrumentos musicais utilizados nas festividades, passando pela agricultura, caça e também pela produção e

---

<sup>8</sup> Expressão utilizada pela comunidade curiaúense para designar, ao mesmo tempo, o refrão e a música própria e exclusiva do Batuque e do Marabaixo.

manipulação de remédios caseiro-naturais, assim como pela utilização de simpatias e benzeções como incremento da cura de algumas enfermidades, bem como os partos naturais.

A seguir, alguns dos saberes tradicionais praticados pela comunidade:

a) Benzeção: ritual empregado pela comunidade para “benzer as pessoas”. Tem o intuito de curar enfermidades do corpo e do espírito, geralmente são homens/mulheres tratados como curandeiros da terra, pajés, espíritos benzedores etc.

Segundo Sebastião Silva,

Desde o princípio desta comunidade, a crença nas pessoas que tratavam os casos de doenças desconhecidas pela medicina sempre foi a cura do povo do Curiaú. Homens e mulheres chamados curandeiros da terra, pajés, espíritos e benzedores são diferentes dos feiticeiros. A pessoa comum é dotada de um dom vindo do além, e segundo elas, é dado por Deus para tratar dos sofredores de maledicência. A forma de tratar só eles conhecem, sentem e enxergam por meio dos poderes que lhe pertencem e sabem do que as pessoas sofrem (2004, p. 36).

b) Parteiros: trata-se de uma prática muito antiga, em que essas habilidosas mulheres “aparam”, como elas dizem, crianças, isto é, fazem o parto na própria casa da parturiente. Contam com poucos instrumentos, tais como bacia, rodilha, panos e principalmente a fé, e as rezas: “Preces poderosas aos santos preferidos... uma combinação quase infalível. Santa Margarida é recorrida quando a placenta não quer sair: “... retirai de mim estas carnes mortas e moídas, tenha compaixão, Santa Margarida” (Cartilha da exposição Parteiros Tradicionais - Museu Sacaca/IEPA-AP).

Essas parteiras ainda praticam<sup>9</sup> a prescrição de receitas que auxiliam o tratamento:

- Receitas:

“Mulher parideira carece de fazer assento com chá da casca de barbatimão e verônica”;

“Chá de chicória ou vinho com cominho é para aumentar as contrações pro menino sair logo”;

“O sumo da folha do algodão roxo ou chá de caroço de taperebá é bom para acabar com hemorragia”;

- Simpatias:

---

<sup>9</sup> Receitas e Simpatias extraídas da Cartilha da Exposição Parteiros Tradicionais - Museu Sacaca/IEPA-AP.

“Passar vassourinha em cima das varizes da mulher prenha ajuda a aliviar a dor”;

“Espirrar três vezes com o chapéu do marido na cabeça” ou “vestir do avesso a camisa do companheiro” ajuda a expulsar o resto do parto”;

“São receitas que as parteiras conhecem e que aprendem com aquelas que elas fazem questão de chamar de “parteiras muito experientes”.

c) Medicina Natural: prática muito comum na Amazônia com a utilização de ervas e plantas como meio de intervenção para tratamento de enfermidades. No Amapá, uma das grandes referências no conhecimento dessas práticas é o Sacaca<sup>10</sup>, considerado o “Senhor da Floresta”, segundo informações constantes no “site” do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá/Centro de Plantas Medicinais:

Em nenhum outro lugar do mundo, a não ser na Amazônia, se encontram tantas espécies de plantas com poder medicinal. Os índios, há muito tempo, aprenderam a usar esse imenso laboratório natural para curar as doenças e isso acabou por ser incorporado e ampliado pela tradição popular.

Ainda sobre essa questão da manipulação de plantas medicinais, em geral, há uma associação com outras práticas tradicionais, tais como, simpatias ou rezas:

A mistura das doenças do espírito constitui uma das principais características da medicina popular. As plantas assumem o lado do bem combatendo o mal instalado nas pessoas, por mau olhado, numa guerra do mundo invisível. Os curandeiros, em destaque as parteiras, conseguem a comunicação com o mundo visível e o espiritual, tendo um papel preponderante nas comunidades tradicionais, por conhecerem os males e as formas de combatê-los (Cartilha da Exposição Parteiras Tradicionais -Museu Sacaca/IEPA-AP).

Os referidos saberes são adquiridos pela observação, pela repetição, isto é, pela convivência com as próprias práticas ordinárias, na perspectiva adotada por Michel de Certeau<sup>11</sup>. Toda essa forma de conhecimento considerada por Geertz (...) como saber local, por Diegues (1994), como saber tradicional é denominada pelos poetas amapaenses de **ciência caseira**<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Raimundo dos Santos Souza, o Sacaca, curandeiro da região, conhecedor das propriedades medicinais de ervas e raízes da vegetação amazônica. Dá nome ao museu a céu aberto: Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável. "Senhor da Floresta", como também era conhecido, fazia "garrafadas", unguentos e tinturas capazes de curar qualquer coisa. O "Dr." Sacaca dizia que nas cascas, folhas e raízes das plantas, principalmente as brasileiras, estão à cura de qualquer doença.

<sup>11</sup> Certeau, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: I. artes de fazer*, Vozes, 1994.

<sup>12</sup> Ciência caseira, termo utilizado pelos compositores: Joãozinho Gomes e Val Milhomen, na música “jeito tucuju”, faixa 6 do CD Senzalas, para fazer referência à sabedoria local transmitida de geração a geração, ou seja, o

A maior parte do saber local é transmitida de forma oral, inclusive por tratar-se de conhecimentos práticos, não requerendo, portanto, forma mais elaborada de transmissão. Como essa propagação de saberes, através da oralidade, é constante e normatizada internamente, esta acaba se transformando na própria prática social instituída como padrão de funcionamento interno do grupo, por isso, pode ser considerada uma das práticas constitutivas da tradição oral.

O conjunto de saberes de uma comunidade é uma das formas de identificação e reconhecimento enquanto tradicional, pelo menos de acordo com o campo de estudo que trata das relações entre o ser humano e a natureza. Em contraposição a essa corrente, Diegues (1994) empenha-se em desfazer ‘o mito moderno da natureza intocada’, mostrando que há sociedades, quase sempre rurais, que, por suas formas de organização, especialmente econômica e social, diferenciam-se das sociedades urbanas.

Assim, evidencia-se que a forma de comunicação social também é constitutiva da comunidade enquanto diferenciada como tradicional. A forma de transmissão dos saberes tradicionais já é em si uma prática tradicional. Trata-se, de acordo com Geertz (1997, 249), do “conhecimento prático dos aspectos da natureza”, assim como do conhecimento empírico das práticas cotidianas que é transmitido através das próprias práticas.

Esse saber local é compartilhado por todos no dia-a-dia, à exceção dos saberes relacionados ao dom dado por Deus, que se restringem a algumas pessoas. Os demais conhecimentos são de posse e manipulação coletiva, não havendo preferências, ou autoria, tampouco controle, senão pelos mais velhos, que são os responsáveis pelo ensinamento e transmissão para as gerações mais novas, sendo essa transmissão, via de regra, feita pela linguagem oral ordinária. Dessa forma, podemos afirmar ser a oralidade constitutiva de comunidades rurais, tradicionais ou outras que apresentem situação econômica, social e cultural similar.

---

conhecimento empírico acumulado por comunidades tradicionais, que resiste ao tempo e a todos os recursos modernos e tecnológicos.

## 2.2.2 Os Narradores da História de Curiaú

Estamos adotando a denominação “narrador da história ‘fundadora’” para qualificar as pessoas identificadas como portadoras da memória dessa comunidade e que representam, por assim dizer, uma espécie de patrimônio histórico-cultural. São chamados por Campos (2002) de “porta-vozes da história”. Assim qualificados, provavelmente, por serem os moradores autorizados, mesmo que tacitamente, a representar a comunidade quando se trata de contar a história da vida de Curiaú, estando aí incluídos os fatos referentes à vida cotidiana, familiar, social e cultural.

No trabalho de Campos (2002), são citados alguns representantes tradicionais, para usar a denominação da autora “os porta-vozes do Curiaú”, como o Senhor Waldivino Soares Ramos, Joaquim Tibúrcio Ramos, Sebastiana Miranda do Rosário, Joaquim Assunção Ramos, Francisco Damásio Ramos, Tereza Rosa dos Santos e Maximiliano Machado Santos<sup>13</sup>, os quais sempre são procurados por curiosos, historiadores e outros cientistas, como também indicados pelos próprios moradores para falar em nome da comunidade.

Todos esses e alguns que não foram citados, mas que também narram a história curiaense, têm papel fundamental na manutenção, não apenas da história, mas da memória social e cultural da comunidade, assim como na manutenção das próprias práticas orais. Nesse sentido, o papel social assumido por esses porta-vozes, está para além da simples narração de uma ou outra história, está na memória coletiva, como afirma Le Goff:

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes, que se exprime pelas genealogias; e o saber técnico, que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa (Le Goff, 2003, 427).

Em Curiaú, observa-se a relação da memória coletiva com os interesses mencionados por Le Goff, sobretudo sobre os mitos de origem e o saber técnico, estando este último relacionado à transmissão de conhecimentos práticos de natureza social, medicinal, religiosa, profissional, enfim, os aspectos da vida cotidiana.

---

<sup>13</sup> Em trabalho anterior tivemos como informantes: Dona Rossilda Joaquina da Silva, Sr. Roldão Amancis da Silva, Maria Francisca da Paixão e Francisco Damásio Ramos.

A respeito da história contada pelos moradores mais velhos, observamos a não correspondência entre a gênese do quilombo e a memória traduzida nas narrativas desses “porta-vozes”. Curiosamente, não há reminiscências do quilombo nessas narrativas. No entanto, entende-se que, assim como a tradição, a memória também pode ser atualizada e reelaborada por uma geração mais nova que a dos porta-vozes. Sobre esse aspecto, Campos (2002) elucida sobre a história antiga em relação à história recente de Curiaú:

A história da Vila do Curiaú vive por conta das estórias e histórias que cada um conta. Os nós estão atados, os governantes, os intelectuais e o poder público querem determinar para a Vila uma história que a comunidade não aceita e constrange-se diante dela. Portanto, é bom compreender que a história da Vila do Curiaú tem sua verdade na versão contada pela comunidade, pois a ela cabe o direito de saber sua gênese e toda a sua história política, religiosa, militar, etc... Na fala dos velhos depoentes, está o crédito sobre a história de um povo vivo e guerreiro porque, de qualquer forma, rebelando-se ou acomodando-se, sobreviveu. Diante de tal realidade, aos negros do Curiaú cabe o direito incontestável de contar sua própria história (2002, 86).

A inicial dicotomia, plasmada pela brusca mudança na memória sobre o passado histórico, gerou um desencontro das narrativas, mas, sobretudo da memória coletiva, instalando uma crise de identidade. Toda essa efervescência de ordem político-social está registrada no poema da moradora Creuza Silva<sup>14</sup>, publicado na 15ª edição do Jornal do Quilombo, datada de 17/07/01, do qual retiramos algumas estrofes:

Procuro minha raiz  
Não sei da minha origem.  
A história toda se enrola  
Sei que sou uma quilombola.  
(...)  
Assim diz a história.  
Diz que minha descendência  
É negra quilombola.

Observamos, ainda, em pesquisa anterior, uma movimentação sobre a titulação quilombola, que estava motivando a reacomodação da identidade dessa comunidade. Nesse sentido, para nós:

Essa titulação favoreceu o aparecimento de novos dizeres da comunidade sobre si mesma e propiciou, também, o surgimento de opiniões discordantes sobre essa adjetivação, uma vez que há quem afirme não ser Curiaú uma comunidade quilombola, porém a própria comunidade assumiu essa caracterização (OLIVEIRA, 2002: 19).

---

<sup>14</sup> Nativa de Curiaú, escreve poemas sobre a vida curiauíense com foco na defesa e propagação da identidade quilombola.

Em contraposição ao que afirma Campos na citação acima sobre a história do quilombo em Curiaú, o poema de uma nativa da comunidade demonstra perfeita aceitação e até mesmo defesa dessa ‘nova’ história.

Embora se identifique uma diferença nos discursos sobre o passado histórico de Curiaú, essa diferença pode não significar uma contradição, ou uma crise interna de maior profundidade, uma vez que a narrativa da gênese do Senhor Miranda, o senhor que teria dado as terras aos seus escravos, pioneiros da comunidade, é mantida sem nenhuma alteração, pois a remanescência quilombola, conforme constatado por nós, assenta-se em outras características, igualmente legítimas de Curiaú e, essas sim, coincidentes com a memória dos narradores oficiais. O que está em foco, ou melhor, o que subjaz à titulação quilombola não é a história de resistência ao modelo escravista, mas a forma de organização econômica, social e a manutenção de seus rituais e práticas culturais, observados ainda nos dias de hoje. É sobre esses aspectos, portanto, que se funda a remanescência quilombola, após a atualização do conceito de quilombo.

A história narrada pelos moradores de Curiaú, sobretudo a história transcrita pelos que têm se ocupado do registro escrito das narrativas, poderia ser considerada como o épico do Curiaú, cujos heróis seriam, na ordem indicada por Sebastião Silva (2000), o Senhor Miranda, dono dos escravos-herdeiros e os próprios escravos Francisco Inácio, João Inácio, Domingas Inácio, Dimiciano Inácio, Manoel Inácio, Inês Inácio e Domiciana Inácio, que dão início à vida naquele lugar que hoje se chama Curiaú e que, por conseguinte, desempenham o papel de protagonistas da narrativa, sendo os responsáveis pelo surgimento e fixação da tradição de vida curiauíense, o que os faz, dessa forma, os heróis do épico curiauíense, encantadoramente, narrado pelos “porta-vozes da história”.

### 2.2.3 Os Ladrões

O termo ladrão nomeia a um só tempo a parte e o todo da cantiga curiauíense, isto é, tanto se reporta à parte que é repetida após cada estrofe, que nesse caso é chamada de verso, quanto à própria cantiga, isto é, a música que é cantada com o acompanhamento dos instrumentos. Ladrão seria, então, o nome do refrão e da música própria e exclusiva do Batuque e do Marabaixo.

Nenhum dos nossos informantes soube explicar a procedência dessa denominação. Disseram-nos, apenas, que era a forma como os mais antigos chamavam, mas não conseguiram dar nenhuma explicação ou formular qualquer hipótese sobre a referida taxionomia que, ao menos no Amapá, é notadamente restrita às músicas de batuque e de marabaixo.

Assim, podemos concluir que essa denominação tem relação com a natureza da música que, em geral, é uma sátira a alguma situação real ocorrida com alguém que é transformada em música, de circulação pública, sem a autorização ou aquiescência do ‘dono da cena’ ou situação.

### *2.2.3.1 O Batuque e o Marabaixo*

Inicialmente, faremos uma breve descrição do Batuque e do Marabaixo que são considerados fundamentalmente uma dança, de estilo diferenciado, marcada pelo ritmo que é distinto para cada um, conforme demonstramos adiante, respectivamente:





Trata-se de uma manifestação folclórico-religiosa que ocorre, tradicional e exclusivamente, em festividades religiosas em louvor aos santos que as comunidades são devotas, como em Curiaú nas festas de São Joaquim, a maior e mais importante, por tratar-se do padroeiro; São Sebastião; São Lázaro; Santo Antônio; Nossa Senhora da Conceição e São Tomé. O Dia de Santa Maria, no entanto, é festejado com Marabaixo. Têm lugar após as atividades religiosas, como a novena, a ladainha, sempre rezada em latim, ou a folia, no caso de São Joaquim. A dança é estimulada com muita bebida, especialmente a gengibirra<sup>15</sup> e a cerveja. O Batuque, tal qual o Marabaixo, ocorre exclusivamente em comunidades, localidades e bairros (Laguinho e Santa Rita, antiga Favela) de histórica e tradicional concentração de população negra.

---

<sup>15</sup> Bebida tradicionalmente preparada com cachaça e gengibre.

De ritmo mais acelerado que o Marabaixo, o Batuque diferencia-se daquele também por ser de realização restrita a poucas comunidades. De acordo com Sebastião Silva, além de Curiaú, que é pioneiro, o Cunani apresenta um Batuque próprio e as demais localidades, como Ressaca, Casa Grande, Igarapé do Lago, entre outras, são uma espécie de dissidência, ou seja, essas festas foram levadas por quem já viveu em Curiaú.

Outra diferença identificada no Batuque em relação ao Marabaixo são os instrumentos musicais. Enquanto o primeiro é feito com tambores e pandeiros, no segundo estão presentes as caixas acústicas, chamadas de caixas de marabaixo.

As festividades, nas quais têm lugar privilegiado o batuque ou o marabaixo, sempre de motivação religiosa, em geral, são organizadas e realizadas pelos chamados festeiros, que são os que herdaram a devoção do santo e têm a responsabilidade de postergar essa tradição, que pode ser delegada a outro morador em situações e circunstâncias acordadas internamente. Outra possibilidade de realização de uma festa na comunidade é em razão do cumprimento de uma promessa por qualquer morador. Apesar de todo o ritual para realização das festividades na comunidade, hoje em dia já se pode assistir à apresentação dessas danças em palcos e eventos, o que chamaríamos de parte profana da festividade.

Enquanto os dançadores (na verdade são predominantemente mulheres, portanto, as dançadeiras) com a devida indumentária, movimentam-se dançando ritmadamente e exibindo uma coreografia quase uniforme, com deslocamentos em roda sempre no sentido anti-horário, ao mesmo tempo em que respondem em coro ao puxador (ou puxadores) os ladrões; os tocadores (sempre e exclusivamente homens) dão o ritmo que faz do batuque uma dança encantadora. Além das festividades do calendário cultural-religioso curiauíense, dança-se batuque em eventuais apresentações como o Encontro dos Tambores<sup>16</sup>, entre outros eventos que ocorrem no Estado, bem como em outras capitais, em programações de caráter nacional, ou relativos à cultura afro-brasileira.

Embora não se observe nenhuma ordem hierárquica, ao menos aparente, existe uma espécie de divisão de papéis no Batuque, que se apresenta da seguinte forma:

---

<sup>16</sup> O Encontro dos Tambores é um evento realizado pela União dos Negros do Amapá - UNA, em parceria com outras entidades civis de afro-descendentes, com o apoio de órgãos governamentais dos Poderes Estadual e Municipal, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, data em que se comemora a morte do líder negro Zumbi de Palmares.

1) os tiradores - são assim chamados os que compõem os ladrões, que são considerados a parte mais importante de uma cantiga de Batuque, correspondendo ao que se chama de refrão em outras músicas. Os tiradores de ladrão geralmente eram também os puxadores, pois a elaboração dava-se de forma oral, sem recurso de escrita, por exemplo, inclusive porque estes não eram alfabetizados - como diz o próprio ladrão “eu não sei ler nem escrever”, (...) - mas tinham boa garganta, o que era indispensável, ou seja, os que tinham a habilidade vocal, acabavam por desenvolver também a habilidade necessária à criação de um ladrão.

Faz-se necessário ressaltar que isso ocorria no passado, haja vista que hodiernamente apenas cantam-se e repetem-se os ladrões já criados, uma vez que não mais são feitos; para usar a terminologia local, não são tirados novos ladrões, apenas são cantados e repetidos.

2) os puxadores - são os que são dotados de bom “gargo”, como diz Sebastião. Isto significa ter boa voz, ou seja, um tom de voz alto e firme o suficiente para ser ouvido para além do som dos instrumentos - ressalte-se que sem nenhum recurso sonoro elétrico ou eletrônico, como microfone, por exemplo - e ritmo e habilidade vocal. E, é claro, uma boa ‘dose’ de extroversão e de liderança, uma vez que há sempre uma platéia significativa dentro e fora da roda, o que não permite ao puxador qualquer indício de timidez.

Outra característica importante é a boa memória, tanto para garantir a continuidade da festa, através da ininterrupta seqüência de ladrões, assim como para armazenar a seqüência dos versos em cada ladrão, haja vista que, em princípio, não se trata de nenhuma improvisação, nem em relação aos que tocam, tampouco aos que cantam, sobretudo, os puxadores. No entanto, no passado havia situações em que se enversava de improviso, mas hoje em dia isso não mais acontece, em virtude da não criação de novos ladrões, o que restringe as improvisações.

Os puxadores quase sempre ficam parados próximo aos tocadores. Eles se revezam durante as apresentações, normalmente trocam de função, quando não estão puxando ladrão, estão na roda respondendo e dançando. Dona Lucy<sup>17</sup> nos diz que não é uma tarefa fácil e não são todas que “jogam um verso na cara da caixa”, isto é, não são todas que têm habilidade suficiente para puxar um ladrão, tampouco para tirá-lo. Hoje em dia tudo isso mudou, já se encontra até quem use microfone para auxiliar a tarefa de puxar um ladrão, afirma Dona Lucy.

---

<sup>17</sup> Dona Lucy, antiga dançadeira de Marabaixo e tradicional tacacazeira da cidade.

3) os cantadores - são assim chamados os que respondem aos ladrões após cada estrofe. Na verdade, é o conjunto dos participantes da roda de batuque/marabaixo que, em coro, canta normalmente apenas os ladrões, isto é, repete-os após cada estrofe, chamada por todos de versos. Os cantadores acumulam o papel de dançadores. Na grande maioria, são mulheres, que dançam em sentido circular, ouvindo o ritmo do rufar dos tambores e dos pandeiros ou das caixas, sempre atentos aos versos cantados pelo(s) puxador (res); seguem dançando e respondendo, isto é, cantando os ladrões, estimulados pela cerveja e/ou gengibirra, que é uma bebida forte, conforme aponta Val Milhomen e Joãozinho Gomes (compositores locais):

Natalina falou  
gengibirra não é mole não  
Se o nego beber demais  
Vai fazer zoeira  
Se perde pelo salão  
E adeus brincadeira

4) *os tocadores* - papel exercido exclusivamente por homens, posicionados no meio do salão, em uma das extremidades da roda. Os tamboristas, como os chama Sebastião Silva, encontram-se sentados sobre os tambores, normalmente, ao lado dos tocadores de pandeiros, que permanecem ali, em pé, parados, ao menos em relação ao movimento circular das dançadeiras. Apresenta-se em número reduzido, geralmente são dois tocadores de tambor e um ou dois de pandeiro, no batuque, enquanto no marabaixo são, normalmente, três tocadores de caixa.

5) *as dançadeiras* (para utilizar o termo local) - assim chamaremos em virtude de, como já dito acima, serem em maioria absoluta mulheres que, ingerindo gengibirra ou outra bebida, quase sempre alcoólica, emprestam ao evento o colorido de suas roupas e a graciosidade de seus movimentos que dão alegria e beleza à roda de batuque/marabaixo. Em passos curtos, acompanhando o movimento giratório da roda, vez ou outra, giram em torno de si mesmas, causando um singular efeito visual, sobretudo pelo balanço de suas rodadas e alegremente floridas saias. Segundo Sebastião Silva, não é uma tarefa fácil, pois se a dançadeira perde o ritmo quando está na frente dos tocadores, ela pode prejudicar a harmonia e até causar a parada momentânea dos tambores; nas palavras do informante: “no rodar que ela rodou, ela fez o repinicador errar e aí pára tudo”. Por isso, ainda segundo ele: “para ser repinicador é preciso ser profissional”, assim como as dançadeiras que ficam próximas aos tocadores precisam ser habilidosas e experientes.

6) *os instrumentos*<sup>18</sup> - são empregados tambores e pandeiros. Os tambores são de dois tipos, segundo Sebastião Silva: os **amassadores**, que fazem a marcação do ritmo e os **repinicadores**. De acordo com Sebastião, para utilizar esse instrumento é necessária uma certa destreza, pois são eles que fazem os dobrados responsáveis pela melodia, ou seja, dão o caráter melódico ao ritmo dos tambores. Por outro lado, o rufar dos pandeiros também contribui decisivamente para a construção da harmoniosa melodia do batuque.

Há que se destacar a forma rústica de afinação desses instrumentos que, por sua vez, é realizada através de uma fogueira acesa próximo ao local de apresentação onde é aquecido o couro dos tambores e pandeiros até atingirem o ponto ideal.

7) *a indumentária* - as dançadeiras apresentam-se devidamente vestidas e preparadas para a festa com suas saias rodadas, de estampas alegres e com a predominância de flores de tamanho médio a grande, abaixo dos joelhos, em altura que se aproxima ao meio das pernas, ou como dizem popularmente, até o meio da canela. Ressalte-se que, em algumas situações, a estampa é uniforme em todas as saias das dançadeiras; usam blusas brancas de modelo que deixa à mostra os ombros e parte do colo, com um babado que cai por cima do corpo, em altura logo abaixo dos seios quase sempre com um bordado ou renda fazendo o acabamento; nos pés, costumam usar sandálias com ou sem saltos altos, quando não estão descalças; geralmente, carregam nos ombros uma toalha, do tipo das de rosto, que não se conhecendo outra função, enxugam os suados rostos que são banhados pelo efeito tanto do esforço físico do movimento da dança como da bebida que evapora extrapolando os poros do corpo. Sobre esse acessório, nosso informante Sebastião Silva, diz que a toalha serve também para incrementar a coreografia como mais um recurso de sedução, nas palavras dele “para fazer bonito para o namorado”; as mais vaidosas apresentam-se maquiadas, com alguns acessórios como brincos e colares; outras colocam raminhos de flores enfeitando o penteado.

Essa é, ao menos em eventos oficiais, a indumentária feminina do batuque, assim como do marabaixo. Em outras situações, apresenta-se com saias de estampas diferentes ou padronizadas e, algumas vezes, com uma camisa qualquer. Observamos ainda que, por vezes,

---

<sup>18</sup> Instrumentos fabricados artesanalmente pelos próprios tocadores, utiliza-se apenas da matéria-prima retirada da própria região. O pandeiro é feito de couro de carneiro ou de sucuri, e a estrutura de madeira de cacau, e os tambores de couro de boi e madeira de cupiuba, segundo informações prestadas por Renato Rosário Ramos (30 a.), tocador de pandeiro, neto do Senhor Waldivino Soares Ramos, dono de uma das mais tradicionais memórias da vida da comunidade de Curiaú.

elas usam camisas de propaganda de algum evento de tradição afro-amapaense ou afro-brasileira, como o Encontro dos Tambores, ou da própria festividade do ano anterior ou do ano em curso. Sebastião Silva informou-nos também que na tradição do Batuque em Curiaú não há uniformidade nas estampas das saias, blusas, ou outra peça da indumentária. O referido informante denuncia que roupa igual não é norma de Curiaú, para ele, isso é invenção recente de alguns grupos que, com a intenção de “pegar” dinheiro do governo, criaram essa despesa, mas na “verdadeira tradição” cada um veste o que quer, sendo que as mulheres da comunidade sempre vestem saia, de cor e estampa da sua preferência. Segundo ele, toda curiauíense, sobretudo as mais velhas, tem sua bela saia.

### 2.2.3.2 A Composição e Forma dos Ladrões

Apresentavam-se de maneira peculiar e suas estruturas seguiam o modelo da tradição oral:

1) *a forma* - as cantigas de batuque/marabaixo são compostas de um ladrão que se repete após cada estrofe; não tem sido observada nenhuma regularidade quanto ao número de versos do ladrão, podendo ser composto de apenas um verso: *Ê, ê, ê, ê, Marcolina*, ou de um número maior de versos:

ai, ai, ai, ai, o arari  
vamos ver o boi laranja  
nos campos do Matapi

Quanto às estrofes, são igualmente irregulares quanto à extensão, mas geralmente são compostas de, no mínimo, dois versos. No batuque, tanto os versos do ladrão quanto das estrofes - chamadas pelos festeiros de versos, em distinção aos ladrões - são mais curtos, relativamente às composições do marabaixo. Essa diferença ocorre, provavelmente, em virtude do ritmo mais acelerado do batuque requer frases mais curtas. Não observamos nenhuma limitação quanto à extensão da cantiga, isto é, quanto à quantidade de estrofes. No entanto, é possível observar a repetição das mesmas estrofes compondo cantigas com ladrões diferentes, como o verso:

o amor que tu me tinhas  
era pouco e se acabou

que foi observado sendo cantado com, pelo menos, dois ladrões diferentes:

Rosa branca açucena ô lêlê  
Case com a moça morena ô lêlê

Ai, ai, ai, ai o Arari  
Vamos ver o boi laranja  
Nos campos do Matapi

outro verso que é bastante cantado com quase todos os ladrões, é o que, de alguma forma, anuncia a participação de um determinado puxador na roda, ou seja, quando alguém quer cantar um:

Deixa-me cantar um pouco  
Que na outra eu não cantei

2) *os temas* - indistintamente, no Batuque e no Marabaixo, os temas são variados, versando, no entanto, predominantemente sobre fatos ocorridos no dia-a-dia, geralmente envolvendo fenômenos da natureza, de uma forma geral, podendo se referir também à relação da comunidade com a flora e especialmente com a fauna da região; relatam fatos ocorridos com alguém em situações particulares ou mesmo do cotidiano, sobretudo, os que lhes parecem pitorescos; pode se ocupar ainda de alguma homenagem ou até mesmo lembrança, enfim, estão sempre relacionados às questões que envolviam a vida ordinária. Observamos, ainda, uma constante referência à religiosidade, com a recorrente louvação a Deus ou a algum outro santo. Vejamos alguns temas:

- sendo uma das principais atividades econômicas não poderia deixar de ter alguma referência à criação de animais:

É de manhã  
É de madrugada (bis)  
Vamos tirar leite s'a Dona  
Da vaca malhada

- como é de costume a orientação dos mais velhos relativamente a várias situações, o cuidado com a saúde também está registrado:

ai Juraci tira a menina daí (bis)  
tira a menina do sol  
pra ela não constipar  
o sol está muito quente  
e pode até fazer mal

- uma das sabedorias de uma sociedade tradicional, a relação da comunidade com a natureza é muito forte, sobretudo com animais:

eu tinha mamãe, eu tinha  
eu tinha meu passarinho  
estava preso na gaiola  
bateu asas foi embora

- outra atividade econômica de subsistência, sendo uma das principais fontes de alimentação, a pesca também está registrada em forma de ladrão:

Taiamar  
Taiamar é o peixe candaia  
Taiamar  
Que peixe é esse?  
Vou pescar esse peixe  
Do alto mar  
Taiamorim  
Era eu e o meu mano  
E o meu mano mais eu  
Alugamos uma casa  
Ele não paga e nem eu  
E o taiamorim

- o registro de algum fato inusitado ocorrido:

O trevelê  
Pelo dia 26 de agosto  
Jesus nos queira valer  
Deu-se um grande barulhão  
Pela moda do trevelê

Aonde vai o mestre Eufrásio?  
Tanto andava quanto corria  
Foi desapartar o rolo  
Da Josefa com a Maria

A Maria foi quem disse  
Eu vou te dar na boca  
Pra ti deixar o meu nome  
E pra ti ver que eu não sou sopa

A Maria Tacacá  
só arrotava pavulagem  
quando brigou com a Josefa  
eu não conheci vantagem

foi na moda do trevelê  
eu vi duas mulher brigar  
a Josefa Borboleta  
com a Maria Tacacá.

- como forma de gozação com alguém que passou por algum fato pitoresco, ou com o intuito de fazer alguma crítica ao comportamento de outrem, sempre de forma grotesca.

O grande alvoroço  
No dia 29 de julho  
Deu-se um grande alvoroço  
O Belém apanhou pancada  
Na descida do poço

Eu vi a Maria Joana  
e a Cláudia também  
e foram tirar a viada  
de cima do Belém

eu durmo na minha casa  
cada um dorme na sua  
o Belém dorme na tábua  
bem na porta da rua

O Belém apanhou pancada  
Na descida do poço  
Se não fosse o acomoda  
Aí então o caso era grosso.

Eu bem te disse Belém  
Deixa de atolerância,  
Não te mete com a viada  
Que ela é mal pra criança.

Valei-me Nossa Senhora,  
Senhora de Nazaré  
Eu tenho raiva de homem  
Que apanha de mulher.

Esses são apenas alguns ladrões, quer de Batuque, quer de Marabaixo, demonstrando que estão indissociavelmente ligados à vida rural, refletindo, por assim dizer, a situação de isolamento cultural e social em que vivia a comunidade. Observamos, ainda, a recorrência da referência e reverência a Deus e a outros santos, como marca da religiosidade, pois há sempre um verso que se reporta a alguma entidade religiosa.

Os temas dos ladrões podem se referir a um fato particular, ou seja, a um determinado tema, enquanto que os versos podem não se referir à mesma temática, o que significa dizer que não há nenhuma correspondência, ou obrigação temática entre ladrão e versos.

Verificamos, ainda, que os versos de uma cantiga de batuque/marabaixo podem variar de uma localidade para outra, ou seja, trata-se do mesmo ladrão, com versos diferentes, como é o caso do ladrão de Batuque *Marcolina*, puxado diferentemente nas comunidades de Igarapé do

Lago e Curiaú, o que poderia caracterizar versões diferentes, embora alguns versos sejam coincidentes:

<b>Marcolina<sup>19</sup> (cantado no Igarapé do Lago)</b>	<b>Marculina<sup>20</sup> (cantado no Curiaú)</b>
<p>Ê, ê, ê, ê, Marcolina</p> <p>Marcolina diz que tem Duas Varas de Condão</p> <p>É mentira ela não tem nem dez réis para o sabão</p> <p>Amanhã eu vou-me embora segunda-feira de aurora</p> <p>Quem não me conhece chora que dirá quem me namora</p> <p>Amanhã é dia santo dia de corpo de Deus</p> <p>Quem tem roupa vai à missa quem não tem faz como eu</p> <p>Senhora Dona Josefa venha cá faça o favor</p> <p>Venha receber lembranças que seu amor lhe mandou</p>	<p>Ê, ê, ê, ê, Marculina</p> <p>Marculina diz que tem Uma vara de condão</p> <p>É mentira ela não tem Nem um réis do sabão</p> <p>Marculina diz que vai viajar de avião</p> <p>é mentira ela não vai ela vai é de caminhão</p> <p>marculina diz que tem os cabelos cachiados</p> <p>é mentira ela não tem ela tem é o cabelo raspado</p> <p>marculina por ser moça quer ser melhor do que eu</p> <p>marculina cala a boca que sorte quem dá é Deus</p> <p>amanhã é dia santo, dia de corpo de Deus</p> <p>quem tem roupa vai à missa quem não tem faz como eu.</p>

<sup>19</sup> Letra copiada do CD “Na Maré dos Tempos”, do Grupo Pilão, um grupo de música amapaense.

<sup>20</sup> A transcrição deste ladrão, ou seja, dessa versão, assim como dos ladrões O arari, O grande alvoroço, Taiamar e O trevelê, foram cedidas pela Professora Odilene, da Escola José Bonifácio, responsável pela disciplina Canto de Casa, oportunidade em que tem feito o registro e transcrição dos ladrões cantados pela comunidade, entre outras atividades de valorização da cultura local.

O elemento que mais se destaca em uma cantiga de batuque/marabaixo é o ladrão, inclusive pelas reiteradas repetições, assim como por ser a parte cantada por todos. Os versos, nesse sentido, encontram-se mais vulneráveis, permitindo uma certa liberdade ao puxador que, não tem nenhuma preocupação com a ordem, o que significa dizer que, embora saibam que versos se cantam com cada ladrão, a ordem não é fixa, pode-se inverter sem prejuízo de qualquer natureza, tanto que é possível, conforme já comentado, repetir os mesmos versos com ladrões diferentes. Os versos, diferentemente dos ladrões, são cantados apenas pelo puxador, que canta quase sempre ao microfone nos dias de hoje.

3) *a produção* - os ladrões eram tirados, para usar o termo local que equivale a compostos, em situações diversas, seja na roça, na hora de torrar farinha, e as mulheres os tiravam durante a lavagem de roupa no lago ou igarapé, tarefa que se fazia quase sempre coletivamente; ou seja, a criação de ladrões, assim como dos versos que constituem uma cantiga, como chama Dona Lucy, de batuque ou de marabaixo, era feita durante as atividades cotidianas, inclusive por se referir também a essas situações, como já foi dito. Sebastião Menezes afirma que algumas vezes podiam ser tirados de improviso quando ocorria de alguma autoridade comparecer ao evento inesperadamente, de alguma lembrança repentina sobre algum fato, ou até mesmo um ocorrido naquele exato momento. Segundo ele, a tarefa de tirar ladrões, por não ser fácil ou simples, era de domínio de poucos e esses com suas habilidades o faziam a qualquer momento, se necessário.

Como, ao que parece, os ladrões eram uma forma de lazer e gozação, quando se tratava de um tema referente a um fato grotesco ocorrido com alguém, enversava-se de improviso; por isso, talvez, a inclusão de versos prontos e, até mesmo, a repetição de alguns versos, em virtude do improviso, para não parar a cantiga e a dança, emprestavam-se alguns versos já feitos anteriormente.

No entanto, Dona Chiquinha<sup>21</sup>, que era tiradora de ladrões, afirma que antes de se cantar publicamente um ladrão, isto é, de apresentá-lo ao público, ele era devidamente ensaiado, inclusive com os tocadores para, provavelmente, verificar-se o devido enquadramento no ritmo do batuque/marabaixo que, como já exposto, são diferenciados, e na métrica do ladrão para o

---

<sup>21</sup> Curiaense tradicional que mantém a realização das tradições afro-descendentes, no Laguinho, onde viveu por muitos anos e mais recentemente em Curiaú, depois de seu retorno àquela comunidade.

qual se estava enversando. Em rápida observação, notamos que não havia nenhuma preocupação rigorosa ou imprescindível com a rima, como acontece, por exemplo, com a literatura de cordel.

Em princípio, qualquer pessoa podia enversar para compor uma cantiga, uma vez que os versos não têm nenhuma obrigatoriedade de relação temática com o ladrão; ou seja, não há necessidade do conhecimento dos fatos que estão sendo narrados por meio do ladrão para inserir-se versos, ou como dizem os veteranos, para se enversar. Mas, na verdade, é muito provável que esse papel já tivesse seus personagens bem definidos, os que, notadamente, o faziam tão bem, que acabavam por ter a preferência do papel.

Por outro lado, em algumas cantigas eram colocados versos já construídos e previamente conhecido por todos - originários da tradição popular, ou até mesmo das antigas canções de ninar, ou ainda muito usados nas populares cantigas de roda - isto é, versos prontos, do prévio conhecimento de todos, algumas vezes adaptados, outras vezes sem nenhuma adaptação, tais como:

o anel que tu me deste  
era vidro e se quebrou,  
o amor que tu me tinhas  
era pouco e se acabou

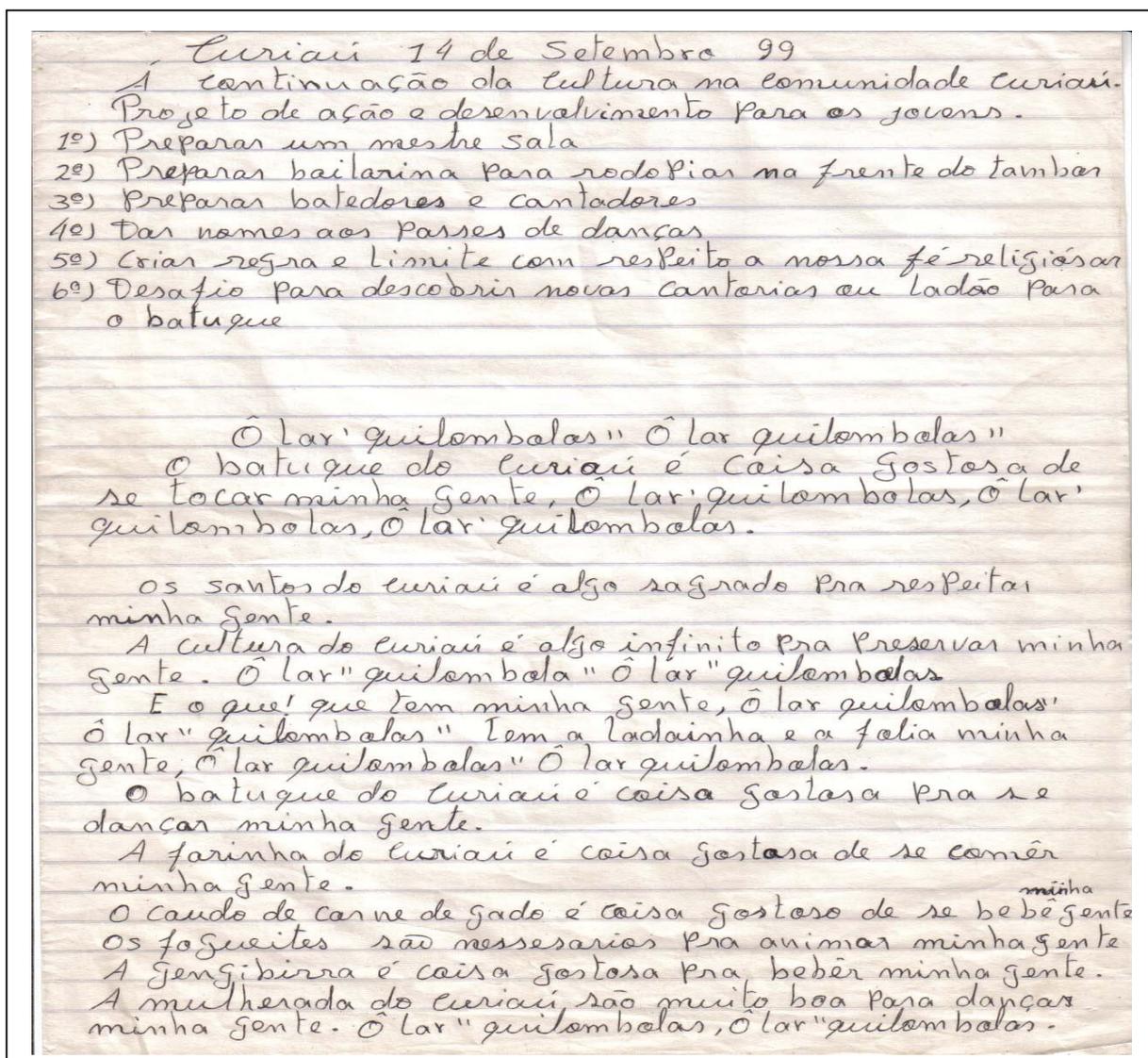
Marcolina diz que tem  
duas varas de condão,  
é mentira ela não tem  
nem dez réis para o sabão.

Da mesma forma que em outras composições populares, como os folguedos, a literatura de cordel, trata-se de uma atividade eminentemente oral (inclusive pela situação social e escolar dos moradores de Curiaú, que apresentavam realidade similar às comunidades rurais e ribeirinhas), o próprio ladrão, a condição escolar e, por conseguinte, a situação social dos tiradores de ladrões, o que resultava no tripé: produção, recepção e circulação de forma exclusivamente oral, conforme explicitado abaixo:

eu não sei ler nem escrever  
nem também tocar viola  
eu preciso aprender, oh menina  
nem que seja na vossa escola

Em relação à elaboração, ou melhor, à produção de um ladrão, uma situação que se poderia caracterizar como nova e recente é a tirada de um ladrão de forma escrita para outrem

puxá-lo. Esse pode ser considerado um fato insólito, que ocorreu em virtude de não mais existir nenhum tirador oficial de ladrão e a vontade de um cidadão curiauíense de registrar um fato, conforme o costume, mas não ter, como ele mesmo diz, “gargo” para puxá-lo. Por isso, acabou por escrever, rompendo assim a tradição de produção de um ladrão, e passá-lo a um puxador autorizado. Ressaltemos que se trata de uma situação diferenciada de criação dos tradicionais ladrões, para então ser aprendido, memorizado e cantado pelo conjunto da comunidade. Diz respeito ao ladrão quilombola, escrito por Sebastião Silva, e puxado por William (um jovem puxador), criado em razão do recebimento do título de remanescente de quilombo, quando começaram a ser chamados e considerados quilombolas os moradores da comunidade de Curiaú, conforme vejamos reprodução do manuscrito:



Curiaú 14 de Setembro 99  
A continuação da cultura na comunidade Curiauí.  
Projeto de ação e desenvolvimento para os jovens.

- 1º) Preparar um mestre sala
- 2º) Preparar bailarina para rodopiar na frente do tambor
- 3º) Preparar batedores e cantadores
- 4º) Dar nomes aos passes de danças
- 5º) Criar regra e limite com respeito a nossa fé religiosa
- 6º) Desafio para descobrir novas cantorias ou ladão para o batuque

Ô lar' quilombolas" Ô lar' quilombolas"  
O batuque do Curiaú é coisa gostosa de se tocar minha gente, Ô lar' quilombolas, Ô lar' quilombolas, Ô lar' quilombolas.

Os santos do Curiaú é algo sagrado pra respeitar minha gente.

A cultura do Curiaú é algo infinito pra preservar minha gente. Ô lar" quilombola" Ô lar" quilombolas

E o que! que tem minha gente, Ô lar' quilombolas' Ô lar" quilombolas" Tem a ladainha e a fôlia minha gente, Ô lar' quilombolas" Ô lar' quilombolas.

O batuque do Curiaú é coisa gostosa pra se dançar minha gente.

A farinha do Curiaú é coisa gostosa de se comer minha gente.

O caudo de carne de gado é coisa gostoso de se beber <sup>minha</sup> gente

Os fogueites são necessários pra animar minha gente

A gengibirra é coisa gostosa pra beber minha gente.

A mulherada do Curiaú são muito boa pra dançar minha gente. Ô lar" quilombolas, Ô lar" quilombolas.

Poderíamos afirmar que se trata, novamente, da criação de outra nova tradição, a criação escrita de um ladrão, visando ao mesmo objetivo que estamos postulando para os demais escritos, o registro de um fato que, pela sua significância, merece ser formalmente registrado e como já há alguém escolhido para essa função, o escritor o faz sem perceber que esse procedimento pode estar se contrapondo à tradição primeira: a criação de ladrão como prática oral.

4) *a circulação e recepção* - as diversas atividades de comunidades rurais, camponesas e ribeirinhas, geralmente, têm uma forte tradição oral, que é motivada pelo limitado nível educacional, pelo incipiente desenvolvimento econômico e tecnológico que, por outro lado, não demanda maiores conhecimentos e, especialmente, pelo considerado isolamento em relação à máquina econômica e, mormente, cultural que movimenta os grandes centros urbanos. É nesse âmbito que a cultura oral se estabelece e, ao mesmo tempo, caracteriza e até particulariza comunidades como Curiaú.

A cultura oral cumpre uma função social, seja de transmissão de saberes, seja de manutenção de práticas e rituais culturais e religiosos. Nesse sentido, todo esse conjunto de saberes que Diegues nomeia de tradicional, dentro de um campo teórico, e Geertz de local, em outro campo, via de regra é produzido e reproduzido, recebido e transmitido, ou seja, sua circulação ocorre de forma estritamente oral.

Os ladrões de batuque/marabaixo exercem o mesmo funcionamento e papel que cumpriam em décadas passadas, dentre eles, segundo Havelock (1996, 74) “soportar la responsabilidad de un código de conducta memorizado”. O que significa dizer que a oralidade suporta uma responsabilidade funcional que, no entanto, é melhor reconhecida e entendida como uma norma interna pelos que vivem nesse ambiente cultural.

Assim como são produzidos, os ladrões também são recebidos em situações cotidianas, como na roça, na casa de farinha, na lavagem de roupa na beira do lago, enfim, nas várias atividades ordinárias, assim como nas festividades. Esse seria, portanto, o ambiente natural de suas criações, mas seu local preferencial e final de circulação, poderíamos afirmar, é a roda de batuque/marabaixo. É quando, depois de detalhadamente preparados e ensaiados são apresentados ao público. Na verdade, essa é uma situação que já cedeu ao tempo, portanto, todo esse processo deve ser narrado e comentado como um fato já ocorrido, pois, como já dissemos

anteriormente, esse processo não mais ocorre, uma vez que já não são criados, compostos ladrões nos dias de hoje, como se fazia no passado. Essa prática já definhou há algum tempo.

Os habilidosos tiradores sucumbiram ao tempo e com eles a irreverente forma de saudar, de gozação e toda a função social que subjaz a essa atividade aparentemente desprendida de utilidade, mas de um grande valor simbólico. Essa atividade específica de tirar ladrões também pode estar ameaçada, visto que as últimas gerações não parecem interessadas em dar-lhe continuidade, ou talvez ela já não cumpra mais a função social que lhe era cabida, por isso, deixa de ser importante e perde seu papel. Essa seria uma razão justificada para, senão seu desaparecimento, a perda de sua função principal, de sua restrição em termos de novas criações e até de modificações, que são naturais em todo processo evolutivo, o que significa estar vivo enquanto elemento funcional.

Os ladrões são produzidos em ambientes e situações cotidianas e como a própria composição é feita também de forma coletiva, um tira o ladrão e outros podem enversar. Dessa forma, não têm autoria identificada, isto é, são de domínio público interno à comunidade, ou melhor, às comunidades afro-descendentes em que se mantém viva a tradição do batuque e/ou do marabaixo.

Como a população negra é expressiva no Estado do Amapá e exerceu influência considerável na formação e configuração da cultura genuinamente amapaense, os ladrões, como um forte elemento da cultura negra, são um destacado constituinte do conjunto de tradições orais da cultura desse Estado, quem sabe o mais perene, pois tem se mantido vivo durante décadas.

Como uma das formas mais recorrentes de comunicação social e uma das práticas lingüísticas e sociais de grande valor simbólico e cultural, sobretudo para as comunidades rurais distantes da máquina urbana, a linguagem oral ocupa lugar e papel determinante em comunidades rurais-tradicionais. Nesse sentido, todos os que operam com essa ferramenta tornam-se, a um só tempo, instrumento e agente da cultura oral, sejam os que detêm o poder ou a autoridade de contar as histórias fundantes da comunidade, sejam os que repassam os saberes sobre a agricultura, a pecuária, a pesca, a cultura, sejam os que compunham os ladrões, enfim, o conhecimento necessário à sobrevivência da comunidade. De acordo com Sebastião Silva (2004, 54): “Esses costumes vieram de geração em geração e hoje vêm dos pais para seus filhos”. Toda essa sabedoria empírica, cuja via mais comum e usual de transmissão e recepção é a oralidade, é

reproduzida e se mantém viva, inclusive por se propagar através de redes de relações muito próximas.

### 3. OS ESCRITORES CURIAUENSES

Acabou a escravidão  
Mas somos escravos do chão  
De janeiro a janeiro  
O negro trabalha o ano inteiro  
De sol ao relento  
Na chuva no vento  
Pra ganhar o sustento  
(...)  
A vida na roça é vida de cão  
Planta, capina, não tem solução  
  
Não somos escravos do branco  
  
Mas somos escravos do chão.

(Creuza Silva, Jornal do Quilombo, 29ª edição, 29/06/2000)

A questão posta pela escrita remete-nos, inevitavelmente, a outros aspectos subjacentes a ela, especialmente a sua aquisição, ou seja, à alfabetização que, por sua vez, tem lugar especial no processo de escolarização. Nesse sentido, ancoramos nossa análise na abordagem de Cook-Gumperz (1991) que trata das muitas equações que a alfabetização estabelece, não se restringindo, portanto, à escolarização, embora seja essa a mais evidente e mais direta. A expansão a outras equações, como por exemplo “catalisador de mudanças sociais”, permite-nos ver com mais clareza o processo gestado em Curiaú, uma vez que o uso da escrita nessa comunidade parece apontar para uma motivação social, isto é, estamos falando do uso distinto que é feito da escrita no cenário particular curiauíense, que se apresenta não coincidente com a aquisição da leitura e da escrita.

Embora não percebamos diferenças significativas em termos de conteúdo e de metodologia do ensino da escrita nas diferentes localidades do Estado do Amapá, o uso e as significações da escrita diferem em algumas situações e lugares, isto é, adquiriram papéis e significações distintas em algumas comunidades, como ocorre na Comunidade de Curiaú. Sobre esse aspecto, Street afirma que “the relation of oral and literate practices differs from one to another (1993,9)<sup>22</sup>”. Dessa forma, o que motiva a ocorrência de distinções de significado e de aplicação desse conhecimento - a escrita - entre comunidades que, em princípio, têm acesso ao mesmo tipo de material e em condições aparentemente similares?

---

<sup>22</sup>A relação de práticas oral e escrita difere entre si (de uma para outra).

Segundo a ótica sociolingüística, defendida, sobretudo por Cook-Gumperz (1991), o foco não deve ser a aquisição da escrita em si, mas o uso que é feito dela, em outras palavras, o que se faz com a escrita. Nesse sentido, nosso olhar dirige-se para os usos e significados distintos que se plasmam em razão das práticas sociais que se estabelecem a partir e em torno da escrita, assim como as significações que ela comporta e, ainda, em que medida ela participa da dinâmica das relações sociais curiaúenses.

Nesse sentido, nossa análise implica, portanto, desvelar que regras culturais delineiam o uso da modalidade escrita e identificar, assim como descrever, o uso diferenciado e o papel distinto que a cultura escrita pode adquirir em cenários socioculturais particulares, como ocorre em Curiaú: toda a mudança de natureza lingüística ocorrida nos últimos tempos parece estar associada a uma mudança social que teve lugar com o reconhecimento da sua remanescência quilombola. Nesse sentido, estamos levantando a hipótese da construção social da escrita curiaúense, quando supomos que uma mudança na estrutura social motivou a mudança na prática lingüística ao mesmo tempo como meio e fim, isto é, a mudança lingüística apresenta-se como suporte à mudança social - quilombo - e, ao mesmo tempo, como consequência da mudança social.

### 3.1 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E DE ESCOLARIZAÇÃO

O ensino formal é uma realidade em Curiaú há algumas décadas. Segundo a história contada por moradores e constante do Histórico (ver Anexo 4) da atual Escola Estadual José Bonifácio, desde 1948, mesmo que funcionando provavelmente de forma improvisada e precária, foi instalada, por iniciativa de um morador, a primeira escola, que se constituiu o embrião da atual escola estadual.

Com o reconhecimento e a incorporação da escola pelo Governo do Estado instituiu-se o ensino regular, ou seja, dava-se início à escolarização, onde tem lugar especial a alfabetização, vista como o conhecimento básico para a leitura e a escrita. Destarte, a alfabetização é, segundo Cook-Gumperz (1991, 27), “tanto a finalidade quanto o produto da escolarização”. Assim é que, ainda segundo essa autora (*op. cit*, 27), essa é uma “relação imutável”, dado o caráter constitutivo e intrínseco que as relaciona.

Em Curiaú, a habilidade para a escrita não coincide com o processo de alfabetização, isto é, o uso da escrita não se apresenta como um reflexo imediato do processo de sua aquisição, que se estabelece na escolarização formal. Isso nos permite afirmar, portanto, que a alfabetização não é a força motriz da escrita curiaúense, embora tenha fornecido o instrumento para o processo de mudança social que se estabeleceu nos últimos anos na comunidade.

Diferentemente da situação da escrita de Curiaú, outra comunidade tradicional: o povo Jarawara, como mostrado por Vencio, tem seu processo de escrita instaurado como reflexo imediato da aquisição das letras, isto é, da alfabetização na perspectiva de Cook-Gumperz. A diferença entre as duas comunidades corrobora, assim, a afirmação da referida autora de que a escrita deve ser estudada considerando-se os cenários socioculturais particulares, o que significa dizer, levar em conta processos sociais que envolvem essa prática lingüística que pode ser diferente para cada comunidade.

A alfabetização cumpre naturalmente a missão de iniciar as crianças à escrita e à leitura, assim como através de programa especial também o faz com adultos. No entanto, como é sabido, durante todo o processo de escolarização não temos como resultado a construção de leitores, tampouco escritores habilidosos. Estamos tratando a escolarização como um processo contínuo que se estende desde a aquisição das primeiras letras até o ingresso, ou até mesmo a conclusão, do ensino superior, abrangendo todo o ciclo da formação educacional.

Poderíamos questionar, destarte, a insuficiência ou a ineficiência da escolarização para a formação de escritores habilidosos e competentes, seja nos padrões estabelecidos pelas rigorosas regras gramaticais seja para a necessidade de breve registro ou qualquer que seja a atividade que envolva, ou melhor, requeira a modalidade escrita e todos os instrumentos referentes a ela. Sobre esse aspecto, Barton (1994) afirma que:

In everyday life writing is often evaluated in terms of neatness of handwriting and correctness of spelling. A good writer is someone who is neat. This is a common view in society, and I see the source of it as being in school's view of literacy (p.166)<sup>23</sup>.

No entanto, não é nesse cenário desenhado por Barton que se constituem os escritores curiaúenses. Não é seguindo os padrões escolarizados de escrita que se configuram os escritos

---

<sup>23</sup> Na vida cotidiana, a escrita é sempre avaliada em termos de clareza do manuscrito e correção da escrita. Um bom escritor é alguém que seja claro. Esse é um ponto de vista comum na sociedade, e eu vejo a fonte disso na visão escolarizada do letramento.

curiaueses, mas seguindo uma ordem interna, que se apresenta a partir das necessidades locais e da variedade de linguagem utilizada na comunidade.

### 3.2 O SURGIMENTO DOS ESCRITORES

Antes de tratarmos propriamente do processo de surgimento e constituição dos escritores em Curiaú, façamos uma espécie de desvio para abordamos sobre a terminologia que estamos adotando para qualificar e nomear essa atividade assumida por alguns moradores de Curiaú que os particulariza como escritores. É necessário fazermos menção ao grande debate existente em torno da questão da autoria que é irremediavelmente tributário, em geral, de processos de escrita, sobretudo da forma apresentada naquela comunidade.

Considerando a complexidade de uso da terminologia (à qual subjaz o conceito) autor (em razão de toda a carga teórica que esse termo carrega) para identificar os que têm se dedicado à escrita curiauese, decidimos por adotar o termo escritor para nos referirmos a esses moradores da comunidade. Temos acrescentado, por vezes, o qualificador 'local', isto é, estamos tratando-os também de escritores locais.

O termo escritor, embora represente mais diretamente a função que nomeia, também apresenta restrições, ao menos à referência que estamos estabelecendo nesta abordagem. Dessa forma, filiamo-nos à perspectiva adotada por Barton<sup>24</sup> (1994), que discute essa questão a partir da constatação de que o termo escrita (*writing*) em inglês é ambíguo, podendo referir-se tanto ao processo manual de escrita - *handwriting* - quanto ao conteúdo. Ainda segundo esse autor, o termo escrita parece dar ênfase ao **como** é escrito, enquanto o termo “autor” enfatiza o que é escrito, promovendo um deslocamento, portanto, para o processo ao invés do produto. Esse deslocamento favorece o entendimento de que:

when trying to evaluate the content of writing, the notion of good writing cannot be pinned down easily (...) Writing can only be evaluated in terms of the purposes for which it is intended (...) The way to put writing into its social context is to construe it in terms of practices”<sup>25</sup> (p. 167).

---

<sup>24</sup> Essa abordagem é apresentada por David Barton no Capítulo 11 - Public Definitions of Literacy, no item Writer as scribe or author, da obra *Literacy: an introduction to the ecology of written language*.

<sup>25</sup> Quando se tenta avaliar o conteúdo da escrita, a noção de boa escrita não pode ser deduzida facilmente. A escrita só pode ser avaliada em termos dos propósitos para os quais ela é pretendida. A forma de colocar a escrita no seu contexto social é construí-la em termo de práticas.

Chegamos, portanto, ao viés que interessa a nossa abordagem: a escrita considerada a partir do contexto social em que se desenvolve. No entanto, embora estejamos operando com a escrita como um processo social onde se plasmam práticas, sendo considerado por Barton como o lugar preferencial do autor em contraposição ao escriba, não trabalharemos com essa conceituação, por se tratar de categoria complexa e restrita a alguns funcionamentos e por não ser o foco de nossa análise discutir a autoria desses escritos, que, sem dúvida, poderia render análise interessante. Nosso interesse é, nesse momento, iluminar o que Barton nomeia como contexto social da escrita relativamente a Curiaú, o que significa observar, nesse caso, as relações do uso da escrita com outros aspectos da vida curiauíense, que se configura na inauguração de outra fonte de comunicação.

Embora não adotemos o termo autor, estamos tratando os escritores que têm seus trabalhos publicados na forma de livros pelo sobrenome, seguindo a regra vigente de citação de autor, quando estamos apresentando seus trabalhos, isto é, quando da apresentação de suas escrituras, no próximo capítulo.

O processo de escrita aponta para uma questão importante que não se restringe à responsabilidade do que é dito, a autoria, no caso, mas também para o surgimento de uma nova função social: o escritor, com o papel que essa figura representa na comunidade.

O preenchimento da referida função, isto é, ser escritor significa ser responsável pelo que diz, assim como dizer a verdade a partir de alguma legitimidade, nesse caso, ser nativo e conhecer a história. Essa é uma questão recorrente nos livros: demonstrar que é fonte segura e por isso tem legitimidade. Isso fica mais evidente nos escritos de Sebastião Silva, que é uma espécie de escolhido para a missão da escrita.

A função escritor passa a ser considerada uma profissão, conforme explicitado no censo (mostrado no capítulo anterior), apesar de aparentemente não apresentar qualquer status internamente.

Retomando a questão da responsabilidade com o que é veiculado pelos livros, essa é dividida ou transferida aos que contavam a história, os mais velhos, que assumiam a função de depositários da memória coletiva que delegaram o poder de guardar a história da comunidade a outro que pudesse fazer o registro escrito com o objetivo principal de evitar que se perdesse com o tempo. Esse escolhido transforma-se em novo porta-voz (na escrita) da comunidade, com uma

sutil diferença: na escrita, o que é dito tem mais valor de verdade, perdendo, assim, o caráter de mito. Com essa autoridade, o escritor passa a ter autonomia, uma vez que faz escolhas para a produção de sua escritura, e que seleciona e filtra o que será dito e como o será feito, assim como tem a liberdade de criar.

O preenchimento da mencionada função social está irremediavelmente associado à defesa de uma determinada verdade, ou poderíamos dizer, nova verdade sobre a comunidade. A escritura curiaúense tem o papel social de fortalecer, mas essencialmente de difundir a versão do quilombo. Para isso, resgata o passado longínquo (escravidão) com o fim de sustentar e legitimar essa nova verdade. Como o lugar da verdade, a escritura traduz a vida da comunidade, ainda com muitas características da oralidade, por isso a genealogia, as pessoas especiais, como temas centrais dentro da escritura curiaúense.

Uma outra razão para a escritura, portanto, para o surgimento dos escritores é fixar a história limitando, assim, variações da história oficial. A escrita permite a sintonia, e o ordenamento do que é dito. Segundo Silva (2004): “A preocupação é que muitas histórias contadas por terceiros podem deixar dúvidas em certas ocasiões. O que muita gente fala, já ouviu de alguém de maneira diferente” (82).

O uso da escrita em Curiaú, como uma forma de comunicação, chamou-nos a atenção por tratar-se de uma comunidade tradicional que, pela sua própria natureza, constituição e localização, apresentava um funcionamento interno (o que inclusive particulariza-a e caracteriza-a como tradicional em distinção às demais), cujas práticas sociais giravam em torno da oralidade, isto é, parte considerável das atividades locais como informações e ensinamentos empíricos são transmitidos exclusivamente pela oralidade, mais especificamente pela conversa informal e pelo ensinamento que se baseava, ainda, nos exemplos e na observação e repetição das atividades.

Na verdade, todo esse processo de transmissão e aquisição de conhecimento não sucumbiu à inauguração de um novo, mas foi acrescentada à dinâmica local uma outra forma de comunicação que, também, caracteriza outra prática social, uma vez que oralidade e escrita são, para além de atividades comunicativas, práticas sociais responsáveis por papéis distintos, que podem derivar inclusive diferentes significações sociais dentro de uma comunidade particular.

Dado que o funcionamento interno, nesses termos, não apresentava, aparentemente, nenhuma lacuna, qual razão haveria para a escolha de uma nova forma de comunicação que

suportasse, em princípio, as mesmas funções, ou seja, o que já era cumprido ou já participava dos papéis cumpridos pela oralidade, que significou a irrupção de um novo canal de comunicação, mas fundamentalmente a instalação de novas práticas sociais e lingüísticas?

Uma das vias que buscamos para compreender e elucidar a questão da inserção da modalidade escrita como forma de comunicação configurando-se, por conseguinte, em uma nova prática social (o que nos levou a considerar esse movimento como a inauguração de uma nova tradição), foi a investigação junto ao próprio escritor buscando ouvir suas declarações relativamente à decisão ou iniciativa de contar a história e a vida de Curiaú: a decisão de registrar a história guardada na memória dos arquivos vivos que representam a memória coletiva curiauíense por escrito.

Assim, o primeiro informante afirma ter sido a sua produção escrita um tanto acidental, configurando-se como consequência de outro trabalho que ele realizava, o que implica dizer que no começo ele não tinha a intenção de escrever essa história, no entanto, ao realizar outra atividade, iniciou o registro do que os mais idosos lhe contavam sobre a vida da comunidade, por solicitação e escolha dos próprios “porta-vozes” da memória, como chamamos no capítulo anterior. A partir disso, resolveu organizar os registros que fez desses que guardavam parte da memória local e transformar essa coletânea de depoimentos em livro, uma vez que, tendo ele sido escolhido por esses guardiões da memória para fazer o registro escrito de forma que esse acervo não se perdesse com suas mortes, resolveu aceitar a tarefa e a designação. Em suas próprias palavras:

[Bem, a preocupação que eu tive na época foi por causa de... por ser escolhido da comunidade pra ser munitô, e era pra mim trabalhar cum as pessoas mais velha, mas eu num sabia por como começar, o problema era que as pessoas era meu pai, meus avós, meus tio, meus padrinho, que dizer, era as pessoa que eu tinha por condição de respeitar. Intão eu tinha que vê uma forma, uma maneira ideal pra que eu pudesse ter mais um...um contato pessoal cum eles fora do respeito. Intão pra você mandar numa pessoa mais velha ou intão determinar algumas coisa, você tinha que ter uma forma que as pessoas tivesse condição de te entender, e aí eu cumecei a conversar com eles de casa em casa, na parti individual e ia buscar informações dele, como era que a gente puderia fazer determinados trabalho, e aí eles cumeçaru do princípio da vida de que eles já tinhu, visto do passado até o momento da data que eles ainda istavu no mundo se ainda tavam vivo. E aí eu cumecei ver que uma coisa que eu perguntava eles iam buscar lá do princípio como, como o pai deles plantava, o fulano de tal, isso, infim, até chegar no momento, e isso eu cumecei a notar e cumecei a juntar as coisa, e eu vi que aquelas informações era mais de que informações, era uma coisa que dava pra se gravar, era coisa que dava pra si documentar mesmo, e que se transformou um livro que realmente deu até pra ser publicado] (*sic*). (grifo nosso)

A partir desse momento, o papel de escritor-relator da vida curiaense passa ao estatuto de autor e é tacitamente atribuído a Sebastião Menezes da Silva, isto é, ele é escolhido para essa função. Não é ponto pacífico, no entanto, a “escolha” desse “novo” ‘representante da memória’, por assim dizer, de Curiaú. Como toda mudança gera algumas reações, não foi diferente com a inserção da escrita da história curiaense, assim como não representou para a comunidade nenhum momento simbólico, ou melhor, não representou um marco na vida local, segundo afirma Silva:

[Eu tenho certeza absoluta, como um ditado muito servi, que santo de casa num faz milagre... não teve grande repercussão dentro da comunidade não... cum toda certeza (...) não acharu importante nem... é... nem legal nem ruim. Ainda alguém daqui quis mi causar problema, porque cum o tempo que passou algumas coisas ficaru defasadas. Intão quando ele foi publicado, que alguns viu, leu i deparavu cum determinadas coisa, dizia: “nossa pai, mas conteceu isso e essa coi...? Não, mas não foi desse jeito”. Quer dizer que eles cumeçaru a... a... algumas pessoa cumeçaru questionar o problema que já tava passado a tanto tempo, e quem passou as informações já num... num... num tinha mais nem ovido, a única, a última pessoa que ainda morreu foi u... não... depois disso, foi a minha vó quando ela disse: “tumara que esse livro saia publicado antes d’eu morrer”. E ela não conseguiu alcançar] (*sic*).

Algumas razões são explicáveis no que concerne ao mínimo impacto na comunidade causado pela publicação do livro sobre sua vida. Estamos postulando que:

1) uma razão é que a escrita não altera o funcionamento interno, não causa qualquer modificação no curso normal da vida cotidiana, o que significa dizer que não exerce nenhuma influência na dinâmica das relações sociais, ou ainda, não participa dessas relações. A escrita curiaense, destarte, não interrompe nenhum ciclo, quiçá inicie um novo, isto é, embora todas as práticas concebidas e transmitidas pela oralidade permaneçam inalteradas, a escrita representa a inequívoca irrupção de uma nova forma de comunicação, assim como comporta significações sociais distintas da oralidade;

2) uma segunda razão pode estar relacionada ao fato da escrita não se constituir uma novidade absoluta para a comunidade, considerando que a escolarização foi instituída há mais de cinquenta anos, não coincidindo, portanto, a descoberta das letras com a escrita da sua história pela comunidade, que se assim o fosse poderia causar encantamento pela coincidência da descoberta das possibilidades da escrita com a possibilidade de uso dessa habilidade recentemente adquirida para o registro escrito da sua própria história.

Nesse sentido, a escrita curiauíense representa um marco muito mais significativo na vida de Curiauí em suas relações com a exterioridade, com o público que busca informações e demonstra interesse pela história dessa comunidade. Disso resulta em que o valor dessa escrita, paradoxalmente, parece ter mais relação com o público externo que propriamente com as pessoas que participam dessa história, os próprios curiauíenses. Isso permite-nos postular que a escrita não é portadora de nenhum lugar especial na teia de relações internas, não representando nenhum indício de status ser escritor em Curiauí. No entanto, para além dos limites territoriais curiauíenses, essa escrita representa um marco, uma vez que reflete um movimento que não é simples, inexpressivo ou casual, ao contrário, é o resultado de um processo interno complexo e significativo que se estabelece a partir de um conjunto de mudanças internas, cuja relação parece inevitável.

Apesar de não representar explicitamente a dinâmica local, a escrita da sua história é para o escritor uma situação não apenas de realização pessoal, mas de cumprimento de dever perante a sua comunidade, uma vez que o livro reflete algum tempo de dedicação e de trabalho para elaboração e organização até atingir o padrão em que se encontra na versão publicada. Como diz Sebastião Silva:

[Eu te digo que foi muito importante, eu não sei como eu tô te falando hoje, ficu até... falando sozinho, porque quando eu... tive a idéia de iscrever, que fosse publicado, na época eu tava cum 19 anos de idade. Se fosse publicado em cima do momentu eu talvez já tivesse iscrevendo vários e vários depois de lá pra cá, porque eu tinha muito mais... e... tava com aquela ansiedade, mas pelo tempo que passou eu tive aquela... fiquei assim dismotivado. Depois que ele saiu foi que a minha irmã, Zé Araújo começou a mim incentivar que eu tinha por obrigação de iscrever o outro porque ia ser necessário, e depois dessa demanda, da muita... dele ter circulado a procura de muita gente também demais, informações, tal coisa, aí eu cumecei a ver que realmente a importância era grande d'eu iscrever outro trabalho. Mas eu fiz um trabalho que tá... breve a ser publicado, mas ele não foi um trabalho difícil, ele é um trabalho muito bom e que tá... já... já veio cum... cum eventualidades, uma coisa superficial que talvez num... num seja totalmente o que tem dentro dele, mas é muito bom tanto pra pesquisa como pras pessoas ler por causa de dormi, e outras coisa mais, porque o trabalho é coisa verdadeira, tudo que tá ali é coisa séria, concreta, reais, vivida, vivenciada, infim, ali num tem nada que fosse criada, tudo foi coisa que aconteceu mesmo e eu até muitas dessas coisa eu participei] (*sic*). (grifo nosso)

Iniciado o processo de escrita, aproximadamente dois anos após o lançamento do primeiro livro escrito em Curiauí, surge o segundo, motivado provavelmente pela existência de um trabalho já publicado, elaborado por Esmeraldina dos Santos, que não é genuinamente curiauíense como o primeiro escritor, embora esteja sempre envolvida com a vida de lá em virtude

de sua ascendência curiaúense, pois seu pai e sua mãe, como genuínos e tradicionais curiaúenses e expoentes da resistência - ao menos cultural - mantiveram muitos dos hábitos e tradições que compartilhavam com seus conterrâneos, inclusive por viverem em um bairro da cidade considerado o bairro negro, onde são mantidas tradições religiosas e culturais remanescentes da cultura afro-descendente, sobretudo o Marabaixo. Nesse sentido, o vínculo dessa escritora com Curiaú é menos intenso e expressivo que o do primeiro, o que a faz narrar a partir das reminiscências da memória de seu pai.

Questionada sobre a sua iniciativa de relatar as lembranças de seu pai sobre a comunidade de Curiaú, que representam uma parte da história daquela comunidade, a escritora diz que:

[Eu escrevi esse livro a “História do meu Povo”... olha eu acho que eu... não foi intenção de fazer um livro, teve... teve que depois ser feito um livro, foi assim uma... através de uma conversa incerta, muita das vezes o meu pai conversando, contando a história deles aqui, aí lá um dia eu... eu fiquei assim pensando né dele dizer assim... só que a gente morre e leva tudo né, que intão eu achei que ali ele tav... ali foi um caminho, si abriu um caminho, uma porta pra fazer esse livro. Aí eu peguei um papel... um pedaço de papel e comecei iscrever aquelas coisa que ele me falava, aí já me interessei iscrever tudinho né, já passei pra um caderno, e aquele caderno como eu trabalhava, eu... sentava, às vezes limpava a casa em dia de sábado, terminava, me sentava dentro do meu quarto, começava iscrever. ... E o meu sigundo, continua sobre a “História do meu Povo”, já tá vindo agora...! E ele (o pai) sentava e conversava, continuava, e a gente conversava, é... e eu fazendo aquilo, aí eu jamais pensando assim tirar aquilo ali do caderno. Um dia o Fernando Canto<sup>26</sup> chegô lá im casa cum a mulher deli, e aí a mamãe disse assim: “aí Fernando, a Esmeralda tá iscrevendo um livro”. Aí ele disse assim: “mostra Esmeralda”; aí eu peguei o caderno, mostrei pra ele né, aí ele pegô e disse assim: olha, termina que eu vô fazer a performa do teu livro. Eu jamais pensei na minha vida desse livro ser publicado, eu jamais tinha pensado. Aí, foi passando o tempo né, aí eu comecei andar pra cá pelo Curiaú, cunversar cum meus tio, cum as pessoas mais velhas pra contar as histórias, como era aquilo né... aí eu vinha pra cá im dia de sábado, im dia de domingo cum a minha irmã, a outra que já faleceu, aí comecei a fazer, comecei a iscrever, e procurando as histórias mesmo] (*sic*). (grifo nosso)

Quanto ao processo de elaboração e produção dos livros, ocorreu de forma absolutamente artesanal e, em alguma medida, em condições particulares e diferenciadas um do outro. Os escritores utilizam e manipulam poucos recursos, apenas papel e caneta para o estágio da produção e elaboração, ou seja, para o relato escrito da história. Depois buscam contatos com autoridades, em geral, do poder público, em vista de dar a formatação de livro, isto é, de quem digite, formate e imprima uma versão que possa ser distribuída entre autoridades, agora com outro perfil - gestor, também do setor público, visando financiamento para publicação.

---

<sup>26</sup> Fernando Canto é referência em atividades culturais no Estado.

A variedade de linguagem usada pelos escritores é uma versão escrita da variedade lingüística oral utilizada pela comunidade na comunicação diária, ou seja, uma variedade que se afasta da variedade padrão em suas construções e utiliza um vocabulário próprio, isto é, diferenciado, em alguma medida, do padrão urbano macapaense e, sobretudo, da língua portuguesa padrão. É curioso perceber como esses escritores têm consciência de que utilizam uma linguagem diferenciada, mas isso não se constitui em impedimento para a escrita, como ilustra o depoimento do escritor Sebastião, nesse caso, em particular com o que ocorreu por ocasião da digitação do texto, quando o computador não reconheceu alguns termos, mas na sua fala fica evidente que ele sugere alguma diferença da variedade usada na comunidade das demais variedades de outros lugares:

[(...) quando o Valdeciro tava digitando esse trabalho, ali no coisa, botô todas as palavras de Curiaú no sistema de computador e a palavra num ixiste, diz ... mais num vai ixiste meu filho, nunca, porque palavra tradicional, palavra que sai do coração num ixiste, ixiste palavras feitas, ixiste a palavra de sistema, intão a mãe do sistema quem criou o computador foi aqui do curiaú? As palavras que tão lá foi gente do curiaú que botô lá, não foi gente do istadu zunidu (Estados Unidos), sei lá da onde, intão ele botô palavra que eles tem conhecimento, os istudiosos, mas as palavras comum que é de dentro do mato, da origem, ele não tem conhecimento, e vai ficar sempre clicando lá: clic, clic, clic, clic, clic, e nem é ixistente, porque num ixiste um dicionário] (*sic*). (grifo nosso)

Em virtude da escrita não ocupar um lugar especial no cenário curiauíense, os escritores não desfrutam, por conseguinte, de qualquer status especial internamente. Esse lugar distinto que o escritor ocupa nas sociedades letradas é atribuído aos escritores curiauíenses só da relação exterior, quem lhe atribui algum status é o leitor não-curiauíense, em movimento de transposição de valores vigentes em uma comunidade à outra. A comunidade não reserva, até então, nenhum lugar ou valor privilegiado à escrita, conquanto ela (a escrita) não participa ativamente da vida ordinária e por extensão esse status de escritor não participa ou não é constitutivo do conjunto de valores locais.

A influência de valores da sociedade dominante em relação à periférica no jogo de poder poderia ser determinante para atribuir lugar e valor destacado à escrita em Curiaú, inclusive pelo fato dessa prática lingüística não participar da vida cotidiana. Isto significaria empréstimo de valor da cultura dominante e, por isso, poderia implicar sua supervalorização. No entanto, dado esse fato ser relativamente recente e dada a coesa identidade local, a inserção da escrita não

interfere na dinâmica relacional, tampouco valorativa da comunidade curiauíense, ao menos nesse momento inicial.

Diante dessas constatações, estamos supondo que as funções, no sentido do propósito pretendido, e as significações da escrita em Curiauí estão vinculadas à fixação da história e à propagação da origem quilombola, reforçando a nossa hipótese de que a inserção de outra modalidade lingüística deriva da mudança ou acomodação sociocultural: o quilombo.

### 3.3 O REVISOR

Observamos que existe em todos os escritos curiauíenses a figura do revisor: há sempre alguém que se dispõe a essa tarefa de revisar e proceder a ajustes necessários para efeito de publicação. Esses textos, portanto, são submetidos a uma inspeção de algumas “autoridades” antes da publicação, cuja interferência não se pode medir em que grau atinge a construção do texto original, isto é, não podemos medir a que se atém exatamente essa revisão, embora possamos supor que se trate de alguma intervenção no sentido de adequar aos preceitos da gramática normativa que são, via de regra, os primeiros a serem procurados, para usar uma imagem mais adequada, perscrutados e requeridos em uma elaboração textual. Trata-se, provavelmente, da “caça” aos famosos desvios gramaticais que nesse tipo de texto são encontrados sem muito esforço, ao menos para quem os procura. Estamos postulando, dessa forma, que o objetivo dessa revisão seria então ocultar esses desvios, mormente, os mais salientes, que podem coincidir com os mais comuns, na tentativa de dar a esse texto o caráter, em princípio, indispensável a um texto publicável, que se confunde com o rigor gramatical.

Verificamos, também, em várias passagens dos textos indícios da intervenção, ou melhor, rastros da passagem do revisor. O uso de aspas, por exemplo, em algumas palavras que são correntemente utilizadas pela comunidade, parece só ser justificável por alguém externo à comunidade que precisa destacar a origem e a utilização diferenciada da palavra.

Ora, se as duas palavras em destaque, “causos” e “jogavam”, presentes em trechos de um dos textos curiauíenses, fazem parte do uso freqüente do escritor, ou seja, compõem o seu léxico, não haveria razão para o destaque, o que nos permite supor que o uso desse recurso é

indício da interferência de uma revisão feita por alguém que não partilha do mesmo vocabulário, por isso, teria aspeado os termos como forma de demonstrar que se trata de um termo local.

Outro caso ilustrativo da presença do revisor, a partir do seguinte trecho do texto “Curiaú: sua vida, sua história”:

A “lei” era muito rigorosa. Os velhos davam nos filhos dos outros nem que corressem para debaixo da saia da mãe, e depois de surrado, a pessoa apanhava, desta vez dos pais (28).

O uso das aspas na palavra “lei” pode ser para indicar que se trata de norma cultural interna, isto é, regulação e controle de comportamento vigente na comunidade, o que pode demonstrar, mais uma vez, a interferência do revisor.

Outro fato que nos permite evidenciar a interferência de um revisor é a inclusão da referência bibliográfica ao final do segundo livro de Sebastião Silva, “Curiaú: a resistência de um povo”, onde encontramos as referências bibliográficas do seu primeiro livro: “Curiaú: sua vida, sua história”.

É previsível que essa revisão cause algum impacto ou efeito no que concerne ao estilo, uma vez que interfere nas ‘escolhas’ feitas pelo escritor no momento de sua elaboração, seja no que concerne à pontuação, à acentuação ou mesmo à organização interna que se aproximaria do domínio da sintaxe, por exemplo, assim como a seqüência e ordem dos temas. O fato é que esse texto revisado já não é o mesmo, está alterado em função da interferência do revisor que, certamente, retira marcas importantes e distintivas desse material que não é, por sua constituição e significação, exclusivamente lingüístico, mas é também histórico na medida em que representa um conjunto de relações e representações.

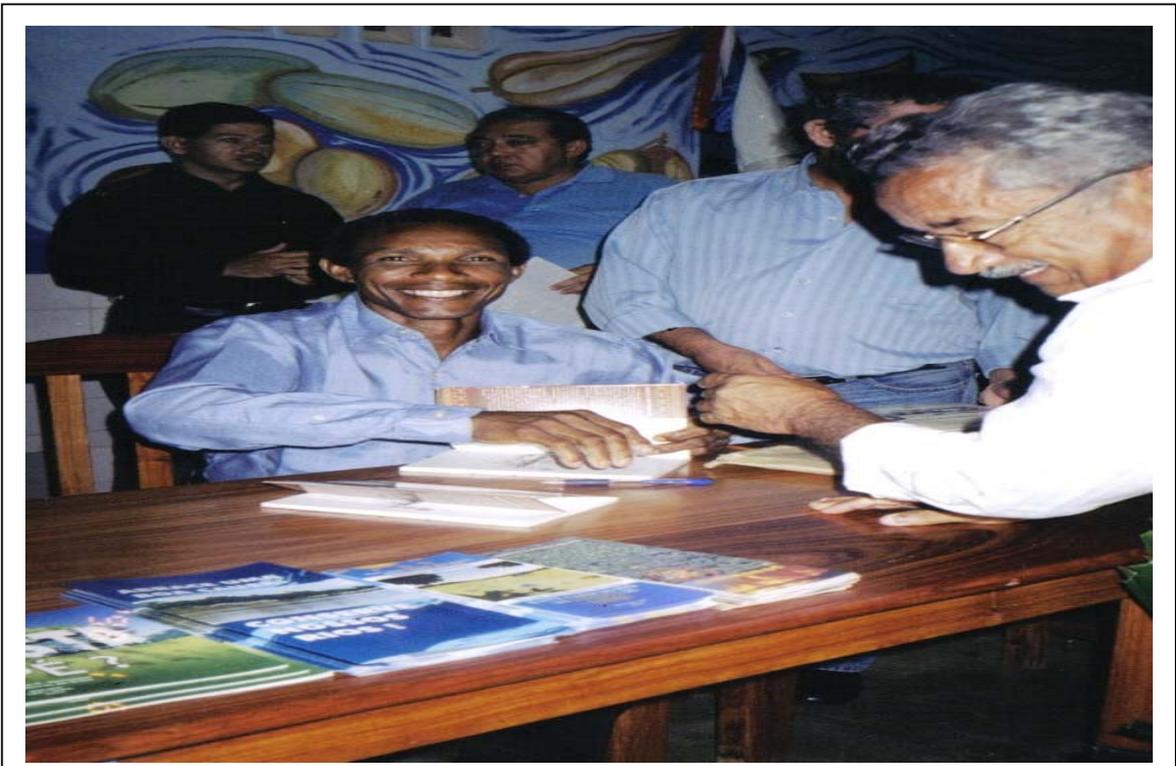
O revisor, na verdade, constitui-se uma espécie de co-autor do texto, uma vez que ele dá formato ao texto e, para tanto, altera muitos aspectos como a seqüência de capítulos, a construção de alguns enunciados, o deslocamento de sentido através do uso das aspas, como citado, enfim, interfere na organização do texto como um todo. No entanto, embora todos esses ajustes, o texto mantém sua originalidade que se mostra, por exemplo, nas marcas da oralidade ainda presentes no texto escrito; no léxico diferenciado, isto é, no predomínio de um léxico local, como estamos tratando; e na própria estruturação do texto. Portanto, a revisão não ofusca ou nega a origem e “autoria” desse texto, o que significa que ela não muda o estatuto do texto.

A revisão, no entanto, é um procedimento típico do mundo letrado que opera no acabamento de um trabalho no sentido de ajustá-lo às normas vigentes. Esse procedimento é determinante para a definição de um determinado perfil do escritor, contribuindo, portanto, para a composição da figura do autor. À produção escrita, dessa forma, subjaz a revisão.

### 3.4 UMA BREVE BIOGRAFIA DOS ESCRITORES

Escritor Agricultor  
Você conhece o agricultor?  
O escritor do chão?  
Se não sabes eu digo  
O nome dele é Sebastião  
Ele é um grande posseiro  
Posseiro de amizade  
Este é o nosso escritor  
Ele escreve a verdade  
Quem o conhece sabe a sua razão  
Sua alegria e poder cuida do chão  
Homem simples da roça  
Homem de grande valor  
Planta porque gosta  
Planta com amor  
O povo precisa entender  
O que escreve esse posseiro  
Seu nome será conhecido um dia  
No Brasil inteiro  
Amizade tem de montão  
Planta o milho  
Quem sabe se ele não pode  
Plantar as palavras no chão.  
(Creuza Silva, Jornal do Quilombo, 6ª edição, 22/08/2000)

#### - Sebastião Menezes da Silva



Sebastião Menezes da Silva, popularmente conhecido como Sabá, tem hoje 46 anos. Nascido e criado em Curiaú, veio ao mundo no dia 20 de janeiro de 1959, no Curiaú de Baixo, na casa de sua avó. É o primogênito de onze filhos de Raimundo Menezes e de Rossilda Joaquina da Silva, sendo seus irmãos: Heraldo, Leonice, Leonilza, Leonira, Leoneide, Laurência, Lucivaldo, Ledivaldo, Leidenice e Lecioni.

Sebastião dedica uma parte do seu segundo livro para narrar um pouco de sua história de vida, no trecho que nomeou “Parte de Minha Vida”, das páginas noventa a noventa e dois, de onde recortaremos alguns trechos, doravante, para a construção de breve biografia desse ilustre personagem da história curiauíense.

Segundo seus relatos, teve uma infância difícil em virtude de ter sido acometido por problemas de saúde e pela vida sofrida de trabalhador precoce, tendo, ainda na tenra idade, responsabilidades e obrigações com a divisão do trabalho com seu pai:

Na infância tive paralisia infantil, mas fui curado com remédio caseiro feito pelas curandeiras. (...) Eu saía para as roças às 05:00 horas da manhã e retornava às 12:00 horas. À tarde estudava, não tinha tempo pra brincar. Nos finais de semana ia mariscar com meu pai para fazer o rancho da semana. Depois que parei de estudar minha vida era só trabalho (2004, 90).

E sobre a sua juventude o escritor nos conta:

Quando fiquei rapaz comecei tomar conta de mim. Trabalhava com meu avô e meu padrinho, pois o trabalho com meu pai era para sustentar a família que tinha onze irmãos. Com essa atitude meu pai me mandou embora de casa, depois me pediu que não fosse, pois iria ficar sozinho com minha mãe no trabalho. Certo dia, adoeci do estômago e passei uma semana em casa. Quando meu pai chegava do trabalho dizia que eu estava com manha pra não trabalhar. Mamãe vendo que eu estava ruim me levou ao doutor Hernani, da Farmácia Cristo Rei, depois de tomar o remédio receitado fiquei bom.

Fiz minha primeira roça com 16 anos de idade. Aos 18 anos mandei para estudar em Macapá minha irmã Leonira, contra a vontade de papai. Ajudei a sustentá-la na casa dos compadres Chico e Maria. Depois incentivei Leoneide e Leonilza a irem estudar em Macapá. Leonice ir morar com a madrinha e a Leoneide com uma família que lhe desse oportunidade de estudar. Trabalhava na roça e fazia zagaia<sup>27</sup> pra vender pra ajudar minhas irmãs (90).

Casado há mais de vinte anos com Celina, com quem teve seus três filhos: Bráulio, Pertones e Cíntia, conta-nos sobre esse aspecto da sua vida: “Casei aos 23 anos, mas antes roubei minha mulher de sua mãe. Morávamos na casa de meus pais quando nasceu meu primeiro filho,

---

<sup>27</sup> Uma espécie de arpão, feito de madeira e uma peça de ferro em uma das extremidades, utilizada para pescar.

Bráulio. Trabalhei duro para fazer minha primeira casa de madeira e me mudei no dia 24 de junho de 1984” (90).

Sebastião concluiu a primeira etapa do ensino regular, o que corresponde hoje à educação básica, tendo apenas iniciado o ensino fundamental, pois cursou até a 5ª série, primária, como ele diz, na escola da comunidade, não podendo seguir seus estudos por impedimento do pai, que alegava necessitar de sua ajuda para o trabalho diário.

Homem simples, de boa índole e religioso praticante, afirma ter “muita fé em Deus” e ser seguidor de duas religiões: o Cristianismo e o *Bahá’i*.<sup>28</sup>

Seu meio de transporte é uma bicicleta, utilizando-a inclusive para deslocamento até Macapá.

Vive da sua produção agrícola, cultivando, mais especificamente, maxixe, milho, banana, quiabo, jerimum, mandioca, entre outros produtos, além de criar galinha. Essa profissão foi herdada de seu pai, assim como o conhecimento ou a habilidade para outras atividades manuais.

Sebastião é um agricultor que garante com a sua produção o sustento de sua família através da venda de seus produtos para um número reduzido de comerciantes locais.

Em virtude de sua constante preocupação com os rumos da sua comunidade, tem intensa participação política em vários fóruns que envolvem a Comunidade de Curiaú, em organizações internas como ex-membro da Associação de Moradores do Quilombo de Curiaú; Presidente do Curiaú Atlético Clube; Membro do Conselho do Caixa Escolar (que acompanha a aplicação dos recursos destinados à compra de material, assim como à realização de pequenos reparos na área física da escola). Participa também de entidades civis organizadas que envolvem, de alguma forma, a comunidade, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá; dos Conselhos: de Ecoturismo do Curiaú, Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Municipal de Desenvolvimento Rural; da Comissão Estadual de Emprego e Renda do Amapá. Na área cultural, atua como diretor e artista de teatro amador.

---

<sup>28</sup> Religião de origem persa, que teve como fundador *Bahá’u’lláh*, considerado um mensageiro divino. O ensinamento principal resume-se na frase “A terra é um só país e a humanidade os seus cidadãos”. Nesse sentido, uma das tarefas da comunidade *bahá’i* é mostrar que a unidade da humanidade não é uma utopia, mas um objetivo viável. (povodebaha.blogspot.com)

Além dessas atividades, Sebastião tem se dedicado a pesquisar, uma vez que ele investiga com pessoas mais velhas, buscando levantar informações sobre a história antiga da comunidade e a registrar, por escrito, tanto os fatos narrados por esses moradores quanto os fatos recentes e os que são do conhecimento da geração que ele representa.

Nesse sentido, Sebastião é tido como referência na comunidade, tanto por seu trabalho engajado no movimento social quanto por sua particular dedicação em resguardar o patrimônio histórico de Curiaú, qual seja: sua cultura, sua memória, através da elaboração e publicação de seus dois livros, assim como lutar por direitos que garantam a tranquilidade e a continuidade da vida curiauíense.

Por toda a sua história de vida de participação e dedicação às causas curiauíenses é que ele diz: “Na comunidade sou “pau pra toda obra”. Estou sempre envolvido ativamente nas organizações, tomadas de decisões e na defesa dos interesses dos moradores” (92).

E finalizando o trecho que dedica a narrar sobre parte de sua vida, ele fala de seus bens e posses, de suas preferências, de seus problemas e de sua vida em geral:

Eu e minha família possuímos uma casa de alvenaria com bens de uso. Em meu quintal, cheio de plantações, tenho roça em terra firme e na várzea. Meus filhos, já estão todos crescidos. Hoje estou doente da vista. Não bebo bebida alcoólica, não fumo, não sou chegado a festas, mas quando vou a elas danço muito. Gosto de fazer amizade, tenho amigos fora de série, filhos adoráveis e uma mulher companheira.

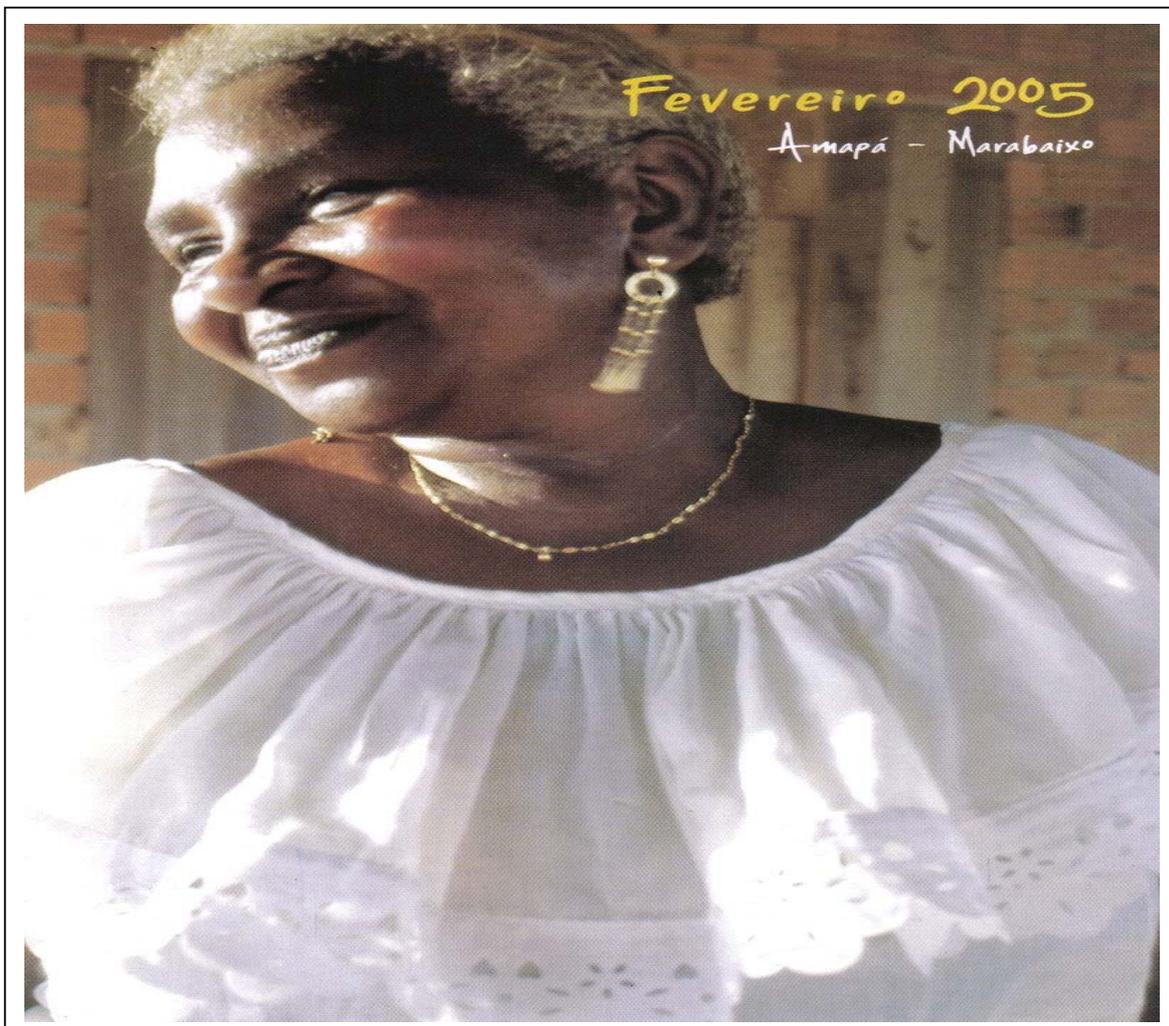
A dificuldade que tenho é não ter um ajudante para trabalhar na roça, pois a falta de dinheiro me impede de contratar um para aumentar minha produção.

O problema é conciliar o trabalho com os compromissos.

A preocupação é que quando não posso trabalhar, fica só no empenho de minha mulher ou da família. (92)

Trata-se de uma pessoa da comunidade que se integrou ao mundo letrado, assumindo-se como o ‘escolhido’ pela comunidade para essa tarefa de escritor, tendo abraçado a atribuição, uma vez que para além dos seus dois livros e o jornal, ele faz planos para outros escritos.

**- Esmeraldina dos Santos**



Esmeraldina dos Santos, 50 anos, nascida em 11 de janeiro de 1955, é a terceira filha de Maximiano dos Santos e de Francisca Antônia Ramos, conhecidos popularmente como Tia Chiquinha e Tio Bolão, ambos curiaenses.

Esmeralda, como é chamada por muitos, não é curiaense de nascimento, como ela mesma diz: “já eu nasci na cidade mesmo”. Embora não seja filha legítima de Curiaú, isto é, é a única filha de Tio Bolão e Tia Chiquinha que não nasceu na comunidade, Esmeraldina reivindica suas raízes curiaenses, dizendo: “mas mesmo assim eu não digo assim eu não sou filha do Curiaú, eu sou filha do Curiaú também”.

Considerando que as tradições afro-descendentes estão muito presentes no bairro considerado bairro negro da cidade, ela manteve sua identidade negra inevitavelmente pela convivência diária com seus pais considerados tradicionais defensores das tradições negras no Amapá, do marabaixo naquele bairro, criou o grupo de batuque “Raízes do Bolão”, cujo nome faz referência ao seu pai.

Nascida no bairro Laguiño, solteira, doméstica, já trabalhou também como merendeira/auxiliar de serviços gerais em escolas públicas. Esmeralda também se ocupa da costura, sobretudo para confecção das vestimentas para o grupo de Batuque que coordena, bem como ajuda na confecção de fantasias para a Escola de Samba Jardim Felicidade, cuja sede localiza-se no bairro de mesmo nome, às proximidades, isto é, na fronteira de Curiaú.

Ressaltamos que as informações sobre a escritora são ínfimas em virtude de não haver nenhum escrito sobre ela que contenha suas informações, além das já expostas. A própria escritora não se ocupou de escrever sobre si mesma, diferentemente do outro escritor que em seu segundo livro ocupa-se de registrar fatos e informações sobre sua vida pessoal. Nesse sentido, as poucas informações biográficas encontradas já se apresentam neste trabalho.

#### 4. A ESCRITURA DE CURIAÚ

Eu sou roceiro  
Só tenho o terçado e o título de eleitor,  
Para votar no seu fulano que é doutor  
Que nada faz pelo pobre agricultor  
Que até na roça quer ser  
Chamado de professor.  
Sou um roceiro, vivo de cavar chão  
Tenho minhas mãos calejadas, meu senhor  
Me falta casa, pão e educação  
Vivo longe de ser um lavrador.  
(...)  
Escuto o rádio a dizer  
Que a reforma está para chegar  
Fico feliz e aprendo a escrever  
Esperando essa reforma que é só pra tapear. (...)  
(Creuza Silva, Jornal do Quilombo, 23ª edição, 04/07/2002)

Estamos tomando como pressuposto básico que a alfabetização é, de acordo com Gumperz (1991), eminentemente social, o que significa dizer que deve haver uma motivação social para a aprendizagem da leitura e da escrita. Essa motivação, por sua vez, está relacionada ao que essa autora chama de equação, isto é, às múltiplas relações que a alfabetização estabelece desde o nível mais funcional, que estaria relacionado à capacidade de ler e escrever, até o nível subjetivo do uso que se faz dessa habilidade, ou seja, em que, ou onde desemboca a aplicação dessa habilidade.

Para efeito da nossa análise, não nos debruçaremos sobre a questão discutida por um conjunto de autores, entre eles, Havelock, que se dedica aos estudos sobre o processo cognitivo ocorrido a partir da escrita, isto é, do fato da escrita ter afetado ou alterado a natureza das estruturas cognitivas. Nesse sentido, não estamos evocando uma análise descritiva do processo de alfabetização, mas estamos delineando uma análise essencialmente social do uso e apropriação da capacidade derivada da aquisição da escrita e da leitura.

Estamos nos dirigindo, mais especificamente, para a observação das circunstâncias históricas em que se estabelece a escrita no quilombo amapaense, fazendo-se necessário, para tanto, localizar o momento histórico e social em que se inscreve o processo de escrita em Curiaú.

Conforme mostrado em trabalho anterior, e comentado no primeiro capítulo desta dissertação, a Comunidade de Curiaú passa desde o final da década de noventa por um processo

de mudança no seu estatuto social, que se gesta a partir da sua elevação à comunidade remanescente de quilombo, cuja condição gera controvérsias entre cientistas sociais e a própria comunidade, assim como gera acomodações à identidade quilombola. O referido processo de construção da identidade quilombola dá lugar à necessidade social de afirmação da vida do quilombo, como também de demonstrar não apenas a aceitação desse título, mas a sua irrestrita defesa. É nesse contexto que se manifesta a situação ideal para o registro da história oficial da vida da comunidade pelas mãos legítimas de escritores locais, isto é, de quem viu e viveu e é, portanto, parte dessa história.

É ponto pacífico que o texto escrito atinge a um público mais amplo que o texto oral, isto é, a história de Curiaú, depois de escrita pode circular para além dos muros da comunidade, propagando, assim, a versão oficial dessa história, de acordo com a história, poderíamos até dizer, recontada da origem africana, sufocada pelo conjunto de fatores que envolveram a formação da sociedade brasileira, já bastante difundido pela historiografia, momentos em que tomou lugar o silenciamento do que se referia aos hábitos, cultura e religião da vida quilombola.

Poderíamos considerar, então, que essa propagação da versão local da história curiauíense constituir-se-ia uma das motivações dos escritores. Uma das razões razoavelmente aceitáveis para o surgimento dos escritores seria a necessidade de propagação de uma dada versão da história da comunidade, para além dos limites curiauíenses, que só é possível através de outro canal de comunicação, no caso a escrita.

A partir dessas hipóteses, tomamos como parâmetro para nossa investigação a afirmação de Cook-Gumperz (1991) “que a alfabetização não pode ser julgada separadamente de alguma compreensão das circunstâncias sociais e tradições históricas específicas que afetam o modo como esta capacidade enraiza-se numa sociedade” (p. 29).

Estamos chamando de produção escrita curiauíense o conjunto de escritos publicados por moradores nativos sobre a comunidade de Curiaú, ou seja, a escritura. A seqüência dos escritos não segue nenhuma ordem especial, senão o agrupamento por escritor, embora o primeiro trabalho comentado coincida com o primeiro publicado. Nesse caso, temos primeiramente as produções de Sebastião Silva (2000 e 2004), doravante tratado como Silva, inclusive o jornal (1999), cuja produção é de sua iniciativa e responsabilidade, e depois o livro de Esmeraldina dos Santos (2002), tratada como Santos.

Embora seja do nosso conhecimento a existência de outros tipos de textos produzidos em Curiaú, especificamente os poemas de Creuza da Silva, que também têm o estilo épico, e exercem a mesma função que estamos postulando para os demais textos curiaúenses, eles estarão presentes neste trabalho como epígrafe, mas não serão objeto de estudo detalhado tal qual os demais, em razão da natureza diferenciada.

É lícito reforçar que estamos trabalhando com a hipótese de que em Curiaú o uso da escrita parece indicar um processo de construção social da escrita, apontando para uma escrita socialmente motivada. Dessa forma, explicitada essa questão dos textos e da escrita curiaúenses, vamos à questão central a que este capítulo se propõe tratar, isto é, à escritura curiaúense.

Nesse sentido, doravante, nos dedicaremos a apresentar, com relativo detalhamento, que pode, assim, caracterizar uma descrição, os livros publicados pelos escritores de Curiaú, na ordem comentada acima.

#### 4.1 CURIAÚ: SUA VIDA, SUA HISTÓRIA (2000)



É o primeiro trabalho de Sebastião Menezes da Silva, escrito vinte anos antes de sua publicação, que chama atenção por seu caráter de produção eminentemente artesanal. Constando de trinta e quatro páginas, cuja digitação foi feita pela Fundação Estadual de Cultura do Amapá para publicação, que ocorreu por intermédio também desse órgão. Além de o texto ter sido escrito por um nativo curiauíense, as ilustrações são também produto do trabalho de um morador local, num total de dez desenhos, incluindo o da capa, todos feitos por Rosinaldo M. da Silva. Trata-se de primeiro livro elaborado por representantes da comunidade.

O material lingüístico do qual estamos falando é motivo de muitos elogios e comentários em virtude de não apenas inaugurar um novo canal de comunicação local, como

também estabelecer uma nova forma de narração da história da comunidade, até então transmitida exclusivamente pela voz dos moradores mais idosos.

O processo de escrita curiaense, aparentemente simples, é muito significativo, inclusive por significar o registro, o que significa dizer a fixação de uma versão da história. A tarefa de registrar a vida da comunidade era realizada somente por estudantes e cientistas sociais que se interessaram pela origem, organização e cultura significativamente diferente de Curiaú em relação à sociedade urbana macapaense.

O livro pode constituir-se no documento fundador de uma história e, ao mesmo tempo, no ponto final de divergências especulativas sobre a história antiga e recente de Curiaú. Ancorando nossa análise na abordagem de Le Goff (2003) sobre as duas categorias: documento e monumento, estamos postulando que esse livro funciona como um documento que também é monumento. Segundo o referido autor:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias do que é dito pela escrita (p. 538).

Uma vez que o documento representa, segundo Le Goff, a auto-imagem de quem o escreveu, isto é, a imagem que se constrói é determinada pela imagem previamente construída por quem produz, elabora o documento, esse escrito curiaense reflete a imagem que a comunidade, representada pelo autor do livro, tem de si mesma. Ora, se estamos postulando que esse escrito curiaense representa uma espécie de documento, ou seja, uma espécie de testemunho da vida curiaense, ele é um monumento que retrata a vida de Curiaú, mas representando sempre as escolhas e seleções feitas pelo autor do documento.

O livro é prefaciado por um texto intitulado “Resgatando as Tradições”, em que Joseli Dias<sup>29</sup> comenta que com essa obra, Sebastião Menezes “redescobre a comunidade negra, deixando às novas gerações, o registro da história, dos costumes, do folclore e das tradições, que aos poucos estavam se perdendo com a modernidade”.

---

<sup>29</sup> Joseli Dias, conforme referência no próprio livro, é “Jornalista, membro da Associação Amapaense de Escritores, Sindicato dos Escritores e Clube dos Poetas.

“Curiaú: sua vida, sua história” (2000) é composto de quinze capítulos, que traçam um perfil de Curiaú, onde se encontra desde o fato fundador da comunidade, cuja história gira em torno da chegada do Senhor Miranda dono dos escravos que se tornaram os herdeiros daquelas terras, até fatos dos dias atuais como as festas patrocinadas pelos jovens das gerações mais recentes que criam problemas que se estendem desde o afastamento das festividades tradicionais, até a violência que tem causado, segundo Sebastião Silva, “problemas que são caso de polícia”.

É uma viagem interessante, embora relativamente curta, uma vez que as informações são condensadas principalmente em fatos gerais, porém, ao mesmo tempo, atém-se a detalhes pitorescos e minuciosos da vida curiaúense do passado.

Partindo para a constituição do texto, encontramos uma apresentação geral do livro que consta de:

1) *Sumário*

<b>S U M Á R I O</b>	Francisco Inácio, o descobridor .....	09
	Formação da família e da comunidade.....	12
	Comunidade.....	21
	Religião.....	21
	Educação.....	24
	Transporte .....	26
	Comércio .....	26
	Saúde .....	27
	Costumes .....	28
	Crendices e Superstições .....	28
	Causos .....	28
	Tempos difíceis .....	30
	Assistência .....	30
	Lazer .....	31
	Comunicação.....	31

2) *Comentários que se dividem em:*

a) memórias do autor, quando o autor narra a partir de sua própria vivência, isto é, narra fatos presenciados e vividos por ele;

b) memórias dos antepassados, quando o autor narra fatos contados por seus antepassados ou por moradores mais velhos, caracterizando-se como uma espécie de porta-vozes das histórias passadas.

Se a oralidade era a única forma de comunicação, embora se tenha notícias do uso da escrita em outras atividades, como o registro do nome e data dos nascidos na comunidade, não é de se estranhar que as primeiras obras escritas na comunidade retratem o aspecto central que sustenta a oralidade: a memória. Nesse sentido, é natural que o material apresentado no livro relate exatamente o arquivo humano, ou como trata Silva em seu segundo livro: “os documentos ambulantes”, isto é, a memória dos mais velhos que narram o que viram e o que ouviram dos antepassados, como também as lembranças do próprio escritor.

Na verdade, nas sociedades de tradição oral a forma de armazenamento de informações é a memória, facilitada e possibilitada pela organização e funcionamento da oralidade, isso significa que a memorização permite o arquivo das informações. Em Curiaú, as práticas orais dirigem e possibilitam várias atividades, como já comentado no primeiro capítulo.

Diante disso, é natural que o material apresentado no livro relate exatamente o arquivo humano, isto é, a memória dos mais velhos, que narram o que viram e o que ouviram dos antepassados, como também a memória do próprio escritor. É lícito ressaltar que, de acordo com Montenegro, o que é lembrado, isto é, o que está disponível na memória é o que interessa ao grupo ser lembrado, nesse sentido, a memória é seletiva. Sobre esse aspecto, Zumthor (1993) afirma que “a tradição oral torna-se a fonte quase única a que a escritura, com maior ou menor felicidade, dará forma” (...) (86).

Para Zumthor (1993), todo grupo tem um saber de si advindo da memória. É esse saber que se expande a vários aspectos, que estamos tratando no primeiro capítulo como saberes tradicionais, os narradores da história - que implica o saber da história - e a própria forma de produção musical: os ladrões, todos de tradição eminentemente oral. É esse conjunto de saberes que está representado na obra de Silva.

Tendo como fonte de informações a memória, o livro é desenvolvido mostrando vários aspectos da vida local que são apresentados a partir dos seguintes tópicos temáticos:

*1) A origem histórica*

Silva narra a história da chegada dos fundadores ao lugar e da herança das terras do então patrão, descrevendo com detalhes minuciosos o que poderíamos chamar de processo de descobrimento e até mesmo de ocupação das terras onde Curiaú se estabeleceu. Esse capítulo narra a história da fundação da comunidade, relatando os fatos que, segundo os mais idosos, participaram da formação da vida curiauíense.

A história contada por Sebastião mantém-se fiel à versão que tem como personagem principal o Senhor Miranda, a cuja origem não é feita qualquer referência. Ele teria chegado “há três séculos, aproximadamente”, vindo da margem nordestina. Como já ressaltado anteriormente, deixou suas terras de herança para os seus sete escravos. O mais velho deles, Francisco Inácio, considerado o descobridor das terras que hoje constituem Curiaú. Como toda história fundadora, há sempre um descobridor e desbravador. Esse papel é exercido pelo referido escravo que ao sair em busca de mel pelas proximidades do acampamento, descobriu terras que seriam adequadas para a criação de gado e a agricultura.

É construída toda uma historicidade em torno desse personagem que empresta o caráter heróico à narrativa, contribuindo para a caracterização dessa narrativa como um épico. Para isso, faz-se necessário tanto o herói quanto o fato heróico. Na construção da imagem desse herói, Silva conta que:

Francisco Inácio, o escravo que descobriu Curiaú, voltou e informou ao seu bom Senhor (Miranda - não consta o nome da firma dele), que Curiaú era lugar bom de viver e era propício para criações.

Convencido, o Sr. Miranda, partiu com os escravos: Francisco Inácio, João Inácio, Domingas Inácio, Dimiciano Inácio e Manoel Inácio, todos irmãos (2000: 9). (grifo nosso)

Na citação acima, as duas expressões em destaque refletem o envolvimento afetivo do escritor não apenas com o lugar que é qualificado como “bom de viver”, mas com o doador que permitiu, com esse gesto, a criação da comunidade que ainda hoje vive naquele lugar, por isso, é tratado como o **bom Senhor**. Sabe-se, no entanto, que esse não é o sentimento dominante entre

escravos e senhores, durante o período em que perdurou o sistema escravista brasileiro que, em algumas regiões, prolongou-se para além do 13 de maio de 1888.

Nesse sentido, o uso da expressão “bom Senhor” permite-nos associar o reconhecimento da comunidade ao gesto de doação das terras pelo Senhor Miranda, conforme consta na narrativa curiauíense.

Para Zumthor (1993), não se pode pensar em manutenção das tradições sem que se pense em memória, nas suas formas de registro e na seleção do que se vai registrar. Nesse sentido, o que é registrado por Silva constitui o retrato do que a comunidade quer que seja divulgado sobre ela. Essa formulação vai ao encontro da de Le Goff de que a comunidade cria uma auto-imagem para efeito de registro escrito, como já citamos anteriormente. Além de narrar o surgimento da comunidade, é indispensável mostrar também seu processo de formação. É o que o autor faz no segundo capítulo do livro.

## 2) *A Genealogia*

O que está em foco, nesse momento, é a constituição humana, ou melhor, familiar da comunidade, cuja história se confunde com os envolvimento amorosos entre os moradores, considerados todos parentes.

Essa situação, no entanto, deve-se mais ao espírito cooperativo presente na comunidade que propriamente a envolvimento amorosos entre parentes. Isso fica evidente quando Silva afirma que: “chegaram ao Mocambo outros escravos, vindos das bandas do Mazagão” (2000, 12), o que indica que pessoas de outros troncos familiares se uniram aos moradores pioneiros para a constituição da “família” curiauíense.

Silva constrói uma espécie de árvore genealógica da constituição de Curiauí. Ao longo de nove páginas, ele descreve as relações amorosas e as suas ramificações. Nas palavras do escritor: “Essas pessoas foram se juntando e gerando filhos que constituem a geração de Curiauí” (2000,12), vejamos:

Maria Isabel, filha de Francisco Inácio, casou com Lidujério Marinho, deu a luz a:  
- Francisco Marinho  
- Beata Pereira  
- Martinho Pereira e  
- Clemente Pereira (...)

Do casamento de João Inácio com Francisca de Miranda, nasceu Bento de Miranda, que casou com Joaquina Nalha do Rosário e tiveram 6 filhos:

- Sebastiana Miranda do Rosário
- Gregório Miranda do Rosário
- Damião Miranda do Rosário
- Domingas Miranda do Rosário
- Joana Miranda do Rosário
- Vito Miranda do Rosário

Gregório Miranda do Rosário amigou-se com Otila e tiveram Cláudio, Otacílio e Rosa. Domingas Miranda do Rosário teve João Domingos do Rosário, com Raimundo Sérgio. Damião Miranda do Rosário uniu-se com Tereza e tiveram uma filha por nome Justina. Joaquim é o segundo filho de Damião, mas com Maçalina. Raimunda e Maria Antônia nasceram da união com Raimunda. (...)

Izabel Venina da Silva andou com Raimundo Irlei Nunes e tiveram Iracema. Izabel andou com João Emídio Ramos e tiveram Izanilde. Izabel amigou-se com Santana dos Santos e tiveram Iza Márcia e Oneilton. Izabel tornou a se amigar com Tiago Cristovão Nunes e tiveram Tatiani Iara e Iris. (...) (2000, 12/20).

Segundo Zumthor (1993): “escrever depende ainda da ordem da oralidade” (...), uma vez que “o scriptor recebe, em geral auditivamente, o texto a reproduzir” (102). É o que se percebe na obra de Silva, sobretudo nos trechos citados acima: uma forma oral de relatar o fato, isto é, a forma do registro é uma espécie de transcrição do que foi dito por alguém; do que foi ouvido pelo autor. Isso ilustra o que Zumthor chama de reprodução do texto oral na escrita.

Tal qual em um épico, a versão contada por Sebastião tem sua historicidade fundada em duas situações: a história e a constituição humana, isto é, o fato que gerou o surgimento da comunidade e a genealogia, ou seja, a rede de relações que permitiu a formação humana, contada através dos casamentos, namoros, casos, enfim, os envolvimento amorosos que deram início aos descendentes curiaúenses.

Esse capítulo é proporcionalmente mais extenso, ocupando a maior parte do livro - nove páginas - relativamente aos demais temas, o que pode representar a necessidade do escritor em mostrar a constituição da comunidade, pela ótica da própria comunidade.

Observamos a possibilidade de relacionar pelo menos dois dos três interesses abordados por Le Goff (2003) - já citados anteriormente - com a situação de Curiaú que é traduzida nesse primeiro livro. Embora a afirmação do autor supracitado refira-se às sociedades sem escrita, o que não é o caso do quilombo amapaense, uma aproximação é possível uma vez que se trata da primeira obra escrita, mantendo, assim, muitos resíduos da prática lingüística dominante na comunidade: a oralidade. Segundo Zumthor, “A linguagem que o manuscrito fixa continua a ser potencialmente a da comunicação direta (...)” (102/103).

Nesse sentido, aplicamos a proposição de Le Goff à análise da obra escrita por Curiaú, que se atém a narrar a história fundadora, representada pela historicidade em torno do personagem dessa epopéia chamado Francisco Inácio, o irmão mais velho dentre os sete herdeiros do Sr. Miranda, que exerce papel destacado na história da origem da comunidade.

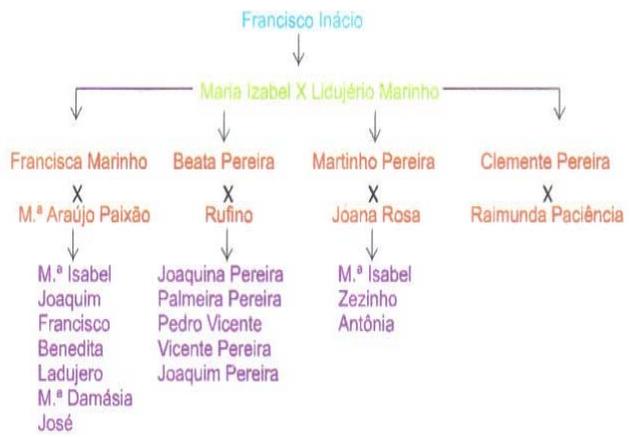
Em relação ao segundo interesse, como denominou Le Goff, é evidente a tentativa de construção da genealogia da comunidade - feita no segundo capítulo do livro - tanto pela abrangência desse tema no livro, representando um percentual considerável, quando são destinadas nove páginas (do total de trinta e quatro, dividido entre os demais 14 temas) para essa parte do livro, sendo, portanto, a parte de maior extensão, em termos proporcionais, dentre os temas abordados pelo escritor.

É notável o empenho do escritor com a genealogia, ou melhor, com a exposição da constituição humana da comunidade, o que nos adverte à necessidade de demonstração do que se chama de ‘conhecimento de causa’, dando o tom de que essa é a verdadeira história, porque se conhece inclusive de onde vem cada cidadão que vive naquele lugar, desde os fundadores, até as gerações mais recentes.

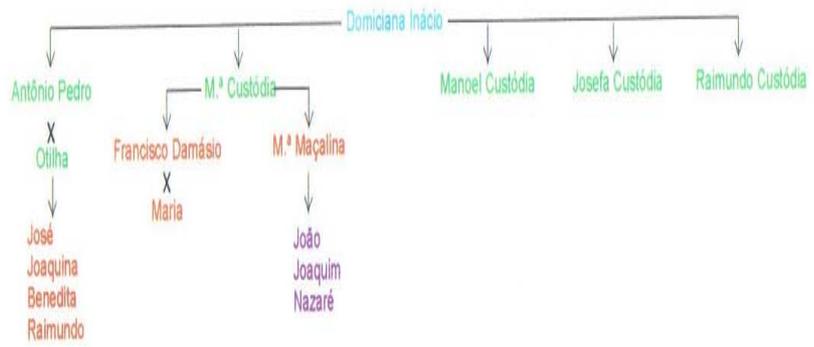
Para essa demonstração, faz-se necessário um conhecimento acurado e profundo. Silva demonstra que conhece cada um, ou seja, cada parte dessa história, como a sua própria vida, mas na verdade, a sua história, isto é, a história da sua vida confunde-se mesmo com a história da comunidade, pois, além de ter vivido toda sua vida naquela comunidade, seu engajamento político e social é evidenciado pelas preocupações que se traduzem em envolvimento direto em decisões e situações que abranjam de alguma forma o quilombo.

É indubitável que a sua história de vida na comunidade dá ao narrador a autoridade e a legitimidade para narrar essa história.

A seguir, a árvore genealógica construída por Silva que estamos representando graficamente:



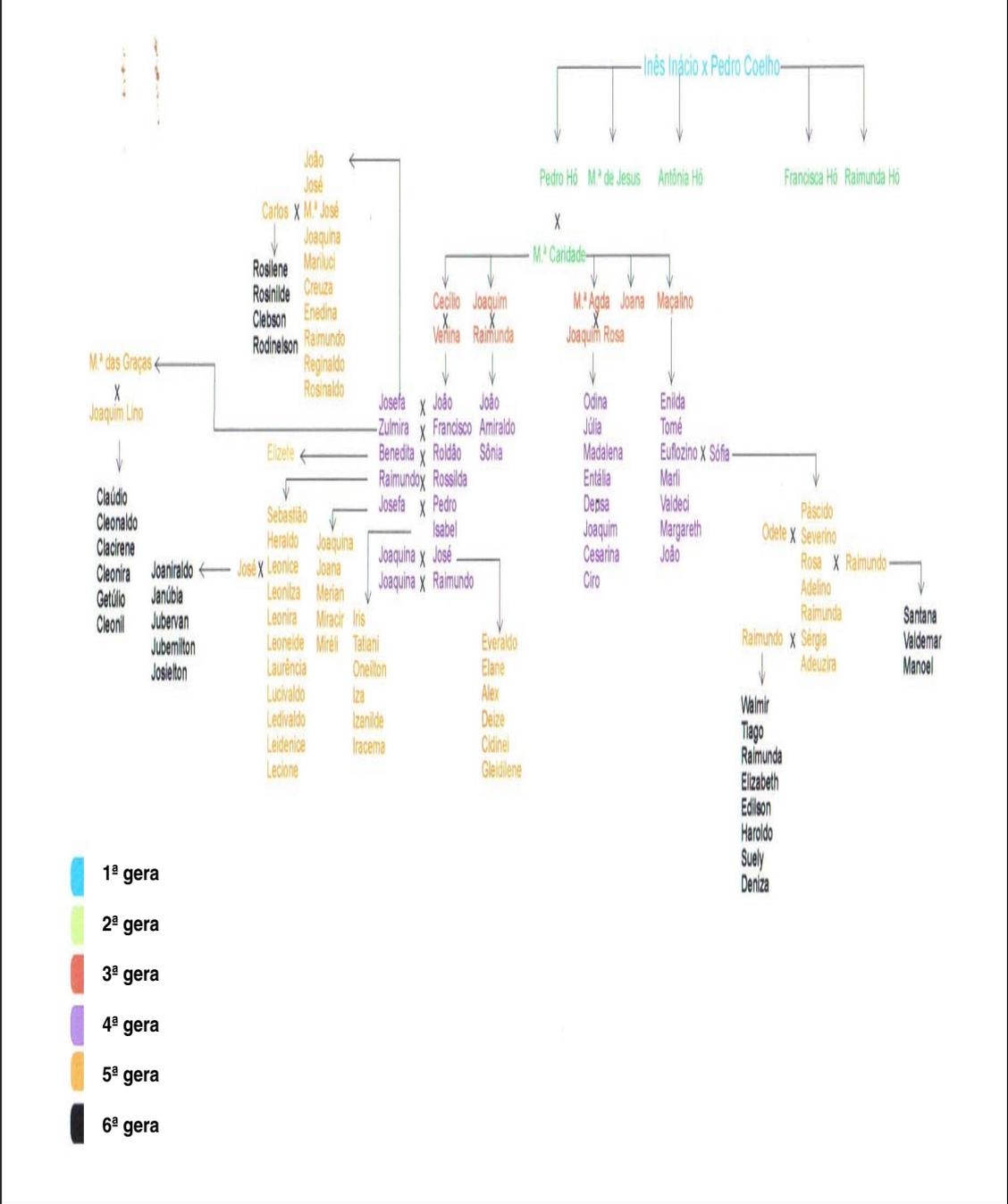
- 1ª gera
- 2ª gera
- 3ª gera
- 4ª gera



- 1ª gera
- 2ª gera
- 3ª gera
- 4ª gera



- 1ª gera
- 2ª gera
- 3ª gera
- 4ª gera



### *3) A arquitetura e a preservação dos recursos naturais: como era*

Embora assaz curto, constando de apenas quatro parágrafos, esse tópico trata de dois temas distintos, ou melhor, de dois subtemas, sendo:

#### a) a descrição da estrutura física das casas do passado:

Quando a vila começou a se organizar, as primeiras casas eram de barro, cobertas com palha de buçu e palha de obim.

A primeira casa de madeira de lei, foi de Manoel Cecílio Ramos (21).

Trata-se, mais uma vez, de registrar uma peculiaridade curiaiuense: a forma de construção da arquitetura local. Esse é um dos saberes tradicionais que é transmitido de geração a geração, já comentado no capítulo que trata das tradições orais;

#### b) comentários sobre os desperdícios em relação à utilização dos recursos naturais dos quais a comunidade sempre se serviu:

Existia um certo espírito de destruição pela geração mais nova. Conta-se que os pais não se preocupavam muito com os filhos, e estes chegavam a estragar as riquezas naturais: pegavam pirarucu até no verão, matavam caça para desperdiçar, ateavam fogo nos ninhos de jacaré, destruíam a dormida dos pássaros e outras. (...)

A única preocupação dos pais para com os filhos, era ensinar as orações (21).

Já influenciado pelo discurso externo da sustentabilidade ambiental, produzido, sobretudo por órgãos do governo estadual, o autor diz que no passado não havia preocupação com a preservação dos recursos naturais, embora não especifique essa “geração mais nova”, isto é, relativamente a qual geração: a do autor? A dos antepassados? As mais recentes? Não fica evidente a que época se reporta o autor.

Na verdade, esse é um discurso assumido pela comunidade a partir das várias interferências externas em virtude da constatação de órgãos estaduais da existência de ecossistema na região, que motivou inclusive intervenções governamentais para a gestão e manejo dos recursos ali existentes, através, em última instância, da criação da APA do Curiaú, como comentado no primeiro capítulo deste trabalho.

### *4) Religiosidade e Festividade: como eram*

O povo curiaiuense é essencialmente religioso, razão pela qual a maior parte de suas festividades gira em torno da devoção a diversos santos. A religiosidade constitui-se, ainda hoje, em centro da vida social dessa comunidade. Assim, parafrazeando Silva, a preocupação central dos pais era encaminhar os filhos à educação religiosa. Sobre esse aspecto, Silva relata o

surgimento da festa mais tradicional de Curiaú, que é atribuído a Francisco Inácio, considerado também o fundador da comunidade:

Francisco Inácio pensou em uma maneira para divertir sua gente. Adquiriu um Santo e deu-lhe o nome de S. Joaquim. Passaram nove noites festejando o santo com muita comida, que era caça, feita com cachorros.(...). (21)

As palavras de Silva dão a impressão de que se trata de um santo qualquer que em Curiaú ganhou o nome de São Joaquim. No entanto, esse comentário se refere ao fato de Francisco Inácio ter adquirido uma imagem de São Joaquim para iniciar os festejos de louvação a esse santo. Essa é a forma corrente utilizada em Curiaú para se referir à aquisição de imagens de santos.

Esse mesmo fato ocorreu com o São Sebastião do Colo que foi adquirida outra imagem, maior que a existente na comunidade, e quando o padre foi à comunidade para, como dizem os curiaueses, batizá-lo - outros diriam benzê-lo - para diferenciá-lo do já existente, a filha do senhor que o adquiriu colocou-o no colo para receber a bênção do padre, o que motivou sua denominação, na linguagem curiauesa, seu batismo como São Sebastião do Colo, diferenciando-o, assim, do primeiro, não apenas pelo tamanho da imagem, mas pelo seu próprio nome que advém da forma do batismo.

Ligada à vida social está inevitavelmente a vestimenta, a forma de se vestir da comunidade. Talvez por essa relação intrínseca, o escritor vincula às festividades religiosas essa outra face da vida social que é o vestuário, que se relaciona ao uso e à confecção das roupas, sobretudo para a preparação e acontecimento do evento social de maior representatividade que era a festa do padroeiro de Curiaú.

A questão da roupa apresenta-se como um desdobramento da festa religiosa, isto é, caracteriza-se como mais um aspecto da vida social local. Dessa forma, Sebastião relaciona essas duas faces da vida social curiauesa de antigamente:

A festa de São Joaquim foi ganhando divulgação e as pessoas começaram a ter mais cuidado com a aparência pessoal e passaram a comprar roupas para se vestirem melhor, mas não havia quem confeccionasse com rapidez na semana que iria começar a festa. (...) Vestindo melhor, as pessoas acharam que podiam sair pelas comunidades mais próximas com o Santo, ganhando donativos. Assim, o santo conseguiu muitos animais que deu para se constituir uma grande criação. (22)

Pode causar estranheza o fato de Sebastião ater-se a comentar a questão que envolve o problema com roupas, especialmente novas, e até da pessoa responsável pela façanha de

solucioná-lo; no entanto, anteriormente ele já havia narrado a dificuldade das pessoas com vestuário, o que pode justificar a dedicação a esse tema. Segundo o escritor: “Era comum na época, homens e mulheres andarem nus aos 20 anos por falta de roupas” (21).

Como já dito anteriormente, o calendário festivo de Curiaú está vinculado ao calendário religioso, assim, as festas tradicionais da comunidade estão sempre associadas ao dia de algum santo. Alguns desses santos são regularmente celebrados, outros, eventualmente, uma vez que a festividade tem relação estreita com o pagamento de promessa. Dessa forma, há celebrações já fixadas, que se realizam todos os anos, outras eventuais que não se repetem em outros anos. Tudo depende da natureza da promessa.

- As festas:

O escritor aborda as festas religiosas da comunidade, no entanto, com o deslocamento para a atualidade:

Atualmente festeja-se na comunidade vários santos como: São Sebastião (mês de janeiro), São Lázaro (mês de fevereiro), Santa Maria (mês de maio), Santo Antônio (em junho) e São Tomé (em dezembro) - todos com festa folclórica. (23)

Esses são alguns dos mais tradicionais santos festejados em Curiaú. Nesse sentido, são os que a festividade é contemplada com batuque ou marabaixo, o que o autor denomina de festa folclórica.

- Semana Santa:

Ainda na parte destinada à religião, dessa vez retornando a fatos do passado, Silva fala sobre o que se fazia na comunidade durante esse período:

O respeito era tão grande pela Semana Santa, que as pessoas não faziam nenhuma atividade que viesse desrespeitar a lei, rezavam muito, pediam perdão de seus genitores. De quinta para sexta-feira, contavam “causos” e “jogavam” adivinhações que eram de costume do povo. (...). (23)

A Semana Santa sendo um símbolo da religião católica, não poderia deixar de estar presente nos relatos desse escritor. No entanto, os costumes do passado, não mais se verificam nos dias de hoje. As orientações da igreja eram rigorosamente cumpridas, o que deve motivar o uso do termo “lei”. Apesar do controle do que se fazia, havia o lugar da descontração quando se contavam “causos” e se “jogavam adivinhações”. Essas descontrações, no entanto, ocorriam através de atividades moderadas.

### 5) *Temas Gerais*

Os próximos temas são tratados de forma breve, com textos muito curtos, geralmente com dois parágrafos, dedicando-se, sobretudo, a registrar os primeiros passos da comunidade, isto é, uma espécie de histórico do que se refere:

#### a) à Escolarização

Por se tratar de informação que interessa particularmente a nossa investigação, citamos integralmente o que o escritor fala desse subtema:

Ervina, Raimunda Tucupi e Manoel Rosa eram as pessoas alfabetizadas naquela época. Inclusive Manoel Rosa era que anotava o nome e a data de nascimento das crianças para informar posteriormente aos pais, quando necessitavam dessas informações. Consta que o primeiro professor da Vila foi Oreli, o qual foi o professor de minha avó (com 80 anos). De 35 a 37 anos, veio o segundo professor para ensinar as crianças, e como não havia prédio, a escola funcionava na casa do velho Manoel Cecílio Ramos. Depois de algum tempo, o Governador Janary mandou construir uma Escola, cujo diretor era Maviciano, muito admirado pelos pais dos alunos pelo interesse que demonstrava pelas crianças. A escola antiga só foi reformada duas vezes. (26)

Essas informações ratificam nossa postulação de que a escrita em Curiaú não tem vinculação com a aquisição dessa modalidade da língua, mas a uma outra questão de ordem social. Isso fica evidente nos relatos de Silva quando narra fatos que indicam que a comunidade já tinha contato com a escrita há algum tempo, como já comentamos anteriormente, mesmo que o uso da escrita se restringisse a poucas atividades, como é o caso do registro dos que nasciam.

#### b) a Transporte

O primeiro transporte que existiu foi um carro de burro que pertenceu a Armando. O nome do carro era “a bala bucha” e da besta era “Japana”. Muitos anos depois, veio o primeiro carro motorizado, de propriedade de João André. A primeira bicicleta que existiu na comunidade era de propriedade de Cirilo Ramos. (26)

c) a Atividades Econômicas: comércio, exploração de recursos naturais (coleta, pesca), criação de animais etc.

O escritor trata das transações de compra e venda e, ainda, de escambo, uma prática muito comum em épocas passadas. Historicamente, Curiaú é conhecido como uma comunidade rural e como tal sempre sobreviveu de sua produção subsistente e das práticas de exploração dos recursos naturais, sobretudo, através da pesca e do extrativismo. A esse respeito Sebastião nos conta que:

A população se dedicava à agricultura e à criação de pequenos animais a nível de subsistência. Somente alguns trocavam algumas coisas que produziam, por roupas, café e ferramentas na cidade (...)

Depois encontraram um patrão que era Abraão Peres, que comprava e vendia dos agricultores.

O primeiro marreteiro que veio à localidade foi Eládio. Vendia bijuterias em geral, pasta dental, sabonete, pratos e roupas. Quando não havia dinheiro, trocava com pequenos animais. (27)

#### d) a Saúde

Sobre esse subtema, as referências dizem respeito aos saberes tradicionais, um dos pilares da tradição oral de Curiaú, que vão desde a manipulação de remédios naturais até a interferência de práticas místico-religiosas, com uma dose considerável de sincretismo, como meio de intervenção para cura e todo o sucesso do tratamento era creditado às devoções religiosas, como a fé e as orações:

Neste lugar era coisa inacreditável. Só vendo para crer. Existia certos problemas tão complicados que só o velho Pauto, um bom curador que jamais existiu igual, controlava. As mulheres para terem criança, não havia grandes dificuldades, porque as parteiras eram muito devotas de Santos e orações. Mas as coisas foram ficando modernas e a crença foi acabando, começando a existir problemas. A primeira parteira que veio de Macapá foi a Inês, em 1959. (...) a primeira enfermeira foi Dona Clara. (27)

Esses três subtemas tratam de atividades ordinárias que, à exceção do transporte e da educação, fazem parte do que chamamos, no capítulo 2, de saberes tradicionais. São atividades cujos conhecimentos são repassados de geração a geração através da oralidade. Dentro desse tema há ainda outros subtemas que estamos considerando de natureza cultural.

#### e) a Costumes

Os comentários do escritor sobre esse subtema refletem, de forma mais objetiva e visível, algumas manifestações que demonstram os valores morais e culturais, embora os saberes tradicionais perpassem todos os campos da vida curiauíense, alguns traços distintivos são percebidos com mais evidência, no que o escritor nomeia de costumes:

A “lei” era muito rigorosa. Os velhos davam nos filhos dos outros nem que corresse para debaixo da saia da mãe, e depois de surrado, a pessoa apanhava, desta vez dos pais. (28)

#### f) a “Crendices e Supertições”

Apresentam-se subdivididas em dois aspectos:

- a respeito do tempo, para prever a chuva

Os velhos tinham por “busão” uma coisa muito certa “Serenos embaixo é sol que racha”. No verão eles colocavam na roça sete pacotinhos de sal que correspondiam aos meses de janeiro a julho e marcavam no toco das roças. O pacote que ficasse mais molhado seria o mês mais chuvoso.

- entes sobrenaturais: fantasma dos mortos, poço, igarapé

Dividindo os dois Curiaús, existia uma mata onde os escravos fizeram uma picada. Conta-se que ali existia um fantasma que surrava as pessoas. Era crença que este fantasma era os mortos que voltavam à terra. Daí quando começou a morrer gente, eles fizeram um cemitério muito longo, existente até hoje. (28)

- g) a “Causos”

Os causos narrados por Silva, predominantemente, giram em torno de:

- fatos surpreendentes: onça muito grande, pirarucu gigante, jacaré gigante

Severo, o mais corajoso caçador de onças, matou uma onça tão grande que ele mesmo ficou assustado, ao ponto de não acertar fazer um cigarro. Onças tinham muitas, mas somente uma pessoa de nome Zidário foi atacado e comido por animais dessa espécie.

Os maiores mariscadores eram Jesinaldo e Silvério. Certa vez mataram um pirarucu, que a escama deste peixe dava para colocar na boca de um pote ou barril. Fala-se também que eles mataram um jacaré tão grande que ninguém podia sequer com um braço do animal. (28/29)

- entes sobrenaturais: poço, igarapé

Existe um poço chamado buritizal, que dia 07 de setembro, ao meio dia, aparecia uma árvore e um soldado no meio do mesmo, como um fantasma que até hoje ninguém explica.

O igarapé também resistiu à seca e lá existia o tal “carrega” (fantasma) que todas as marés de verão carregava todo o mururé para um banco de areia em frente à passagem, de modo que as pessoas pisavam em cima e não molhavam os pés. Até hoje o local é chamado de passagem. (29)

Como podemos observar, os “causos” são fatos surpreendentes. Diríamos até que se apresentam no campo dos fenômenos sobrenaturais, porém os causos, contados por Silva, reportam-se uns às proezas de alguns nativos e outros compõem o campo do imaginário, constituindo-se em narrativas de contornos do domínio do fantástico. O certo é que têm uma representatividade nada desprezível na cultura local.

É interessante observar como Silva distingue aspectos que parecem imbricados de forma aparentemente indissociável como costumes, crenças e superstições e causos. Só alguém com profundo conhecimento das regras de funcionamento local arriscaria uma atitude dessa natureza.

Ainda no campo em que estamos tratando como temas gerais, esses últimos subtemas: costumes, causos, crendices e superstições são voltados para as atividades de ordem cultural e, da mesma forma que os demais subtemas já comentados, também compõem a tradição oral.

A esse respeito, convém expor a formulação de Hobsbawm (1983) que afirma:

O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto (...) Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. (...) O “costume” não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. (10)

Retomamos Hobsbawm para evidenciar que o que Silva considera como aspectos distintos pode ser agrupado em um mesmo aspecto que seriam os costumes, já que crendices e superstições assim como os causos participam de uma mesma prática social: os fatos que dão o suporte para a manutenção ou para a alteração de hábitos e fazem a ligação entre os hábitos passados e futuros, dando, assim, sustentação às atividades atuais, quer mantidas inalteradas, quer atualizadas.

Nesse sentido, da forma apresentada pelo escritor, trata-se de um conjunto de saberes envolvendo práticas sociais que se referem a atividades particulares repassadas através da oralidade, como comentado no primeiro capítulo.

#### 6) *Flagelos*

O narrador reserva uma parte para comentar as dificuldades mais marcantes por que passou a comunidade, que se referem quase na totalidade a fenômenos naturais e em contraponto a endemias que atingiram as criações:

##### a) Seca

Havia nessa época 18 poços de peixe, mas a seca de 1932 foi grande e chegou a secar 14 desses poços. As famílias andavam um quilômetro e meio para conseguir água.

##### b) Peste em animais

A peste suína, em 1964, assolou o rebanho suíno, chegando a matar em 30 dias mais de mil animais.  
A raiva canina apareceu por volta de 1970 a 1972, e desde esta época, azarou o lugar em termo de cachorro.

### c) Cheia

Em 1972, houve uma cheia muito grande, estragando muito os plantios de mandioca. As roças que ficavam nas partes mais baixas ficaram no fundo, aproximadamente 50 dias e a mandioca apodreceu. (30)

## 7) Apoios de Comunidades Externas

### a) Institucionais:

A ACAR-AMAPÁ, que depois passou a ser chamada ASTER-AMAPÁ, veio para dar assistência na agricultura e pecuária. Edvaldo de Azevedo foi o primeiro técnico em agricultura que veio para trabalhar com os agricultores e conseguiu união em uma sociedade e transmitir um pouco do conhecimento moderno.

Deu vários cursos em termos agropecuários, como plantar, combater as saúvas, administração rural, dia de campo, vacinação, castração, vermífugo, um campo de observação, etc. (30/31)

### b) Filantrópicos

A LBA - Legião Brasileira de Assistência - anos atrás deu assistência à comunidade na pessoa de Humberto Dias Santos, que distribuía brinquedos para as crianças, cortes de tecidos para as mães. Depois de algum tempo, voltou a dar assistência na comunidade, com vários cursos (pedreiro, corte-costura, bordado) inclusive em um prédio feito através da LBA, no Curiaú de Fora. (30)

Esse tema: apoios de comunidades externas retrata as relações externas da comunidade. Ainda freqüente nos dias de hoje, Curiaú mantém uma rede de relações com entidades e instituições que prestam apoio e serviços à comunidade. Essas relações ocorrem predominantemente com instituições públicas governamentais, como noticiado, a partir da sua criação, no *Jornal do Quilombo*. Além das instituições locais, Curiaú mantém hoje estreitas relações com órgãos oficiais com sede em outros Estados como a Fundação Palmares e organismos não-governamentais ligados às questões quilombolas.

## 8) Lazer

### a) Futebol: do passado aos dias atuais

Em 1963, fundaram um time de futebol que tem o nome de Curiaú Esporte Clube. Esse clube foi evoluindo e começou a se apresentar em diferentes comunidades do interior, conseguindo grandes vitórias. Orialdo de Deus Leite, destaque do time, ganhou um título de campeão interdistrital e vice-campeão, respectivamente. (31)

### b) Festas

Depois de algum tempo, quando os bailes eram tocados por instrumentos de Vila, surgiu a idéia de fazerem samba com viola e pandeiro nas noites de sábado para domingo. Depois passou-se a adotar aparelhagem sonora. (31)  
O primeiro aparelho de som foi de Paulino Ramos.

Novamente, esses temas remetem a atividades culturais, isto é, as formas de relações sociais internas, dirigindo-se especificamente às atividades esportivas em que predomina o futebol, com a existência do time oficial masculino e feminino que, freqüentemente, participam de torneios internos e externos, com comunidades vizinhas.

Quanto às festas apresentadas por Silva, são referentes àquelas não constantes do calendário cultural, isto é, não têm relação com as festas tradicionais. Trata-se de festas aos moldes de qualquer cidade urbana.

### 9) *Comunicação com o exterior*

#### a) Rádio

Depois que as coisas mudaram um pouco, o povo ficou mais entendido e aí veio a necessidade de manter um meio de comunicação mais rápido. Manoel Cecílio Ramos comprou o primeiro rádio à pilha.

Quando foi necessário passar a primeira mensagem radiofônica com urgência para pessoas da comunidade, comunicando que haveria um carro para apanhar a pessoa para o enterro de um parente que havia morrido, ninguém acreditou.

“Quando que o homem do rádio vai saber que a gente quer uma coisa, se ele não sai daí de dentro?” (32)

#### b) Televisão

Depois que as coisas estavam evoluindo, em 1977, o Governador da época deu à comunidade uma televisão e instalou em Curiaú de Fora, por que lá estava instalada também a usina de luz, que era administrada por Joaquim Araújo da Paixão, filho da terra, hoje sub Prefeito.

Porém as pessoas que moravam na vila de baixo, tinham dificuldades para irem assistir diariamente. Somente quando chegava a Semana Santa é que a população aparecia em massa para assistir o “Martírio de Cristo”. (32)

#### c) Estrada

É considerada um marco na vida da comunidade, embora seu destaque deva-se menos por seus benefícios e mais pelo seu impacto e problemas advindos de sua construção, constituiu-se também um canal de comunicação:

Hoje existe também uma estrada que foi feita em 1981, de fevereiro a junho. Esta estrada traz benefícios para outras comunidades, mas para os moradores da Vila de Curiaú, só prejuízos e perturbações - com esta estrada, um lago que ninguém sabe quantos anos tem, foi dividido em duas partes, assim dificultando a descida das águas. (32)

(...)

Hoje a via está asfaltada. Antes, o excesso de poeira dos veículos, causava irritação nos moradores; era insuportável. Agora é o excesso de velocidade por parte de motoristas sem consciência que não reconhecem que este lugar é diferente da cidade. (33)

O tema que Silva trata como comunicação refere-se aos canais de comunicação que a comunidade tem com o exterior. Inicialmente, através do rádio, depois com a chegada de um aparelho de televisão, que são canais de comunicação. No entanto, o autor inclui um outro meio de comunicação que é a estrada. Evidentemente, trata-se de uma outra forma de comunicação, um tanto diferenciada dos dois primeiros, cuja inclusão se justifica pela facilitação do acesso à comunidade, que promove, sobretudo, a comunicação com outras comunidades e com o centro urbano, reduzindo ainda mais o distanciamento geográfico e cultural, aos quais estava submetido Curiaú.

*O Final:*

- O futuro da comunidade:

Em tom de protesto e, ao mesmo tempo, de preocupação com o destino da comunidade, o escritor encerra seu livro com comentários sobre alguns problemas enfrentados nos últimos tempos por Curiaú, que ele atribui preliminarmente ao contato mais constante e mais próximo com o que ele chama de “mundo exterior”:

Cada dia que passa, as coisas vão ficando difícil. Lá não temos uma vida sossegada, nem o respeito que tínhamos antes.  
Atualmente, existem muitos rádios, alguns televisores, festa mensalmente e muito contato com o mundo exterior. (32)

a) Manutenção das tradições: preservação e mudança:

Trata-se de uma questão que perpassa a tradição oral e que naturalmente se reflete no processo de escritura: preservação versus inovação. Há um conflito entre o que se mantém nas narrativas orais e o que, por outro lado, pode ser recriado pelo cantor para Lord e pelo intérprete para Zumthor, isto é, pelo narrador.

A preocupação com a manutenção dos costumes, das peculiaridades curiaúenses é uma constante nesse trabalho de Silva. Observamos que a toda essa narrativa subjaz a intenção de preservação da identidade curiaúense, indicando para uma situação de registro do que foi mantido por gerações através das tradições orais:

Hoje a comunidade está tão evoluída que foi preciso ser preservada por vários motivos. Um deles era a chegada da cidade dentro do lugar. Mesmo nós, querendo preservar, há necessidade de mudar certas coisas pelo desenvolvimento da sociedade. (32)  
Por causas modernas, estamos perdendo dia após dia nossos hábitos, costumes e nossa maneira de ser. (33)

É possível que, nesses primeiros trechos, Silva esteja se referindo aos projetos de preservação ambiental em virtude das dificuldades de manutenção do ecossistema que é o Curiaú e, ao mesmo tempo, à perda de algumas tradições, ou melhor, o risco eminente de substituição da cultura, isto é, dos valores locais por outros valores externos ou alheios ao seu funcionamento e organização.

Apesar de demonstrar preocupação com o que está mudando, Silva reconhece que algumas mudanças são naturais e até inevitáveis. Com o passar dos tempos “certas coisas” vão naturalmente se modificando. A cultura é dinâmica, assim como vários outros aspectos da vida em sociedade.

A norma social curiauíense parece estar sendo superada, conforme denunciado pelo narrador em várias passagens desse instigante texto.

b) o papel da juventude:

Sebastião fala explicitamente da interferência da cultura externa nas tradições locais cujos efeitos são percebidos com maior notoriedade na juventude que, em princípio, seria a responsável imediata pela manutenção e postergação da cultura de Curiaú.

Por falta de um trabalho rígido e uma conscientização para os nossos jovens, estamos perdendo a nossa cultura folclórica para os aparelhos sonoros; estamos deixando aos povos a agricultura e passando para o comércio de bebidas, atraindo o vandalismo, destruição e a marginalidade, que vêm causando problemas que são casos de polícia.  
(33)

Não é de se estranhar que a inclusão de novos hábitos e costumes, como Silva tem tratado, sejam intermediados pela juventude, uma vez que é característico desse grupo social a inquietação e a abertura a novas práticas e comportamentos. Nesse sentido, Curiaú não está isento das questões que perpassam as comunidades urbanas no que se refere ao comportamento da juventude. É evidente que isso ocorre inclusive pelo que Silva comenta anteriormente: o contato mais próximo com a comunidade urbana tratada pelo autor como “a chegada da cidade dentro do lugar”.

- A questão da identidade:

Considerando que é evidente a reivindicação de Silva, reiteradas vezes, pela característica de Curiaú, ou seja, o reconhecimento de suas peculiaridades, e por isso, um lugar e

um tratamento diferenciados, ele destaca o problema, àquela época, hoje superado com o título de quilombo, da entronização política da comunidade:

Hoje este lugar ainda não foi definido como devemos chamar, se é comunidade de Curiaú, Zona Rural, vila ou interior etc. (33)

Só que a nossa identidade nós precisamos manter. É direito nosso manter este lugar como Patrimônio; temos que preservá-lo. Fazer com que o povo de fora entenda que essa beleza natural não é do Governo e ou do Município, isto aqui é do Curiaú. (33)

Os comentários de Silva, citados acima, são anteriores ao processo de reconhecimento da remanescência quilombola e, porém, já registram a preocupação com a preservação da comunidade, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista das tradições, o que poderia ser classificado como os recursos materiais e imateriais daquela comunidade.

Conforme já demonstrado em trabalho anterior (Oliveira, 2002), a titulação quilombola favoreceu o deslocamento na identificação da comunidade de Curiaú, gerando um processo interno de acomodação para sustentar a identidade quilombola:

(...) a comunidade ainda não se identifica com a titulação atribuída a ela, uma vez que essa identificação atribui sentidos que não constituíam a memória histórica e social da vida de Curiaú, portanto, são elementos externos que são incluídos no memorial histórico da comunidade e que, dentro do contexto econômico e político, convém que seja absorvido e, para tanto, instaura-se o processo de apropriação dessa nova significação social do grupo. (27)

(...)

Tradição e modernidade fundem-se, quando os moradores mais antigos enquadram-se na significação quilombola, mesmo resgatando as reminiscências, no entanto, incorporando e/ou reproduzindo a significação atual. É como se a denominação moderna justificasse e complementasse os valores originários. (34)

Os movimentos ocorridos em Curiaú são claramente de relações externas. No primeiro momento, a nova identidade é introduzida a partir da participação de um ator externo que intervém através da titulação quilombola: Fundação Palmares. No segundo momento que, conforme nossa postulação, é derivado do primeiro, temos o aparecimento de outros movimentos como a própria escritura, que também é voltada para o público externo, ainda no processo de afirmação da vida quilombola.

Embora o título (quilombo) seja fundamental para a definição da identificação da comunidade, resolvendo, portanto, a primeira inquietação do autor “Hoje este lugar ainda não foi definido como devemos chamar”, a construção da identidade a partir dessa identificação dá-se num processo lento e de múltiplas relações. É nesse quadro que a escrita de Curiaú tem papel fundamental para a sustentação da identidade quilombola cumprindo o papel de registrar, mas,

sobretudo, de difundir a história local para fora da comunidade. Nesse sentido, a identidade da qual fala Silva está inevitavelmente associada às relações externas.

- As relações políticas com o aparato do Estado: os benefícios sociais úteis, rentáveis para a comunidade:

Temos que ter consciência que devemos viver de comum acordo com Governo, Prefeitura e as autoridades em geral, para que cheguem as melhorias necessárias para o desenvolvimento deste povo. (33)

O autor anteriormente afirma, como se estivesse denunciando alguma intromissão, que é necessário “fazer com que o povo de fora entenda que essa beleza natural não é do Governo e ou do Município, isto aqui é do Curiaú”, mas em seguida manifesta a consciência da necessidade de uma postura absolutamente política de relações externas, com órgãos com os quais mantém relações institucionais, reconhecendo a importância de uma relação diplomática para que a comunidade seja beneficiada por atividades dessas instituições públicas vinculadas a esses dois poderes executivos: municipal e estadual.

Silva finaliza seu trabalho trazendo à tona o que estamos considerando como o começo da vida e, ao mesmo tempo, a motivação da escrita curiaúense. Como já comentamos, a escrita é socialmente motivada e no caso particular de Curiaú essa motivação social é produto do deslocamento do estatuto social referente à origem quilombola da comunidade, isto é, a sua formação e constituição.

Nesse contexto, o escritor reafirma seu protesto quanto ao reconhecimento do valor cultural e histórico da comunidade, reivindicando para Curiaú um lugar diferenciado na sociedade por sua origem distinta em relação a outros grupos e comunidades locais. Reivindica o reconhecimento do status que não é apenas de ordem social, mas, sobretudo histórica no cenário histórico-cultural da vida amapaense: “... Queremos ser respeitados de uma forma humana, conhecidos pela nossa origem.” (33)

Consideramos importante retomar algumas questões que se apresentaram nessa escritura, para fazermos uma espécie de balanço do livro, do que nos ocuparemos nos próximos parágrafos.

É evidente que temos em mãos um documento de inestimável valor histórico-etnográfico tanto pelo volume de informações contido nessas poucas páginas quanto pela fonte

das informações que são retiradas da memória do próprio escritor e das reminiscências de outros moradores.

Um outro aspecto relevante é a interferência feita na escrita, isto é, no texto original, quando da velha conhecida revisão, para efeito de publicação, como costumeiramente ocorre com os textos que são publicados. A esse respeito, Rosa Acevedo, em seu Relatório de Identificação, comenta que:

O problema desse documento está na originalidade da escrita, e podemos dizer da reescrita ou reinterpretação. As dezenove páginas datilografadas foram objeto da intervenção de um segundo personagem que se manteve no anonimato e teria ouvido, lido, comentado e reescrito o texto - ou fala - original do Sr. Sebastião. Dedicou-se a polir um pouco o português e com isso introduziu, talvez inadvertidamente, alterações nas expressões, linguagem, imagens do narrador e especialmente buscou uma ordem de capítulo e de seqüências. (1997:18-19)

Segundo Rosa Acevedo, essa revisão constitui-se um problema para o texto curiaense, no entanto, esse é um procedimento comum para os padrões de publicação de textos de qualquer natureza, dos quais não está isento o texto curiaense.

Na verdade, apesar da interferência do revisor, esse texto não perde seu teor original. É possível, ainda assim, encontrarmos traços que marcam sua originalidade, tais como, o uso do léxico local e a própria ordem de construção que se mantém muito próxima à da oralidade. Na escritura de Curiaú observamos que a ordem ainda é da oralidade (Zumthor). É certo que há interferência, e isso é perceptível em várias passagens ao longo do texto, mas que isso implique a perda da originalidade, é discutível.

Fica evidente a preocupação constante do escritor com o registro das **peessoas especiais**, ou seja, das pessoas que, de alguma forma, apresentam destaque na vida curiaense, mormente os que no passado deram uma contribuição particular para a formação da comunidade.

Assim, o escritor enfatiza a participação dessas pessoas especiais nomeando-as e indicando seus feitos e posses como que reconhecendo o papel distintivo de cada uma. Esses feitos estendem-se a todos os níveis, desde atividades mais ordinárias até os grandes vultos da cultura e da vida curiaenses:

A primeira casa de madeira de lei, foi de Manoel Cecílio Ramos. (21)

(...) uns dos cantadores de ladrão (versos) era o velho Francisco do Rosário (...) (22)

Angela Capão comprou a primeira máquina de costura (...) (22)

João Caetano comprou a primeira bacia de ferro, introduzindo-a na comunidade onde até hoje existe algumas delas. (22)

Os contadores de estórias eram Ademar dos Santos, Francisco Silvano da Silva, José Sofia e Raimundo Ramos (23)

Ervina, Raimunda Tucupi e Manoel Rosa eram as pessoas alfabetizadas naquela época. Inclusive Manoel Rosa era que anotava o nome e a data de nascimento das crianças para informar posteriormente aos pais, quando necessitavam dessas informações. (26)

Consta que o primeiro professor da Vila foi Orelí (...) (26)

O primeiro transporte que existiu foi um carro de burro que pertenceu a Armando. (...) Muitos anos depois, veio o primeiro carro motorizado, de propriedade de João André.

A primeira bicicleta que existiu na comunidade era de propriedade de Cirilo Ramos. (26)

O primeiro marreteiro que veio à localidade foi Eládio. Vendia bijuterias em geral, pasta dental, sabonete, pratos e roupas. (27)

A primeira parteira que veio de Macapá foi a Inês, em 1959 (27)

(...) a primeira enfermeira foi Dona Clara. (27)

Severo, o mais corajoso caçador de onças (...) (28)

Os maiores mariscadores eram Jesinaldo e Silvério. (29)

(...) o melhor laçador era o Garanto. (30)

O primeiro aparelho de som foi de Paulino Ramos. (31)

Manoel Cecílio Ramos comprou o primeiro rádio à pilha. (31)

Observando essa freqüente preocupação do escritor em nomear, um a um, os envolvidos na constituição da vida curiaúense, associamos essa acuidade a uma possível preocupação com o que se chama ‘fazer justiça’, no sentido de reconhecer a participação de cada um, resguardando aos fundadores e pioneiros esse caráter e esse lugar de participantes do “início

dos tempos”, marcando, ao mesmo tempo, a familiaridade com essas informações, que confere o caráter de veracidade ao que é dito pelo escritor, garantindo, assim, legitimidade a sua narrativa. Ele tem posição privilegiada em virtude de dispor de informações peculiares e privilegiadas sobre a comunidade. Como o próprio escritor afirma, os elementos são verdadeiros, pois retratam o vivido por outras gerações e o vivenciado, que estamos interpretando como que indicando sua participação no fato ou evento, ou seja, também é do campo do vivido, no sentido de garantir o testemunho e, portanto, a veracidade dos fatos.

A esse respeito, Lord (1978) mostra que o estilo oral tem sua manutenção e sustentação nas fórmulas. Para ele, há fórmulas estáveis, como nomes de atores, ações principais, tempo e lugar. Essas fórmulas constituem o repertório comum que é repassado pela tradição. Poderíamos afirmar que essas fórmulas assemelham-se ao quem, ao quê, ao quando e ao onde da narrativa.

Para Lord, uma das fórmulas estáveis é o herói da narrativa. Na narrativa curiaense além do herói principal, como estamos considerando o escravo-herdeiro mais velho Francisco Inácio, há muitos outros heróis que Silva teve o cuidado de nomeá-los um a um fazendo referência a seus feitos. Esses estão sendo aqui considerados como pessoas especiais.

Observamos, ainda, a não linearidade da narrativa, visto que o escritor ora aborda sobre fatos de gerações passadas recuando até os fundadores, ora comenta acontecimentos dos dias atuais que envolvem as gerações mais jovens, entremeando esses dois momentos. É recorrente o escritor incluir suas impressões e julgamentos pessoais sobre épocas passadas das quais chegavam informações apenas pelas narrativas contadas pelos mais velhos, assim como comparações entre o ontem e o hoje da comunidade, evidenciando, recorrentemente a sua preferência, ou melhor, apreciação pela vida do passado, apesar das dificuldades de ordem estrutural, como ele registra.

A mistura de temas é freqüente, quiçá pela avidez em contar tantos fatos importantes em tão pouco tempo e espaço. Em um mesmo tópico, por exemplo, que o escritor denominou de “Da Comunidade”, ele inicialmente comenta a estrutura das casas, isto é, de que eram feitas, em seguida fala de atos religiosos e logo depois trata das gerações mais recentes, afirmando que havia “um certo espírito de destruição pela geração mais nova” e comentando, por fim, o relacionamento de pais e filhos, sugerindo sutilmente que esse problema da ‘destruição’ é

advinda da despreocupação dos pais para determinados ensinamentos que se dedicavam apenas a “ensinar as orações”.

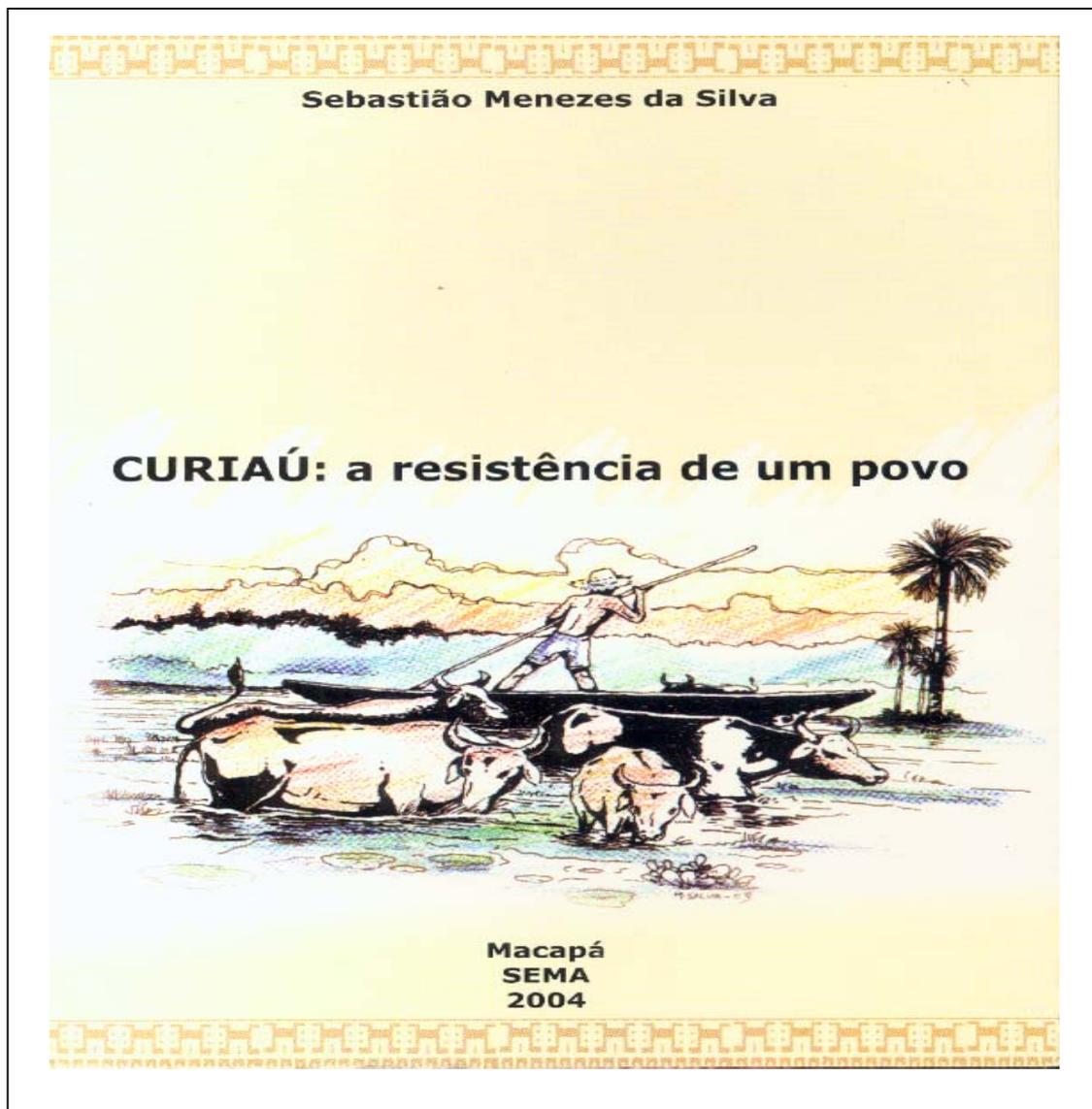
Silva não faz referência à origem quilombola ao longo de todo o livro. Faz menção ao termo “escravos” apenas quando se refere à herança deixada pelo Senhor Miranda aos seus sete escravos e quando trata da chegada de outros escravos para o povoamento da comunidade. O escritor não sustenta, portanto, a origem quilombola inclusive por esse fato não constar na memória dos porta-vozes da história, sua principal fonte, uma vez que à época em que foi escrito o livro ainda não havia nenhum movimento que indicasse a mudança social ocorrida, em razão do reconhecimento da remanescência quilombola dessa comunidade.

Silva, portanto, não assume a identidade quilombola, mas reivindica um lugar diferenciado para Curiaú, lembrando a necessidade de manutenção da identidade curiauíense e, em tom de protesto, apresenta sua reclamação, que retoma o princípio da vida curiauíense: “Queremos ser respeitados de uma forma humana, conhecidos pela nossa origem”. Embora ele não explicita qual seria essa origem, deixa a entender que ela é diferenciada em relação a outras, sejam outras comunidades negras, seja a própria comunidade amapaense como um todo.

Seguindo, de certa forma, o que comenta Le Goff, dado que os trechos mais extensos, nos quais o escritor se dedica a explorar informações mais detalhadas, são notadamente a genealogia e a religião, isto é, a demonstração de que se trata de um domínio importante no plano da organização desse documento que representa uma espécie de verdade sobre a vida da comunidade, assim como a autoridade de quem o produz, fatos que parecem relevantes para o contexto local.

Finalmente, a fonte utilizada por Sebastião divide-se em duas vertentes: a sua própria memória e a memória dos antepassados, o que implica dizer que ora ele narra a partir da sua memória, isto é, deixa transbordar suas experiências vividas na comunidade, ora ele narra a partir da memória de outros moradores, o que estamos considerando como causa da não-linearidade da narrativa. Isto a torna heterogênea do ponto de vista da composição, ou seja, embora seja de autoria de Sebastião, o limite ou a fronteira do que é da memória do escritor e o que é da memória de outros moradores é confuso em várias passagens.

#### 4.2 CURIAÚ: A RESISTÊNCIA DE UM POVO (2004)



Esse segundo trabalho de Silva apresenta características mais aproximadas aos padrões editoriais tradicionais, ou seja, apresenta menos características de um trabalho artesanal. Esses aspectos referem-se aos caracteres de natureza editorial: encadernação, capa, contra-capas, informações sobre a catalogação e publicação do livro, referências sobre o “autor” constante no espaço conhecido como ‘orelha’ do livro, enfim uma aproximação aos rigores formais diferentemente do primeiro.

Os aspectos citados não refletem diretamente o trabalho do escritor, mas do responsável pela edição e publicação do livro. No entanto, interferem no caráter do livro que se manifesta com características de profissionalização tanto da natureza da edição quanto da produção do próprio escritor. As características que diferenciam este segundo trabalho de Silva apresentam traços de maior elaboração e detalhamento que indicam uma espécie de profissionalização do escritor.

O livro “Curiaú: a resistência de um povo”, mais extenso que o primeiro, consta de noventa e oito páginas nas quais o escritor desenvolve seu texto em estilo próprio que se pode associar, em linhas gerais, a uma descrição consideravelmente detalhada da comunidade, tratando de temas dos mais gerais aos mais específicos, refletindo sempre o olhar, o juízo e as experiências ouvidas ou vividas pelo escritor. Silva narra fatos, situações, dificuldades e peculiaridades locais, de forma que seu texto se assemelha à elaboração de um documento que se destina ao registro da vida curiaense. O fato é que, com esse livro, o leitor tem acesso a informações detalhadas sobre o quilombo amapaense.

Em sua primeira edição, cujo lançamento ocorreu em junho de 2004, foram impressos mil exemplares, conforme informações constantes da segunda página do livro, onde se encontram todas as referências técnicas e bibliográficas. Esses exemplares foram, certamente, rateados entre os financiadores, colaboradores e o próprio escritor. Como costumeira e tradicionalmente acontece, sempre que algum órgão público financia a edição de qualquer produto cultural, parte dessa edição é destinada ao próprio financiador.

Ainda na página de informações técnicas sobre a publicação, encontramos referência à revisão que aparece de duas formas: *Copy Desk*: Fernando Canto/Confraria Tucuju e Revisão Final: Paulo S.S. Figueira, Sebastião M. da Silva e Elaine M. P. dos Santos, sendo esse segundo membro da revisão final, o próprio escritor.

Quanto aos temas, trata-se de trinta e dois tópicos enumerados no sumário que são selecionados e desenvolvidos em uma narrativa de estilo simples e com o mesmo padrão de linguagem do texto anterior, conforme vejamos:

## SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	7
	PREFÁCIO.....	9
1	CURIAÚ E SUA EVOLUÇÃO.....	11
2	HISTÓRIA DA IMAGINAÇÃO DO PENSAMENTO.....	11
3	NA MEIA METADE OU PARTE DA VIDA DESTA POVO, CURIAUENSE OU QUILOMBOLA.....	14
4	HISTÓRIAS, CURIOSIDADES E FATOS ENGRAÇADOS.....	16
4.1	Fatos engraçados.....	16
4.2	Curiosidades.....	22
4.3	História de Dona Rossilda, curandeira da comunidade.....	23
5	A CULTURA LIGADA À RELIGIÃO NO CURIAÚ.....	28
6	FESTAS TRADICIONAIS E CULTURAIS.....	32
6.1	Batuque.....	33
6.2	Festa de São Joaquim.....	34
6.3	Festa de Santa Maria do Curiaú.....	34
6.4	O Marabaixo.....	35
7	CURA NATURAL E PARTO NATURAL.....	36
7.1	Doenças, tratamento e saúde.....	38
8	CULINÁRIA DAS DÉCADAS PASSADAS.....	40
9	EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO PROFISSIONAL.....	42
10	CONVÊNIO E EDUCAÇÃO.....	45
11	AGRICULTURA, CULTIVO, PRODUÇÃO, VENDA, FEIRA, COMERCIALIZAÇÃO E PECUÁRIA.....	53
11.1	A prática na comercialização.....	59
11.2	A pecuária no Curiaú.....	64
12	COMUNIDADES VIZINHAS LIGADAS POR PARENTESCO.....	67
13	A AVENTURA DO POVO DO CURIAÚ.....	68
14	PRESERVAÇÃO.....	70
15	O MARISCO PARA SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS DO CURIAÚ.....	71
15.1	O marisco do peixe.....	73
16	A ESTRADA DO CURIAÚ DÁ ACESSO A OUTRAS COMUNIDADES.....	74
17	ENERGIA ELÉTRICA.....	75
18	ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENCANADA.....	76
19	TRANSPORTE.....	77
20	IMÓVEIS PÚBLICOS.....	77
21	ÁREA DO QUILOMBO DOCUMENTADA.....	78
22	CONFLITOS INTERNOS ENTRE FAMÍLIAS.....	81
23	DOCUMENTOS SOBRE O CURIAÚ.....	82
24	ENTIDADES.....	82
25	FESTAS DA COMUNIDADE.....	83
26	TURISMO NO CURIAÚ.....	84
27	ESPORTE E LAZER.....	85
28	CABELOS ÉTNICOS E SUA EVOLUÇÃO NA COMUNIDADE.....	87
29	A JUVENTUDE DO CURIAÚ.....	89
30	PARTE DE MINHA VIDA.....	90
31	COMENTÁRIO SOBRE ESTE TRABALHO.....	93
32	REFLEXÕES.....	95
	REFERÊNCIAS.....	97

Enquanto observamos mudanças nas características que consideramos técnicas e, portanto, alheias às habilidades e vontades do escritor, no que concerne ao texto, são mantidas as mesmas características e peculiaridades de seus escritos anteriores.

Alguns desses tópicos despertaram nossa atenção pela forma da escrita, assim como pela própria natureza do tema. A maioria deles constitui-se uma espécie de continuação da

narrativa anterior, isto é, do livro “Curiaú: sua vida, sua história”. Dessa forma, dada a extensão do livro, selecionaremos alguns tópicos que serão comentados doravante.

Antes de tratarmos dos tópicos, cabe um destaque para o título do livro, mais especificamente, para o termo **resistência**, constante no título, que nos permite pelo menos duas interpretações: uma que se refere à preservação do modo de vida genuíno e da cultura, apesar das diversas dificuldades enfrentadas pela comunidade ao longo da sua história; outra, mais sugestiva que a primeira, que pode ser identificada à resistência ao regime escravista brasileiro, que era a função e razão primeira dos quilombos e mocambos espalhados por todo o território brasileiro.

Nesse sentido, o termo resistência apresenta-se como um indício da filiação do escritor à memória quilombola, como se nesse momento ele estivesse assumindo a identidade do quilombo para Curiaú, o que não se percebia no seu livro anterior. Ao longo de todo esse segundo trabalho, observamos contornos que sugerem a assunção, pelo autor, da comunidade como quilombo.

Assim, observamos claramente a inclusão da vida quilombola, isto é, da defesa e sustentação da vida quilombola, pelo autor, nesse seu segundo livro. Isso fica mais evidente no sumário do referido livro, quando aparece explicitamente o termo quilombo ou quilombola, assim como na história, narrada ao longo das noventa e oito páginas.

Ainda sobre as referências de natureza técnica, na página sete encontramos uma breve apresentação do livro em que é ressaltada sua importância e relevância para a comunidade curiauíense, desta vez sem assinatura; não há identificação de quem o escreveu, mas é evidente que não faz parte do texto do escritor:

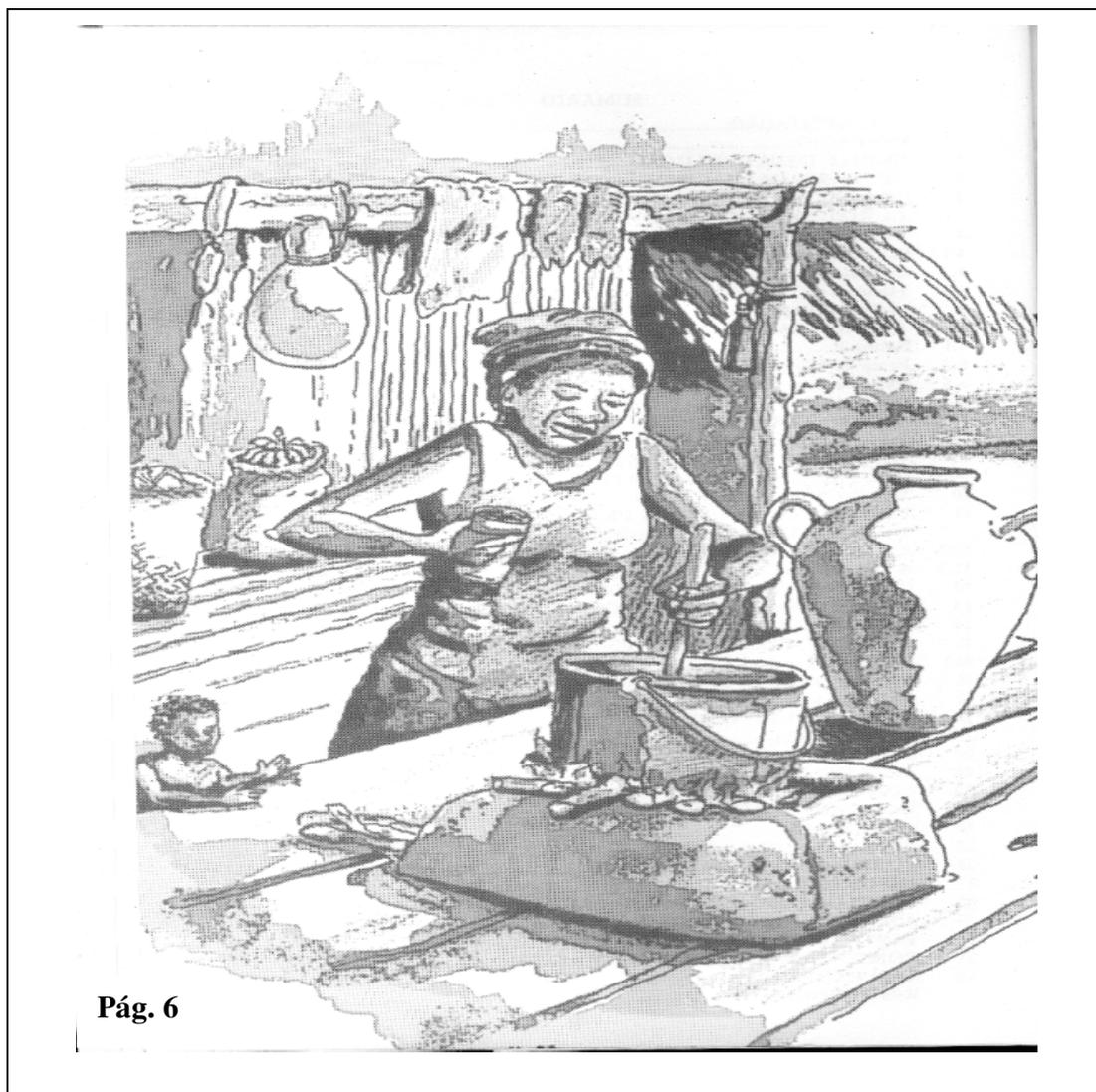
Esta obra tem por objetivo resgatar a história do povo do Curiaú, desde sua formação até os dias atuais. Procurando, de uma forma simples, levar ao conhecimento de todos os leitores fatos verídicos da comunidade e, ao mesmo tempo, fazer uma viagem descrevendo a vida de um povo que ao longo dos anos vem resistindo e conservando o que de mais precioso ele tem: a sua cultura.

Este livro conta a história do local desde o início dos tempos, fazendo um belíssimo resgate das tradições, para que não sejam esquecidas pelas gerações futuras. (2004, 7)

Em seguida, na página nove, encontramos o Prefácio assinado pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente, órgão responsável pela publicação do livro.

No verso das primeiras páginas, correspondendo às páginas seis, oito e dez, encontramos algumas figuras, em preto e branco, que fazem menção à vida curiauíense. Essas

ilustrações, feitas também por um nativo curiaense: Rosinaldo M. Silva, voltam a aparecer ao final do livro, às páginas noventa e quatro, noventa e seis e noventa e oito. Trata-se do mesmo ilustrador do primeiro livro de Silva. Ao longo do texto também constam outras ilustrações de tamanho menor, seguindo o comentário do escritor, conforme vejamos:





Pág. 8



**Pág. 10**



Pág. 94



Pág. 96



Pág. 98

Adotaremos como critério para seleção dos tópicos que serão comentados os que não tenham sido tratados, para não repetirmos comentários já expostos sobre o trabalho anterior desse mesmo autor, e os que nos chamaram atenção pelo caráter inusitado e original, portanto, a ordem que se encontra a seguir não coincide com a seqüência do sumário já apresentada.

Tratando diretamente dos temas temos a seguinte ordem:

1) *A Resistência*: abrindo o livro, o primeiro tópico trata do “Curiaú e sua evolução”, onde o escritor tece comentários sobre a saga da resistência e luta para a manutenção dessa comunidade, com tom heróico e de exaltação da comunidade quando de sua formação nos primórdios. Passando às palavras do escritor:

A imaginação de um povo faz com que se torne realidade os fatos de uma história viva. A firmeza de um povo para manter a sua soberania, cultura, costumes, hábitos, vivência e crenças está em acreditar no seu crescimento educativo e num profissionalismo que visa à preservação do meio ambiente, para assim cuidar do futuro dos jovens de sua comunidade.

A vida com sobrevivência e a convivência com as dificuldades e problemas trazidos pelo progresso, e as preocupações com os conflitos, em decorrência da ganância e do poder, fazem de tudo isso a aventura do investimento.

A luta pela garantia do patrimônio faz com que o cultivo seja a grande fonte de renda da comunidade do quilombo do Curiaú, representado por uma entidade que deixa os cidadãos da localidade livres para o esporte e o lazer. Histórias reais, fatos vívidos e presenciados fazem com que as comunidades vizinhas se integrem a este ponto turístico que se chama Curiaú, cujo povo resistiu e resiste a uma forte influência do escravismo no Amapá, principalmente em Macapá. (11)

Há nesse tópico, embora curto, constando de apenas três parágrafos, muitas informações que o tornam um pouco confuso. A primeira referência é à imaginação. É possível que essa imaginação refira-se à memória coletiva que armazena as informações sobre a vida da comunidade. Isso porque, em princípio, o que é armazenado na memória dos “porta-vozes” da história é do domínio particular deles, uma vez que a memória é seletiva. Por outro lado, é somente através dessa memória que se pode acessar o passado. Ela, no entanto, acaba tornando-se de domínio público, sempre que são contados e recontados os fatos e história que ela se ocupa de guardar. Nesse sentido, é que a imaginação, entendida como memória e não como invenção, pode “tornar realidade os fatos de uma história viva”.

A questão central abordada nesse tópico, no entanto, trata da resistência que se divide em três situações: dos aspectos ligados à cultura; dos aspectos relacionados ao patrimônio e à própria sobrevivência, assim como, em breve referência, aos aspectos referentes ao regime

escravista. Como já comentado no primeiro capítulo, a sobrevivência de comunidades como Curiaú está diretamente associada à terra. Nesse sentido, a posse da terra garante a manutenção não apenas econômica, mas de algumas tradições que se refletem na cultura, em costumes, hábitos e crenças que, por outro lado, sofrem influência da exterioridade, dos hábitos não curiaeuneses. Assim, esses dois aspectos estão diretamente associados.

Já o terceiro aspecto, a resistência ao regime escravista começa a aparecer em virtude desse livro ter sido publicado após a titulação quilombola. Nesse sentido, faz-se necessária a defesa da vida quilombola, a partir de então, para dar sustentação ao título recebido e ao novo status adquirido pela comunidade: quilombo. Trata-se de um processo de construção da nova identidade que precisa ser difundida dentro e fora da comunidade, cujo papel é exercido essencialmente pelos escritos da comunidade.

2) *Um outro começo*: No primeiro momento, Silva parece instaurar, com essa narrativa, um novo começo para a comunidade, que não se relaciona com a história fundadora mais propagada e apresentada por esse mesmo autor no seu livro anterior. Reflete a criação do escritor. Nesse momento, é a liberdade de criação permitida ao autor que se evidencia, em contraposição à passividade do copiar, transcrever o que era contado. Agora ele conta:

Quando estavam próximos de chegar a terra, acontece o imprevisto: o barco fura, começa o desespero, começam a gritar uns com os outros, outros cuidando de secar o barco, outros tentando acalmar aqueles que estavam ali, e aqueles que não queriam lutar por todos, tinham pouca esperança e fé; abandonaram o barco e tentaram se salvar sozinhos. Chegando a terra, ficaram olhando de longe os seus familiares, pais, mães, irmãos, avós, tios, parentes e amigos, lutando para conservar o barco, e fizeram com que todos se salvassem e sobrevivessem. (12)

No entanto, considerando que há uma história fundadora bastante difundida, já apresentada pelo autor no primeiro livro, não acreditamos ser esse fato realmente uma outra versão do surgimento da comunidade. “A história na imaginação do pensamento” retrata uma criação do autor para apresentar, na verdade, uma outra forma de distinguir os moradores cooperativos que se dedicaram à defesa e construção da comunidade. Trata-se de uma metáfora para separar curiauneses fiéis dos infiéis ao processo de defesa e construção da comunidade, chamado por Silva no tópico anterior de resistência.

Essa atitude nos permite retomar a questão, já mostrada no capítulo 2, formulada por Hobsbawm como “tradição inventada”, pois demonstra que as tradições não estão vinculadas

apenas a situações de tempos passados que se perpetuam com a repetição e com a transferência às gerações mais novas. Mas podem ser criadas e instauradas a qualquer tempo, como o faz Silva nesse trecho.

O referido tópico é seguido da figura de uma caravela tombada, sugerindo um naufrágio, através dos detalhes: mastro quebrado, passageiros atirando-se ao rio.

Na construção da metáfora, o autor apresenta esse fato, supostamente referente à história da constituição da comunidade de Curiaú, tratando como um trágico naufrágio do barco em que viajavam as pessoas que iriam construir Curiaú, que estavam, provavelmente, em fuga, “buscando terra boa para se fixar”:

Em seguida, Silva narra o princípio da vida na comunidade, após a sobrevivência de todos a esse sinistro:

E a maior parte da população que ficou junta na comunidade, resistiu a tudo e a todos, passando dificuldades, situações complicadas em todas as áreas, mas manteu-se firme, assegurando suas terras, culturas, tradições e costumes...

Este povo que ficou dentro do Curiaú, sobrevivendo nas diversas atividades, sobreviveu como? Na agricultura, religião, cultura, lazer, esporte. Na saúde com a medicina caseira, as parteiras cuidando das crianças; os criadores de animais cuidando de seu rebanho; o pequeno revendedor vendendo caro, mas servindo a comunidade e aos seus parentes e amigos; os curandeiros da terra, cuidando de construir as casas tradicionais; os mariscadores caçando e pescando alimentos para seus familiares... os rezadores rezando suas ladainhas em latim; os ajuntamentos e os casamentos, constituindo famílias... (12)

O autor usa uma associação interessante para descrever a situação de parceria na construção da comunidade daqueles que ficaram no barco quando da ocasião do naufrágio. Silva associa diretamente os que naquele momento abandonaram o barco aos que se afastaram da comunidade, em busca das comodidades da cidade.

(...) Esses que abandonaram o barco, que viveram e vivem na facilidade, quer dizer, na cidade, a maioria deles não foi solidária ou capaz de favorecer contatos da cidade para o interior Curiaú. Não fizeram projetos para este povo e alguns trouxeram individualismo, discórdia e má influência para parte do povo que ficou no barco, o Curiaú. (14)

A situação do naufrágio representa simbolicamente as dificuldades da comunidade em sobreviver, assim como, em contraponto, o barco representa a comunidade onde se estabeleceram os sobreviventes, curiosamente todos os que estavam no barco. Cabe, pois, concluir que o referido naufrágio representa uma forma de o autor registrar o abandono de alguns curiaúenses para buscar conforto e melhores condições para suas famílias na cidade, rompendo o

laço de relações com os que ficaram enfrentando todos os tipos de adversidades naquele lugar distante.

### 3) A “lei” social

No terceiro tópico denominado “Na meia metade ou parte da vida deste povo, curiauíense ou quilombola” o autor descreve o que estamos denominando de leis sociais; algumas normas de relações sociais:

a) regras de casamento: o escritor comenta a respeito das “normas, critérios e regras” para constituição das famílias:

(...) Observava-se de qual descendência vinha o rapaz ou a moça. Se a família era de boa conduta; se possuía dote, bois, cavalos, porcos, casa; se andasse bem trajado, bem arrumado ou vestido; se era trabalhador; mariscador e respeitador.

Era experimentado pelo pai da moça ou pela mãe do rapaz. (...) A pessoa que iria pedir a noiva tinha que ser bem respeitado pelo povo, tinha que ter um grande papo e argumento, uma alta voz.

O compromisso das duas famílias, para casar a moça virgem era muito sério: a maior dificuldade era de não sair nenhum comentário a respeito de algo negativo, como da moça não ser mais virgem ou do rapaz não estar envolvido com outra moça. (14)

Trata-se de uma espécie de detalhamento do comportamento social referente aos relacionamentos amorosos estáveis, sobretudo dos rituais que antecedem os casamentos. Esse detalhamento traz ao conhecimento contemporâneo os costumes antigos que não se mantêm nos dias de hoje. O autor passa então a um segundo subtema.

b) patrimônio: sobre esse assunto, Silva passa a comentar o segundo momento da constituição da família que é a formação do patrimônio familiar para sustento e sobrevivência de todos. A partir disso, ele atêm-se ao problema da moradia, relatando a preocupação dos moradores com a aparência que se mostra aos visitantes, revelando, ainda, seu cuidado com a alteração da paisagem local, proveniente da mudança no estilo das casas:

(...) com o crescimento, desenvolvimento e o progresso, vêm as dificuldades e os problemas. A preocupação e a necessidade de construir uma casa. A grande dificuldade é como fazê-la: madeira ou alvenaria. O problema é a falta de dinheiro e juntar uma quantidade suficiente para começar a construção. No Curiauí, as casas na metade dos tempos, eram de madeira esquadrejada. Tinha-se uma grande demora para construí-las, por motivo de situações financeiras fragilizadas.

(...) A comunidade do Curiauí, mostrando-se numa nova era ou evolução, começa a reivindicar melhorias para com os órgãos públicos... começava a maior preocupação, a de conseguir a todo custo, de fazer uma casa em alvenaria para “morar melhor”, e mostrar para os visitantes. Surge um grave problema, o de construir de qualquer forma suas moradas. Não foi pensada uma forma de planejamento de manter e preservar o estilo e a arquitetura das moradias antigas, uma forma de padrão. ... A solução para as

casas na comunidade do Curiaú é seguir pelo menos um padrão na arquitetura da cobertura, o estilo quatro águas. (15/16)

Nesse segundo aspecto da “lei social”, o autor apresenta as questões relativas à construção civil, deslocando-se, no entanto, para um período mais recente da história. O que o autor denomina como “na metade dos tempos”, pode fazer referência ao passado próximo, que não retoma o passado longínquo quando da formação da comunidade, mas não se reporta exatamente aos dias atuais, daí justificar a expressão na metade dos tempos; nem antigo, nem recente. O autor manifesta ligeira preocupação com uma espécie de padronização da arquitetura, desejando que se mantenha ao menos um aspecto padronizado, o telhado.

#### *4) Hábitos, Costumes, Tradições, Atividades*

Ao longo dos próximos capítulos, do quarto ao vigésimo sétimo, que ocupa a maior parte do livro, o autor constrói, com informações tão ricas em detalhes quanto preciosas, a sua descrição da cultura, dos hábitos, dos costumes, dos aspectos econômicos, sociais e estruturais, assim como familiares, enfim, o escritor faz um belo e rico relato da vida curiaúense, entremeando fatos do passado remoto, do passado próximo e dos dias atuais. Não nos ocuparemos desse material, no entanto, em virtude de já ter sido apresentado e discutido o tema no primeiro livro desse autor.

As questões relativas ao universo cultural, que abrange todos esses aspectos: hábitos, costumes, tradições podem ser associadas ao que Lord (1978) trata como sendo a segunda fórmula que se refere, de maneira geral, à ação dos personagens, o que equivaleria ao quê da narrativa, isto é, às atividades da vida curiaúense narradas por Silva, no caso da obra em comento.

É lícito ressaltar que, para Lord (1978), as fórmulas são a base da poesia oral, são adquiridas dos mais velhos pelo jovem cantor. As fórmulas são uma espécie de repertório coletivo onde estão armazenadas as informações referentes às tradições, de onde os cantores tiram as informações para o trabalho do narrador.

No item vinte e oito, ainda um aspecto do universo cultural, que inicia à página oitenta e sete, sob o título “Cabelos étnicos e sua evolução na comunidade”, Silva descreve a forma local de arrumar os cabelos: são trançados de tal jeito que ficam como se estivessem colados no couro cabeludo com efeitos diferenciados para cada penteado. O escritor classifica

como uma arte “que vem sendo repassada de mãe para filha”, constituindo-se uma “fonte de renda na comunidade”. O autor registra que contou com a colaboração da irmã Leoneide, conforme explicitado ao final do item.

Ainda sobre esse item, vejamos os comentários sobre a prática de entrançamento dos cabelos:

Nos primeiros alisamentos, feitos em décadas passadas, usavam-se soda cáustica, o que provocava ferimento e queimadura grave no couro cabeludo. ... No passado as meninas que tinham cabelo curto, seus cabelos eram trançados com envira. As tranças eram desfeitas a cada oito dias para lavar e depois se trançava novamente. O objetivo era fazer o cabelo crescer. O segredo da duração do aplique é a colocação e a manutenção do mesmo. (88)

O autor nos informa, ainda, que há dois salões de beleza na comunidade, ambos financiados por órgãos estaduais: a Agência de Fomento do Amapá e o Instituto de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Amapá (atualmente Secretaria Estadual de Turismo).

Segundo Silva, outra forma de arrumação muito usada no passado foi o uso de perucas com as quais “as mulheres da comunidade ficavam tão diferentes que às vezes não se reconhecia, e já outras ficam ridículas, mas queriam estar na moda” (p. 88).

Em outro tópico, o autor reserva uma parte do livro denominada “Parte de Minha Vida” para contar alguns fatos sobre a sua própria vida, construindo uma espécie de auto-retrato, ou autobiografia. No entanto, não nos ocuparemos desse tópico em razão de já termos dedicado momento para comentarmos sobre a biografia de cada um dos escritores no capítulo anterior.

Em seguida, de forma muito interessante, Silva assinala o item trinta e um de “Comentário sobre este trabalho”, onde ele comenta sobre os estímulos e incentivos para que ele escrevesse, inaugurando a sua trajetória de escritor ‘oficial’ da vida curiaúense e dedica-se, ainda, a fazer os agradecimentos e dedicatórias.

Com essa atitude, Silva registra seu comportamento e sua situação de autor. Ele passa a assumir a função de autor, iniciando, assim, um outro momento para a sua trajetória na comunidade.

A necessidade de transformar estas histórias em um livro se deu pelo constante incentivo do amigo José Paixão, “Coruja” e da minha irmã Leoneide. O tempo que levou para publicação do meu primeiro livro, desmotivou-me a escrever um outro, mas fui incentivado a não parar. Refleti que na verdade há uma grande procura por parte dos estudantes e da sociedade em geral em pesquisar sobre a história do quilombo do Curiaú.

Isso fez com que eu me preocupasse em escrever para que as novas gerações tivessem conhecimento da história da comunidade.

Eu não pesquisei em livros. Tudo o que escrevi foram fatos vividos e presenciados. Tudo isso só foi possível porque jamais saí da comunidade. Nasci, cresci e vivo até o momento no Curiaú. Sei de muitos fatos, mas que não os relatei para não causar confusão. (93)

O escritor comenta rapidamente a simplicidade deliberada do seu trabalho que pode ser entendida também como reconhecimento de sua limitação com o uso da língua, pelo menos nos termos preditos e prescritos pelas normas gramaticais. Podemos interpretar esse momento como atitude lingüística do escritor, quando explicita o uso que faz da língua.

Este trabalho é bem simples, feito para que toda sociedade entenda sem precisar recorrer ao dicionário.

Pelo meu grau de escolaridade é muito difícil escrever corretamente um livro, precisa de muita concentração, sei que agradei a muitos, mas também desagradei outros. O que escrevi reflete minha maneira de pensar. (93)

Como já comentado no capítulo anterior, a variedade de linguagem usada na escritura é a mesma da fala local. A escrita apresenta-se como uma transcrição da oralidade.

Silva encerra o item trinta e um que se ocupa, como já dissemos, de um comentário sobre o seu trabalho, com amplos agradecimentos, citando nominalmente muitas pessoas e “aqueles que gostaram das histórias e peço a compreensão dos que não gostaram”, dedicando aos mesmos que agradeceu e “a todos aqueles que me querem bem e me respeitam” (93).

No último item do livro, de número trinta e dois, Silva apresenta as suas **reflexões** (sendo esse o título do item) sobre a vida de uma forma geral, externando uma mensagem de cunho espiritual dizendo que “... Todo ser humano nasce com uma missão. Ninguém vem ao mundo à toa. ...”. Ele defende, ainda, que cada um tem as suas habilidades particulares que não obrigatoriamente são partilhadas por outros, e finaliza sua mensagem assumindo uma visão maniqueísta da vida, fazendo uma apologia a Deus:

Ninguém é incapaz a tal ponto de ser um zero à esquerda. Se uma pessoa é boa em uma coisa, outra certamente tem potencial que você não tem. Quem é bom de leitura pode não ser bom de escrever ou vice-versa. Assim como os calados podem não ser maus pensadores, nem todas as pessoas que falam bem agem da mesma maneira que dizem. Não adianta ser bom por fora se é ruim por dentro.

Acreditem que Deus existe. Se as coisas, às vezes, não dão certo, alguma razão tem, pois nada é vazio. Deus vem sempre em primeiro lugar. (95)

Ainda nesse último item, o escritor faz comentários insólitos que nos chamaram atenção pelo caráter original de abordar sobre o seu fazer de escritor, isto é, sobre o seu modo e seus instrumentos de trabalho enquanto autor, causando a impressão de um acabamento, no

sentido de que ele diz tudo, inclusive o que em geral não se costuma dizer em um livro, sendo, esse, portanto, mais um aspecto que particulariza esse trabalho:

Gastei quatro canetas para escrever estas histórias. Várias vezes dormi em cima do caderno quando escrevia, cansado e com falta de concentração. Tenho duas pretensões literárias: a de escrever uma história infantil e um roteiro de um filme sobre a história do quilombo do Curiaú.

O término deste trabalho ocorreu dia 21 de maio de 2003, após ter sido iniciado em 19 de março do mesmo ano. Minha filha Cíntia será minha substituta. (95)

Evidenciamos outro comportamento inusitado, que demonstra mais uma marca da oralidade na escritura. No final da citação acima, a nomeação de um herdeiro no sentido de dar continuidade ao trabalho, como se definisse uma sucessão, é, em geral, prática comum da oralidade.

Assim o escritor encerra seu texto sobre a comunidade de Curiaú e particularmente esse item, acrescentando logo abaixo a sua subscrição: Sebastião Menezes da Silva.

Por fim, Silva apresenta, como item final, a Referência bibliográfica, onde constam as referências do seu primeiro livro “Curiaú: sua vida, sua história”, com a qual encerra seu livro. Estamos supondo tratar-se, essa última parte, da intervenção do(s) revisor(es).

Retomando algumas questões sobre esse livro, no que diz respeito à fonte, assim como à qualidade de seu trabalho, o autor comenta em entrevista:

nesse novo agora que saiu, eu estou te dizendo que esse trabalho é tão bom, é muito bom mesmo, porque esse daí vai dar uma...uma noção e uma visão para muitas pessoas que querem falar e escrever sobre o Curiaú, porque eu estou falando com muita propriedade. Hoje o que se ouve dentro do Curiaú alguém já ouviu de terceiros, fulano já ouviu falar perto de, de mim eu já, eu já conto isso, fulano já conta aquilo e assim vai, ...

Sobre a confiabilidade das informações adquiridas por pesquisadores e estudantes interessados na história da comunidade que, segundo ele, é uma demanda significativa, Silva externa sua preocupação com a fonte, nem sempre confiável, dessas informações:

é para ter muito cuidado porque pode daqui com essa demanda grande, pode sair mentira, porque como a gente já tem certeza que como na internet tem muita mentira sobre o Curiaú e mais tarde pode sair em todas escrituras que saírem sobre o Curiaú, porque vai ver que a procura é tão grande (...) Porque cada um hoje em dia vai contar, se tu pegas um molequinho agora na rua passando aí que está escutando, você sabe contar um pouco do Curiaú? Ah! A minha vó contou dessa forma dessas altura, ele vai contar assim, ele está contando sim porque ninguém vai impedir dele falar, agora ninguém sabe se ele está falando da alma, se ele está falando de coração ou se ele está falando de verdade e se ele está falando realmente o que você quer saber ou se ele quer se livrar de você.

Ainda sobre essa questão da fonte de informação, o escritor comenta sobre os pesquisadores antigos e as distorções no que era registrado, uma vez que não havia nenhum texto, ou documento referencial para a pesquisa e dependendo da fonte, isto é, do informante, ou ainda, pela própria vontade, ou interpretação do pesquisador, as informações poderiam ser alteradas:

...Os pesquisadores mais antigos (eu nunca vi nem um, eu estou com vocês modernos que estão se formando agora) e sempre eu digo para todos vocês que estão vindo aqui, estão todos os alunos que estão atrás de mim, atrás da comunidade, eu estou elogiando vocês de uma forma diferente, que antigamente as pessoas escutavam o que a gente falava e modificavam o sentido de que nós falávamos, por isso que algumas histórias foram mudadas.

O cuidado de Silva quando comenta sobre a confiabilidade da fonte das informações retrata, na verdade, a preocupação em fixar uma versão da história, o que significa limitar versões diferentes para os fatos e instaurar e assegurar uma ‘verdade’ para a vida curiauíense.

No seu segundo trabalho, o escritor acrescenta informações ao texto anterior como se estivesse complementando as informações do primeiro livro. Nas palavras de Sebastião:

Esse trata Curiauí: sua dificuldade, suas preocupações e os seus problemas de uma forma geral, da onde eu parei aquele um aí peguei dali para frente, quer dizer que ali, como alguns já questionaram, por que não veio “Curiauí e suas dificuldades e suas soluções”, não tem nada disso aí. Por que não é solução? Porque tem questões que às vezes é uma dificuldade, tem um problema, mas não existe solução, você monta, as vezes você acha que aquilo é solução, mas aquilo ainda é um pequeno problema, então dificilmente para os problemas (exis...) existe a solução, existe um meio termo.

Perguntamos sobre que tipos de problemas e soluções ele falava, dando o exemplo do asfaltamento que se constitui, ainda hoje, uma polêmica na comunidade, ele nos diz:

Já tem, já está bem. Pois é, agora isso aí, por exemplo, quando tinha poeira, veio o asfalto, aí a dificuldade era a poeira que nós (no, no, no) no texto que tem dentro do livro está dizendo porque da razão criad..., tomada por isso chegou o asfalto, aí melhorou, agora para gente pode achar que é, foi a solução do problema? Não foi, foi mais preocupação, porque através do asfaltamento veio algumas questões atrás dele, disso tudo aí, que foi maior violência dos carros passando aí como, com o asfalto bem feito, matando mais animais, certo?! E até atropelando cri... pessoas aí na rua. Então, não veio solução, ainda continuou havendo problema e pode causar ainda muito mais.

### 4.3 JORNAL DO QUILOMBO

O Jornal do Quilombo é, em princípio, um canal de comunicação interna à comunidade. No entanto, ele é essencialmente um veículo de divulgação do que acontece na

comunidade para além de seus limites, isto é, para a cidade, como é chamada a zona urbana de Macapá pelos curiaúenses.

Constitui-se indubitavelmente um novo canal de comunicação, servindo, inclusive, de suporte para a veiculação de outros tipos de textos, como é o caso dos poemas de natureza épica, que retratam a vida no quilombo, cuja autoria é de Creuza Silva. Esses poemas são feitos exclusivamente para publicação nesse periódico e, assim como o jornal, assumem a defesa da identidade quilombola. Poderíamos supor, a partir disso, que o jornal estimula ou influencia o surgimento de outros escritos, o que implica dizer de outros escritores.

Sua primeira edição data do dia 15 de dezembro de 1999. Tem como mentor Sebastião Menezes da Silva, que acumula as funções de editor, redator, repórter, enfim, toda a produção está sob sua responsabilidade.

Esse jornal trata de temas relativos à vida diária dos curiaúenses, desde informações relevantes de interesse geral da comunidade, causos engraçados ou aterrorizantes ocorridos com alguém e até mesmo comentários sobre a vida particular de algum morador feitos de forma sutil ou manifestamente.

Considerando que as edições ainda são em número relativamente reduzido, não tendo alcançado a edição de número cinquenta, e tendo em vista que nossa abordagem restringe-se a comentários gerais sobre esse gênero, trabalharemos com o conjunto dos jornais publicados, isto é, todas as edições já lançadas, de 1999 a 2005, para termos uma visão abrangente desse escrito curiaúense.

O detalhamento das características desse jornal é importante para que possamos evidenciar o seu funcionamento, sua abrangência e suas funções na comunidade.

Inicialmente, veremos sua periodicidade. O Jornal do Quilombo apresenta uma frequência variável de publicação, em virtude da forma e condições de sua produção. Até mesmo o escritor não faz qualquer afirmação sobre a frequência de publicação, uma vez que há muitos fatores que contribuem para essa situação, como: a coleta das informações, a produção da primeira versão, até a distribuição. Essa periodicidade instável é consequência também da centralização das atividades em uma só pessoa, o que evidentemente retarda a sua produção.

A tiragem do Jornal é consideravelmente limitada, inclusive em relação ao número de moradores da comunidade. Segundo Sebastião, são impressas em média trinta cópias a cada edição do jornal, e “... uma maior tiragem já foi tirada de oitenta jornais, foi da vez que... eu mandei pra maior parte dos Estados do Brasil e foi aonde, numa época de festa de São Joaquim que muita gente comprou e foi dado muito porque na época que há questões e então, ia pra cada secretaria de Governo, de... do prefeito da... do estado também fui deixar um exemplar (...) Daí maior tiragem, sai de trinta”.

Relativamente à tiragem de jornais que circulam nas diferentes cidades as cópias impressas do jornal curiaense representam números insignificantes, o que evidencia a abrangência restrita desse periódico. No entanto, para a realidade curiaense, sobretudo para sua imagem externa, ter um jornal circulando com certa regularidade é de grande importância.

Quanto aos leitores, não podemos afirmar o montante, mas, segundo Sebastião, são mulheres “maduras” de fora da comunidade que, predominantemente, se interessam. Ele nos diz que a comunidade não acha bom nem ruim o jornal. Na verdade, não há notícias sobre qualquer leitura que a comunidade faça desse periódico, à exceção de alguns citados por Sebastião. Talvez esteja sendo aplicado o ditado popular de que “santo de casa não faz milagre”, onde está encapsulada a supervalorização do que é de fora e a desvalorização do que é próprio da comunidade.

A distribuição é garantida a cada edição, em virtude de ser feita pelo próprio Sebastião, sobretudo fora de Curiaú. São deixados não mais que quatro exemplares na comunidade, sempre para as mesmas pessoas, que naturalmente passam a outras, o que significa que a leitura se estende a mais algumas pessoas, mas representam um número ínfimo relativamente ao montante distribuído fora de Curiaú. Nas palavras de Sebastião: “É eu mesmo que procuro sair distribuindo (...) a maior parte tá sendo na cidade (...) nas secretarias (*sic*) de governo que as vezes eu deixo quase todas as edições, principalmente quando eles fazem alguma ação dentro da comunidade”.

A declaração citada acima permite-nos afirmar, mais uma vez, que a escrita curiaense é produto de um processo que tem mais relações externas que propriamente internas. Isso significa que, da mesma forma que os outros escritos, o jornal também serve de sustentação à situação histórico-social recente de construção de uma identidade negada por outros, razão pela

qual se faz necessária essa afirmação pública, num movimento que vai de dentro da comunidade para fora.

Apesar de os temas discutidos e as notícias veiculadas serem de interesse e até entendimento estrito da comunidade, assim como a variedade lingüística usada ser caracteristicamente a falada internamente, todos os escritos curiaúenses destinam-se em grande medida ao público externo. A produção escrita curiaúense é para fora, como fica evidente na declaração acima citada, indicando, ainda, que o status de escritor não é interno, mas se constitui fora da comunidade.

Sobre a operacionalização, isto é, sobre os instrumentos que ele utiliza, ou melhor, precisa para a elaboração/produção do jornal, ele nos diz:

Bom, pra mim mesmo é só a caneta e o papel e...levo daqui tudo num...grampeado as folhas de papel e o rapaz que está digitando pra mim bota no computador, tira no disquete aí eu vou procurar um órgão pra tirar as... as cópias (...) ele é uma das pessoas (que eu), nós contratamos ele pra trabalhar no sindicato dos agricultores (...) ele tá sendo pago pelo sindicato, só que isso aí é particular e quando eu vendo o jornal eu dou uma, uma, uma pontinha pra ele dependendo do que, do que recado, que ele não cobra.

Segundo a declaração de Sebastião sobre a elaboração em si, ou seja, a escrita do jornal, trata-se de um processo absolutamente artesanal, ficando evidente pelo modesto material utilizado: apenas caneta e papel, embora, em seguida, outra pessoa faça a transferência desse esboço, utilizando-se de outros recursos como o computador, o que garante sua reprodução em meio digital.

A impressão dos exemplares é feita, atualmente, na Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA. As primeiras edições foram impressas na Secretaria de Indústria e Comércio - SEICOM. Parece estranho, à primeira vista, esses órgãos se ocuparem de tal tarefa. No entanto, trata-se de colaboradores de Sebastião que, em geral, são pessoas que têm algum tipo de afinidade ou vínculo com a comunidade de Curiaú e exercem alguma influência política quase sempre um cargo comissionado de elevado prestígio e poder em órgãos públicos.

Perguntamos a Sebastião sobre a equipe que trabalhava com ele no levantamento, coleta, preparação, elaboração, enfim, queríamos saber quantas pessoas participavam da produção do jornal. Para nossa surpresa, o trabalho é feito basicamente pelo próprio Sebastião. Para algumas atividades, que não sabemos quais exatamente, ele conta com a contribuição da sua irmã. Sua prima costumava escrever poemas para publicação no jornal o que se caracterizava

para Sebastião apoio para a produção do jornal: “Por enquanto agora só três: é eu, a minha irmã e uma prima: É a Leonei de Menezes e a Creuza qui fazia aquelas poesias, só que já são umas duas edição que ela diz que não tá com cabeça pra criar poesia e não tem escrito” (*sic*).

Curiosamente, todos os colaboradores de Sebastião são de seu núcleo familiar, o que não significa, necessariamente, que se trate de um jornal familiar, uma vez que são esporádicas as contribuições de outras pessoas no processo de produção do jornal, mesmo das duas citadas por Sebastião. Isso fica evidente quando detalhamos cada etapa da produção e verificamos que, essencialmente, os procedimentos são realizados por seu responsável.

Quanto ao levantamento e seleção dos assuntos que serão matérias do jornal, isto é, a definição da pauta de cada edição, é feita pelo próprio Sebastião, que seleciona os temas de acordo com os acontecimentos presenciados por ele, que assim nos informa:

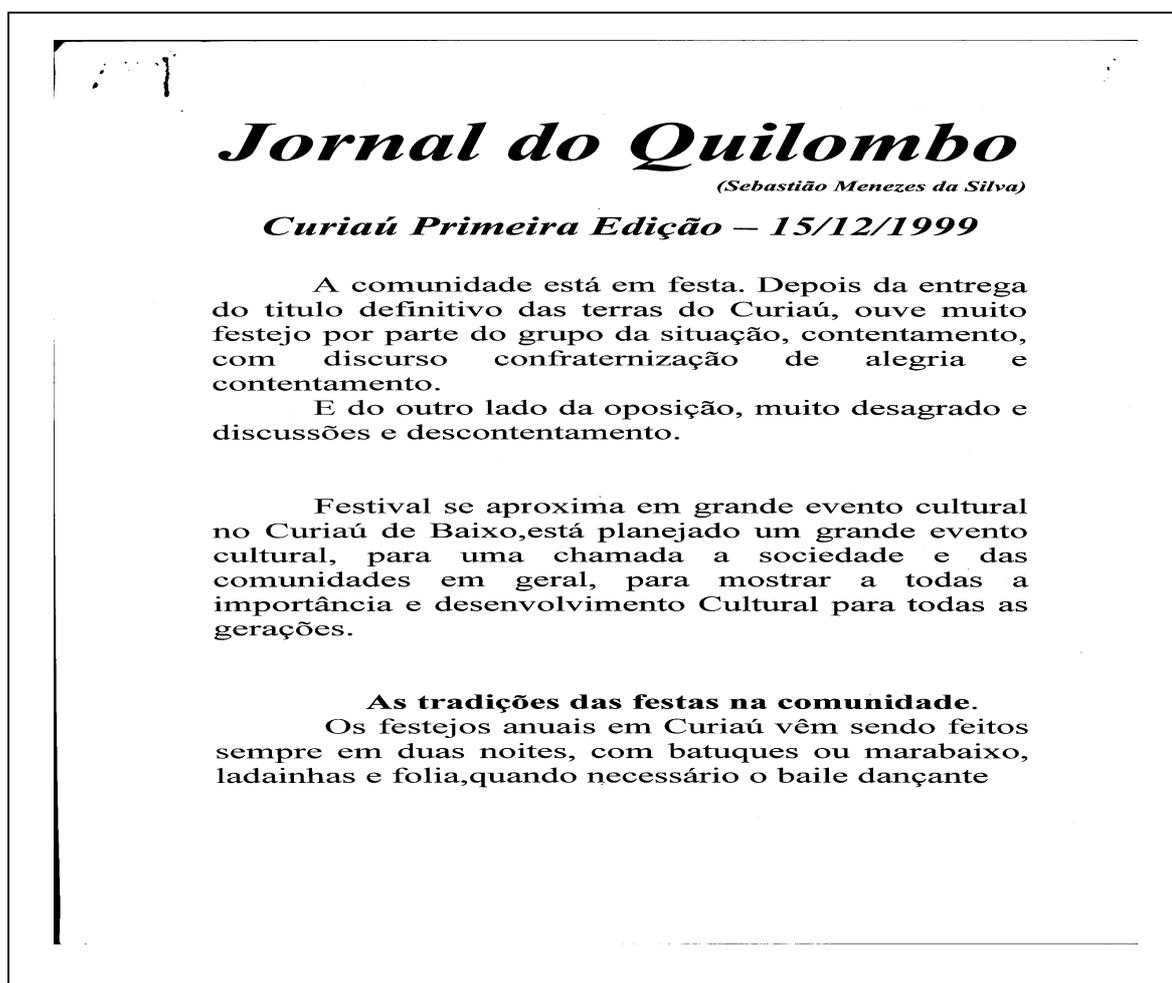
[eu tô aqui dia-a-dia e vejo as coisa, então eu, como eu vivo aqui dia-a-dia eu vejo as coisa acontecer e eu procuro tá junto pra mim tá observando. O que eu não vejo, que eu vejo só quando as pessoa tá falando eu não escrevo porque ali pode ter informações erradas e eu não quero me contradizer com nada, o que eu escrevo, o que as meninas escreve é coisa que a gente vê, participa, enxerga e observa, é essas questões que a gente bota, não tem nada de mentira ali (...) e nós não colocamos coisa que no futuro venha causar problema por uma mentira, porque nós já fomos parar na delegacia, que queriam acabar com jornal, que diz que uma mulher que não passava pra décima dizesseis (risos) pra décima sexta, e estão já na trigésima... Agora já é trigésima sexta edição, porque as pessoas que estavam sendo batidas no... no jornal começou a se dar mal (...)]. (*sic*)

Com esse comentário, Sebastião reafirma o seu restrito núcleo de apoio que se restringe às duas pessoas já citadas. Ele evidencia também sua preocupação com a veracidade dos fatos: “não tem nada de mentira ali”, com a preocupação de assegurar, talvez não a imparcialidade, mas o cuidado com sua reputação diante do que é publicado sob sua responsabilidade: “eu não quero me contradizer com nada”.

A partir da declaração dessas preocupações, Sebastião insere-se no que podemos chamar de modelo de editor, uma vez que é constitutivo de qualquer linha jornalística afirmar o seu compromisso com a verdade, com a imparcialidade e com a realidade dos fatos, embora, evidentemente, não se possa garantir qualquer neutralidade nesse processo, pois, todos os procedimentos: seleção das notícias, produção da matéria, ordem de publicação, por exemplo, são necessariamente resultado de escolhas e intervenções de um determinado sujeito.

Outro aspecto que diferencia e particulariza o jornal curiauíense é sua apresentação gráfica que difere estruturalmente de outros jornais.

Iniciemos pelo cabeçalho. Na sua primeira edição, o jornal apresenta a capa contendo o nome do jornal, na linha abaixo o nome do seu mentor e responsável e na seguinte a edição e a data. Já na segunda edição sofre alterações: o nome do jornal é mantido na primeira linha, na segunda o número da edição, na terceira a data. Além da retirada do nome do responsável que constava logo após a identificação do Jornal, observamos a inclusão de uma manchete.



Na terceira edição, observamos a inclusão do seguinte enunciado, ao final da página: “telefone para contato no Quilombo do Curiaú”, que já desaparece na edição posterior, não reaparecendo até a última edição que temos em mãos. A partir da décima terceira é que se apresenta uma relativa fixidez em relação à primeira folha do jornal, quando se observa um número menor de alterações não apenas no cabeçalho como nessa página de apresentação como um todo, pois passa a constar: o nome do jornal, o número da edição, a data, e as manchetes organizadas em uma espécie de índice de matérias. As modificações restringem-se ao tamanho e à fonte das letras, mantendo-se inalterados os demais itens.

***Jornal do Quilombo***

***Curiaú Décima Primeira Edição***  
**05 de março de 2001**

**MANCHETE PRINCIPAL:**  
**O ROUBO DE GADO NO CURIAÚ CONTINUA**  
**OUSADO**

1. FUNDAÇÃO CULTURA PALMARES FAZ OFICINA DE PARCEIROS EM CURIAÚ
2. ANÚNCIO
3. POESIA
4. EDUCAÇÃO
5. ALERTA
6. MORADORES DA COMUNIDADE MAIS UMA VEZ VÃO PRESOS POR DEFENDER SUAS TERRAS
7. OFICINA COM A PALMARES
8. SAÚDE
9. DENÚNCIA

# JORNAL DO QUILOMBO

34ª Edição Curiaú-AP, Novembro de 2003

## MANCHETES

- 1 - Curiaú perde parte do seu potencial
- 2 - Esporte
- 3 - Comentário sobre o Quilombo
- 4 - Anúncio
- 5 - Escola homenageia Joaquim Tibúcio
- 6 - Cordel em homenagem à Tibúcio

# *Jornal do Quilombo*

41ª Edição Curiaú-AP, Outubro de 2004

## MANCHETES

- 1 - A produção agrícola
- 2 - Esporte
- 3 - Denúncias
- 4 - Comentário
- 5 - Anúncios
- 6 - Ponto de vista

Contraditoriamente, uma vez que Sebastião havia declarado que contava apenas com a colaboração da prima e escritora Creuza e da irmã Leonei, ao final da segunda e da terceira edições aparece uma lista de colaboradores, citados nominalmente, todos moradores da comunidade. É muito provável que essas contribuições tenham se restringido às edições segunda e terceira.

Internamente, isto é, ao longo do jornal, relativamente aos aspectos gráficos, observamos poucas alterações, o que há de mais evidente é a fonte, o tamanho ou algum tipo de destaque, em geral, através do uso de negrito ou de letras maiúsculas para alguns subtemas. Alguns temas aparecem em letras maiúsculas e negritadas, outros aparecem também em negrito, porém em letras minúsculas, o que poderia indicar a intenção de inclusão de subtemas, ou até a indicação da relevância do tema de acordo com o tamanho e tipo da letra.

Embora as características físicas do jornal variem com frequência relativamente curta, o que é inevitavelmente percebido por qualquer leitor atento, nosso foco centra-se nas características da ordem da escolha de temas, elaboração do jornal e, sobretudo, as funções que esse escrito cumpre. Quanto ao primeiro item: escolha de temas, é evidente a flexibilidade de colunas, ou seja, a inexistência de uma forma fixa, com a pré-definição de colunas, estruturada previamente para o jornal, o que o torna bem mais interessante para o que queremos observar nesse canal de comunicação. As colunas são definidas de acordo com os temas que o responsável por sua edição pretende tratar, isto é, os temas que ele seleciona para aquela edição.

Os textos do Jornal são caracteristicamente opinativos, isto é, representam a opinião manifesta e explícita de seu redator e responsável sobre os fatos e situações apresentados. Os temas mais recorrentes podem representar as maiores preocupações ou problemas mais frequentes enfrentados pela comunidade. Embora se observe a recorrência de alguns temas, a notícia ou comentário não segue a mesma ordem ou denominação: denúncia, notícia, alerta, é possível encontrar para um mesmo tipo de matéria. A natureza e o tom podem diferir consideravelmente de uma edição para outra apesar de o título manter-se o mesmo; ou, ainda, pode haver alteração no título, mas não no teor da notícia.

Como qualquer material escrito, sobretudo no contexto em que se desenvolve a escrita curiaense, o Jornal do Quilombo comporta algumas funções sociais, das quais nos ocuparemos nos próximos parágrafos.

Em princípio, a função mais imediata do jornal é noticiar fatos ocorridos que envolvam, de alguma forma, a comunidade; divulgar a realização de eventos, mas, sobretudo comentar os eventos já realizados, descrevendo os acontecimentos e, ao mesmo tempo, avaliando-os.

Outra função identificável é tecer comentários e formular questões relativas à vida social da comunidade com algum juízo de valor social, cultural, moral e até religioso.

Uma terceira função percebida é servir de porta-voz, isto é, através do jornal as questões que, de alguma forma, afligem a comunidade são propagadas, o que o faz constituir-se um canal de divulgação de denúncias, reclamações, avisos, relativos às atividades ordinárias referentes a todos os setores, profissional, fundiário, religioso, enfim, todas as questões que envolvem a vida diária de Curiaú.

A quarta função seria veicular a opinião do jornal, que se confunde com a opinião do próprio redator e responsável, de uma forma mais direta e manifesta.

Outras funções que poderiam ser identificadas seriam falar de questões gerais de interesse local, tais como: lazer, cultura, religião, dicas de saúde, de comportamento, turismo, poesia e história da comunidade, assim como serve de suporte à circulação de outros textos, como é o caso dos poemas épicos de Creuza Silva.

Como fica evidente, o jornal apresenta características próprias, que o diferenciam do padrão dos jornais que comumente circulam em diversas cidades. Um dos fatores que o particularizam é o fato de não ter uma estrutura fixa, ou seja, por não apresentar colunas previamente fixadas e determinadas, além da sua própria diagramação e organização geral. Estamos afirmando a esse respeito que a seleção do que chamamos coluna de um jornal é feita, na verdade, por seu responsável - que nos moldes de um jornal comum exerce as funções de editor, redator, repórter, enfim, acumulando várias funções - que, de acordo com os temas que ele pretende comentar, inclui ou exclui a cada edição, configurando, com isso, uma estrutura flexível.

Fazendo uma analogia com o que Heath apresenta em seu artigo “Rumo a uma Etnohistória da Escrita na Educação Americana”<sup>30</sup>, podemos afirmar que Curiaú apresenta processo semelhante, uma vez que, a escrita no período colonial americano caracterizava-se

---

<sup>30</sup> Artigo publicado in: M. F. WHITEMAN (ed.) *Writing. Variation in writing*. (vol. I). Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1981. pp. 25-45. Tradução de Maria Laura Trindade Sabimson.

como funcional e mundana, predominando um modo conversacional nos escritos, tal qual o jornal curiaense onde se percebe muitas marcas da oralidade. Há semelhança desse jornal com o referido periódico americano, sobretudo no que se refere à seleção dos temas que são em geral de interesse comum aos curiaenses, uma vez que esse jornal se restringe a noticiar fatos internos à comunidade.

Não se pode, no entanto, estabelecer relação no que diz respeito aos escritores, pois nos periódicos americanos “A escrita de relatórios de opinião e de eventos e as instruções de como-fazer eram vistas como de responsabilidade de todos os cidadãos, independentemente de papéis e classes sociais”, indicando para um processo interativo onde “o leitor era freqüentemente convidado pelo escritor a responder no próximo número, e muitos periódicos continham relatórios e suas respostas, instruções que eram depreciadas ou elogiadas nos números subseqüentes (...)”, ou seja, há indicativos de uma construção coletiva.

Por outro lado, o jornal curiaense representa o trabalho e a opinião manifesta de uma única pessoa que centraliza inclusive todo o processo de produção do jornal, como já demonstrado anteriormente.

Sendo assim, nos periódicos americanos observava-se uma ampla participação da população favorecendo a troca de informações, ao mesmo tempo em que indicavam para “a ausência de relações de estatuto entre leitor e escritor”, enquanto que no jornal curiaense, todo o processo de elaboração e produção do jornal se concentra em uma única pessoa que se constitui escritor, uma função social distinta na sua comunidade, e se fortalece como autor, embora o que ele escreva seja de interesse e ao mesmo tempo representativo de toda a comunidade.

O Jornal do Quilombo é, portanto, tal qual o periódico americano, uma espécie inusitada de jornal, por vários aspectos que vão desde a estrutura, organização, diagramação, paginação, que inclusive sobre esse aspecto pouco lembra um jornal, até seu conteúdo e função, o que o torna um instigante material de estudo.

Para finalizar os comentários sobre esse escrito, retomemos algumas questões expostas, como a função do jornal que, segundo seu idealizador:

É informar (pausa) as situações preocupantes dentro da comunidade, esse é o maior objetivo (pausa), e é por isso que te digo que cabe muitas das coisa que acontecia aqui dentro, o pessoal ficaram com medo sim, porque ficavam logo, olha pessoal vocês já vão pra boca do jornal, jornal fofoqueiro.

Dado todo o seu processo de produção, é natural que esse jornal apresente algumas características peculiares que se manifestam desde a apresentação gráfica, passando pela seleção da pauta até suas funções. É interessante destacar, dentre outras, a sua função de incentivo de surgimento de um novo tipo de texto e, ao mesmo tempo, de suporte para esses textos, quais sejam os poemas épicos produzidos exclusivamente para o jornal.

A frequência de publicação do jornal é irregular, tendo em vista todo o processo de produção, desde o levantamento dos temas, seguindo uma linha subjetiva que tem relação direta com as escolhas do editor, o que implica a interferência do que será publicado, como será exposto, e em que espaço do Jornal será veiculado. As notícias sobre visitas de membros, a intervenção, ou outra atividade realizada pela Fundação Palmares, por exemplo, ocupam sempre o primeiro espaço do jornal, dando visível demonstração de sua prioridade, ou melhor, preferência em relação às demais notícias.

#### 4.4 HISTÓRIAS DO MEU POVO (2002)



Trata-se do trabalho de Santos, publicado em 04 de fevereiro de 2002, por ocasião da comemoração do 244º aniversário da cidade de Macapá, através do Projeto “Edições Macapaenses” - idealizado pela Prefeitura Municipal de Macapá e executado pela Confraria Tucuju, com a parceria do Governo do Estado do Amapá, conforme explicitado na contra-capa do livro.

O livro conta com quarenta páginas, já incluídos quatro curtos textos que são, primeiramente, um da própria escritora - agradecimentos; outros dois textos externos que poderíamos chamar de prefácio, sendo um assinado por João Henrique Pimentel, Prefeito de Macapá, e outro por Evandro Milhomem, Presidente da Confraria Tucuju, tratando-se ambos de uma espécie de patrocinadores, uma vez que são parceiros na realização do Projeto Edições Macapaenses. E, a seguir, o quarto texto, a Apresentação feita por Fernando Canto, que é um dos membros da Comissão de Organização, conforme referenciado na página sete.

Estamos considerando os três textos que transcreveremos a seguir como externos, uma vez que não foram produzidos pela autora, mas que, uma vez presentes, constituem o livro.

- Agradecimentos:

Em primeiro lugar a Deus, a minha mãe, principalmente, a meus familiares e às professoras que me apoiaram, Helenice Maria dos Santos e Helenilza Nara dos Santos e a todas as pessoas que acreditaram nem mim. (pp. 7)

- Prefácio do Prefeito:

A edição do texto de Esmeraldina dos Santos, realizada pela parceria Prefeitura de Macapá, Governo do Estado e Confraria Tucuju, é mais uma prova de que valorizar as artes e as pessoas que as fazem é valorizar o nosso povo, porque é nele que está verdadeiramente a memória macapaense.

- Prefácio da Confraria:

Como filho de Macapá e Presidente da Confraria Tucuju, honra-me apresentar na data em que comemoramos o 244º aniversário de criação da cidade, o livro “Histórias do meu povo”, de Esmeraldina dos Santos, obra que expressa, através das memórias da autora, sentimentos, desejos e emoções sobre seus antepassados e, especialmente, sobre o Curiaú.

A Confraria Tucuju e a Prefeitura de Macapá valorizam, dessa forma, as mais legítimas manifestações culturais de nossa terra.

- Apresentação:

O Projeto “Edições Macapaenses”, idealizado pela Prefeitura Municipal de Macapá e executado competentemente pela Confraria Tucuju, traz, entre os volumes publicados, o texto de Esmeraldina dos Santos sobre seus antepassados. Trata-se de um trabalho pequeno, feito com naturalidade e talento, que instiga pela dorlência e pelo profundo amor da autora pelas pessoas e lugares que descreve, como o Curiaú e o Laguinho. É um livro escrito com o coração, diria, e com a humildade de quem sabe dar valor às suas recordações pessoais. É, ainda, uma contribuição poética à nossa memória coletiva.

Todos esses textos apontam para a valorização da escritora, em virtude da publicação de seu livro, indicando o valor social e histórico desse escrito e considerando-o como uma importante manifestação da cultura popular.

Na página sete há uma espécie de ficha técnica que nomeia as pessoas envolvidas nesse trabalho: Comissão de Organização, composta por Angela Nunes, Fernando Canto, Mariana Gonçalves, Socorro Silva, Zaide Soledade; Coordenação Técnica/Revisão por Angela Nunes; Projeto Gráfico/Execução/Digitação de Adriano Silveira e Marcos Favacho.

Conforme explicitado na referida ficha técnica, bem como referenciado pela escritora em seus agradecimentos (pp. 8), fica evidente que esse texto não ficou isento da revisão, da mesma forma ocorrida com as demais escrituras curiauenses. Na verdade, ele sofreu algum tipo de interferência, em três momentos: um pelas professoras Helenice e Helenilza, às quais a escritora agradece, no texto intitulado agradecimentos; outro por Fernando Canto, que soubemos através de entrevista com a escritora, não constando, portanto, referência no livro; e, por fim, por Angela Nunes, já mencionada na ficha técnica. O que se constata é a presença da revisão, para efeito de publicação, que não se sabe ao certo de que natureza é, mas que altera, em alguma medida, o texto original.

Não encontramos referência em qualquer página do livro a respeito do número de exemplares impressos, por isso, em entrevista, perguntamos a autora sobre essa questão. Ela diz não saber ao certo quantos foram impressos, mas diz que os órgãos patrocinadores distribuíram vários exemplares, sem saber definir com segurança e precisão esses números.

O texto de Santos encontra-se ao longo de vinte e cinco páginas, indo da décima quinta à trigésima nona, onde se encontram, ainda, nove fotografias ilustrativas das situações narradas pela escritora, especificamente nas páginas vinte e um, vinte e três, vinte e cinco, vinte e seis, vinte e oito, vinte e nove, trinta, trinta e dois, e trinta e oito.

- Fonte, corpo e tom do texto:

A escritora tem, aparentemente, duas fontes que se misturam. A memória de seus antepassados e a memória de seu pai, sendo a última predominante. No entanto, como a memória de seus antepassados lhe chega através da memória de seu pai, podemos afirmar, então, que sua fonte é, na verdade, a memória do pai, a partir da qual ela narra as histórias do seu povo, fazendo uma referência ao título do livro.

O texto é construído em um bloco só, o que significa dizer que não há divisão em capítulos ou subtemas. Há alguns destaques (em negrito), na página trinta e um, por exemplo, o enunciado sobre os instrumentos musicais utilizados no Batuque e no Marabaixo: “Como se dá a confecção dos instrumentos que introduzem os sons do batuque e do marabaixo”; na página trinta e três: “Música de Batuque”; “As Lendas”, na página trinta e seis; e “Fortaleza de São José de Macapá”, na página trinta e oito. Não há, portanto, a divisão do texto em subtemas ou tópicos, o que, conseqüentemente, dispensa a existência de sumário, por isso, não consta aqui referência mais detalhada.

“Histórias do meu povo” apresenta um tom memorialista. É como se ela transcrevesse as memórias de seu pai, ou ainda, transcrevesse uma espécie de autobiografia dele, onde estão presentes não apenas os acontecimentos vividos, mas inclui também as pessoas com as quais ele se relacionou ao longo de sua vida, ao menos as mais marcantes. Daí porque o aparecimento no livro desse personagem tradicional da cultura negra no Amapá: o Sacaca, famoso por suas habilidades com o tratamento de enfermidades através da utilização de plantas medicinais.

De forma intimista, isto é, descrevendo com simplicidade e afetuosidade a vida de Curiaú, a escritora desenvolve sua narrativa de caráter histórico:

“Quando eu era criança e ajudava minha mãe na roça, conheci mulheres que lutavam para ganhar a vida; Dona Maria dos Santos, Dona Benedita, Tia Joaquinha, Maria Ramos e as minhas tias que jamais irei esquecer: Venina, Joaquinha do Garcia e Joana “do Piu”, estas carregavam latas de tucupí na cabeça, muitas vezes quente, para que no outro dia tivessem o seu próprio dinheiro, do tabaco, do açai, até mesmo do São João da Barra, uma bebida que naquela época era muito apreciada. Simão, este então, só vivia no lago atrás de peixe ou de apanhar uma bacaba, como ele sempre gostava. Seu Biluca dizia “se esta tala rebentar, esta casa cair, vai estragar meu açai”. Passava o dia no mato atrás de jabuti; esta história não acaba aqui, ainda tinha Seu Luís que com uma saca de açai na costa, olhava para os companheiros e dizia “estou no vergueira”. Seu Marinho, que até hoje conserva suas plantações de cana e banana, suas terras foram invadidas, não existe mais sua casa de farinha. É difícil voltar ao tempo e não lembrar de tudo isso. Seu Joaquim andava em uma canoa que não tinha proa. Pra ir à roça tinha que atravessar uma

ponte ou a remo, era gostosa a madrugada; não posso deixar de falar também do velho Caiá, que andava muito por lá, fazia farinha sozinho. (21/22)

A autora descreve com paixão os fatos vividos, expondo suas lembranças da vida simples de Curiaú. É freqüente a utilização da linguagem poética que se traduz no uso de metáforas e aliteraões, e predominantemente no uso de rimas: “Mas, começou a ficar sereno quando eles começaram a fugir ao longo do rio abaixo ali estava o lugar onde tudo seria perfeito, onde tudo começava a brilhar, ouro ou prata ou até mesmo o serenar”. (15)

Trata-se de um texto, se assim podemos falar, poetizado, onde a escritora narra com evidente envolvimento emotivo as histórias sobre o Curiaú, como também sobre o Laguinho - o bairro negro de Macapá, indicando que o povo sobre o qual ela se propõe a narrar as histórias não é exclusivamente o curiauíense, mas, de certa forma, a representação do povo afro-descendente radicado no Amapá. O “meu povo” utilizado no título do livro, refere-se tanto à comunidade de Curiaú, quanto ao povo afro-descendente do Amapá.

A narrativa apresenta-se de forma não-linear, constituindo-se entre idas e vindas no passado e no presente, no que diziam os antepassados e seu pai, que representam gerações distintas, o que ela viveu, representando uma geração intermediária, e os dias atuais, embora a ênfase esteja nos dois primeiros.

As histórias de quatro gerações estão representadas nesse texto, no entanto, sem cumprir uma ordem cronológica do mais atual ao mais antigo, ou vice-versa, mas o que temos é um constante vai-e-vem no tempo e nas personagens, conferindo, assim, o caráter não-linear à narrativa.

O enredo é sempre entremeado de trechos rimados retirados de versos ou de ladrões de batuque/marabaixo, assim como da tradição popular. “Adeus o lago das flores, descanso dos passarinhos, meu nome foi derrotado na boca dos meus vizinhos”.

Algumas vezes esses trechos ressaltam os feitos dos antepassados, ora de sua relação familiar, ora da comunidade em geral, revelando a afetuosidade da escritora com a história narrada. São recorrentes também referências que se localizam no campo da religiosidade:

“O velho negro não tinha ambição, só tinha um desejo de trabalhar e ser um grande cidadão” (...) “No caminho da roça o cheiro que só o homem do campo conhece, é a natureza viva quando amanhece”. (...) “Cala boca, meu cumpadre, escute o caso primeiro, vamos socar o mastruz que eu tenho no meu terreiro”... Foi aí que o negro fez

valer tudo que via crer, eles acreditavam tanto em Deus, que era a razão de viver; as rezas deles, oração de defesa como eles falavam, quando iam para o mato caçar. (...) “De onde vem tanta água que no mundo não havia, vem de lá das cinco fontes do rosário de Maria”. (19)

Em um único bloco, isto é, sem subtemas, das páginas quinze a vinte e seis, a escritora constrói o seu enredo com um entrelaçamento de informações de matizes diferentes. É desenvolvido em forma de prosa poética, com tom saudosista e intimista, anunciando, de certa forma, a procedência das informações: a memória dos mais velhos, sobretudo seu pai, ao mesmo tempo em que expõe a indignação com a vida dura e pesada de seus antepassados que viveram na escravidão. “Dizia o meu avô: - “A cabeça do animal é melhor que a do homem negro: se não é doutor e nem trabalhador é escravo, sim senhor”. (16). A narrativa de Santos assume explicitamente a temática do quilombo.

Embora o texto não se apresente em forma de capítulos ou de subtemas, como já comentado, há uma diversidade de temas abordados, que serão destacados a seguir:

- TEMAS:

#### *1) A origem histórica - o Quilombo*

Foi uma época de muita luta, aqueles que sobreviveram, contaram a história; meus bisavós foram escravos. No começo de suas vidas, foram vencidos, fugiram para outros lugarejos, onde acreditavam viver livres.  
Mas que maldade! Lá também tinha senhor.  
Curiaú, onde tudo começou! Meu avô se chamava Januário Clarindo dos Santos, um dos filhos dos escravos.(15)  
(...)  
Mas, começou a ficar sereno quando eles começaram a fugir ao longo do rio abaixo ali estava o lugar onde tudo seria perfeito, onde tudo começava a brilhar, ouro ou prata ou até mesmo o serenar (15).

O enredo gira em torno da vida sofrida dos escravos, quase sempre os parentes ascendentes da escritora; bisavô, avô e pai, e da fuga que resultou na descoberta do lugar onde se constituiu Curiaú, lugar em que os escravos conseguiram, segundo ela, construir vida tranqüila. Trata-se do início dos tempos curiauenses.

O surgimento da comunidade faz parte da história da vida do lugar, por isso a escritora reconta a história do descobrimento de Curiaú que trata dos escravos que encontraram as terras onde hoje se localiza a comunidade:

(...) Dois escravos procuravam um lugar para criar gado, este lugar que achavam bom para criar o “u”, que era o nome do boi que eles carregavam. Daí o nome Criaú... E assim surgiu o Quilombo do Criaú, hoje denominado de Curiaú. (15)

Essa é a versão assumida por Curiaú em relação ao início de sua história. É frequentemente recontada pelos moradores. Contar o início dos tempos destacando os heróis e seus feitos são característicos da narrativa de natureza histórica. Na definição de Lord (1978), trata-se da fórmula, ou seja, de uma idéia essencial que é apresentada através do uso de temas que, para ele, são incidentes repetidos e passagens descritas na canção. Dada a semelhança na forma da composição oral descrita por Lord e a escritura curiauíense, identificamos que essa é uma das características desse escrito curiauíense, a presença de traços da oralidade, o que é natural uma vez que esses são os textos da transição, ou como chama Havelock (1991) da equação oralidade - cultura escrita.

Santos constrói o texto com uma seqüência de fatos, de nomes e situações que fizeram a história da comunidade. Entremeados aos fatos, ela insere trechos rimados que se referem à defesa ou à valorização da vida quilombola, quebrando, no entanto, a seqüência linear que se espera em uma narrativa, fato que se repete ao longo de todo o texto, tal qual no trecho em que conta o que faziam para sobreviver como a produção de farinha, a plantação de milho, arroz e feijão, insere uma informação sobre o santo padroeiro e repentinamente deparamo-nos com: “No Curiaú não existe senhor, somente homem trabalhador. Negro é vida, negro é amor, é símbolo de uma natureza que o homem desprezou.” (16)

Outras vezes, esses trechos apresentam-se em tom de denúncia da escravidão que, segundo ela, mantém-se nos dias de hoje:

“De 1888 para cá muita coisa aconteceu. A escravidão no Brasil continua a mesma. Benedita Carlota do Rosário nasceu em 13 de maio, mas nada mudou, também era filha de escravos. Negra, tinha que trabalhar desde pequena para sobreviver; a vida era dura demais (...) A vida do negro é difícil, mas, nada faz com que ele se afaste da obrigação, tiram versos em tudo, até mesmo na hora de apanhar: “Negro passa pra cá, negro vem apanhar”. (16)

Há freqüentemente o uso de recursos típicos da oralidade, como esses trechos rimados que representam a tradição popular, assim como os temas tratados, assemelhando-se ao que Lord chama de “canção épica oral”. A escritura curiauíense nesse momento ainda é continuidade do oral, como Zumthor, citando Ong, comenta.

## 2) *Religiosidade e festividades*

É particularmente interessante a forma exultante com que a escritora fala sobre a festa de São Joaquim. O comentário sobre a festa do santo padroeiro inicia com um trecho que lembra um ladrão de Batuque:

São Joaquim tá na terra com prazer e alegria, vamos louvar o vosso sagrado dia. (17)  
(...)

Vou falar um pouco da festa de São Joaquim; nas noites de batuque nós nos encantamos com tanta beleza, saias rodadas, tambores repinçados, pandeiros afinados e as negras velhas mandando seus recados. É bonito, meu Deus, como se eu estivesse vendo meus antepassados. (17)

Nesse trecho, é evidente que ela narra as festividades hodiernas, com a referência clara de que essas festividades se mantêm preservadas o que lhe causa a emoção pelo encontro com as tradições do passado. Ainda sobre a festa do santo padroeiro:

De 09 a 18 de agosto, há muito o que falar, passando de pai para filho não deixarão acabar, é bonito, meu Deus, o que faz valer é a aurora e a obrigação, os fogos anunciam o lindo dia estourando com alegria, fazendo parte desta linda magia. São gritos, choros, dobrados de tambores, pandeiros só faltam chorar de tanto apanhar. (17)

O texto de Santos mostra o processo de transição de uma cultura oral para uma cultura escrita, cujos indícios estão evidentes nos trechos citados. Trata-se da transposição de elementos da oralidade para a escrita, evidenciados na presença, ou melhor, na recorrência do que Havelock chama de literatura metrificada e recitada.

A escritora segue narrando o que se fez, confundindo-se com o que se faz nos dias de hoje, tanto em relação às festividades de São Joaquim quanto às atividades cotidianas relativas à sobrevivência do povo, que se confunde com a sobrevivência das próprias tradições desse povo. Destacamos um dos trechos que, como tantas passagens, marca a exaltação e a demonstração de crença e confiança em Deus, explicitando a religiosidade fervorosa desse povo:

A alegria de viver é tanta que debaixo de sol, chuva, relâmpago e trovão jamais perderam a fé em Deus, tudo isso era sinal de que Deus não esquecia dos negros, escravos trabalhadores.

O homem não é sozinho, ele encontra força em Deus... (18)

...

Foi aí que o negro fez valer tudo que via crer, eles acreditavam tanto em Deus, que era a razão de viver; as rezas deles, oração de defesa como eles falavam, quando iam para o mato caçar (19)

E, ainda, uma seqüência de versos destacados com aspas, resguardando, provavelmente, a autoria alheia, vejamos alguns que retratam ainda a manifestação religiosa, tal qual o texto de Silva:

“Deus fez o homem com toda sabedoria, o homem não dá a Deus um momento de alegria”.  
(...)  
“De onde vem tanta água que no mundo não havia, vem de lá das cinco fontes do rosário de Maria”. (19)

### *3) Pessoas Especiais*

Na construção da narrativa têm lugar as pessoas que fizeram parte da formação dessa história, por isso Santos nomeia os tantos ‘heróis’ que compõem o épico curiauíense: “Seu José “Curicaca”, Seu Marinho e algumas heroínas Tia Chiquinha, Dona Zefinha, Dona Maria dos Santos, Dona Benedita, Tia Joaquina, Maria Ramos, Venina, Joaquina do Garcia e Joana “do Piu”, e mais adiante fala de outros personagens dessa história: seu avô Januário, que morreu com 113 anos, Tio Inácio e seu João da Cruz.

Embora a escritora cite uma quantidade significativa de personagens reais da história curiauíense, ela tem consciência da dificuldade de dar lugar a todos, então comenta:

Estou procurando todos os personagens desta história. São muitos, mas não tenho pressa, estou me dedicando com toda minha força neste trabalho que nem o tempo poderá apagar. (21)

A escritora faz referência ao seu próprio trabalho, manifestando sua consciência em relação à fixação que a escrita da história promove. Segundo esse entendimento, o que está escrito o tempo não pode apagar, isto é, o que está escrito supera a barreira do tempo.

Santos confirma sua identificação com a comunidade de Curiauí e com a vida quilombola dizendo: “Somos netos da quarta geração dos velhos negros escravos” (23). E citando Seu Benedito que dizia “que o Curiauí era um quilombo e por isso tem um lago que se chama lago do mucambo, que era onde os escravos se escondiam; hoje se encontram muitas vasilhas de barro, herança dos nossos antepassados”.(23)

Trata-se de referência a um sítio arqueológico descoberto há poucos anos, onde foram localizados utensílios domésticos utilizados por gerações passadas que habitaram a região próxima ao Curiauí. A suspeita é que sejam os antepassados dos que hoje vivem às proximidades

da comunidade conhecida como Mocambo. Essa comunidade também compõe a APA do Rio Curiaú.

Inesperadamente, uma inquietação da escritora vem à tona: “De onde vieram tantos negros escravos? Da Bahia? Da África? De São Paulo? Minas Gerais? Não sei!” (23) E ela retoma sua identificação com esse grupo de escravos: “Só sei que fizeram vida em Macapá, não estão mortos, pois permanecem vivos dentro de nós. São filhos dessa natureza que não os desprezou. O negro é vida e eu me encontro em tudo isto” (23). Mais adiante, às páginas trinta e dois, novamente, Santos fala da questão da identidade do quilombo: “Muitas pessoas dizem que o Curiaú não é um Quilombo, até mesmo pesquisadores, mas para nós, que somos da quarta geração desta escravidão, não vamos negar isso.” (32/33)

É possível identificar nesses três primeiros temas o que Lord chama de “fórmulas mais estáveis”, que são as que expressam os nomes dos atores, as ações principais, tempo e lugar: “The most stable formulas will be those for the most common ideas of the poetry. They will express the names of the actors, the main actions, time and place.(...)”. (34)<sup>31</sup>

#### *4) História do núcleo familiar*

Outro tema do qual se ocupa a narrativa é a história da sua própria família. A autora comenta sobre o seu núcleo familiar: a mãe, que se dedicou aos filhos e aos trabalhos na roça; o pai, que trabalhava na Prefeitura e ainda pescava, caçava, tendo trabalhado também no campo de aviação, na construção civil em obras como a Praça Barão do Rio Branco (uma das mais antigas de Macapá) e a ponte do Igarapé das Mulheres, e conta um pouco do estado de saúde fragilizado de seu pai, no momento em que ela escrevia. Finaliza esse tema contando da criação do grupo de batuque: “Meus sobrinhos, meus irmãos e eu montamos um grupo de batuque: Raízes do Bolão para que não morra a tradição, pois tudo o que queremos é mostrar a nossa cultura”...(26)

A preocupação é com a tradição, ou seja, com a preservação das atividades culturais de Curiaú, por isso, Santos expõe seu cuidado em mostrar a cultura. Esse é um movimento recente que se desenvolve exatamente por causa do risco iminente de perda de alguns hábitos, sobretudo pela “invasão” da cultura dominante em Curiaú, como já foi denunciado pelo outro

---

<sup>31</sup> As fórmulas mais estáveis serão as das idéias mais comuns da poesia. Elas expressarão os nomes dos atores, as ações principais, tempo e lugar.

autor. No entanto, outra questão é subjacente a essa preocupação: trata-se da afirmação da cultura curiauíense que se constitui um dos pilares de sustentação da identidade quilombola.

### 5) *Tradições*

Dentro do que a escritora está denominando de cultura estão embutidas as tradições. Na verdade, as tradições são constitutivas de uma cultura, no entanto, a autora atém-se a detalhar as questões que ela trata como tradições que se concentram nas diversas atividades que constituem a tradição oral em Curiaú, sendo esta a de maior representatividade e predominância na cultura curiauíense.

#### a) festas

Ela se restringe a comentar as festas que constam no calendário cultural, isto é, essas são geralmente vinculadas aos santos que são festejados em Curiaú. Essas festas, portanto, estão vinculadas ao calendário religioso local:

FESTIVIDADES DO CURIAÚ  
Janeiro: São Sebastião  
Maio: Santa Maria  
Agosto: São Joaquim  
Setembro: Santo Antônio  
Dezembro: Nossa Senhora da Conceição (26)

Nesse espaço, a escritora volta a descrever a festa de São Joaquim. Conforme anunciado na página 26, durante a festividade de São Joaquim, ela comenta que aproveitaria para coletar informações com os mais velhos. Assim, enquanto narra a referida festa, entremeia alguns comentários sobre a sua pesquisa e experiência investigadora:

É bom saber de coisas que fazem parte direta ou indiretamente de minha história, mesmo que eu não tenha participado, tudo está contribuindo para minha memória.  
...  
(...) Tudo isso me enche de alegria, revive a história do nosso passado.  
...  
Das conversas com minhas primas vivemos momentos de felicidade. Trouxe de volta a lembrança de nossos tios, pais, irmãos que não fazem mais parte do nosso mundo, mas que estão vivos em nossos corações. (28)

Nesse momento, ela se coloca no lugar de pesquisadora da história, buscando informações com fontes fidedignas. Assim, nesses trechos, fica novamente evidente a fonte com a qual a autora trabalha. Seus informantes são geralmente do seu círculo familiar, por isso, em razão de descrever parte da história da sua própria família, que, notadamente, confunde-se com a

história da comunidade, há sempre uma demonstração de envolvimento afetivo com o que é narrado e com os personagens da sua narrativa.

Fazendo referência ao título do livro, a expressão “meu povo” refere-se, em princípio, ao povo curiaense, mas, ao mesmo tempo, refere-se à família da autora, como fica evidente no trecho citado acima.

#### b) A produção dos instrumentos do batuque/marabaixo

Santos comenta, a partir de um destacado enunciado, como se constituísse um subtópico, “como se dá a confecção dos instrumentos que dão o ritmo do batuque e do marabaixo”, descrevendo como era feita no passado e como se faz nos dias de hoje. Mais uma vez trata-se de um conhecimento adquirido na convivência diária, transmitido de geração a geração, pela oralidade e pela própria observação.

##### - como era:

Antigamente, as caixas eram feitas de tronco, onde se tiravam as toras. Faziam um processo de desenvolvimento onde só ficava o oco da tora, cobriam com o couro, colocavam pelos lados punhos para se afinar o som e por fim faziam dois pedaços de rolos finos e pequenos, chamados baquetas, para que se pudesse tocar as caixas de marabaixo.

##### - como é:

O som do batuque se destaca por dois pandeiros ou mais, dois tambores que se destacam: um como amassador e o outro como repinicador.

As confecções desses instrumentos acontecem da seguinte maneira:

As rodas são cortadas de um pau chamado cacauero e coberto por couro onde podemos usar pele animal sendo de veado, cobra ou carneiro. (31)

Já os tambores são confeccionados de tipo diferente. São extraídos dos troncos de açazeiros, coqueiros, buritizeiros ou bacabeiras, onde se tira o chamado miolo do tronco deixando a tora oca, cobre-se com couro de boi produzindo um som mais forte ao tocar.

As caixas de marabaixo são confeccionadas da seguinte maneira: através de toras de madeira de angelizeiro ou andirobeira.

Hoje, o processo está mais desenvolvido, ao invés das toras grossas de pau e o processo de ocoamento, podemos trocar por zinco, e o resto da fabricação continua o mesmo, o som pode até ficar melhor. (32)

#### c) As músicas

Como já comentado anteriormente, as músicas cantadas durante as festividades de batuque e marabaixo são chamadas de ladrão. Santos, sob o título de “Música de Batuque”, expõe alguns desses ladrões, que passamos a transcrever:

Dia 26 de Agosto  
Deus me queira valer  
Houve um grande barulhão  
Pela moda do trevelê.

Pela moda do trevelê  
Eu vi duas mulheres brigar  
A Josefa Borboleta e  
A Maria Tacacá.

Lá vem o Ofázio  
Andava como corria  
Para desapartar o rolo  
Da Josefa com a Maria

A Maria foi quem disse  
Eu vou te dá-te na boca  
Pra ti deixar o meu nome  
E saber que eu não sou sopa.

A Maria Tacacá  
Só contava pavulagem  
Quando encontrou com a Josefa  
Eu não conheci vantagem...(33)<sup>32</sup>

Cheguem, minha gente, venham ver o milagre de Maria, a coroa está no céu coberta de alegria.  
Me chamaram de puxa-saco, puxa-saco eu não sou só vim dar o convite conforme o homem mandou.  
Às quatro horas da tarde quando o rádio falou, a notícia que eu vou dar é que o Território acabou.  
Se este território acabar o que será dos arigós, tenho pena dos arigós e de meus parentes brasileiros, já desprezaram suas lavras por causa desse dinheiro. (33/34)

Queres pensar nem mim,  
Pense com gratidão  
Que não me deixe faltar  
O meu pedaço de pão.

Se hoje acordei pensando  
Em tudo que não devia,  
Até mesmo em você,  
Confesso que não podia.

Minha mãe lá vem um homem,  
Minha filha deixa ele vim  
Eu não devo nada ao homem  
Nem o homem deve a mim.

Vivo triste imaginando  
Coitado dos que não têm  
Triste vida passa o homem  
Para adquirir o que tem.

---

<sup>32</sup> Trata-se de versão diferenciada daquela cantada em Curiaú, transcrita na página 47.

Maria mamãe te chama  
Vai dizer que logo vou  
To com o meu amor em braço  
Que indagorinha chegou.

Quando o quenderê chegou  
Lá no porto da bacaba  
Ele levantou bandeira  
E arriba rapaziada. (34)

Quenderê ou Quenderá  
Arribo rapaziada  
Me bebero o leite  
E me deixaram a panela suja.

BIS

Quenderê ou Quenderá  
Me deixaram a  
Panela suja.

Eu já sei quem é?  
Esse ladrão de gasula  
Eu já sei quem é?  
Me levaram o meu  
Açúcar e ainda  
Tomaram o meu café (35)

Mais uma vez, é válido retomar a proposição de Havelock (1991) para a identificação da equação oralidade-escrita, que se materializa na transposição de elementos da tradição oral para o texto escrito. As músicas mostradas por Santos são os que apresentamos no primeiro capítulo como os ladrões, de produção, circulação e recepção eminentemente orais, característicos das festas tradicionais, o que implica dizer, das festas religiosas curiaueses, evidenciando, portanto, mais uma vez a continuidade do oral de que fala Zumthor.

#### d) lendas

Embora tenha destinado uma parte para as lendas, a escritora antecipa duas, que transcreveremos a seguir, informando que “as lendas continuam”, fazendo referência a uma atividade que não se perdeu com o avanço da cultura dominante, que tem se mantido ao longo dos tempos, diferentemente de outras que correm risco de extinção, uma vez que têm sido substituídas por outras da cidade, como as danças e as preferências musicais.

Nos dias atuais os curiaueses estão vendo no poço da “maiada” um “barraco” com uma cruz em cima, que anda de um lado para o outro assustando a todos que nele vão pescar. No poço da tapera existe um negro que reluz na luz do sol. É um encantado. Não tem quem queira ir lá, muitos dizem que preferem morrer de fome a ter que pescar neste poço. (30)

Na página trinta e seis, com título destacado: As Lendas, Santos seleciona três para apresentar: O poço do buritizal, A pelada do baixo e A ponte do encantado:

#### O poço do buritizal

Diziam os antigos e até hoje os mais velhos, que existia no Curiaú uma região onde havia uma grande extensão de buritizeiros e lá tinha um poço com uma profundidade muito grande, onde nos horários de meio dia às duas horas, justamente nas horas mais quentes do dia, aparecia um soldado na beira do tal poço, dizem os antigos que o soldado teria se encantado no período da escravidão.

#### A pelada do baixo

Contam os antigos que na localidade do Curiaú, exatamente na região onde é chamado De Baixo, aparecia uma mulher que por razões de não ter cabelo era chamada de “a pelada do baixo”. Essa mulher fazia desaparecer pessoas usando seu encantamento.

#### A ponte do encantado

O fazendeiro e capitão Pedro Lazarino construiu uma ponte para fazer passagem de seu gado, mas em uma noite essa ponte foi colocada no chão, foi a força de um homem encantado, que no Curiaú morava. (36)

Essas práticas culturais têm se mantido por sustentarem também um outro aspecto da cultura local: o imaginário popular, que suporta parte do funcionamento interno da vida social de comunidades como Curiaú, o que garante às lendas, por essa razão, maior estabilidade, ou seja, estão menos vulneráveis a mudanças.

Ainda nesse tópico denominado As Lendas, a escritora inclui o item “Partidas”, cujos comentários giram em torno de dois personagens ilustres da história da vida negra amapaense: Sacaca e Bolão. Descreve, primeiramente, a despedida desse lendário senhor, popularmente conhecido como Sacaca:

No dia 20 de setembro, numa manhã explosiva como ele - Sacaca do seu jeito, gritos e foguetes, partia ele nos deixando imaginar ao som de uma caixa Laguinho todo a chorar. Verônica cantava assim:  
“Sacaca rei da floresta e das plantas medicinais”.

Assim partia um homem puro de alma, honesto e defensor. Às vezes eu paro a pensar quando eu passava pra trabalhar ele sentado no banco da amizade ou praça sorrindo

falava: “- Oi garota? Teu pai como vai?”. Tudo isso com muito respeito cheio de alegria como ele teve direito e desejo de ser enterrado. (36/37)

E a seguir comenta sobre a ‘partida’ de seu pai, com um pouco mais de detalhes em tom de lamentação e saudade, que citaremos um trecho:

No dia 22 de setembro de 1999, às 19 horas, partia Bolão, meu pai, amigo e avô, choro com muita dor, meu pai se foi, mas nos deixou muitas lembranças de continuar. Tenho saudade de vê-lo com um pandeiro nas mãos tocando a noite inteira, sentando em uma cadeira no meio do salão, dando força a essa nova geração.

Seu Bolão era um homem trabalhador, honrava seus compromissos e deveres, aposentou-se na Prefeitura onde nunca faltou durante anos e anos dando exemplos a filhos e netos.

A vida nos pregou uma peça, ele nos deixou, hoje está com Deus ao seu lado e onde ele estiver estará olhando para nós, era um homem que sabia defender sua família, estava presente em qualquer situação que nos quisessem humilhar.

Bolão gostava muito de tocar marabaixo e cantar no batuque, era um fazedor de arte no pandeiro, sabia como lidar com ele na mão, no tambor tocava e cantava, dava gosto de ver. No carnaval muitas vezes soube como representar sua escola do coração, Boêmios do Laguinho, e repassou às suas gerações anos mais tarde. (37)

Todas essas tradições descritas por Santos estão relacionadas à tradição oral, conforme mostrado no primeiro capítulo. As festas, a produção de instrumentos musicais, as músicas e as lendas participam do conjunto de saberes e práticas transmitidas e adquiridas em eventos de oralidade, que são próprios de comunidades com características semelhantes às de Curiaú.

Segundo Havelock (1991), “a tradição só pode ser armazenada pela língua, a qual é memorizada e transmitida de geração a geração” (30). Dessa forma, “os segredos da oralidade não estão no comportamento da língua usada na conversação, mas na língua empregada para o armazenamento de informações na memória” (31).

Havelock afirma, ainda, que “as epopéias gregas poderiam então ser vistas como imensos repositórios de informação cultural” (30). Estamos considerando as obras escritas em Curiaú como os épicos curiaúenses. Desse modo, seguindo a perspectiva do referido autor, os escritos curiaúenses comportam as informações culturais sobre a comunidade, no movimento de transposição do que é contado e transmitido oralmente de geração a geração à escritura.

#### e) a Fortaleza

Com destaque no título: Fortaleza de São José de Macapá<sup>33</sup>, novamente como se ela estivesse inserindo um subtópico, a escritora aborda com emoção da relação de gerações passadas, quase sempre com vínculo de parentesco, com a Fortaleza, cuja obra custou a vida de muitos: índios e negros. Santos narra suas emoções e sentimentos diante daquele monumento histórico. Esse assunto compõe um capítulo da história de Macapá, mas em especial da vida das comunidades negras que aqui chegaram, algumas, com o fim específico de trabalhar nessa edificação:

Viviam negros escravos com direito à pena, ao entrar naquele forte senti uma dor, como se estivesse pegando chicotadas, vieram lágrimas aos meus olhos foi quando pensei em meus antepassados, quando escravos trabalhavam na construção do forte.

Caminhos obscuros, pedras e até mesmo esgoto encontraram pelo caminho; morreram pessoas que de lá tentavam escapar.

Olhei a cada pedra como se delas saíssem uma voz me chamando como se alguém de minha família estivesse me chamando.

Veio em meu pensamento uma lembrança muito forte, foi preciso que eu me retirasse daquele lugar, passei as mãos naquelas muralhas, senti um gemido como se alguém tivesse me pedindo socorro, alguém tentando me dizer “eu estou aqui”.

Cada pedra tem uma gota de lágrima daqueles negros que tanto lutaram por sua libertação.

Olhava para aquelas celas escuras, não deu para esquecer as pessoas que viviam presas ali, refleti sobre a tristeza que tanto sentiam nas muitas vontades de fugas que por suas cabeças passavam.

Hoje um filme passa em minha cabeça, como vivem aquelas pessoas? A angústia que sentiam de não ter sua liberdade.

Quando nasci há 47 anos atrás cheguei a conhecer algumas pessoas que ali ficaram presas, pra eles era dolorido lembrar a angústia que ali viveram. (38/39)

#### - O Final

Nesse momento, a escritora finaliza seu livro comentando, em tom de comemoração, sobre a vitória de ter conseguido realizar o trabalho, como prova de conquista, a partir de sua decisão de construir uma referência diferenciada para sua própria vida:

As pessoas ainda não acreditam no que está acontecendo comigo, é o poder da vida, acreditei no eclipse do sol, eu falei que era uma mudança na minha vida a partir daquele dia em diante e aqui está a prova, poder é vencer, eu quero, eu posso fazer, (39)

---

<sup>33</sup> Fortificação de defesa militar da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, cuja obra, que durou 18 anos, iniciou em 1764 e em 1782 foi inaugurada ainda inacabada.

Em um segundo momento do final, ela retoma o início do seu trabalho, mais especificamente o título, para, mais uma vez, exaltar e defender a identidade quilombola do povo de Curiaú:

Esta é a história de meu povo e que não terminou - somos muitos, que se perdem no tempo. Aqueles que ficaram não se separam, vivem esta história que nem mesmo o tempo poderá apagar. (39)

Retomaremos, para finalizar os comentários dessa escritura, as questões centrais que caracterizam o trabalho de Santos.

Uma das questões que nos chamou atenção foi a fonte das informações trazidas pela escritora. Fundamentalmente, ela apresenta os fatos presentes na memória de seu pai, que se caracteriza, portanto, como a sua fonte principal. Assim sendo, muitas das situações e fatos narrados, são referentes às relações de parentesco e amizades, assim como as experiências já narradas por seu Bolão, pai da escritora.

Um dos temas tratados no livro, por exemplo, é o Senhor “Sacaca”, figura folclórica e representante das tradições afro-descendentes no Amapá, que referencia, no entanto, mais o bairro do Laguinho que propriamente o Curiaú. É possível que a escolha desse tema tenha fundamento na amizade e no relacionamento que esse tinha com seu pai (sua fonte principal), assim como na referência histórica vinculada à vida negra amapaense sempre representada na figura de Sacaca.

Outra questão que perpassa também os demais escritos é a revisão. No entanto, conforme os registros constantes no próprio livro e as informações coletadas através de entrevista com a escritora, esse texto passou pelas mãos de um número maior de revisores, relativamente aos demais textos de Curiaú. Uma das primeiras interferências, em um trabalho a quatro mãos, foi das duas sobrinhas da escritora que fizeram os primeiros ajustes, conforme consta nos agradecimentos da autora no início do livro, já transcrito anteriormente, assim como a própria escritora contou em depoimento que suas sobrinhas que são professoras, como ela diz, “passaram a limpo” o seu manuscrito. Depois, o texto já copiado por essas mãos, uma espécie de reescrita, foi repassado a Fernando Canto para digitação, a quem ela se refere na sua fala, transcrita abaixo, como “ele”.

[Escrevi, aí eu chegava com elas dizendo assim: falta alguma coisa? Passaram a limpo pra mim, ajeitaram tudo direitinho pra mim, sabe, depois passei pra mão do Fernando Canto e se o Fernando Canto fez alguma coisa.... eu juro pra você, eu tenho o caderno

que foi colocado tudo, tudo, tudo, que ele da mesma forma que as minhas sobrinhas me deram eu tenho aquele, aquele, como é que a gente diz, é... assim... hum... tudo né ... eu guardo do que eu escrevi, do que elas passaram a limpo eu tenho, ta do mesmo jeito e ele, alguma coisa foi só a, a colocar pra mandar imprimir, ele não teve trabalho assim de dizer assim: eu tenho que endireitar uma letra, uma palavra. Aí, foi do mesmo jeito que eu escrevi, do mesmo jeito que elas passaram a limpo, do mesmo jeito tava]. (*sic*)

Embora a sua composição original tenha passado por outras mãos, olhos e, inevitavelmente, canetas, a escritora garante, conforme citação acima, não ter seu manuscrito sofrido qualquer alteração.

Ainda constante no livro, porém no lugar em que se apresentam as informações, diríamos, técnicas, há a referência a uma outra revisão feita por Angela Nunes, sem maiores detalhes sobre a natureza dessa revisão.

Um dos revisores é, ao mesmo tempo, uma espécie de incentivador de Santos, conforme ela nos conta:

[Um dia o Fernando Canto chegou lá em casa com a mulher dele, e aí a mamãe disse assim: “aí Fernando! a Esmeralda tá escrevendo um livro”. Aí ele disse assim: “mostra Esmeralda”; aí eu peguei o caderno, mostrei pra ele né, aí ele pegou e disse assim: “olha, termina que eu vô fazer a performã do teu livro]. (*sic*)

Um dos indícios, ou melhor, marcas da revisão é a inclusão de aspas em alguns trechos do livro, que nos remete a uma interferência externa, não podendo, no entanto, atribuímos a um revisor, ou seja, não podemos identificar o responsável, em virtude da presença de mais de um revisor para esse texto.

Outro fato curioso é a questão do número de exemplares, isto é, da tiragem do livro, cuja informação não é precisa, demonstrando que esse controle não foi feito por ela. Isso demonstra, portanto, que provavelmente a tiragem foi dividida entre os financiadores, patrocinadores, colaboradores e a escritora. Segundo Santos, às suas mãos chegaram aproximadamente novecentos e cinquenta unidades:

[Olha mana, no dia do lançamento saiu, eu acho, uns 500 livros, foi lá na biblioteca, aí depois eu peguei..., depois eles me deram 200 né, que eu coloquei, invés de vender rapidinho, aí depois eu fui buscar mais 250 né, foi mais de 250, eu acho, eu acho que foi mais porque ano passado, nós fomos pra Brasília, o Fernando Canto levou muitos exemplares porque ele fez com a prefeitura, foi parceria com a prefeitura, governo né, Tucujus...

Só que eu sei, nas minhas mãos chegaram foi esses que saiu lá na biblioteca e esses que eu peguei ... Acho que saíram mais, com certeza saíram mais ... e eu tenho, já estou sentindo assim que eu vou mandar fazer mais, porque tá tendo muita, tá tendo saída né, os estudantes compram pra fazer pesquisa]. (*sic*)

Santos faz projeto para a sua carreira de escritora, anunciando que está escrevendo o segundo livro sobre Curiaú, uma espécie de continuação da “História do Meu Povo”, onde ela dedica atenção especial à história de sua mãe, uma vez que o primeiro dirige-se à vida e à história de seu pai, e onde complementa informações sobre o quilombo.

Poderíamos afirmar que a característica marcante da escritora é a utilização da linguagem poética, através do uso constante de rimas e aliterações, apresentando-se em tom memorialista, narrando reminiscências da vida de seu pai, que se confundem com a vida da comunidade.

O texto de Esmeralda apresenta-se em estrutura compacta, sem divisão de capítulos, temas ou subtemas, o que dispensa a inclusão de sumário ou índice temático, de fato, ausentes nesse livro. Trata-se de uma narrativa não-linear, sempre mesclada pelo ir e vir no tempo, isto é, fatos do passado e do presente misturam-se na composição da narrativa, que se apresenta, no entanto, predominantemente intimista, sendo, portanto, os fatos da memória do pai da escritora a fonte principal desse texto.

#### 4.4.1 Escritos Curiaúenses: Encontros e Desencontros

Para finalizar nossa apresentação dos escritos curiaúenses, em uma espécie de balanço, estamos trazendo à tona questões que caracterizam, de certa forma, cada texto e, ao mesmo tempo, destacamos os pontos comuns entre eles, por isso estamos chamando de encontros e desencontros, sugerindo evidenciar as semelhanças e diferenças, ou seja, as questões convergentes e contrastantes entre esses textos, que podem indicar marcas distintivas dos escritores, apontando para um possível estilo de cada um.

Uma das questões que chama a atenção é a temática coincidente entre todos os livros, mas que aparece também, em alguma medida, no jornal. É freqüente o tema quilombo, isto é, demonstra que a vida de Curiaú se constrói em torno da identidade quilombola, sendo essa, talvez, a própria razão desses escritos, como estamos sugerindo. Uma das questões que poderíamos considerar como evidência dessa nossa sugestão é o fato de apenas o primeiro livro não fazer referência ao quilombo, isto porque ele foi escrito muito antes do início do processo de reconhecimento da remanescência quilombola da comunidade. Segundo seu escritor, esse livro

estava pronto há aproximadamente vinte anos antes de sua publicação, época em que, como se pode perceber, não se falava em remanescente quilombola em/para Curiaú. Os demais escritos, que surgem durante ou após esse processo, marcam a identificação da vida no quilombo.

A fonte onde os escritores buscam informações para a composição de seus textos se diferencia. Os textos de Sebastião têm como fonte a memória dos antepassados e dos moradores mais velhos, assim como suas próprias vivências na comunidade. Na verdade, o que era contado pelos antepassados, confunde-se com o que foi vivido, como o escritor diz: vivenciado por ele. Por outro lado, o texto de Esmeraldina tem como fonte a memória de seu pai, que trabalha então com uma visão particular e diferenciada, o que confere ao texto um tom mais intimista relativamente aos demais escritos.

Temos sustentado a postulação de que a defesa e sustentação da vida quilombola constituem uma das principais funções da escrita, isto é, a própria razão dos escritos curiaúenses, do que se ocupam todos os livros, à exceção do primeiro por razões já comentadas, o jornal, assim como os poemas.

A genealogia, presente, sobretudo no primeiro livro aqui apresentado, faz parte do “modelo”, ou seja, é peça fundamental do processo de transposição da oralidade para a escrita. Contar o início dos tempos que pertenceu exclusivamente aos antepassados é uma tarefa essencial para quem se incumbem de registrar a história que se transmitia oralmente. Boa parte da historicidade de uma comunidade concentra-se na sua formação humana, dessa forma, dar conta desse aspecto é conferir veracidade e historicidade ao escrito.

Outra questão que perpassa maior parte dos escritos curiaúenses é a revisão dos textos, o que implica algum tipo de intervenção na versão primeira do escritor, podendo configurar até uma co-autoria, uma vez que esse revisor dá forma, altera ordem, enfim interfere de forma a incluir e/ou excluir elementos, modificando, assim, em alguma medida, a sua forma inicial. Vale ressaltar que a revisão reflete uma concepção sobre um determinado padrão de escrita, sobretudo a escrita pública, que se ocupa do registro dos fatos, constituindo-se assim um documento público da comunidade.

O único escrito, dentre os aqui apresentados, no qual não se evidenciam interferências de um revisor, ou seja, não há registro de qualquer revisão é o jornal, razão pela qual se torna

visivelmente diferenciado em sua composição textual relativamente aos demais, retratando, mais diretamente, o comportamento e o perfil do seu redator.

Outro aspecto que participa dessas escrituras é o destaque às pessoas que foram precursoras em atividades na comunidade. Estamos chamando de “pessoas especiais”, uma vez que os escritores colocam-nas em posição privilegiada relativamente à formação da comunidade, por suas atividades profissionais, por suas posses ou aquisições, por serviços prestados à comunidade, enfim, mas que de alguma forma tenham contribuído para a história local.

O predomínio da não linearidade nas narrativas pode ser considerado uma característica de todos os textos curiaúenses, pois a entremeação de fatos do passado e do presente da comunidade são narrados de tal forma que se torna uma característica marcante nos escritos, embora a fonte seja diferenciada.

Um contraste, ou melhor, desencontro percebido é em relação ao comportamento, isto é, ao perfil dos escritores. Enquanto Esmeraldina dos Santos apresenta-se memorialista, Sebastião Silva, sobretudo no seu segundo livro onde, de fato, assume o papel de autor, coloca-se, de certa forma, como o representante, o eleito da comunidade para essa função. Apresenta-se caracteristicamente um escritor-historiador, em razão, inclusive, da fonte com a qual opera, assumindo o papel de descrever a história, como se transcrevesse os fatos tal como aconteceram.

No primeiro livro, Silva demonstra-se nitidamente o porta-voz da comunidade, transcrevendo o que os mais idosos narravam com o propósito de registrar os fatos. Essa é a imagem construída pelo escritor para esse primeiro trabalho. No segundo livro, no entanto, ele coloca-se na posição de autor, assumindo a responsabilidade do que diz e, dessa forma, permitindo-se liberdade para criar e produzir o seu texto. Identificamos, então, a figura do autor. Por outro lado, no jornal como redator e editor, sua preocupação é com a verdade e com a informação dos fatos, embora esse texto seja notadamente opinativo.

O conjunto de textos curiaúenses, no entanto, guarda diferenças relativamente a outro gênero: o jornal no qual se verificam com maior facilidade tanto as marcas da oralidade, como do predomínio do uso da linguagem local, representada pelo léxico, pela estrutura sintática muito próxima à oralidade e pela própria forma de apresentação, isto é, estrutura do Jornal.

Foquemos novamente na variedade lingüística. Observamos uma mudança qualitativa do texto do primeiro livro de Silva para o segundo, que pode ser atribuída à interferência do

revisor que opera alterações em vários aspectos, deixando esse segundo livro mais próximo ao padrão da cultura e do mercado da escrita; opera mudanças inclusive na linguagem que se apresenta mais cuidada, diferenciando-se, portanto, dos demais escritos.

Ainda sobre o jornal, evidenciamos um fato interessante, derivado desse processo de escrita. Trata-se dele (o jornal) servir de suporte para a circulação de outros textos, como é o caso dos poemas, que parecem também coincidir com o que estamos tratando como a razão da própria escrita curiauíense: a fixação da história e a defesa da identidade quilombola.

## CONCLUSÃO

É ponto pacífico que o estudo do fenômeno lingüístico em correlação com os aspectos culturais e sociais só é possível a partir de um grupo social. Em uma abordagem sociolingüística, essa correlação é imprescindível, e o objeto é necessariamente uma comunidade. Considerando que nosso objeto é um fenômeno lingüístico reflexo de um processo social ocorrido na comunidade de Curiaú, nosso estudo concentra-se na área sociolingüística.

Nossa investigação nos permitiu revelar que a escrita da história pelas mãos da comunidade representa a introdução de uma nova prática lingüística, uma vez que a escrita é introduzida e assumida pela comunidade para cumprir papel social distinto da prática vigente: a oralidade. Como demonstrado ao longo desta dissertação, a dinâmica social curiauíense é quem motiva a inserção de uma nova prática lingüística.

Ao processo de escrita está associada a questão da produção da escrita, no sentido de quem a produz. Estamos falando do surgimento da figura do escritor. Em Curiaú, esse escritor tem o papel também de historiador, uma vez que ele relata a história contada pelos mais velhos. Nesse sentido, é que se evidencia, a partir do material de análise: a obra curiauíense, a função do escritor como historiador.

Assim, o processo de escrita em Curiaú aponta para a construção de uma função social: o escritor, visto que se apresenta como uma espécie de missão o registro da vida da comunidade, além de conferir status dentro do grupo. O escritor inclusive passa a ter a voz pública, assumindo a representação da comunidade para o exterior.

Inicialmente, como exposto no primeiro livro de Silva (2000), a temática retrata exclusiva e fielmente a memória dos mais velhos, que são os responsáveis por guardar esse acervo, como ocorre em sociedades sem escrita. No livro de Santos (2002) também observamos uma espécie de tradução da memória do seu pai. No segundo livro de Silva (2004), no entanto, há uma mudança no comportamento do escritor em relação à apresentação das informações, comportamento esse que vai delineando o seu perfil como autor.

A partir da leitura cuidadosa dos escritos, verificamos que toda a escritura de Curiaú tem a temática da vida da comunidade, o que nos permite concluir que a transição da memória

para o livro tem como primeira função a fixação da história. Apenas o primeiro livro apresenta temática relativamente diferenciada dos demais escritos, uma vez que não se observa o tema do quilombo.

A escritura representa não apenas o registro da versão original como também a fixidez e autenticidade dessa história. O que significa dizer que, a partir da publicação desses escritos, está instituída uma referência obrigatória para o que se conta e o que se afirma sobre esse quilombo.

Uma segunda função que evidenciamos dessa escritura é a propagação da identidade quilombola para dentro e para fora da comunidade. Essa função, no entanto, não é representativa do conjunto da obra curiaense, uma vez que o primeiro livro publicado, embora apresente a gênese da comunidade, parece não ter relação com a titulação quilombola, fato que se observa no decorrer do livro. Em nenhum momento observamos a defesa ou a reivindicação da “identidade quilombola” pelo seu escritor, o que nos permite deduzir o distanciamento dessa função, inclusive por ter sido escrito antes da titulação pela Fundação Palmares, apesar de sua publicação ter ocorrido somente após o processo de reconhecimento da remanescência quilombola.

O estudo desse movimento mostrou, ainda, a mudança na forma de guardar o acervo histórico. A transição da memória como armazenamento de informações para o livro, uma outra forma de guardar informações, assegura a legitimidade e a veracidade do que é dito. Esse é notadamente um aspecto intrínseco à escritura, o valor de verdade embutido na palavra escrita, especialmente no livro.

Nossa investigação nos conduziu a afirmar que essa escritura vai se configurando, inevitavelmente, o documento oficial da história da comunidade, ou seja, adquire o estatuto de documento, inclusive por ter permitido a fixação de uma história, limitando a recriação constante que a oralidade permitia.

Outra questão tributária do processo de escrita diz respeito ao domínio das informações. A memória, como sabemos, está no campo do coletivo, não há a individualização, isto é, referência individual do que é dito, inclusive de responsabilidade que nunca é assumida por alguém, mas transferida aos mais antigos. No entanto, a partir do surgimento do autor, esse caráter sofre uma ligeira mudança: o que é dito tem uma referência imediata: o seu autor.

Assim, estamos assumindo que essa escritura está intimamente relacionada a um registro da memória coletiva da comunidade, cuja forma científica, segundo Le Goff (2003, 525), é a história. Essa memória, no entanto, pode ser considerada de dois domínios: um do coletivo que é mantida e, ao mesmo tempo, reconstruída a partir da memória de cada curiauíense, o que nos leva a assegurar que a memória coletiva, por um lado, dilui-se nas memórias individuais (como é o caso da fonte do livro de Santos, as reminiscências de seu pai); por outro, consolida-se nessa supraindividualidade da memória. Essa memória é, a um só tempo, do conjunto da comunidade, pois é do conhecimento e domínio de todos, e de cada um que a guarda e a reproduz, recriando-a constantemente. Vista por outro ângulo, ainda no domínio coletivo, ela se torna particularizada, considerando que a repetição, reiteradas vezes, da mesma história permite a sua apropriação. Essa particularização se consolida com a figura do autor que passa a ser a referência imediata, portanto, o responsável pelo que é veiculado, publicado.

A mudança no caráter de propriedade, do domínio público, coletivo para o privado, individual é corroborada pelo fato de a escrita representar sempre o trabalho de alguém, uma vez que há escolhas e preferências que diferenciam um livro de outro, isto é, evidenciam as diferenças entre um autor e outro (o estilo, por exemplo, diferenciado de Silva e de Santos, reflete o trabalho individual de cada autor), assim como a própria seleção do conteúdo. O autor não apenas transcreve o que o coletivo diz, mas é essencialmente um selecionador dos fatos históricos a partir das fontes em que se apóia. A fonte também é diferenciada para cada autor, como outro reflexo das preferências individuais.

A análise desse conjunto de aspectos que envolvem a escrita nos permitiu verificar que a escolarização não exerce nenhuma influência direta para a instalação da escrita em Curiauí, uma vez que o período de alfabetização não coincide com o início, ou seja, com a apropriação da escrita na comunidade, indicando, assim, para a vinculação da escrita curiauíense ao processo político-social. Isso nos permite, então, afirmar que a escrita curiauíense está associada a um processo de mudanças sociais internas que se referem ao modo de vida, retroagindo, porém, à formação desse grupo social, demonstrando as motivações sociais da inauguração da nova forma de comunicação que se instaura com a introdução da escrita naquela comunidade.

Esperamos que este estudo represente uma contribuição para os estudos científicos no campo da sociolinguística, e que contribua para a ampliação do acervo científico sobre o Amapá,

especialmente sobre a comunidade de Curiaú. Indubitavelmente não esgotamos as questões pertinentes a esse tema, dessa forma, o levantamento de dados, fatos e informações feitos nesta dissertação abre a possibilidade e até aponta para a pesquisa de outros aspectos associados à escritura curiauíense que certamente propiciariam debate interessante, mas que não foram tratados nesta oportunidade, tais como, a questão da autoria, do revisor, da identidade; assim como o confronto entre o manuscrito e a publicação, pode render análises interessantes.

## LEITURAS PRÉVIAS

ALKMIM, Tânia Maria. (2001). *Sociolinguística - Parte I*, In: BENTES, Anna Christina & MUSSALIM, Fernanda (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, São Paulo: Cortez, pp. 21-47.

\_\_\_\_\_. (2002). *Estereótipos lingüísticos: negros em charges do século XIX*, In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a História do Português Brasileiro*, v. III: novos estudos, São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, pp. 383-402.

BASSO, Keith H. (1974). *The Ethnography of Writing. (Towards an ethnology of Speaking)*. In: BAUMAN, R. & SHERZER, J. *Explorations in the Ethnography of Speaking*. United States of America: Cambridge University Press, pp. 425-432.

GOMES, Flávio dos Santos. (1997). *A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)*. Tese de Doutorado, Campinas-SP.

\_\_\_\_\_. (1999). *Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira*. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII e XIX)*, Belém: Editora Universitária/UFGA, pp. 225-318.

ILLICH, Ivan. *Um apelo à Pesquisa em Cultura Escrita Leiga*, In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. Editora Ática, (1995), pp. 35-54.

KITTAY, Jeffrey. *Pensando em Termos da Cultura Escrita*, In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. Editora Ática, (1995), pp. 179-186.

McKENZIE, Don F. (1997). *A Sociologia de um Texto: Cultura Oral, Alfabetização e Imprensa nos Primórdios da Nova Zelândia*, In: Burke, Peter e Porter, Roy (orgs.). *História Social da Linguagem*. Trad. Alvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, pp. 191-234.

MOURA, Clóvis. (1993). *Quilombos - resistência ao escravismo*. São Paulo, Editora Ática.

OLSON, David R. (1995). *Cultura Escrita e Objetividade: O Surgimento da Ciência Moderna*, In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, pp. 163-178.

\_\_\_\_\_. (1997) *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Editora Ática, cap. 4, pp. 81-106.

STREET, Brian. (1993). *Introduction: The New Literacy Studies*, In: STREET, Brian. *Cross-Cultural Approaches to Literacy*, New York: Cambridge University Press.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. (1996). *Cafundó. A África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras.

WEINSTEIN-SHR, Gail. (1993). *Literacy and Social Process: a Community in Transition*, In: STREET, Brian. *Cross-Cultural Approaches to Literacy*, New York: Cambridge University Press.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2002). *Os Quilombos e as Novas Etnias. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 43-81.
- BARTON, David. (1994). *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. United States of America: Cambridge, Massachusetts, pp. 161-175.
- BENATTI, José Heder. (2001). *Formas de Acesso à Terra e a Preservação da Floresta Amazônica: uma análise jurídica da regularização fundiária das terras dos quilombolas e seringueiros*, In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Org. [et al]). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*, São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sócioambiental, pp. 292-298.
- BEZERRA NETO, José Maia. (2001). *Escravidão Negra no Grão-Pará - sécs XVII-XIX*. Belém, Paka-Tatu.
- CAMPOS, Nezilda Jacira Lourinho de. (2002). *Curiaú: estórias e histórias sobre a história de uma vila*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- COLCHESTER, Marcus. (2002). *Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas*, In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª edição, São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, pp. 225-256.
- COOK-GUMPERZ, Jenny and GUMPERZ, John J. (1991). *From Oral to Written Culture: The Transition to Literacy*, In: *Writing: The Nature, Development, and Teaching of Written Communication*, Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, pp. 89-109.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. (2002). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, 4ª edição, São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP.
- GEERTZ, Clifford. (1997). *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes.

HAVELOCK, Erick. (1991). *A Equação Oralidade-Cultura Escrita: Uma fórmula para a mente moderna*, In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. Editora Ática, (1995), pp. 17-34.

\_\_\_\_\_. (1996a). *A Revolução da Escrita na Grécia e suas Conseqüências Culturais*. Trad. Ordep José Serra. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (1996b). *La Musa Aprende a Escribir: Reflexiones sobre Oralidad y escritura desde la Antigüedad hasta el presente*. Trad. Luis Bredlow Wenda. Barcelona: Paidós.

\_\_\_\_\_. (1996c). *Prefácio a Platão*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papyrus.

HEATH, S. B. *Rumo a uma Etnohistória da Escrita na Educação Americana*, in; M. F. WHITEMAN (ed.) *Writing. Variation in writing*. (Vol. I). Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1981. pp. 25-45.

HOBBSAWM, Eric e TERENCE, Ranger. (1983). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1997).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.], Campinas, SP: Editora da Unicamp, (2003), pp. 419-476.

LORD, Albert B. (1978). *The Singer of Tales*, New York: Atheneum.

MARIN, Rosa E. A. (1997). *Nascidos no Curiaú: Relatório de Identificação (mimeo)*. Belém.

MONTENEGRO, Antônio Torres. (1994). *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto.

O'DWYER, Eliane Cantarino (coord.). (2002). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV. (introdução)

OLIVEIRA, Edna dos Santos. (2002). *Curiaú: Discursos de Identidade*. Monografia de Especialização. Universidade Federal do Amapá, Macapá. (mimeo).

OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. (1995). *Cultura Escrita e Oralidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, pp. 7-14.

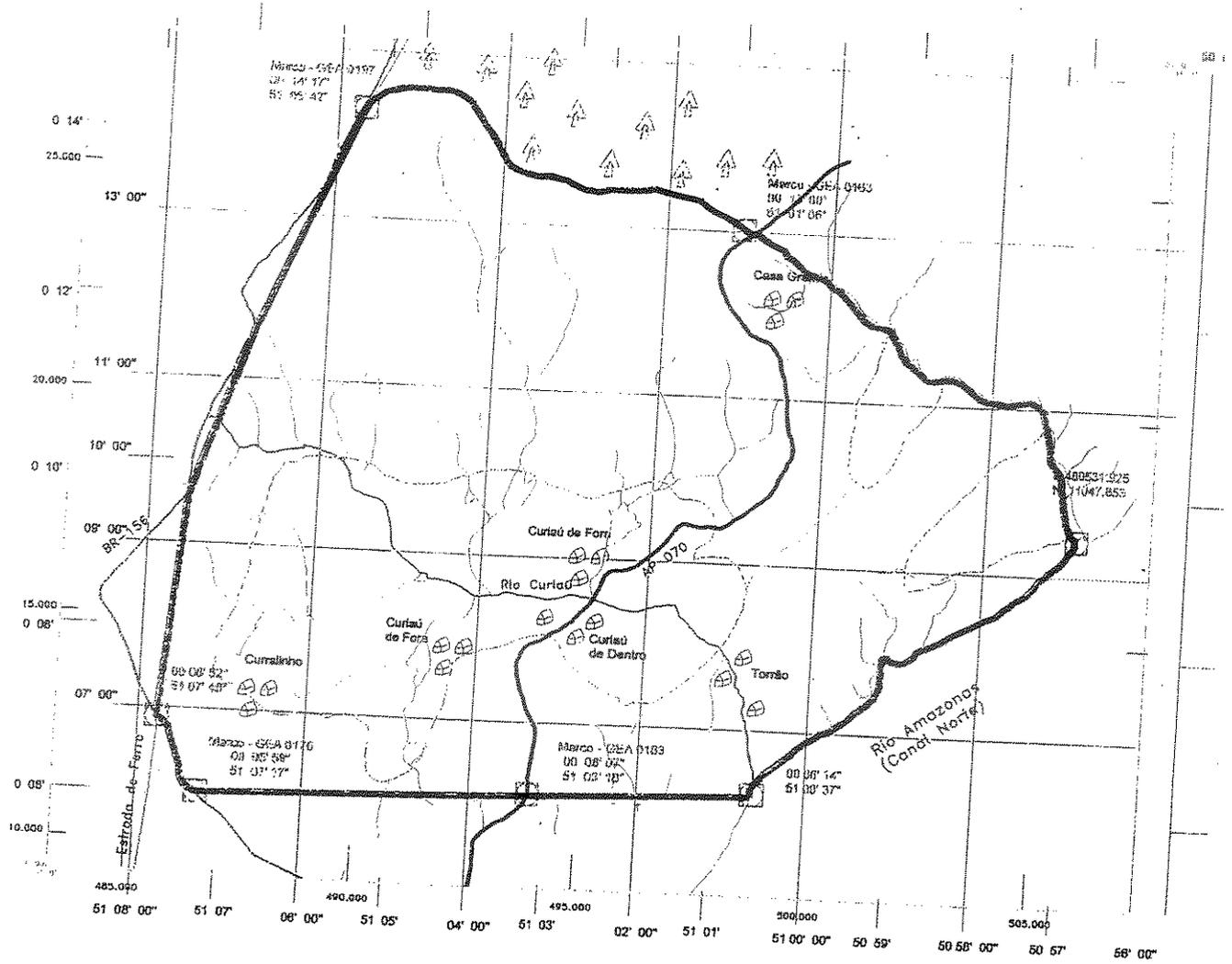
SANTOS, Esmeraldina. (2002). *Histórias do Meu Povo*. Macapá: Confraria Tucuju/PMM (Projeto Edições Macapaenses).

SILVA, Sebastião Menezes da. (2000). *Curiaú: sua vida, sua história*. Macapá-AP: Fundecap, p. 34.

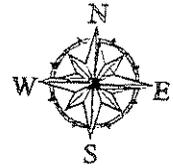
\_\_\_\_\_. (2004). *Curiaú: a resistência de um povo*, Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

VENCIO, E. (1996). *Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

ZUMTHOR, Paul. (1993). *A Letra e a Voz: a literature medieval*. São Paulo: Companhia das Letras.



Mapa de Localização



Escala 1: 100.000

Coordenadas U.T.M  
Datum Horizontal: SAD - 69  
Ano de Execução - 1998

LEGENDA

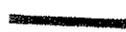
-  Ferrovia
-  Estradas
-  Drenagem
-  Contorno da APA
-  Pontos Geodésicos
-  Vilas

LÁMINA 7: MAPA DEL ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL DE CURIAÚ  
 Fuente: Divisão de Geoprocessamento/CRA/SEMA (junho/1998).  
 Reproducción a partir del mapa original con escala reducida en uno 70%.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
MINISTÉRIO DA CULTURA

REGISTRO DE IMOVEIS DA  
COMARCA DE MACAPA

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO/FCP/ Nº 001 /99

1ª Oficina de Notas

Rua Tiracemias 534 Macapá - Amapá

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
AUTENTICO E DOU FE.

Macapá-AP. 29 JAN 2003

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE  
DOMÍNIO que a UNIÃO FEDERAL através  
da FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
FCP outorga aos REMANESCENTES DA  
COMUNIDADE DE CURIAÚ, sociedade de  
fato, representada pela sua Associação.

*[Assinatura]*  
RUBENITO SENA DE ALMEIDA  
TABELÃO  
ANDRÉ BARROS  
5ª Escrevente Autorizada  
*Juca*

A UNIÃO FEDERAL, representada pela FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, inscrita no CGC/MF sob o nº32.901.688/0001-77, doravante denominada FCP, neste ato representada por sua Presidenta DULCE MARIA PEREIRA, brasileira, casada, portadora da C.I. nº10.488.433-2 – SSP/SP e CPF/MF nº119.407.511-87, residente e domiciliada em Brasília – DF, doravante simplesmente denominada OUTORGANTE, com fundamento no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Art. 14, inciso IV, alínea c, da Medida Provisória Nº 1911-12, de 25 de novembro de 1999, pelo presente TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO, com plena

QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO



força e validade de escritura pública, reconhece o domínio aos **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, sociedade de fato, adiante simplesmente denominados **OUTORGADOS**, sobre o imóvel rural denominado **QUILOMBO DO CURIAÚ**, integrante da gleba Matapi, Curiaú, Vila Nova, situada no município de Macapá, Estado do Amapá, com área de 3.321,8931 há (três mil, trezentos e vinte e um hectares, oitenta e nove ares e trinta e um centiares), conforme planta e memorial descritivo anexos, de responsabilidade técnica de Waldecy Nunes de Moraes, topógrafo, CREA N° 431-TD/ 1ª Região PA/AP que integram este título e que neste ato são representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de setembro de 1997, registrada no livro de pessoas jurídicas do 1º Ofício de Notas e de Registro da Comarca de Macapá-AP, sob o N° 460 do livro N° A-06, CGC N° 14.572.978/0001-32, representada pelo seu Presidente, **JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO**, brasileiro, casado, pedreiro, RG n° 69.363/SSP-AP e CPF n° 208.766.452-87.

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

**CLAÚSULA PRIMEIRA** – O imóvel integra área maior matriculada em nome da União Federal, sob o n° 22, livro 2, fls 22, no Registro de Imóveis da Comarca de Macapá-AP.

**CLAÚSULA SEGUNDA** – O imóvel destina-se às atividades extrativistas, agropecuárias e de preservação do meio ambiente de modo a garantirem a auto sustentabilidade das comunidades remanescentes beneficiárias, objetivando a sua preservação em seus aspectos social, cultural e histórico, segundo o disposto nos Arts. 215 e 216 da Constituição Federal, tornando-se, em consequência, inalienável, devendo permanecer sob o uso e posse dos **OUTORGADOS**.

**CLAÚSULA TERCEIRA** – O imóvel acha-se livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, ou qualquer outro ônus real

O presente Título é firmado em quatro vias, ficando eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões que resultarem deste instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam abaixo, **OUTORGANTE E OUTORGADOS**, por seus representantes legais, juntamente com a testemunha, **JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE**, brasileiro, casado, zootecnologista, RG N° 274.205/SSP-AP e CPF N° 278.805.754-72, e **ZÉLIA AMADOR DE DEUS**, brasileira, solteira, RG N° 94908 SSP/PÁ, CPF: 012.249.052-55, presentes a todo ato que, depois de lido achado conforme, será registrado no

*[Handwritten signatures and stamps]*  
 ANEXO 03  
 ANEXO 04  
 ANEXO 05  
 ANEXO 06  
 ANEXO 07  
 ANEXO 08  
 ANEXO 09  
 ANEXO 10  
 ANEXO 11  
 ANEXO 12  
 ANEXO 13  
 ANEXO 14  
 ANEXO 15  
 ANEXO 16  
 ANEXO 17  
 ANEXO 18  
 ANEXO 19  
 ANEXO 20  
 ANEXO 21  
 ANEXO 22  
 ANEXO 23  
 ANEXO 24  
 ANEXO 25  
 ANEXO 26  
 ANEXO 27  
 ANEXO 28  
 ANEXO 29  
 ANEXO 30  
 ANEXO 31  
 ANEXO 32  
 ANEXO 33  
 ANEXO 34  
 ANEXO 35  
 ANEXO 36  
 ANEXO 37  
 ANEXO 38  
 ANEXO 39  
 ANEXO 40  
 ANEXO 41  
 ANEXO 42  
 ANEXO 43  
 ANEXO 44  
 ANEXO 45  
 ANEXO 46  
 ANEXO 47  
 ANEXO 48  
 ANEXO 49  
 ANEXO 50  
 ANEXO 51  
 ANEXO 52  
 ANEXO 53  
 ANEXO 54  
 ANEXO 55  
 ANEXO 56  
 ANEXO 57  
 ANEXO 58  
 ANEXO 59  
 ANEXO 60  
 ANEXO 61  
 ANEXO 62  
 ANEXO 63  
 ANEXO 64  
 ANEXO 65  
 ANEXO 66  
 ANEXO 67  
 ANEXO 68  
 ANEXO 69  
 ANEXO 70  
 ANEXO 71  
 ANEXO 72  
 ANEXO 73  
 ANEXO 74  
 ANEXO 75  
 ANEXO 76  
 ANEXO 77  
 ANEXO 78  
 ANEXO 79  
 ANEXO 80  
 ANEXO 81  
 ANEXO 82  
 ANEXO 83  
 ANEXO 84  
 ANEXO 85  
 ANEXO 86  
 ANEXO 87  
 ANEXO 88  
 ANEXO 89  
 ANEXO 90  
 ANEXO 91  
 ANEXO 92  
 ANEXO 93  
 ANEXO 94  
 ANEXO 95  
 ANEXO 96  
 ANEXO 97  
 ANEXO 98  
 ANEXO 99  
 ANEXO 100  
 ANEXO 101  
 ANEXO 102  
 ANEXO 103  
 ANEXO 104  
 ANEXO 105  
 ANEXO 106  
 ANEXO 107  
 ANEXO 108  
 ANEXO 109  
 ANEXO 110  
 ANEXO 111  
 ANEXO 112  
 ANEXO 113  
 ANEXO 114  
 ANEXO 115  
 ANEXO 116  
 ANEXO 117  
 ANEXO 118  
 ANEXO 119  
 ANEXO 120  
 ANEXO 121  
 ANEXO 122  
 ANEXO 123  
 ANEXO 124  
 ANEXO 125  
 ANEXO 126  
 ANEXO 127  
 ANEXO 128  
 ANEXO 129  
 ANEXO 130  
 ANEXO 131  
 ANEXO 132  
 ANEXO 133  
 ANEXO 134  
 ANEXO 135  
 ANEXO 136  
 ANEXO 137  
 ANEXO 138  
 ANEXO 139  
 ANEXO 140  
 ANEXO 141  
 ANEXO 142  
 ANEXO 143  
 ANEXO 144  
 ANEXO 145  
 ANEXO 146  
 ANEXO 147  
 ANEXO 148  
 ANEXO 149  
 ANEXO 150  
 ANEXO 151  
 ANEXO 152  
 ANEXO 153  
 ANEXO 154  
 ANEXO 155  
 ANEXO 156  
 ANEXO 157  
 ANEXO 158  
 ANEXO 159  
 ANEXO 160  
 ANEXO 161  
 ANEXO 162  
 ANEXO 163  
 ANEXO 164  
 ANEXO 165  
 ANEXO 166  
 ANEXO 167  
 ANEXO 168  
 ANEXO 169  
 ANEXO 170  
 ANEXO 171  
 ANEXO 172  
 ANEXO 173  
 ANEXO 174  
 ANEXO 175  
 ANEXO 176  
 ANEXO 177  
 ANEXO 178  
 ANEXO 179  
 ANEXO 180  
 ANEXO 181  
 ANEXO 182  
 ANEXO 183  
 ANEXO 184  
 ANEXO 185  
 ANEXO 186  
 ANEXO 187  
 ANEXO 188  
 ANEXO 189  
 ANEXO 190  
 ANEXO 191  
 ANEXO 192  
 ANEXO 193  
 ANEXO 194  
 ANEXO 195  
 ANEXO 196  
 ANEXO 197  
 ANEXO 198  
 ANEXO 199  
 ANEXO 200  
 ANEXO 201  
 ANEXO 202  
 ANEXO 203  
 ANEXO 204  
 ANEXO 205  
 ANEXO 206  
 ANEXO 207  
 ANEXO 208  
 ANEXO 209  
 ANEXO 210  
 ANEXO 211  
 ANEXO 212  
 ANEXO 213  
 ANEXO 214  
 ANEXO 215  
 ANEXO 216  
 ANEXO 217  
 ANEXO 218  
 ANEXO 219  
 ANEXO 220  
 ANEXO 221  
 ANEXO 222  
 ANEXO 223  
 ANEXO 224  
 ANEXO 225  
 ANEXO 226  
 ANEXO 227  
 ANEXO 228  
 ANEXO 229  
 ANEXO 230  
 ANEXO 231  
 ANEXO 232  
 ANEXO 233  
 ANEXO 234  
 ANEXO 235  
 ANEXO 236  
 ANEXO 237  
 ANEXO 238  
 ANEXO 239  
 ANEXO 240  
 ANEXO 241  
 ANEXO 242  
 ANEXO 243  
 ANEXO 244  
 ANEXO 245  
 ANEXO 246  
 ANEXO 247  
 ANEXO 248  
 ANEXO 249  
 ANEXO 250  
 ANEXO 251  
 ANEXO 252  
 ANEXO 253  
 ANEXO 254  
 ANEXO 255  
 ANEXO 256  
 ANEXO 257  
 ANEXO 258  
 ANEXO 259  
 ANEXO 260  
 ANEXO 261  
 ANEXO 262  
 ANEXO 263  
 ANEXO 264  
 ANEXO 265  
 ANEXO 266  
 ANEXO 267  
 ANEXO 268  
 ANEXO 269  
 ANEXO 270  
 ANEXO 271  
 ANEXO 272  
 ANEXO 273  
 ANEXO 274  
 ANEXO 275  
 ANEXO 276  
 ANEXO 277  
 ANEXO 278  
 ANEXO 279  
 ANEXO 280  
 ANEXO 281  
 ANEXO 282  
 ANEXO 283  
 ANEXO 284  
 ANEXO 285  
 ANEXO 286  
 ANEXO 287  
 ANEXO 288  
 ANEXO 289  
 ANEXO 290  
 ANEXO 291  
 ANEXO 292  
 ANEXO 293  
 ANEXO 294  
 ANEXO 295  
 ANEXO 296  
 ANEXO 297  
 ANEXO 298  
 ANEXO 299  
 ANEXO 300  
 ANEXO 301  
 ANEXO 302  
 ANEXO 303  
 ANEXO 304  
 ANEXO 305  
 ANEXO 306  
 ANEXO 307  
 ANEXO 308  
 ANEXO 309  
 ANEXO 310  
 ANEXO 311  
 ANEXO 312  
 ANEXO 313  
 ANEXO 314  
 ANEXO 315  
 ANEXO 316  
 ANEXO 317  
 ANEXO 318  
 ANEXO 319  
 ANEXO 320  
 ANEXO 321  
 ANEXO 322  
 ANEXO 323  
 ANEXO 324  
 ANEXO 325  
 ANEXO 326  
 ANEXO 327  
 ANEXO 328  
 ANEXO 329  
 ANEXO 330  
 ANEXO 331  
 ANEXO 332  
 ANEXO 333  
 ANEXO 334  
 ANEXO 335  
 ANEXO 336  
 ANEXO 337  
 ANEXO 338  
 ANEXO 339  
 ANEXO 340  
 ANEXO 341  
 ANEXO 342  
 ANEXO 343  
 ANEXO 344  
 ANEXO 345  
 ANEXO 346  
 ANEXO 347  
 ANEXO 348  
 ANEXO 349  
 ANEXO 350  
 ANEXO 351  
 ANEXO 352  
 ANEXO 353  
 ANEXO 354  
 ANEXO 355  
 ANEXO 356  
 ANEXO 357  
 ANEXO 358  
 ANEXO 359  
 ANEXO 360  
 ANEXO 361  
 ANEXO 362  
 ANEXO 363  
 ANEXO 364  
 ANEXO 365  
 ANEXO 366  
 ANEXO 367  
 ANEXO 368  
 ANEXO 369  
 ANEXO 370  
 ANEXO 371  
 ANEXO 372  
 ANEXO 373  
 ANEXO 374  
 ANEXO 375  
 ANEXO 376  
 ANEXO 377  
 ANEXO 378  
 ANEXO 379  
 ANEXO 380  
 ANEXO 381  
 ANEXO 382  
 ANEXO 383  
 ANEXO 384  
 ANEXO 385  
 ANEXO 386  
 ANEXO 387  
 ANEXO 388  
 ANEXO 389  
 ANEXO 390  
 ANEXO 391  
 ANEXO 392  
 ANEXO 393  
 ANEXO 394  
 ANEXO 395  
 ANEXO 396  
 ANEXO 397  
 ANEXO 398  
 ANEXO 399  
 ANEXO 400  
 ANEXO 401  
 ANEXO 402  
 ANEXO 403  
 ANEXO 404  
 ANEXO 405  
 ANEXO 406  
 ANEXO 407  
 ANEXO 408  
 ANEXO 409  
 ANEXO 410  
 ANEXO 411  
 ANEXO 412  
 ANEXO 413  
 ANEXO 414  
 ANEXO 415  
 ANEXO 416  
 ANEXO 417  
 ANEXO 418  
 ANEXO 419  
 ANEXO 420  
 ANEXO 421  
 ANEXO 422  
 ANEXO 423  
 ANEXO 424  
 ANEXO 425  
 ANEXO 426  
 ANEXO 427  
 ANEXO 428  
 ANEXO 429  
 ANEXO 430  
 ANEXO 431  
 ANEXO 432  
 ANEXO 433  
 ANEXO 434  
 ANEXO 435  
 ANEXO 436  
 ANEXO 437  
 ANEXO 438  
 ANEXO 439  
 ANEXO 440  
 ANEXO 441  
 ANEXO 442  
 ANEXO 443  
 ANEXO 444  
 ANEXO 445  
 ANEXO 446  
 ANEXO 447  
 ANEXO 448  
 ANEXO 449  
 ANEXO 450  
 ANEXO 451  
 ANEXO 452  
 ANEXO 453  
 ANEXO 454  
 ANEXO 455  
 ANEXO 456  
 ANEXO 457  
 ANEXO 458  
 ANEXO 459  
 ANEXO 460  
 ANEXO 461  
 ANEXO 462  
 ANEXO 463  
 ANEXO 464  
 ANEXO 465  
 ANEXO 466  
 ANEXO 467  
 ANEXO 468  
 ANEXO 469  
 ANEXO 470  
 ANEXO 471  
 ANEXO 472  
 ANEXO 473  
 ANEXO 474  
 ANEXO 475  
 ANEXO 476  
 ANEXO 477  
 ANEXO 478  
 ANEXO 479  
 ANEXO 480  
 ANEXO 481  
 ANEXO 482  
 ANEXO 483  
 ANEXO 484  
 ANEXO 485  
 ANEXO 486  
 ANEXO 487  
 ANEXO 488  
 ANEXO 489  
 ANEXO 490  
 ANEXO 491  
 ANEXO 492  
 ANEXO 493  
 ANEXO 494  
 ANEXO 495  
 ANEXO 496  
 ANEXO 497  
 ANEXO 498  
 ANEXO 499  
 ANEXO 500  
 ANEXO 501  
 ANEXO 502  
 ANEXO 503  
 ANEXO 504  
 ANEXO 505  
 ANEXO 506  
 ANEXO 507  
 ANEXO 508  
 ANEXO 509  
 ANEXO 510  
 ANEXO 511  
 ANEXO 512  
 ANEXO 513  
 ANEXO 514  
 ANEXO 515  
 ANEXO 516  
 ANEXO 517  
 ANEXO 518  
 ANEXO 519  
 ANEXO 520  
 ANEXO 521  
 ANEXO 522  
 ANEXO 523  
 ANEXO 524  
 ANEXO 525  
 ANEXO 526  
 ANEXO 527  
 ANEXO 528  
 ANEXO 529  
 ANEXO 530  
 ANEXO 531  
 ANEXO 532  
 ANEXO 533  
 ANEXO 534  
 ANEXO 535  
 ANEXO 536  
 ANEXO 537  
 ANEXO 538  
 ANEXO 539  
 ANEXO 540  
 ANEXO 541  
 ANEXO 542  
 ANEXO 543  
 ANEXO 544  
 ANEXO 545  
 ANEXO 546  
 ANEXO 547  
 ANEXO 548  
 ANEXO 549  
 ANEXO 550  
 ANEXO 551  
 ANEXO 552  
 ANEXO 553  
 ANEXO 554  
 ANEXO 555  
 ANEXO 556  
 ANEXO 557  
 ANEXO 558  
 ANEXO 559  
 ANEXO 560  
 ANEXO 561  
 ANEXO 562  
 ANEXO 563  
 ANEXO 564  
 ANEXO 565  
 ANEXO 566  
 ANEXO 567  
 ANEXO 568  
 ANEXO 569  
 ANEXO 570  
 ANEXO 571  
 ANEXO 572  
 ANEXO 573  
 ANEXO 574  
 ANEXO 575  
 ANEXO 576  
 ANEXO 577  
 ANEXO 578  
 ANEXO 579  
 ANEXO 580  
 ANEXO 581  
 ANEXO 582  
 ANEXO 583  
 ANEXO 584  
 ANEXO 585  
 ANEXO 586  
 ANEXO 587  
 ANEXO 588  
 ANEXO 589  
 ANEXO 590  
 ANEXO 591  
 ANEXO 592  
 ANEXO 593  
 ANEXO 594  
 ANEXO 595  
 ANEXO 596  
 ANEXO 597  
 ANEXO 598  
 ANEXO 599  
 ANEXO 600  
 ANEXO 601  
 ANEXO 602  
 ANEXO 603  
 ANEXO 604  
 ANEXO 605  
 ANEXO 606  
 ANEXO 607  
 ANEXO 608  
 ANEXO 609  
 ANEXO 610  
 ANEXO 611  
 ANEXO 612  
 ANEXO 613  
 ANEXO 614  
 ANEXO 615  
 ANEXO 616  
 ANEXO 617  
 ANEXO 618  
 ANEXO 619  
 ANEXO 620  
 ANEXO 621  
 ANEXO 622  
 ANEXO 623  
 ANEXO 624  
 ANEXO 625  
 ANEXO 626  
 ANEXO 627  
 ANEXO 628  
 ANEXO 629  
 ANEXO 630  
 ANEXO 631  
 ANEXO 632  
 ANEXO 633  
 ANEXO 634  
 ANEXO 635  
 ANEXO 636  
 ANEXO 637  
 ANEXO 638  
 ANEXO 639  
 ANEXO 640  
 ANEXO 641  
 ANEXO 642  
 ANEXO 643  
 ANEXO 644  
 ANEXO 645  
 ANEXO 646  
 ANEXO 647  
 ANEXO 648  
 ANEXO 649  
 ANEXO 650  
 ANEXO 651  
 ANEXO 652  
 ANEXO 653  
 ANEXO 654  
 ANEXO 655  
 ANEXO 656  
 ANEXO 657  
 ANEXO 658  
 ANEXO 659  
 ANEXO 660  
 ANEXO 661  
 ANEXO 662  
 ANEXO 663  
 ANEXO 664  
 ANEXO 665  
 ANEXO 666  
 ANEXO 667  
 ANEXO 668  
 ANEXO 669  
 ANEXO 670  
 ANEXO 671  
 ANEXO 672  
 ANEXO 673  
 ANEXO 674  
 ANEXO 675  
 ANEXO 676  
 ANEXO 677  
 ANEXO 678  
 ANEXO 679  
 ANEXO 680  
 ANEXO 681  
 ANEXO 682  
 ANEXO 683  
 ANEXO 684  
 ANEXO 685  
 ANEXO 686  
 ANEXO 687  
 ANEXO 688  
 ANEXO 689  
 ANEXO 690  
 ANEXO 691  
 ANEXO 692  
 ANEXO 693  
 ANEXO 694  
 ANEXO 695  
 ANEXO 696  
 ANEXO 697  
 ANEXO 698  
 ANEXO 699  
 ANEXO 700  
 ANEXO 701  
 ANEXO 702  
 ANEXO 703  
 ANEXO 704  
 ANEXO 705  
 ANEXO 706  
 ANEXO 707  
 ANEXO 708  
 ANEXO 709  
 ANEXO 710  
 ANEXO 711  
 ANEXO 712  
 ANEXO 713  
 ANEXO 714  
 ANEXO 715  
 ANEXO 716  
 ANEXO 717  
 ANEXO 718  
 ANEXO 719  
 ANEXO 720  
 ANEXO 721  
 ANEXO 722  
 ANEXO 723  
 ANEXO 724  
 ANEXO 725  
 ANEXO 726  
 ANEXO 727  
 ANEXO 728  
 ANEXO 729  
 ANEXO 730  
 ANEXO 731  
 ANEXO 732  
 ANEXO 733  
 ANEXO 734  
 ANEXO 735  
 ANEXO 736  
 ANEXO 737  
 ANEXO 738  
 ANEXO 739  
 ANEXO 740  
 ANEXO 741  
 ANEXO 742  
 ANEXO 743  
 ANEXO 744  
 ANEXO 745  
 ANEXO 746  
 ANEXO 747  
 ANEXO 748  
 ANEXO 749  
 ANEXO 750  
 ANEXO 751  
 ANEXO 752  
 ANEXO 753  
 ANEXO 754  
 ANEXO 755  
 ANEXO 756  
 ANEXO 757  
 ANEXO 758  
 ANEXO 759  
 ANEXO 760  
 ANEXO 761  
 ANEXO 762  
 ANEXO 763  
 ANEXO 764  
 ANEXO 765  
 ANEXO 766  
 ANEXO 767  
 ANEXO 768  
 ANEXO 769  
 ANEXO 770  
 ANEXO 771  
 ANEXO 772  
 ANEXO 773  
 ANEXO 774  
 ANEXO 775  
 ANEXO 776  
 ANEXO 777  
 ANEXO 778  
 ANEXO 779  
 ANEXO 780  
 ANEXO 781  
 ANEXO 782  
 ANEXO 783  
 ANEXO 784  
 ANEXO 785  
 ANEXO 786  
 ANEXO 787  
 ANEXO 788  
 ANEXO 789  
 ANEXO 790  
 ANEXO 791  
 ANEXO 792  
 ANEXO 793  
 ANEXO 794  
 ANEXO 795  
 ANEXO 796  
 ANEXO 797  
 ANEXO 798  
 ANEXO 799  
 ANEXO 800  
 ANEXO 801  
 ANEXO 802  
 ANEXO 803  
 ANEXO 804  
 ANEXO 805  
 ANEXO 806  
 ANEXO 807  
 ANEXO 808  
 ANEXO 809  
 ANEXO 810  
 ANEXO 811  
 ANEXO 812  
 ANEXO 813  
 ANEXO 814  
 ANEXO 815  
 ANEXO 816  
 ANEXO 817  
 ANEXO 818  
 ANEXO 819  
 ANEXO 820  
 ANEXO 821  
 ANEXO 822  
 ANEXO 823  
 ANEXO 824  
 ANEXO 825  
 ANEXO 826  
 ANEXO 827  
 ANEXO 828  
 ANEXO 829  
 ANEXO 830  
 ANEXO 831  
 ANEXO 832  
 ANEXO 833  
 ANEXO 834  
 ANEXO 835  
 ANEXO 836  
 ANEXO 837  
 ANEXO 838  
 ANEXO 839  
 ANEXO 840  
 ANEXO 841  
 ANEXO 842  
 ANEXO 843  
 ANEXO 844  
 ANEXO 845  
 ANEXO 846  
 ANEXO 847  
 ANEXO 848  
 ANEXO 849  
 ANEXO 850  
 ANEXO 851  
 ANEXO 852  
 ANEXO 853  
 ANEXO 854  
 ANEXO 855  
 ANEXO 856  
 ANEXO 857  
 ANEXO 858  
 ANEXO 859  
 ANEXO 860  
 ANEXO 861  
 ANEXO 862  
 ANEXO 863  
 ANEXO 864  
 ANEXO 865  
 ANEXO 866  
 ANEXO 867  
 ANEXO 868  
 ANEXO 869  
 ANEXO 870  
 ANEXO 871  
 ANEXO 872  
 ANEXO 873  
 ANEXO 874  
 ANEXO 875  
 ANEXO 876  
 ANEXO 877  
 ANEXO 878  
 ANEXO 879  
 ANEXO 880  
 ANEXO 881  
 ANEXO 882  
 ANEXO 883  
 ANEXO 884  
 ANEXO 885  
 ANEXO 886  
 ANEXO 887  
 ANEXO 888  
 ANEXO 889  
 ANEXO 890  
 ANEXO 891  
 ANEXO 892  
 ANEXO 893  
 ANEXO 894  
 ANEXO 895  
 ANEXO 896  
 ANEXO 897  
 ANEXO 898  
 ANEXO 899  
 ANEXO 900  
 ANEXO 901  
 ANEXO 902  
 ANEXO 903  
 ANEXO 904  
 ANEXO 905  
 ANEXO 906  
 ANEXO 907  
 ANEXO 908  
 ANEXO 909  
 ANEXO 910  
 ANEXO 911  
 ANEXO 912  
 ANEXO 913  
 ANEXO 914  
 ANEXO 915  
 ANEXO 916  
 ANEXO 917  
 ANEXO 918  
 ANEXO 919  
 ANEXO 920  
 ANEXO 921  
 ANEXO 922  
 ANEXO 923  
 ANEXO 924  
 ANEXO 925  
 ANEXO 926  
 ANEXO 927  
 ANEXO 928  
 ANEXO 929  
 ANEXO 930  
 ANEXO 931  
 ANEXO 932  
 ANEXO 933  
 ANEXO 934  
 ANEXO 935  
 ANEXO 936  
 ANEXO 937  
 ANEXO 938  
 ANEXO 939  
 ANEXO 940  
 ANEXO 941  
 ANEXO 942  
 ANEXO 943  
 ANEXO 944  
 ANEXO 945  
 ANEXO 946  
 ANEXO 947  
 ANEXO 948  
 ANEXO 949  
 ANEXO 950  
 ANEXO 951  
 ANEXO 952  
 ANEXO 953  
 ANEXO 954  
 ANEXO 955  
 ANEXO 956  
 ANEXO 957  
 ANEXO 958  
 ANEXO 959  
 ANEXO 960  
 ANEXO 961  
 ANEXO 962  
 ANEXO 963  
 ANEXO 964  
 ANEXO 965  
 ANEXO 966  
 ANEXO 967  
 ANEXO 968  
 ANEXO 969  
 ANEXO 970  
 ANEXO 971  
 ANEXO 972  
 ANEXO 973  
 ANEXO 974  
 ANEXO 975  
 ANEXO 976  
 ANEXO 977  
 ANEXO 978  
 ANEXO 979  
 ANEXO 980  
 ANEXO 981  
 ANEXO 982  
 ANEXO 983  
 ANEXO 984  
 ANEXO 985  
 ANEXO 986  
 ANEXO 987  
 ANEXO 988  
 ANEXO 989  
 ANEXO 990  
 ANEXO 991  
 ANEXO 992  
 ANEXO 993  
 ANEXO 994  
 ANEXO 995  
 ANEXO 996  
 ANEXO 997  
 ANEXO 998  
 ANEXO 999  
 ANEXO 1000

Cartório de Registro de Imóveis juntamente com o memorial descritivo do presente título.



Brasília, 03 de dezembro de 1999.

*[Handwritten Signature]*  
DULCE MARIA PEREIRA  
Fundação Cultural Palmares  
Presidenta  
OUTORGANTE

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

COMARCA DE MACAPÁ

*[Handwritten Signature]*  
JOSE ARAÚJO DA PAIXÃO  
Presidente da Assoc. dos Moradores da  
Comunidade de CURIAU  
OUTORGADOS



*[Handwritten Signature]*  
JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE  
Governador do Estado do Amapá  
Testemunha



*[Handwritten Signature]*  
ZÉLIA AMADOR DE DEUS  
Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará  
Testemunha

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS

Apresentado hoje as 13.41.30 hs  
Protocolo L-1 0 nº 19192  
Matricula L-2 MAT. 15232 F.1/1v  
Registro L.2 R.01/15232 F.1v.  
Averbação L.2 sob nº 22 fls. 22  
Macapá - AP 19 de outubro de 2003

*[Handwritten signature]*  
PATRÍCIA PORPINO NUNES  
Oficiala Substituta

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
AUTENTICO E DOU FE.

Macapá - AP 29 JAN 2003



*[Handwritten signature]*  
ANDRÉ DOS SANTOS BARBOSA  
5º Escrivente Autorizada  
*[Handwritten signature]*  
Macapá

MEMORIAL DESCRITIVO

1. Identificação  
 1.1 - Denominação

QUILOMBO DO CURIAÚ

1.2 - Localização

Distrito - MACAPÁ  
 Município - MACAPÁ  
 Estado - AMAPÁ UF - AP

2. Situação

2.1 Posição Geográfica (Meridiano e Paralelo)

Extremo Norte = Latitude 00°09'10,6"N - Longitude 51°03'55,0" Wgr.  
 Extremo Sul = Latitude 00°06'03,9"N - Longitude 51°02'08,8" Wgr.  
 Extremo Leste = Latitude 00°07'27,5"N - Longitude 51°00'31,7" Wgr.  
 Extremo Oeste = Latitude 00°06'15,9"N - Longitude 51°05'43,3" Wgr.

2.2 - Carta na qual esta situado o Imóvel

MACAPÁ MI-243 IBGE

3. - Vias de comunicação

Rodovia do Curiaú

4. - Curso(s) d'água

Rio Curiaú Grande  
 CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
 AUTENTICO E CONFIÁVEL

5. - Método de levantamento

Área tecnicamente medida 29 (29) 2015

6. - Instrumentos utilizados

GPS e Estacao Total

7. - Sinalização

XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

8. - Pontos de Apoio Básico Existente

Marcos de concreto com a denominação QLB

9. - Código do voo aerofotográfico e nº da(s) fotografia(s)

XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

10. - Declinação Magnética

Calculada 17°46' Abril/93  
 Determinada

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
 COMARCA DE MACAPÁ

COMARCA DE MACAPÁ

*Jucá*  
 Oficial de Notas  
 CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
 AUTENTICO E CONFIÁVEL  
 29 (29) 2015  
 ANTONIA DOS SANTOS RAMOS  
 2ª Escrevente Autorizada  
*Jucá*

11. - Dimensões

Área Total = 3.662,6726 Ha. (Tres mil seiscentos e sessenta e dois hectares, sessenta e sete ares e vinte e seis centiares)  
 Área deduzida referente a Títulos Definitivos quitados = 340,7795 Ha. (Trezentos e quarenta hectares, setenta e sete ares e noventa e cinco centiares)  
 Área líquida = 3.321,8931 Ha. (Tres mil trezentos e vinte e hum hectares, oitenta e nove ares e trinta e hum centiares)  
 Perímetro = 30.941,24 (Trinta mil novecentos e quarenta e hum metros e vinte e quarto centímetros)

12. Confrontações

Norte = Gleba Matapi Curiaú e Vila Nova  
 Sul = Área urbana da cidade de Macapá e lotes 291, 670, 16A, 193 e 25W  
 Leste = Margem direita do Rio Curiaú  
 Oeste = Comunidade de Currálinho e lotes 200 e 43W

Das áreas inseridas dentro do perímetro do Quilombo do Curiaú

Lote nº04

Norte: Com terras remanescentes e lote nº13  
 Este: Com terras remanescentes  
 Sul: : Com terras remanescentes e lote nº01  
 Oeste: Com os lotes nº01 e nº13 e ramal do Curiaú

Lote nº02

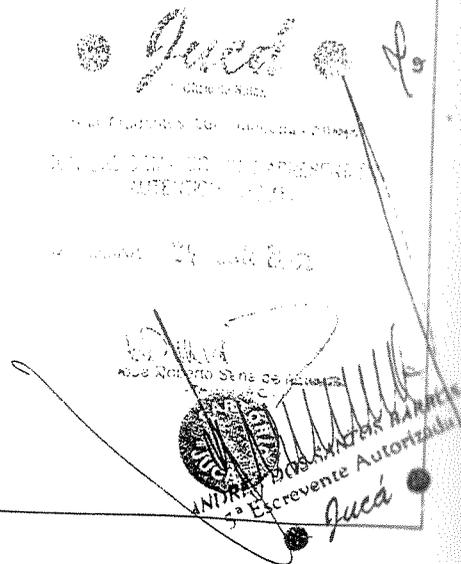
Norte: Com o lote nº01  
 Este: . Com o lote nº01  
 Sul: : Com terras remanescentes  
 Oeste: Com os ramal do Curiaú

Lote nº17

Norte: Com terras remanescentes e lote nº08  
 Este: Com o lote nº08 e terras remanescentes  
 Sul: : Com terras remanescentes  
 Oeste: Com terras remanescentes

Lote nº146

Norte: Posse indefinida  
 Este: : Posse indefinida  
 Sul: : Lote 147  
 Oeste: Posse indefinida



13. - Descrição do Perímetro

Inicia o perímetro da área no marco M-16, localizado na margem direita do Rio Curiaú no local denominado Mocambo e limite comum com o lote 25W, definido pela coordenada geográfica de Latitude  $00^{\circ}07'05,1''N$ , e Longitude  $51^{\circ}00'35,0''W$ gr., elipsoide SAD-69 e pela coordenada Plana U.T.M.  $N=10013051$ ,  $660m$  e  $E=498917,460m$ , referida ao Meridiano Central  $51^{\circ}W$ gr deste, com azimute de  $247^{\circ}58'01''$  e distância de 1.080,37 metros chega-se ao marco M-527 localizado no limite do lote 25 W; deste, com azimute de  $233^{\circ}05'52''$  e distância de 551,73 metros, chega-se ao marco M-10, localizado na divisa do lote 193; deste, com azimute de  $230^{\circ}05'50''$  e distância de 312,87 metros chega-se ao marco M-528F; deste, com azimute de  $236^{\circ}53'02''$  e distância de 343,30 metros chega-se ao marco M-09; deste, com azimute de  $256^{\circ}01'15''$  e distância de 469,52 metros chega-se ao marco M-QLB 04; deste, com azimute de  $237^{\circ}20'45''$  e distância de 257,30 metros, chega-se ao marco M-QLB 05; deste, com azimute de  $232^{\circ}59'02''$  e distância de 272,87 metros chega-se ao marco M-13A; deste, com azimute de  $186^{\circ}29'39''$  e distância de 340,55 metros chega-se ao marco M-QLB 06; deste, com azimute de  $277^{\circ}10'51''$  e distância de 471,91 metros chega-se ao marco M-QLB 07; deste, com azimute de  $276^{\circ}35'03''$  e distância de 1.070,29 metros chega-se ao marco M-QLB 08; deste, com azimute de  $267^{\circ}25'58''$  e distância de 548,99 metros chega-se ao marco M-QLB 09; deste, atravessando a rodovia do Curiaú com azimute de  $298^{\circ}17'38''$  e distância de 695,66 metros chega-se ao marco M-501F, limite comum com o lote 16A; deste, com azimute de  $252^{\circ}57'22''$  e distância de 645,74 metros chega-se ao marco M-502F; deste, com azimute de  $314^{\circ}20'47''$  e distância de 58,88 metros chega-se ao marco M-200F; deste, com azimute de  $255^{\circ}36'21''$  e distância de

Handwritten notes and signatures at the bottom right, including a date '24/11/2010' and a signature 'Escrivente Autorizada'.

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

139,43 metros chega-se ao marco M-200G; deste, com azimute de 08°18'11" e distância de 653,29 metros; chega-se ao marco M-1P; deste, com azimute de 229°57'21" e distância de 78,74 metros chega-se a estação MS-54; desta, com azimute de 265°42'22" e distância de 144,65 metros chega-se a estação MS-53; desta, com azimute de 246°12'08" e distância de 360,53 metros chega-se a estação MS-51; desta, com azimute de 221°32'59" e distância de 171,66 metros chega-se a estação MS-49; desta, com azimute de 224°09'53" e distância de 111,29 metros chega-se a estação MS-47; desta, com azimute de 237°23'53" e distância de 205,35 metros chega-se a estação MS-45; desta, com azimute de 252°44'50" e distância de 285,21 metros chega-se a estação MS-43A; desta, com azimute de 296°43'14" e distância de 360,64 metros chega-se ao marco M-2W; deste, com azimute de 312°37'53" e distância de 161,51 metros chega-se ao marco M-1W; deste, com azimute de 261°28'03" e distância de 1.642,72 metros chega-se ao marco M-QLB 21; deste, com azimute de 10°07'45" e distância de 300,51 metros chega-se ao marco M-QLB 22; deste, com azimute de 09°29'19" e distância de 414,55 metros chega-se ao marco M-QLB 23; deste, com azimute de 14°58'14" e distância de 312,48 metros chega-se ao marco M-QLB 24; deste, com azimute de 91°46'29" e distância de 284,49 metros chega-se ao marco M-36; deste, com azimute de 103°10'15" e distância de 683,33 metros chega-se ao marco M-61; deste, com azimute de 57°34'33" e distância de 250,19 metros chega-se ao marco M-60; deste, com azimute de 47°39'56" e distância de 238,40 metros chega-se a estação W-4; desta, com azimute de 350°45'39" e distância de 403,74 metros chega-se ao marco M-59; deste, com azimute de 358°35'59" e distância de 350,42 metros chega-se a estação B-01; desta, com azimute de 314°45'07" e distância de 468,78 metros chega-se ao marco M-13C; deste, com azimute de 354°54'00" e distância de 1.110,34 metros chega-se ao marco M-QLB 28; deste, com azimute de 58°02'04" e distância de 2.620,61 metros chega-se ao marco M-QLB 34; deste, com azimute de 93°12'53" e distância de 1.482,09 metros chega-se ao marco M-QLB 35; deste, com azimute de 115°26'30" e distância de 2.034,14 metros atravessando a rodovia do Curiaú as proximidades da ponte sobre o rio do mesmo nome chega-se ao marco M-QLB 36; deste, com azimute de 123°24'03" e distância de 299,31 metros chega-se a estação C-01, localizada na margem direita do Rio Curiaú; desta, segue-se pela referida margem no sentido jusante (baixando) com uma distância de 5.401,47 metros ate encontrar o marco M-16 ponto inicial da descrição deste perimetro.

Obs: Dentro do polígono objeto deste memorial, estão encravadas as áreas de terras coletadas sob os n°s 02, 04, 17 e 146, localizadas na Gleba AD-04, cobertas pelos Títulos Definitivos n° 4.01.82.7/00271 e 4.01.82.7/00320 e Títulos de Propriedade sob Condições Resolutiva ns 049890 e 127931, expedidos em 19 de março de 1979, 12 de setembro de 1980, 29 de maio de 1981 e 13 de dezembro de 1995, respectivamente, cujos limites e confrontações se acham constantes dos respectivos memoriais anexos, tendo seus direitos respeitados, igualmente, as situações jurídicas porventura existentes e não observadas até a presente data, porém, excluídas da descrição do perimetro objeto do presente memorial.

LOCAL	DATA
Macapa, AP	05 de Outubro de 2000

**RESPEITADO**  
 O Sr. JOSÉ SÁLVADOR DE SOUZA JORGE  
 CNPJ nº 07.350.123/0001-00  
 CONFERE COM O C.º nº 7.350 D  
 Chefe do Serviço de Cadastro Imobiliário - INCRA  
 AUTENTICO E DOU FE.

Macapa-AP. 29 JAN 2003

ANDRÉ DOS SANTOS BARROSA  
 Escrevente Autenticado  
 Macapá

15232

1

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

C.G.C. (M.F.) 04.181.640/0001-14  
1ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPÁ-APEloy  
Nunes

**IMÓVEL:** Área de terra com 3.321,8931 ha(três mil, trezentos e vinte e um hectares, oitenta e nove ares e trinta e um centiares), situada no Município de Macapá, neste Estado, destinada ao Quilombo do Curiaú, com os seguintes limites e confrontações: Norte: com a Gleba Matapi Curiaú e Vila Nova; Sul: com a Área urbana da cidade de Macapá e lotes 291,670, 16A, 193 e 25W; Leste: com a Margem direita do Rio Curiaú e Oeste: com a Comunidade de Curalinhos e lotes nºs 200 e 43W. Perímetro: 30.941,24 (trinta mil novecentos e quarenta e hum metros e vinte e quatro centímetros). **DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:** Inicia o perímetro da área no marco M-16, localizado na margem direita do Rio Curiaú no local denominado Mocambo e limite comum com o lote 25W, definido pela coordenada geográfica de latitude 00°07'05,1"N, e longitude 51°00'35,0"Wgr, elipsoide SAD-69 e pela coordenada plana U.T.M N=10013051,660m e E=498917,460m, referida ao Meridiano Central 51°Wgr deste, com azimute de 247°58'01" e distância de 1.080,37 metros chega-se ao marco M-527 localizado no limite do lote 25W; deste, com azimute de 233°05'52" e distância de 551,73 metros, chega-se ao marco M-10, localizado na divisa do lote 193; deste com azimute de 230°05'50" e distância de 312,87 metros chega-se ao marco M-528F, deste, com azimute de 236°53'02" e distância de 343,30 metros chega-se ao marco M-09; deste, com azimute de 256°01'15" e distância de 469,52 metros chega-se ao marco M-QLB 04; deste, com azimute de 237°20'45" e distância de 257,30 metros, chega-se ao marco M-QLB 05; deste, com azimute de 232°59'02" e distância de 272,87 metros chega-se ao marco M-13A, deste, com azimute de 186°29'59" e distância de 340,55 metros chega-se ao marco M-QLB 06; deste com azimute de 277°10'51" e distância de 471,91 metros chega-se ao marco M-QLB 07; deste, com azimute de 276°35'03" e distância de 1.070,29 metros chega-se ao marco M-QLB 08, deste, com azimute de 267°25'58" e distância de 548,99 metros chega-se ao marco M-QLB 09; deste atravessando a Rodovia do Curiaú com azimute de 298°17'38" e distância de 695,66 metros chega-se ao marco M-501F, limite comum com o lote 16A, com azimute de 252°57'22" e distância de 645,74 metros chega-se ao marco M-502F; deste, com azimute de 314°20'47" e distância de 58,88 metros chega-se ao marco M-200F; deste com azimute de 255°36'21" e distância de 139,43 metros chega-se ao marco M-200G; deste, com azimute de 08°18'11" e distância de 653,29 metros, chega-se ao marco M-1P, deste, com azimute de 229°57'21" e distância de 78,74 metros chega-se a estação MS-54; desta, com azimute de 265°42'22" e distância de 144,65 metros chega-se a estação MS-53; desta, com azimute de 246°12'08" e distância de 360,53 metros chega-se a estação MS-51; desta, com azimute de

REGISTRO DE IMOVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

COMARCA DE MACAPÁ

AUTENTICO E DOU FE.

29 JAN 2003

Serviço Registral "Eloy Nunes"  
EM BRANCO

ANILTON CARLOS BARBOSA  
Regente Autorizada  
Jucá

REGISTRO DE IMOVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

COMARCA DE MACAPÁ

221°32'59" e distância de 171,66 metros chega-se a estação MS-49; desta, com azimute de 224°09'53" e distância de 111,29 metros chega-se a estação MS-47; desta, com azimute de 237°23'53" e distância de 205,35 metros chega-se a estação MS-45, desta, com azimute de 252°44'50" e distância 285,21 metros chega-se a estação MS-43A; desta, com azimute de 296°43'14" e distância de 360,64 metros chega-se ao marco M-2W; deste, com azimute de 312°37'53" e distância de 161,51 metros chega-se ao marco M-1W; deste, com azimute de 261°28'03" e distância de 1.642,72 metros chega-se ao marco M-QLB 21; deste, com azimute de 10°07'45" e distância de 300,51 metros chega-se ao marco M-QLB 22; deste com azimute de 09°29'19" e distância de 414,55 metros chega-se ao marco M-QLB 23, deste, com azimute de 14°58'14" e distância de 312,48 metros chega-se ao marco M-QLB 24, deste, com azimute de 91°46'29" e distância de 284,49 metros chega-se ao marco M-56, deste, com azimute de 103°10'15" e distância de 683,33 metros chega-se ao marco M-61, deste, com azimute de 57°34'33" e distância de 250,19 metros chega-se ao marco M-60, deste, com azimute de 47°39'56" e distância de 238,40 metros chega-se a estação W-4; desta, com azimute de 350°45'39" e distância de 403,74 metros chega-se ao marco M-59; deste, com azimute de 358°35'59" e distância de 350,42, metros chega-se a estação B-01; desta, com azimute de 314°45'07" e distância de 468,78 metros chega-se ao marco M-13C, deste, com azimute de 354°54'00" e distância 1.110,34 metros chega-se ao marco M-QLB 28, deste, com azimute de 58°02'04" e distância de 2.620,61 metros chega-se ao marco M-QLB 34, deste, com azimute de 93°12'53" e distância de 1.482,09 metros chaga-se ao marco M-QLB 35, deste, com azimute de 115°26'30" e distância de 2.034,14 metros atravessando a rodovia do Curiaú as proximidades da ponte sobre o rio do mesmo nome chega-se ao marco M-QLB 36, deste, com azimute de 123°24'03" e distância de 299,31 metros chega-se a estação C-01, localizada na margem direita do Rio Curiaú; deste, segue-se pela referida margem no sentido jusante (baixando) com uma distância de 5.401,47 metros até encontrar o marco M-16 ponto inicial da descrição deste perimetro. OBS: Dentro do polígono objeto deste memorial, estão encravadas as áreas de terras coletadas sob os n°s 02, 04, 17 e 146, localizadas na Gleba AD-04, cobertas pelos Títulos Definitivos n° 4.01.82.7/00271 e 4.01.82.7/00320 e Títulos de Propriedade sob Condições Resolutiva n°s 049890 e 1227931, expedidos em 19 de março de 1979, 12 de setembro de 1980, 29 de maio de 1981 e 13 de dezembro de 1995, respectivamente, cujos limites e confrontações se acham constantes dos respectivos memoriais anexos, tendo seus direitos reservados ao Estado do Amapá.

*Juca*  
1º Ofício de Notas

Rua Tiradentes, 304, Macapá - Amapá

Serviço Registral "Eloy Nunes"

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTE EM  
AUTENTICO E DOU FE.

EM BRANCO

Macapá-AP. 29 JAN 2003

*Juca*  
CARLOS DOS SANTOS BARBOSA  
5º Escrevente Autorizada

Matrícula	Ficha
15232	2

REGISTRO DE IMÓVEIS

*Eloy Nunes*

C.G.C. (M.F.) 04.181.640/0001-14  
1ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPÁ-AP

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

as situações jurídicas porventura existentes e não observadas até a presente data, porém, excluídas da descrição do perímetro objeto do presente memorial.

**PROPRIETÁRIA:** União Federal.

**REGISTRO ANTERIOR:** L.2, sob o nº 22, fls.22.

Macapá-AP, 19 de outubro de 2000.

P.19192.

*[Signature]* Oficial Substituta.

R.01/15232- A **UNIÃO FEDERAL**, representada pela **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, inscrita no **CGC(MF)** sob o nº 32.901.688/0001-77, doravante denominada **FCP**, neste ato representada por sua Presidente **DULCE MARIA PEREIRA**, brasileira, casada, portadora da **CI** nº 10.488.433-2-SSP/SP E **CPF(MF)** nº 119.407.511-87, residente e domiciliada em Brasília - **DF**, doravante simplesmente denominada **OUTORGANTE**, com fundamento no art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Art. 14, inciso **IV**, alínea **C**, da Medida Provisória nº 1911-12, de 25 de novembro de 1999, pelo presente **TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO F/CP/** nº001/99, com plena força e validade de escritura pública, reconhece o domínio aos **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, sociedade de fato, adiante simplesmente denominados **OUTORGADOS** que integram este título e que neste ato são representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de setembro de 1997, registrada no livro de pessoas jurídicas do 1º Ofício de Notas e de Registro da Comarca de Macapá-AP, sob o nº 460, do livro nº A-06, inscrita no **CGC** nº 14.572.978/0001-32, representada pelo seu presidente, **JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO**, brasileiro, casado, pedreiro, portador do **RG** nº 69.363/SSP-AP e do **CPF** nº 208.766.452-87, a área rural objeto da presente matrícula. Dou fé.

Macapá-AP, 19 de outubro de 2000.

*[Signature]* Oficial Substituta.

**CERTIDÃO**

PORTO POR FE que a presente certidão de teor confere com o original que é de natureza privativa do **REGISTRO** (artº 19 § 1º da Lei Federal nº 8.615/73 e artº 365, I, do C.P. Civil.

Macapá - AP, 19/10/2000

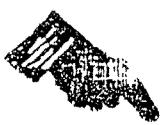
*[Signature]*

**PATRICIA PORPINO NUNES**  
Oficiala Substituta



REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MACAPÁ





datados de 19 de outubro de 2000, foram destacadas da área objeto da presente matrícula 02 (duas) outras áreas medindo 0,2310458ha e 0,1872ha cada uma, passando em consequência a área integrante desta matrícula, a ter sua área diminuída para 3.321,4749ha (três mil trezentos e vinte hum hectares, quarenta e sete ares e quarenta e nove centiares), cujos os limites e confrontações permanecem inalterados em virtude de que as áreas denominadas Balneário do Curiaú e Museu da Cultura que compreendem os polígonos ora desmembradas não ensejam quaisquer alterações no polígono da área maior remanescente, na qual se encontram encravadas. As referidas áreas encontram-se devidamente matriculadas sob os nºs 17903 e 17904, respectivamente. Dou fé.

Macapá-AP., 04 de dezembro de 2000.

P.19279.

*[Handwritten Signature]* Oficial Substituta.

CERTIDÃO

PORTO POR FÉ que a presente certidão é fiel e verdadeira com o original que é registrado no REGISTRO (artº 19 § 1º do Lei Federal nº 8.212/73 e artº 365, I, do C.E. Civil.

Macapá-AP.

*04.12.2000*  
*[Handwritten Signature]*

PATRICIA FORPINO NUNES

Oficiala Substituta

Patriciana Nunes Macapá - Amapá

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
AUTENTICO E DOU FÉ.

Macapá-AP. 26 MAI 2003

REGISTRO DE IMOVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ



*[Handwritten Signature]*  
ARTE DE...  
Escritório...  
*[Circular Stamp]*

Matrícula	Ficha
17903	1



**LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL**

**IMÓVEL:** Área de terra medindo 0,2310458ha que corresponde à 2.308,83m<sup>2</sup>, situado neste Município, destinado ao Balneário do Curiaú, com os limites e confrontações seguintes: Norte: com Bar do Dico, terreno do Dico; Leste: com lago do Curiaú; Sul: com bar refúgio dos quilombos e Oeste: com Rodovia e Ponte. Perímetro: 197,78m. **DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:** Partindo do ponto A, situado no limite das confrontações da Rodovia e Ponte e Bar do Dico, com coordenadas Geográficas, latitude - 0°08'45,878577", longitude 51°02'28,691061" e Coordenadas plano Retangulares **UTM E=** 495.404,00 e **N=** 10.016.146,00 referidas ao Meridiano Central 51° Wgr. segue-se bar. confrontando com o bar do Dico, com um azimute de 90°00'00" e distância de 14,80 metros (quatorze metros e oitenta centímetros) até encontrar o ponto B, situado no limite das confrontações do bar do Dico e terreno do Dico, deste, segue-se terreno, confrontando com terreno do Dico, com azimute de 135°00'00" e distância de 35,20 metros (trinta e cinco metros e vinte centímetros) até encontrar o ponto C, situado no limite das confrontações de terreno do Dico e lago do Curiaú, deste, segue-se lago, confrontando com lago do Curiaú, com azimute de 180°00'00" e distância de 24,00 metros (vinte e quatro metros) até encontrar o ponto D, situado no limite das confrontações do lago do curiaú e bar refúgios dos quilombos, deste segue-se bar, confrontando com bar refúgio dos quilombos, com azimute de 225°00'00" e distância de 35,20 metros (trinta e cinco metros e vinte centímetros) até encontrar ponto o E, situado nas terras de bar refúgio dos quilombos, deste, segue-se bar, confrontando com bar refúgio dos quilombos, com azimute de 270°00'00" e distância 14,80 metros (quatorze metros e oitenta centímetros) até encontrar o ponto F, situado no limite das confrontações do bar refúgio dos quilombos e Rodovia e Ponte, deste segue-se Rodovia e Ponte, confrontando com Rodovia e Ponte, com azimute de 0°00'00" e distância de 73,78 metros (setenta e três metros e setenta e oito centímetros) até encontrar o ponto A, início da descrição do perímetro.

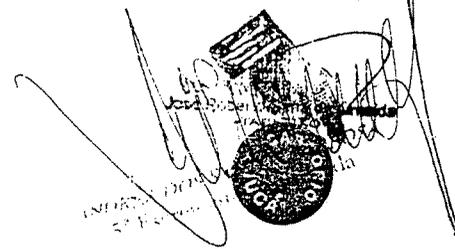
**PROPRIETÁRIO:** REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ, sociedade de fato, neste ato representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de setembro de 1997, registrada no livro de pessoas jurídicas do 1º Ofício de Notas e de Registro da Comarca de Macapá-AP, sob o nº 460, do livro nº A-06, inscrita no **CGC** nº 14.572.978/0001-32, representada pelo seu presidente, **JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO**, brasileiro, casado, pedreiro, portador do **RG** nº 69.363/SSP-AP e do **CPF** nº 208.766.452-87, residente e domiciliado na Comunidade de Curiaú, nesta cidade.

**REGISTRO ANTERIOR:** L.2, Mat. 15232.

*Guca*  
Rua Tiradentes, 676 - Macapá - Amapá  
CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
AUTÊNTICO E DOU FE.

Macapá-AP. 26 MAI 2003

Serviço Registral "Eloy Nunes"  
**EM BRANCO**



REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

P.19279.

Macapá-AP., 04 de dezembro de 2000

*[Handwritten Signature]* Oficial Substituta.

CERTIDÃO

PORTO POR FÉ que a presente certidão de teor confere com o original que é privativo deste REGISTRO (artº 19 § 1º da Lei Federal nº 6.015/73 e artº 365. I, do C.P. Civil.

Macapá - AP., 04.12.2000

*[Handwritten Signature]*  
PATRÍCIA PORPINO NUNES

Oficiala Substituta

Rua Tiradentes 884 - Macapá - Amapá

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
AUTENTICO E DOUTO FÉ.

Macapá-AP. 26 MAI 2003



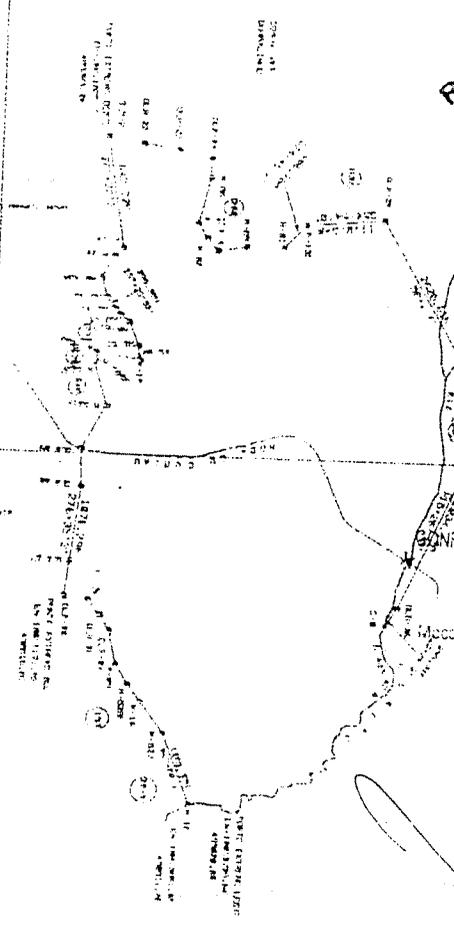
*[Handwritten Signature]*  
ANTRETA DOS  
Escritório

REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ



**REGISTRO DE IMÓVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ**

Matrícula	Área (m²)	Valor (R\$)	Observações
1.127/2001	1.127,00	1.127,00	
1.128/2001	1.128,00	1.128,00	
1.129/2001	1.129,00	1.129,00	
1.130/2001	1.130,00	1.130,00	
1.131/2001	1.131,00	1.131,00	
1.132/2001	1.132,00	1.132,00	
1.133/2001	1.133,00	1.133,00	
1.134/2001	1.134,00	1.134,00	
1.135/2001	1.135,00	1.135,00	
1.136/2001	1.136,00	1.136,00	
1.137/2001	1.137,00	1.137,00	
1.138/2001	1.138,00	1.138,00	
1.139/2001	1.139,00	1.139,00	
1.140/2001	1.140,00	1.140,00	
1.141/2001	1.141,00	1.141,00	
1.142/2001	1.142,00	1.142,00	
1.143/2001	1.143,00	1.143,00	
1.144/2001	1.144,00	1.144,00	
1.145/2001	1.145,00	1.145,00	
1.146/2001	1.146,00	1.146,00	
1.147/2001	1.147,00	1.147,00	
1.148/2001	1.148,00	1.148,00	
1.149/2001	1.149,00	1.149,00	
1.150/2001	1.150,00	1.150,00	
1.151/2001	1.151,00	1.151,00	
1.152/2001	1.152,00	1.152,00	
1.153/2001	1.153,00	1.153,00	
1.154/2001	1.154,00	1.154,00	
1.155/2001	1.155,00	1.155,00	
1.156/2001	1.156,00	1.156,00	
1.157/2001	1.157,00	1.157,00	
1.158/2001	1.158,00	1.158,00	
1.159/2001	1.159,00	1.159,00	
1.160/2001	1.160,00	1.160,00	
1.161/2001	1.161,00	1.161,00	
1.162/2001	1.162,00	1.162,00	
1.163/2001	1.163,00	1.163,00	
1.164/2001	1.164,00	1.164,00	
1.165/2001	1.165,00	1.165,00	
1.166/2001	1.166,00	1.166,00	
1.167/2001	1.167,00	1.167,00	
1.168/2001	1.168,00	1.168,00	
1.169/2001	1.169,00	1.169,00	
1.170/2001	1.170,00	1.170,00	
1.171/2001	1.171,00	1.171,00	
1.172/2001	1.172,00	1.172,00	
1.173/2001	1.173,00	1.173,00	
1.174/2001	1.174,00	1.174,00	
1.175/2001	1.175,00	1.175,00	
1.176/2001	1.176,00	1.176,00	
1.177/2001	1.177,00	1.177,00	
1.178/2001	1.178,00	1.178,00	
1.179/2001	1.179,00	1.179,00	
1.180/2001	1.180,00	1.180,00	
1.181/2001	1.181,00	1.181,00	
1.182/2001	1.182,00	1.182,00	
1.183/2001	1.183,00	1.183,00	
1.184/2001	1.184,00	1.184,00	
1.185/2001	1.185,00	1.185,00	
1.186/2001	1.186,00	1.186,00	
1.187/2001	1.187,00	1.187,00	
1.188/2001	1.188,00	1.188,00	
1.189/2001	1.189,00	1.189,00	
1.190/2001	1.190,00	1.190,00	
1.191/2001	1.191,00	1.191,00	
1.192/2001	1.192,00	1.192,00	
1.193/2001	1.193,00	1.193,00	
1.194/2001	1.194,00	1.194,00	
1.195/2001	1.195,00	1.195,00	
1.196/2001	1.196,00	1.196,00	
1.197/2001	1.197,00	1.197,00	
1.198/2001	1.198,00	1.198,00	
1.199/2001	1.199,00	1.199,00	
1.200/2001	1.200,00	1.200,00	



*Gucá*  
 29 JAN 2003  
 CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
 AUTENTICO E DOU FE

ANILINADO  
 5ª Escrevente Autorizada  
*Gucá*

INSTITUTO NACIONAL DE CADASTRO E REGISTRO IMOBILIAR  
 SERVIÇO DE CADASTRO E REGISTRO IMOBILIAR - 21

QUILÔMETRO DE CURUÁ

Matrícula: 1.127/2001

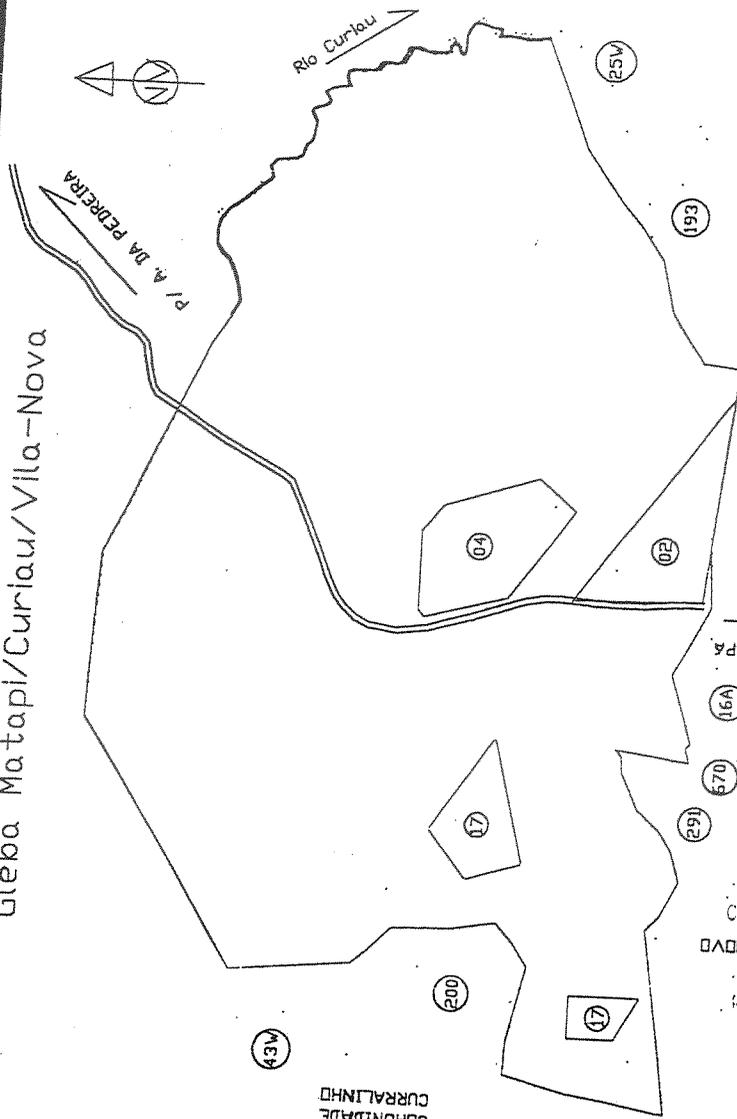
Valor: R\$ 1.127,00

Assinatura: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

Carta de Cessão nº 010 de 20/07/93

Gleba Matapi/Curiau/Vila-Nova



REGISTRO DE IMOVEIS DA  
COMARCA DE MACAPÁ

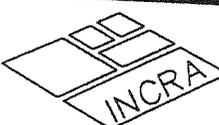
BAIRRO N. HORIZONTE

P/ MACAPÁ

CONFIRMAÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO  
AUTENTICO E DOU PL  
BAIRRO B. NOVO

Macapá-AP. 29 JAN 2003

ANDRÉ DA SILVA BARBOSA  
5º Escrivão Autorizada

		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - MARA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA GRUPO DE CADASTRO RURAL - C GRUPO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - C 2	
REGISTRO/CADÚCO:		QUILOMBO DO CURIAU	3662,2726 ha
DATA:		MUNICÍPIO/UF:	PERÍMETRO:
		MACAPÁ / AP	30.941,24 m
DESENHO:		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ESCALA:
		José Roberto Sent...	1 : 15.000
		CONFERE:	VISTO:

RECEBI

*Rosa*

## HISTÓRICO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO

A Escola Estadual José Bonifácio, está localizada na Vila do Curiaú, Rua Santo Antonio nº 0219, na cidade de Macapá.

Embora esteja funcionando desde 1948, foi criada pelo Decreto nº 0197, de 23 de janeiro de 2001, no governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe. O referido Estabelecimento de Ensino possui dois blocos com quatro salas de aula cada, sendo que cada sala comporta no máximo 35 alunos. Tem uma sala para a direção, uma sala para a secretaria, uma sala para o serviço técnico pedagógico, uma sala para os serviços do Caixa Escolar, uma sala para técnicas agrícolas, uma biblioteca, um refeitório, uma copa, uma quadra poliesportiva, dois depósitos para merenda escolar, dois depósitos para material de limpeza, um depósito paramaterial de expediente, dez banheiros para alunos e seis banheiros para funcionários. *a Sala dos Professores*

Em 1945 chegou na Comunidade de Curiaú, o Sr. Antonio Carlos Cândido, de origem mineira. Sua primeira preocupação foi saber que na comunidade, não existia escola e que várias crianças estavam sem estudar.

Foi então que fez um levantamento das crianças que estavam ficando para ingressar na escola, e falou com o Sr. Julião Tomaz Ramos (Mestre Julião) para que o mesmo intermediasse junto ao governador January Gentil Nunes, uma escola para aquelas crianças.

Julião Tomaz Ramos então falou com o governador sobre o assunto, onde foi favorável a reivindicação da comunidade, autorizando a providência de um local no Curiaú para que as crianças pudessem estudar.

O local mais apropriado na época, era a casa do Sr. Manoel Cecílio Ramos, que tinha um salão de tamanho considerável para acomodar os alunos. Com o aval do governador, Julião Ramos foi falar com Manoel Cecílio para que arrendasse ou cedesse o salão de sua residência para que os alunos pudessem receber os primeiros ensinamentos na escola. O salão foi cedido, e em troca, o Sr. Manoel Cecílio Ramos recebia do governo, uma cota básica mensalmente.

Antonio Carlos Cândido, era a pessoa que ensinava os alunos. Quase dois meses depois, saiu da Comunidade de Curiaú, ficando em seu lugar o Sr. João Lia.

Em 1948, o governador Janary Gentil Nunes, mandou construir uma escola em madeira de lei, no local onde hoje funciona o Museu-- Anfiteatro do Curiaú. Primeiramente a escola levou o nome de Escola Agrupada do Curiaú, e posteriormente, Escola José Bonifácio.

A primeira professora da nova escola foi Rainunda Campos, e o Sr. Berto Aires Ramos e Sra. Flozina Simplicio Ramos, ficaram sendo os responsáveis pela escola.

Em 1987, a Escola Estadual José Bonifácio foi transferida para um prédio próprio em alvenaria, localizado na Vila do Curiaú, Rua Santo Antonio, nº 0219, no Município de Macapá.

A denominação Escola Estadual José Bonifácio, é uma homenagem a aquele que indubitavelmente contribuiu com a cultura e a independência do nosso país. Foi o primeiro político a integrar a ecologia em projeto nacional, incorporando-a racionalmente a um projeto de nação. Embora avesso a democracia, era contra a escravidão e a favor de uso racional da natureza.

José Bonifácio de Andrade e Silva, nasceu em Santos-SP, no dia 13 de junho de 1763, filho de um fazendeiro rico, foi estudar em São Paulo e Rio de Janeiro e com 20 anos, foi mandado para estudar Direito e Ciências Naturais na Universidade de Coimbra, em Portugal, onde se tornou o primeiro catedrático na metalurgia da referida Universidade.

Em 1789, entrou para a Academia de Ciências de Lisboa, onde defendeu o trabalho Memória sobre a Pesca de Balchas e a extração de seu asfalto. No ano seguinte, foi mandado para estudar Mineroogia e Silvicultura na França e Alemanha - Foi o primeiro cientista brasileiro a fazer Pós-Graduação no exterior.

Viveu 36 anos na Europa. Casou-se, voltou para Portugal. Foi Inspetor de minas, diretor de reforestamento e professor em Coimbra, até a invasão das tropas de Napoleão, em 1808 - que forçou a D. João a vir para o Brasil. José Bonifácio ficou em Coimbra. Lutou contra os franceses no exército português e chegou a Tenente Coronel. Retornou ao Brasil em 1819, com 56 anos, pensando em se aposentar. Mas a independência atropelou seus planos.

Ele voltara ao Brasil de sua juventude; cheio de nostalgia, e se deparou com a escravidão, a perseguição aos índios, o desmatamento e o desperdício. Foi aí que começou a pensar num projeto para o Brasil que valorizasse a natureza.

Em 1820, estourou a Revolução Constitucionalista do Porto, e D. João VI teve que voltar para Lisboa. Deixou no Rio de Janeiro seu filho, D. Pedro I para regente. Também convocou eleições para governadores das províncias e para uma Assembleia Constituinte. José Bonifácio foi chamado para presidir a eleição de São Paulo. Agiu tão bem que foi indicado para Vice-governador. Em janeiro de 1822, foi nomeado ministro do Reino.

Nos dois anos em que foi ministro, trouxe e consolidou a independência do Brasil. Tentou reverter a predação da natureza. Propôs a abolição (gradual) da escravatura e a introdução do trabalho assalariado no campo. Defendeu a reversão das terras não cultivadas à Coroa. Pediu reflexos somente obrigatório e a preservação de um sexto das matas originais de toda a propriedade. Quando foi ministro, a Assembleia, aboliu a doação das sesmarias, as propriedades que, desde XVI, o rei dava a grandes senhores, cujo tamanho médio era de 43 km<sup>2</sup> (27 parques do Ibirapuera, em São Paulo) a origem do latifúndio no Brasil.

Foi ministro até julho de 1823, enfrentando com severidade, toda a oposição liberal quanto as tentativas portuguesas de retornar ao Brasil. Em novembro, D. Pedro I fechou a Assembleia Constituinte e deportou José Bonifácio junto com os outros deputados, para a França. Mas ao abdicar, em 1831, nomeou-o tutor de D. Pedro II. O patricarca da Independência tinha 68 anos e pretendia acabar seus dias em pesquisas científicas, mas, mais uma vez não pôde. Ainda viveu sete anos de agitação na corte.

José Bonifácio de Andrade e Silva, faleceu em 06 de abril de 1838, em quase 75 anos, na Ilha de Paqueta-RJ.

FIM.